

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Sérgio Ricardo Ribeiro Lima

TERRA, TRABALHO E AUTONOMIA

Condições de produção e reprodução de assentados no *Terra Vista* da "região cacauzeira" da Bahia

**Recife – PE
2011**

Sérgio Ricardo Ribeiro Lima

TERRA, TRABALHO E AUTONOMIA

Condições de produção e reprodução de assentados no *Terra Vista* da “região cacauera” da Bahia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Mudança Social

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

**Recife -PE
2011**

Catálogo na fonte

Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4 - 985

L732t Lima, Sérgio Ricardo Ribeiro
Terra, trabalho e autonomia: condições de produção e
reprodução de assentados no terra vista da "região cacauêira" da
Bahia / Sérgio Ricardo Ribeiro Lima. – Recife, O autor, 2011.
225 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco,
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011.
Inclui bibliografia e anexo.

1. Sociologia. 2. Trabalho – Autonomia. 3. Assentados humanos.
4. Condições sociais. I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa.
(Orientadora). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2011-31)

Sérgio Ricardo Ribeiro Lima

TERRA, TRABALHO E AUTONOMIA

Condições de produção e reprodução de assentados no *Terra Vista* da "região cacauzeira" da Bahia

Recife, 28/02/2011

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti – DS
UFPE/PPGS
(Presidente)

Maria Nazaré Baudel Wanderley – DS
UFPE/PPGS

Leonilde Sérvolo de Medeiros – DS
UFRRJ/CPDA

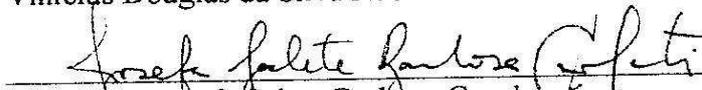
Cristiano Wellington Noberto Ramalho – DS
UFS/DSC

Russell Parry Scott – DS
UFPE/PPGA

Ata da Sessão de Defesa de Tese de **SÉRGIO RICARDO RIBEIRO LIMA**, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **SÉRGIO RICARDO RIBEIRO LIMA** sob o título **TERRA, TRABALHO E AUTONOMIA: Condições de produção e reprodução de assentados no Terra Vista da “região cacauceira” da Bahia**. A comissão foi composta pelos professores: **Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti - Presidenta/Orientadora; Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley – Titular Interna (PPGS/UFPE); Prof. Dr. Russel Parry Scott – Titular Interno (PPGS/UFPE); Profa. Dra. Leonilde Sérvolo de Medeiros – Titular Externa (PPG de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ); Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho – Titular Externo (Dep. de Ciências Sociais/UFS)**. Dando início aos trabalhos, a **Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra ao autor da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem a **Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti**, presidenta da mesa e orientadora do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora **aprovando a Tese por unanimidade**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretário do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 28 de fevereiro de 2011.

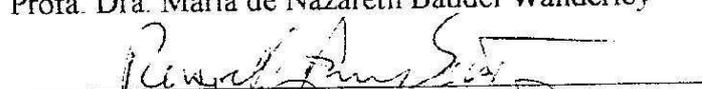

Vinicius Douglas da Silva Nascimento – Secretário


Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti


Profa. Dra. Leonilde Sérvolo de Medeiros


Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho


Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley


Prof. Dr. Russel Parry Scott


Sérgio Ricardo Ribeiro Lima

*Dedico este trabalho aos meus tios Wilson Fernandes da Costa e Cornélia de Souza Costa
por acreditarem na educação como instrumento de emancipação humana.*

*Aos meus pais, Francisco Ribeiro Lima e Maria Bernadete do Ó Lima
(in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas luzes que se refletiram nessa longa caminhada do doutorado, nos momentos de desespero, de angústia, em que todos que se enveredam neste tipo de trabalho passam, mas que foram superados. E, mais que isso: depois de passada a agonia, os resultados são valiosos e, acima de tudo, o aprendizado.

Sou imensamente grato à minha esposa e companheira, Janicleide Marques Lima, pela compreensão e apoio durante todo o período do doutorado.

Quero agradecer a boa convivência e a cumplicidade, nos momentos mais críticos, aos colegas do doutorado, principalmente na época das disciplinas. Faço especial agradecimento aos que me ajudaram nos trâmites administrativos correntes no período pós-disciplina (e quanto os incomodei!), em que tive que voltar para a Bahia para o trabalho de campo. São eles: Lindalva, Lola, Assunção e Tarcísio.

Meus agradecimentos aos professores e às professoras do PPGS, principalmente àqueles com os quais tivemos maior aproximação através das disciplinas cursadas, pela troca de ideias e pelos conhecimentos adquiridos.

Especial agradecimento faço à professora Maria Nazaré B. Wanderley, por ter-me aberto ainda mais as fronteiras do conhecimento do mundo rural, em suas aulas e por intermédio de seus livros. Agradeço-lhe ainda pela enorme contribuição que prestou na construção do projeto de pesquisa, com críticas construtivas, abrindo o horizonte de investigação do objeto em estudo.

Agradeço também ao professor, Dr. Cristiano Ramalho, que prestou importantes contribuições ao participar de minha banca de projeto, como também pelas sugestões que forneceu na revisão do projeto.

Ficam meus agradecimentos aos funcionários da secretaria do PPGS que, com profissionalismo e boa vontade, estiveram sempre dispostos a nos orientar e atender a nossas demandas. Cito aqui os nomes da Sra. Zuleika, Priscila e Vinicius.

Agradeço à UESC, instituição na qual leciono, pelo apoio financeiro e pela minha liberação para fazer o curso de Doutorado.

Sou grato ao INCRA pela atenção, disposição e disponibilidade de material para levantamento dos dados secundários, nos vários momentos em que fui àquela instituição. Particularmente, à diretora da Biblioteca, Sra. Elizabete, pelo apoio na catalogação da tese.

Agradeço também à Coordenação Regional do MST, no município de Itabuna, no Sul da Bahia, na pessoa de Elias e demais militantes, pelas entrevistas, material, diálogos, sempre disponíveis quando os procurei.

Agradecimento especial ao coordenador do MST e sua esposa no Assentamento Terra Vista, o Sr. Joelson e a Sra. Solange; que, com muita atenção, sempre me receberam bem e “abriram as portas” do assentamento para a realização da pesquisa no período de 2008 a 2010, quando lá me acomodaram. E que, também, estiveram abertos ao diálogo e às entrevistas – assim como às críticas – que fiz.

Agradeço a todos os assentados com os quais conversei, entrevistei e que foram muito atenciosos comigo, mesmo no primeiro contato. Nas minhas idas e vindas ao assentamento, fiz amizade com muitos deles, os quais, a cada ida ao assentamento, me recebem com alegria. São eles: Sr. Adel, Sr. André, Sr. Aloísio, Sr. Raimundo, Sr. Pedro, Sr. Manoel Preto, Sr.

Valdir, Sr. Ivo, Sr. Edvaldo, Sr. Lourisval. As assentadas são: Sra. Teresa, Sra. Odete, Sra. Antônia e Sra. Áurea.

Quero fazer um agradecimento especial a um assentado: o Sr. José Correia, que faleceu no ano passado. Guardo, na memória, os momentos de alegria (e de tristeza) que tive ao ouvir sua história de vida nas fazendas de cacau e que, de certa forma, foi a história de todo esse povo sofrido e explorado.

Por último quero agradecer carinhosa e especialmente à minha orientadora, Prof^a. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti que, com maestria e competência, mesmo à distância, e diante de suas atividades e compromissos, orientou-me com uma sabedoria sutil e paciente no encaminhamento da elaboração da tese, avaliando meus erros, dúvidas, contradições etc, sempre, com precisão, respondendo às minhas mensagens eletrônicas.

Ao escrever esta tese, saio, com certeza, com um aprendizado e um olhar ainda mais sociológico, pois foram as questões sociais que emergiram da observação da realidade desses sujeitos que me direcionaram para o curso de Sociologia.

Um ser só se considera autônomo, quando é senhor de si mesmo, e só é senhor de si, quando deve a si mesmo seu modo de existência.

(Karl Marx, Manuscritos Econômicos-Filosóficos).

RESUMO

O estudo teve por objetivo analisar a relação entre o trabalho e a autonomia e como essa relação se refletiu sobre as condições de reprodução dos assentados comparativamente à sua condição anterior como trabalhadores nas fazendas de cacau. A pesquisa foi realizada no Assentamento *Terra Vista*, localizado no município de Arataca, na “região cacauceira”. O tema de investigação revelou-se nas visitas e diálogos com os assentados. Quando questionados sobre sua condição atual, eles valorizavam a liberdade com o acesso à terra; porém, ao mesmo tempo, questionavam as condições precárias de vida nos dezessete anos de existência do assentamento. Ressalta-se que o *Terra Vista* foi o primeiro assentamento da região e que se estruturou como *assentamento-modelo*, mas cuja eficiência não se concretizou. Neste sentido questiona-se o significado dessa autonomia e como ela se refletiu sobre suas condições de reprodução. Os procedimentos metodológicos utilizados basearam-se na abordagem qualitativa e comparativa entre a situação anterior e a atual. O acesso à terra e a conquista da autonomia implicaram em transformações em sua atividade, refletindo sobre o trabalho e na responsabilidade pela atividade produtiva. As informações foram analisadas à luz do debate sobre o trabalho – na sociologia clássica (Weber, Durkheim e Marx) na contemporânea (Offe, Antunes, Castells, entre outros - e a autonomia, na obra de Sen e estudiosos da questão agrária e dos assentamentos (Prado Jr., Garcia Jr., Martins, Medeiros etc). A pesquisa foi realizada no período de 2008 a 2010. Os resultados obtidos apontaram que a autonomia conquistada melhorou significativamente a percepção do assentado sobre o trabalho e sobre as demais esferas da vida em relação à condição prévia de trabalhador assalariado. Entre os vários significados atribuídos à autonomia, destacaram-se a negação e a superação das relações de exploração e sujeição na cacauicultura. O estudo concluiu que a condição de assentado lhes permitiu melhores condições de vida tanto subjetiva quanto objetivamente ampliando suas condições de reprodução socioeconômica.

Palavras-chave: terra; trabalho; autonomia; assentado; condições de vida.

ABSTRACT

The study aims at examining the relationship between work and autonomy and the way this reflects on the life conditions of settled workers when compared to their former condition as rural workers. The research was done in the Terra Vista settlement, located in the village of Arataca, in the “cocoa region”. Through the visits and conversations with the settled workers about their current situation, the topic of the investigation showed that these workers valued the freedom of the access to the land, but at the same time questioned the precarious life conditions during this 17-year existing settlement. It must be emphasized that Terra Vista was the first settlement in the region and it was structured as a model-settlement whose efficiency didn't materialize. In this sense the meaning of autonomy and its implications on their life conditions may be questioned. The methodological procedures used were based on qualitative and comparative approach between the previous and the current situation. The access to land property and the conquest of autonomy involved changes in the workers' activity, affecting their work and responsibility towards production. The data were analyzed in light of the debate about work-in the classical sociology (Weber, Durkheim and Marx) and in the contemporary one (Offe, Antunes, Castello and others), and autonomy in the work of Sen and scholars of the agrarian question and settlements (Prado Jr, Garcia Jr, Martins Medeiros, etc). The survey was conducted between 2008 and 2010. The survey was conducted between 2008 and 2010. The obtained results have shown that the conquered autonomy has significantly improved the settled workers perception about work and other spheres of life when compared to their previous condition as rural workers. The denial of the relations of exploitation and subjection in cocoa plantations, the overcoming of these relations, is emphasized among the various meanings attributed to autonomy. The study concluded that the condition of settled workers allowed them access to better subjective and objective life conditions, enlarging their conditions of socio-economic reproduction.

Key words: land; work, autonomy; settled worker, life conditions; improvements.

RÉSUMÉ

L'étude a pour objectif d'analyser la relation entre le travail et l'autonomie et la façon dont elle se reflète sur les conditions de vie parmi les travailleurs ruraux qui ont accédé à la propriété de la terre par rapport à leur situation antérieure, c'est à dire comme travailleurs rémunérés dans les fermes de cacao. La recherche a été menée dans *l'assentamento* de Terra Vista, situé dans la municipalité d'Arataca dans "la région du cacao." Au cours des visites faites aux travailleurs ruraux installés et des conversations menées avec eux, l'objet de l'enquête a montré que ces derniers valorisaient la liberté d'accès à la terre, mais qu'en même temps ils remettaient en question les conditions de vie précaire au cours de ces dix-sept années d'existence de *l'assentamento*. Il est à noter que Terra Vista a été le premier *assentamento* de la région, qui a été structuré comme *assentamento - modèle*, dont l'efficacité ne s'est pas concrétisée. C'est dans cette optique que l'on s'interroge sur le sens de cette autonomie et ce qu'elle implique sur les conditions de vie. Les procédés méthodologiques employés se sont fondés sur une approche qualitative et comparative entre la situation antérieure et l'actuelle. L'accès à la propriété de la terre et la conquête de l'autonomie ont impliqué des transformations dans leur activité, avec des conséquences sur leur travail et sur leurs responsabilités en termes de production. Les données ont été analysées à la lumière du débat sur les travaux en sociologie classique (Weber, Durkheim et Marx) et contemporaine (Offe, Antunes, Castells et d'autres) et l'autonomie dans le travail de Sen et des spécialistes de la question agraire et des *assentamentos* (Prado Jr, Garcia jr, Martins, Medeiros etc). Le travail de recherche a été réalisé entre 2008 et 2010. Les résultats obtenus ont montré que l'autonomie conquise par ces travailleurs ruraux a amélioré de manière significative leur perception du travail ainsi que sur d'autres aspects de leurs vies, comparé à leur ancienne condition. Le déni des relations de rapports d'exploitation et de servitude dans les plantations de cacao, le dépassement de ces relations cacao, le dépassement de ces relations, sont soulignées parmi les diverses significations attribuées à l'autonomie. L'étude a conclu que leur nouvelle condition de travailleurs autonomes leur a donné des meilleures conditions de vie (tant subjectives qu'objectives), tout en leur donnant la possibilité d'élargir leurs conditions de reproduction socio-économiques.

Mots-clés: terre, travail, autonomie, assentado, conditions de vie.

Listas de Tabelas, Mapas e Figuras

Lista de Tabelas

1	Caracterização dos assentados da pesquisa.....	16
2	Categorias de trabalhadores existentes na lavoura cacaueteira.....	47
3	Variação do número de trabalhadores permanentes e temporários na lavoura cacaueteira da Bahia, 1940-1995.....	54
4	Percentual dos rendimentos segundo os grupos de renda – 1980.....	61
5	Degenerações provocadas por carência nutricional em filhos de trabalhadores cacaueteiros até 10 anos de idade – 1980.....	64
6	Variação da população rural e urbana nos municípios mais atingidos pela vassoura-de-bruxa.....	109
7	Número de assentamentos, área e número de famílias efetivamente Assentadas na região cacaueteira no período entre 1980 e 2002.....	110

Lista de Mapas

1	Estado da Bahia e as divisões em Mesorregiões.....	105
2	Microrregião Ilhéus-Itabuna.....	107
3	Evolução dos Projetos de Assentamento.....	111
4	Localização do município de Arataca na Microrregião Ilhéus-Itabuna e no Estado da Bahia.....	115
5	Território Litoral-Sul. Município de Arataca. Território do Assentamento Terra Vista.....	118
6	Uso do solo no assentamento Terra Vista, 2009.....	119

Lista de Figuras

1	Evolução do número de assentamentos.....	112
2	Evolução do número de famílias assentadas.....	113
3	Vista central do Assentamento Terra Vista.....	117
4	Distribuição dos assentados por faixa etária.....	120
5	Percentual de jovens, adultos e crianças nas famílias.....	121..
6	Percentual de pessoas por família.....	134
7	Posicionamento político dos assentados.....	136...
8	Percentual da área de cultivo de cacau e café.....	149..
9	Percentual de assentados que empregas trabalho de terceiros.....	171..
10	Percepção dos assentados em relação às condições de vida.....	178
11	Consumo de bens duráveis.....	188
12	Meios de transporte dos assentados.....	189.
13	Relevância dos aspectos subjetivos da melhoria das condições de vida.....	199...

Lista dos Informantes

- 1) Joelson Ferreira de Oliveira
- 2) Adel Francisco de Oliveira
- 3) Áurea Brito Silva
- 4) André Hermógenes Santos
- 5) Teresa da Silva Santos
- 6) Aloísio Ferreira Lima
- 7) Antonia Vieira Lima
- 8) Edvaldo Bispo dos Santos
- 9) José Correia de Souza
- 10) Lourival José Mendes
- 11) Manoel Oliveira dos Santos
- 12) Ivo Felipe Lucindo
- 13) Pedro de Almeida
- 14) Raimundo Figueredo Santana
- 15) Valdir Santos Lima
- 16) Odete Silva de Jesus

SUMÁRIO

Listas de Figuras e Quadros	
Resumo	
Abstract	
Resume	
INTRODUÇÃO.....	1
1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO.....	2
1.1 A crise da economia cacaueteira e a emergência dos assentamentos rurais.....	2
1.2 Problema, objetivo e hipótese.....	8
1.3 Seleção do tema.....	9
1.4 Procedimentos metodológicos.....	9
1.4.1 Seleção dos dados secundários.....	11
1.4.2 Seleção e perfil dos assentados.....	12
1.4.3 A pesquisa de campo.....	14
1.4.4 A observação.....	18
1.5 Estrutura da tese.....	18
2 TRABALHO E AUTONOMIA.....	21
2.1 A categoria 'trabalho' na teoria marxista: a natureza da exploração.....	21
2.2 A contemporaneidade do 'trabalho' como categoria sociológica central.....	25
2.3 Terra e Trabalho.....	29
2.3.1 As condições históricas da reforma agrária.....	30
2.4 Trabalho e autonomia.....	37
3 A ECONOMIA CACAUEIRA: RELAÇÕES DE TRABALHO E EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES.....	44
3.1 A estruturação das relações sociais de produção.....	44
3.2 As relações de trabalho: <i>moradia, assalariamento e empreitada</i>	48
3.2.1 O regime de <i>moradia</i>	48
3.2.2 O assalariamento.....	53
3.2.3 A <i>empreitada</i>	55
3.3 Exploração, direitos e precarização das condições de vida.....	62
3.4 A crise e as mudanças nas relações de trabalho: a perpetuação das relações de exploração.....	73
4 TRAJETÓRIAS E ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA: DE ASSALARIADOS A ASSENTADOS.....	80
4.1 Da fazenda para a rua: <i>trabalhador (desempregado)</i>	82
4.1.1 Os movimentos de luta.....	87
4.2 Da rua para o acampamento: <i>sem-terra</i>	92
4.3 Do acampamento para o assentamento: tornar-se <i>assentado</i>	97
5 A CONSTRUÇÃO DA VIDA NO ASSENTAMENTO: TRABALHO,	

	SOCIABILIDADE E PRODUÇÃO	101
5.1	(Re)significando o espaço: “região” e “território”	101
5.1.1	Conceitos e significados atribuídos à “região cacaueteira”	103
5.2	O município de Arataca	114
5.3	O assentamento Terra Vista	116
5.4	A organização do espaço	120
5.4.1	Um dia na vida do assentado.....	125
5.4.2	A divisão do trabalho	127
5.5	A sociabilidade	130
5.6	A organização da produção	141
5.6.1	Contexto geral	141
5.6.2	Os projetos agrícolas	147
5.6.3	O Criatório e o beneficiamento	156
5.6.4	A reorganização da produção e a construção de uma nova proposta.....	159
5.6.5	O Programa de Aquisição de Alimentos (P. A. A.).....	165
5.6.6	A renda.....	168
6	AUTONOMIA, TRABALHO E REPRODUÇÃO DOS ASSENTADOS	173
6.1	A terra, o trabalho e a autonomia na percepção dos assentados	174
6.2	Os tempos vividos	182
6.3	A autonomia em questão	186
6.4	Autonomia e reprodução da existência	198
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
	REFERÊNCIAS	207
	ANEXO – HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DE VIDA DOS INFORMANTES	213.....

INTRODUÇÃO

Esta tese analisa a relação entre a autonomia e as condições de reprodução dos assentados do *Terra Vista*, comparando-a com a sua condição anterior como trabalhadores nas fazendas de cacau, no Sul da Bahia.

A crise que se abateu sobre a lavoura cacauzeira, no início da década de 1990, refletiu-se na queda abrupta da produção e da renda, resultando em desemprego, migração e organização dos trabalhadores em busca de novas alternativas de sobrevivência, consequências da falta de perspectivas de trabalho na região. A ocupação das fazendas desativadas – diante da ausência de oportunidades de emprego - apresentou-se como uma das alternativas para realização dos sonhos de muitos: ter a terra para produzir e viver com a família.

Diante do desemprego, os trabalhadores passaram a se mobilizar politicamente, apoiados pelos movimentos sociais ligados à questão agrária – o MLT (Movimento de Luta pela Terra), por exemplo, nascido nesse contexto, e o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Esse foi um processo tenso, iniciado com o *trabalho de base*, organizado pelos movimentos sociais – o MLT; e, excepcionalmente, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) - que resultou em ocupações de terras, enfrentamentos com a polícia, despejos e, enfim, a conquista da terra.

Após dois anos de luta (1992-1994), conseguiram a imissão de posse, que resultou na ocupação definitiva da área, em sua maioria, por antigos trabalhadores do cacau. O ideal de autonomia após a conquista da terra constituiu referência marcante em seus depoimentos; e o seu significado esteve atrelado direta e indiretamente ao trabalho, por três razões: primeiro, ao fato de poderem trabalhar para si próprios; segundo, por não se colocarem sob as ordens de nenhum patrão; terceiro, pela satisfação do pertencimento do trabalho e de seu resultado. Ou seja, a autonomia significou um contraponto à exploração e sujeição desses trabalhadores cacauzeiros.

A forma como se deu a construção do objeto de pesquisa; os procedimentos metodológicos e teóricos utilizados; os desdobramentos referentes aos dados primários e secundários serão delineados nos próximos capítulos.

1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, há uma breve análise sobre o desenvolvimento, auge e crise da lavoura cacaeira; que resultou, nesse último momento, no fechamento de fazendas, na dispensa dos trabalhadores; e, posteriormente, na organização de movimentos de ocupação das fazendas desativadas e na formação dos assentamentos rurais. Em seguida, constrói-se, com base nesse apanhado histórico da crise e a partir da vivência com essa nova realidade, o objeto de investigação – problema, objetivo, hipótese, método - que deu suporte ao desenvolvimento deste estudo.

1.1 A crise da economia cacaeira e a emergência dos assentamentos rurais

A região Sul da Bahia foi, até início do século XVIII, historicamente marcada pela policultura de subsistência. A Capitania de Ilhéus voltava-se para a produção de alimentos e atividades extrativas, destacando-se a produção de mandioca e a extração de madeira no período colonial. A lavoura cacaeira, que se tornaria um marco de desenvolvimento regional no século XX, era, inicialmente, de tipo extrativista, sendo irrisória sua produção até meados do século XIX.

A economia cacaeira estruturou-se sustentada nos proprietários de terras e no trabalhador assalariado e *moradores*, direcionada para o mercado externo, caracterizando o sistema agrícola *plantation*. O esplendor do cacau como símbolo da riqueza regional escondia, de certa forma, as profundas desigualdades sociais que se exprimiam na distribuição de renda e nas condições de miséria dos trabalhadores do cacau.

A economia e a sociedade regionais estruturaram-se na atividade cacaeira, assumindo *status* de economia com o desenvolvimento e a consolidação que ocorreu entre as duas primeiras décadas do século XX. O comportamento da economia e da sociedade regionais seguiu a lógica que permeou o curso da

economia colonial, exploração em grandes extensões de terra e na concentração da propriedade e da riqueza.

Consolidou-se a exploração econômica do cacau na região, estendendo-se até o final da década de 1920, quando se evidenciou a crise econômica mundial. No decorrer de 1904, o cacau passou a predominar em termos de produção e de valor na pauta de exportações do estado da Bahia, suplantando a produção de fumo e de açúcar. O momento de auge da lavoura cacauífera coincidiu com o declínio da economia do Recôncavo Baiano, sustentada na atividade açucareira.

Baiardi (1984) afirma que o financiamento da lavoura do cacau se efetivou por intermédio do capital comercial, cuja exploração coube aos desbravadores que se aventuraram para a região, fazendo uso da força de trabalho assalariada. Esses desbravadores eram, conforme o autor, brasileiros que exploravam a extração de madeira, os quais contratavam trabalhadores para a limpeza da área, construção da infraestrutura e o plantio do cacau.

Segundo a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) (1975), a monocultura do cacau “foi diretamente responsável pela conformação sócio-econômica local, determinando seus comportamentos e aspirações” (p. 55). Por outro lado,

[...] no seu período de implantação e desenvolvimento, a presença de uma atividade monocultora de exportação atuou como fator extremamente dinâmico para a região, constituindo-se em elemento propiciador do seu crescimento demográfico e, ainda, de sua integração à comunidade econômica do estado (ibidem, p. 55).

Os capitais oriundos do cacau criaram uma dinâmica econômica regional, de maneira que:

- a) estimulou a migração de pessoas para a região;
- b) promoveu a incorporação de serviços e de infraestrutura em atendimento à expansão e condições mais favoráveis de produção e comercialização do cacau;
- c) estimulou a entrada e o domínio do capital externo na comercialização e produção do cacau, através das casas exportadoras;
- d) incentivou a instalação de casas bancárias nos principais centros comerciais (Ilhéus e Itabuna);

- e) fomentou e ampliou a arrecadação de impostos por parte dos municípios e do Estado com a consolidação dessa lavoura, tornando-se a principal atividade econômica do Estado nas primeiras décadas do século XIX (CEPLAC, 1975);
- f) promoveu a formação de uma base econômica, até então inexistente, responsável pela formação da sociedade regional.

Por outro lado, a economia cacauera não estimulou a internalização de capitais na região, de maneira que dinamizasse a economia regional, promovendo o desenvolvimento de outras atividades, por exemplo, o beneficiamento da matéria-prima; fomentando o investimento e a agregação de valor. Ao contrário, parte significativa das divisas do cacau foi carregada para outros centros urbanos ou para o exterior, neste último caso, controlada pelo capital externo (CEPLAC, 1975).

Entre 1896-1930, concretizou-se a expansão e o apogeu do cacau, o que se converteu na base econômica do Sul da Bahia, liderando as exportações baianas e colocando o Brasil como maior produtor. Esse período marcou o processo de acumulação e de reprodução ampliada do capital. Expandiram-se as atividades de comercialização de amêndoas e os serviços, com o crescimento e a estruturação das vilas e cidades. O fluxo monetário fez a região prosperar, possibilitando um novo estilo de vida e a transmutação do antigo desbravador em coronel do cacau¹.

Na década de 1920, consolidou-se a formação da burguesia cacauera, a classe detentora de terras e capitais que alavancou a atividade cacauera sustentada no trabalho assalariado. Segundo Baiardi (1984, p. 52-53), “a cacauicultura nasce amparada no capital comercial, onde o desbravador torna-se o capitalista, dirigente do processo produtivo, proprietário fundiário”. O capitalista comercial passou a desempenhar o papel de produtor, buscando garantir os fluxos de produção e ampliar a margem de lucro.

O processo de modernização, a partir da criação da CEPLAC, e o Estatuto do Trabalhador Rural, nos anos de 1960 e de 1970, promoveram mudanças nas relações de trabalho, transformando moradores e assalariados permanentes em trabalhadores volantes (diaristas e empreiteiros). Esse processo ocasionou a perda do lugar de morada. No regime de empreitada, o trabalhador teve que – juntamente

¹ O coronel, segundo Adonias Filho (1976), é, acima de tudo, um desbravador, pois o desbravador é aquele que funda cidades e vilas. Esse desbravador pode converter-se em um coronel quando, ao fundar um povoado e transformá-lo em cidade, se instaura como autoridade local, exercendo poder igual ao de um juiz ou padre (REHEM, 2010, p. 43).

com a família – se desdobrar em vários contratos para poder auferir maior renda, se autoexplorando e à família, frente às novas necessidades que surgiram com a dispensa das fazendas: pagamento de aluguel (passando a morar em condições precárias, nas periferias dos municípios cacauzeiros), aquisição dos bens de subsistência e despesas de transporte, antes obtidos no regime de moradia, quando tinham a casa e o sítio. Assim se processou a proletarização dos trabalhadores, que passaram a trabalhar e a viver em condições precárias e miseráveis.

A partir de meados da década de 1980, a lavoura entrou num ritmo descendente de produção e de emprego em função da concorrência, das desvantagens nas condições de produção e, principalmente, da infestação da vassoura-de-bruxa (*crinipelis perniciosa*)², que se expandiu por toda a região, instalando-se a crise.

As causas da crise foram de ordem estrutural e conjuntural. O fenômeno estrutural diz respeito às condições de produção nas quais a economia cacauzeira se reproduziu, sustentada na abundância de terras e na disponibilidade de mão de obra, aplicação de insumos químicos e no longo tempo de vida dos cacauais. O fenômeno conjuntural da crise trata dos períodos de instabilidade pelos quais passou a atividade, especialmente nos anos 80, e o aparecimento de concorrentes na África e Ásia, apresentando vantagens comparativas em termos de produção, preço e produtividade (NASCIMENTO, 1994). Somam-se a essas causas condições climáticas desfavoráveis, redução dos preços e da demanda no início dos anos 80 e a expansão do fungo (TREVIZAN, 1996; 1998).

A proliferação da vassoura-de-bruxa, ao comprometer a produção, ocasionou a dispensa de grande contingente de trabalhadores e a desativação das fazendas desde o início da década de 1990. Essa realidade se reverteu no preço baixo das terras, colocando o produtor num “beco sem saída”, pois não havia condições econômicas e financeiras para continuar produzindo, caracterizando o fim das atividades desempenhadas nas mesmas e a conseqüente dispensa dos trabalhadores. Permaneceram administradores ou moradores para não caracterizar o abandono total. Contingente expressivo de trabalhadores migrou para os centros urbanos locais, a exemplo de Ilhéus e Itabuna. Não há, na literatura regional, números efetivos sobre o montante de trabalhadores desempregados, mas se

² Fungo que, ao infestar, ataca inicialmente as folhas e estende-se para os galhos até atingir os frutos, provocando o ressecamento prematuro dos mesmos.

especula com números entre 200.000 e 250.000. Pimenta (2000) fala em 200.000 trabalhadores desempregados.

De maneira geral, a interpretação da crise cacauera está ligada à disseminação da vassoura-de-bruxa nos anos 90. Esta, por sua vez, associa-se a uma conjunção de aspectos, tais como: climáticos (períodos de longa estiagem); diminuição na renda; preços aviltados; incidência de pragas e doenças; descapitalização e endividamento dos produtores (TREVIZAN, 1996). Estes fatores dão uma dimensão das consequências da crise sobre a renda, o impacto no mercado regional e no emprego (TREVIZAN, 2002).

A crise na região cacauera ocasionou a desestruturação das bases socioeconômicas, afetando a estrutura produtiva, desmantelando as condições da suposta sustentabilidade da sociedade regional, amparadas na atividade cacauera. Suposta porque apontou para a fragilidade de uma sociedade sustentada secularmente numa atividade monocultora que orientava a economia e a vida da população regional, sendo o *locus* dinamizador das demais atividades. Era uma crise cujo reflexo estava, de um lado, no desemprego de milhares de trabalhadores e na acentuada pauperização da classe trabalhadora e, do outro, na desestruturação da sociedade.

Trevizan (1996) aponta as mudanças na posse e no uso da terra e nas relações de trabalho depois do aparecimento da vassoura-de-bruxa, instalando-se o processo de mudança estrutural. Constata o autor (1998, p. 90) que “os movimentos de luta pela terra na região e a conseqüente expansão dos assentamentos ocorreram paralelamente ao desfecho da crise do cacau na região”.

A venda de propriedades acarretou modificação na estrutura fundiária, remodelou os arranjos produtivos, emergindo novas culturas e/ou recuperando-se outras, como a banana e o café, entre outras fruteiras, reorganizando-se e reestruturando-se a área da antiga lavoura cacauera.

A mudança na estrutura fundiária resultou da apropriação de terras para fins de reforma agrária por meio da mobilização dos movimentos sociais dos trabalhadores sem terra na região, particularmente o MLT e o MST. A organização dos trabalhadores, a ocupação das fazendas improdutivas e a formação dos acampamentos e assentamentos coincidem com o auge da crise do cacau na região.

Depreende-se do exposto que a crise na região cacauceira esteve associada ao comprometimento das condições socioeconômicas criadas pela monocultura do cacau, que, ao afetar a estrutura produtiva e a sociedade, acabou por dismantelar as condições da suposta sustentabilidade, amparadas na atividade cacauceira.

Sob o olhar sociológico, portanto, a natureza da crise refletiu-se no desemprego, no aprofundamento da pobreza e da miséria e nas condições subumanas a que foi submetida a classe trabalhadora cacauceira. A modernização da atividade gerou uma massa de trabalhadores pauperizados e miseráveis, refletindo-se na proletarianização do trabalhador cacauceiro. A crise, por sua vez, revelou as condições precárias em que viviam, cuja base estavam num modelo socialmente perverso de exploração da classe trabalhadora.

A crise que se instalou na década de 1990 repercutiu no fechamento de muitas fazendas de cacau e no desemprego de milhares de trabalhadores. Movimentos sociais ligados à terra, trabalhadores desempregados, partidos e sindicatos empreenderam o processo de luta e ocupação de terras improdutivas na região, implicando na formação de assentamentos rurais. A fragilidade e a decadência do poder dos proprietários de terras, os coronéis do cacau, contribuíram para o fortalecimento da luta empreendida pelos trabalhadores através do MLT, que nasceu com a crise, e o MST (COSTA, 1996). A luta pela terra na região, para alguns trabalhadores, ergueu-se da crise da lavoura cacauceira, da situação de desemprego, da falta de perspectivas de trabalho e do enfraquecimento do poder econômico e político dos cacauicultores, favorecendo e fortalecendo a mobilização para as ocupações de terras e formação dos acampamentos e dos assentamentos rurais. Para outros, o destino foi os centros urbanos maiores da região e do país.

O desemprego e as condições de miséria mobilizaram os trabalhadores na luta pelas terras improdutivas. Nessa trajetória, duas categorias surgiram desses trabalhadores: a primeira, a mudança de trabalhador cacauceiro para *sem-terra*; e a segunda, a mudança de *sem-terra* para *assentado*. A categoria *assentado* é simbolizada pela conquista da terra. Esta, por sua vez, representou a autonomia sobre o trabalho e a atividade produtiva, de maneira que refletiu sobre suas condições de reprodução, objeto de investigação desta pesquisa.

Esta tese pretende contribuir para o entendimento do rumo tomado pela classe trabalhadora cacaujeira, submetida à sujeição e à exploração, quando, após a crise, suas condições de vida foram precarizadas e, ao mesmo tempo, os trabalhadores foram destituídos de seus direitos. Procurou-se contribuir, também, para a literatura histórica, econômica e social sobre uma classe que, no alvorecer e no desenvolvimento da crise, foi esquecida e marginalizada.

1.2 Problema, objetivo e hipótese

A passagem de trabalhador assalariado para assentado significou para esse sujeito a construção de uma nova identidade, em sua trajetória. Tratar do assentado significa delinear suas especificidades como novo sujeito social. Uma dessas especificidades é a autonomia conquistada a partir do acesso à terra, que se refletiu sobre suas condições de vida, tanto objetiva como subjetivamente. O caráter objetivo diz respeito às condições reais e concretas sob as quais os assentados se reproduziram e ainda se reproduzem. O caráter subjetivo trata de como os assentados perceberam e vivenciaram a autonomia, visto que a nova situação implicou transformações em suas estratégias de reprodução. Questionou-se que significados assumiu a autonomia para os assentados e como esta se refletiu sobre as condições de reprodução e de vida. Essa questão remeteu a outra: como foi percebida a relação entre o trabalho e a autonomia por esses sujeitos, diante da nova condição?

O estudo teve por objetivo analisar a relação entre o trabalho e a autonomia na percepção do assentado e o reflexo dessa relação sobre as condições de reprodução, comparando-as à sua situação anterior, como assalariado.

A hipótese levantada foi que a autonomia vivenciada pelos assentados com a conquista da terra refletiu-se, tanto objetiva quanto subjetivamente, em condições de trabalho e de reprodução mais favoráveis face à condição anterior como assalariado nas fazendas de cacau, implicando na melhoria de suas condições de vida.

1.3 Seleção do tema

O campo de pesquisa foi o assentamento *Terra Vista*, localizado no município de Arataca, na região cacaueira. A escolha desse assentamento deveu-se ao fato de ter sido a primeira conquista de ocupação de terra na região, que completou dezessete anos de existência em 2010. A luta exitosa do MST com esta conquista estimulou novas ocupações de terras e o surgimento de outros movimentos de luta pela terra na região.

A proposta do MST era tornar o *Terra Vista* um *assentamento-modelo*. A ideia do modelo envolveu o momento político de embate entre o MST e a UDR (União Democrática Ruralista); quando, através das ocupações, o movimento procurou afirmar-se no cenário brasileiro, tentando transformar latifúndios improdutivos em formas de organização coletiva e familiar, cumprindo a função social da terra através da produção de alimentos para abastecer os centros urbanos. A crise da lavoura aconteceu num momento em que esse debate estava na ordem do dia. A conquista do *Terra Vista* no coração do latifúndio cacaueiro, às margens da BR – 101 e próximo de importantes centros urbanos regionais, tornava realidade o lema do movimento: ocupar, resistir, produzir. A ideia era de repassar, caso a experiência fosse bem sucedida, essa forma de organização para os demais assentamentos do MST na região.

No entanto, este assentamento não foi bem sucedido na proposta de se afirmar como modelo eficiente e sustentável, econômica e socialmente; vivenciando, desde o início de sua existência, um bloqueio no seu desenvolvimento.

1.4 Procedimentos metodológicos

O fio condutor da pesquisa foi o modo como os assentados representaram esse processo de passagem da condição anterior de *assalariado* e *morador* para a condição de *assentado*. Em suma, tratou-se de comparar a percepção da autonomia que reflete sua avaliação sobre as condições de trabalho e de vida antes e agora. Nesse sentido, o assentamento

É um movimento histórico novo, significando reconstrução a partir de fragmentos culturais de resistência, porém integrados a uma realidade conquistada a partir das lutas, o que supõe uma identidade como resultado da prática (no sentido da práxis) (BERGAMASCO; FERRANTE, 1994, p. 188).

Sendo um movimento novo, entende-se, em acordo com as autoras, que:

Pensar o projeto dos assentados implica reconhecer a diferenciação de suas origens, trajetórias de vida e discutir a perspectiva de existir uma história social comum em suas andanças, sustentada pelo vínculo representado pela relação mediata/ imediata com a terra. (BERGAMASCO; FERRANTE, 1994, p. 189).

Portanto, discutir o projeto dos assentados implica em discutir o significado que carrega para estes a luta pela terra. Nessa trilha, procuraram-se compreender as representações que os assentados construíram sobre suas condições atuais de reprodução e de vida face à condição anterior como morador e assalariado. Daí que o assentamento revela-se como um “espaço social em processo de construção, onde as distintas temporalidades - passado, presente e futuro – acham-se imbricadas e são resultantes das ações dos sujeitos em determinadas circunstâncias” (MORAES e SILVA, 2003, p. 105). Portanto, a investigação das condições de reprodução e de vida do assentado, ao conquistar a autonomia, implica em adentrar a realidade vivida e percebida por estes sujeitos objetivamente, para, a partir daí, apreender o objeto de investigação. A esse respeito, tem-se que:

Quando se objetiva conhecer a realidade em si mesma, impõe-se a necessidade de considerar também os elementos que lhe dão a sua especificidade. Só assim é possível apreender a atividade objetiva do homem e, conseqüentemente, chegar à estrutura condicionante da realidade percebida e definida como ponto de partida. Só assim é possível ascender do abstrato ao concreto, isto é, superar a ‘abstratividade’ dos conceitos mediadores do processo de conhecimento e representar a realidade mais objetivamente (MELLO, 1978, p. 19).

A proposta metodológica visou investigar as condições objetivas da reprodução dos ex-trabalhadores cacaueiros, como moradores e assalariados, e as condições objetivas de sua reprodução como assentados. A investigação procurou entender como esses processos são compreendidos pelos assentados, com base num exercício reflexivo sobre o passado recente, o presente e as perspectivas para o futuro. Os procedimentos metodológicos e as técnicas utilizadas seguem adiante.

1.4.1 Seleção dos dados secundários

A seleção dos dados secundários foi organizada mediante levantamento do material bibliográfico sobre a economia cacaueira – desde seu surgimento até a crise – nas principais instituições locais: a CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) e a UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz). Foram artigos, periódicos, monografias, dissertações e teses sobre o tema, cuja problemática da crise tem sido bastante explorada, nestas duas últimas décadas, por alunos, pesquisadores e professores das instituições acima. Com relação aos assentamentos, duas instituições foram fundamentais na seleção dos dados: o MST e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

A análise dos dados secundários tratou de apresentar o processo pelo qual se deu a formação da economia cacaueira e, com ela, a constituição das relações de trabalho e de produção. Observou-se que, após modernização do setor durante a década de 70, a crise econômica dos anos 80 e o ataque da vassoura-de-bruxa nos anos 1990 desestruturaram a economia e a sociedade. No âmbito desse processo, investigou-se a situação da classe trabalhadora e o processo de proletarianização e precarização das condições de vida que se seguiram à crise.

Obtiveram-se, junto ao INCRA, relatórios atualizados sobre os assentamentos da região – e sobre o *Terra Vista*, em particular - referentes a número, ano de criação, organização ou movimento que coordena, capacidade para assentar e famílias efetivamente assentadas.

O referencial bibliográfico apoiou-se em importantes estudos sobre os assentamentos, destacando-se três obras: *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*, estudo de pesquisadores em diversos estados e cobrindo

diferentes realidades dos assentamentos, coordenado por José de Souza Martins; *Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*, abrangendo várias regiões brasileiras, onde havia maior concentração de assentamentos, desenvolvido por pesquisadores com vários estudos nesta área; *Reforma agrária: trabalho, emprego e renda*, um estudo que aborda questões epistemológicas, econômicas, sociais, políticas e ambientais.

O enfoque dado à questão do trabalho no pensamento sociológico clássico teve como suporte a teoria marxista sobre o trabalho, quando se fez uma análise sobre a relação entre o trabalho e o capital, como relação social de produção central no pensamento marxista, direcionando a análise para o tema de investigação que tratou da mudança da posição de trabalhador cacauero para assentado, enfatizando a categoria *exploração*.

Abriu-se, também, uma discussão sobre o questionamento do trabalho como categoria central na atualidade, através de alguns autores, dos quais destacam-se Offe, Toledo, De La Garza, Antunes, Castells, entre outros. Sobre a análise da autonomia e da reprodução dos assentados, buscou-se referenciar a literatura nas obras de Sen, Prado Jr., Garcia Jr., Martins, entre outros.

1.4.2 Seleção e perfil dos assentados

A população do assentamento é formada por 48 famílias. A seleção apoiou-se nas trajetórias de vida desses trabalhadores, sintetizadas em alguns critérios:

- a) ter sido trabalhador (homem/mulher) cacauero: incluíram-se trabalhadores que passaram pelos regimes de moradia e de empreitada; trabalhadores que vivenciaram apenas o regime de empreitada. Após a modernização, ateu-se naqueles trabalhadores com maior tempo de vida ligado à lavoura cacauera;
- b) trabalhadoras que, embora não tenham suas trajetórias ligadas diretamente ao trabalho na lavoura, tiveram importante papel na mobilização política para ocupação das terras ociosas;
- c) pioneiros: aqueles trabalhadores que estiveram no início da mobilização nas cidades ou no campo, na ocupação (acampamento na *lona preta*);

d) trabalhadores que, mesmo se incorporando posteriormente, tiveram suas trajetórias de vida ligadas à lavoura do cacau.

Antes da seleção dos assentados que fariam parte da pesquisa, entretanto, procedeu-se à busca de informações com o coordenador do assentamento *Terra Vista* e com os próprios assentados, mantendo-se diálogos com a quase totalidade de membros das famílias.

A seleção constou de 15 assentados, além do coordenador do MST, que reside no assentamento. Para o grupo, foram escolhidos onze homens e quatro mulheres; e, dessas mulheres, apenas uma era chefe de família e responsável pelo trabalho na roça. Do total de sete assentados pioneiros, quatro fizeram parte da pesquisa, excluindo o coordenador (ANEXO, p. 213-225). Estes, desde o início, participaram da luta pela ocupação, da organização à mobilização.

Os assentados foram divididos em dois grupos: os pioneiros (4), aqueles trabalhadores que estiveram desde o início da mobilização para a ocupação da fazenda, durante os enfrentamentos com a polícia e que resistiram até a ocupação definitiva; e os que foram incorporados posteriormente (11). Deste último grupo, apenas três trabalhadores não passaram pela lona preta. Alguns destes, embora tenham participado da luta, do enfrentamento e da resistência, não estiveram desde o início na luta pela conquista do assentamento.

Houve uma minoria da população assentada, cuja participação nos movimentos de luta e ocupação ocorreu por outros motivos que não propriamente a conquista da terra, mas em decorrência da crise cacaeira que a atingiu. Como afirmou Sigaud (2006), estudando os acampados de reforma agrária da Zona da Mata pernambucana:

[...] a reforma agrária não é vista como saída apenas por aqueles diretamente atingidos por ela, como os trabalhadores desempregados: ela atrai igualmente pessoas com ocupações precárias e vivendo em situações de incerteza (p. 56).

A disposição de lutar pela terra através das ocupações ocorreu exatamente no momento posterior à crise da lavoura cacaeira; pois, até então, a bandeira dos sindicatos dos trabalhadores focalizava melhores salários e condições de trabalho.

Abraçar a causa da luta pela terra e pelas ocupações partiu fundamentalmente dos movimentos sociais ligados à terra, que na região se instalaram ou lá nasceram. Uma parte dos assentados ainda residia e trabalhava no campo, com parentes ou para fazendeiros; outra parte se deslocara para os centros urbanos próximos, à procura de emprego ou passara a trabalhar como autônomo (ocupação informal).

Foram realizadas entrevistas aprofundadas e sistematizadas, no total de dez, e aplicados três questionários (os dois últimos complementaram questões pendentes do primeiro, assim como foram acrescidos por novas questões, que surgiam à medida que se procedia à análise dos dados), que versaram sobre as condições anteriores de assalariamento e as condições atuais, no que diz respeito à influência da autonomia nas condições de trabalho, de reprodução e de vida.

1.4.3 A pesquisa de campo

A pesquisa de campo envolveu várias etapas: primeiro, fez-se visita ao assentamento, em fevereiro de 2008, mantendo-se diálogo com o coordenador, agendando-se visitas para entrevistar os assentados. Em 2008, foram três visitas: fevereiro, abril e junho; em 2009, três: fevereiro, junho e novembro; e, em 2010, também três visitas: março, maio e novembro. Ao todo foram feitas nove visitas; e, em cada uma delas, ficava-se em torno de 3 a 5 dias no assentamento, durante a semana e finais de semana. A segunda e a terceira visitas foram dedicadas a contatos com os assentados, com os quais se mantiveram diálogos e aplicaram-se questionários. Dos diálogos, entrevistas e questionários resultou a reformulação de questões e a inserção de outras, à medida que se adentrava no campo de investigação e novos questionamentos surgiam.

Ainda em 2008, fez-se visita a cinco lotes, onde se vivenciou o trabalho e conheceram-se aspectos da produção dos assentados. As novas informações e questionamentos instigaram a um maior aprofundamento do objeto de investigação, procurando-se conhecer mais detalhes da realidade, intensificando-se os diálogos com os assentados e com o coordenador, cruzando-se as informações. A cada visita realizada, buscando respostas para as questões surgidas da visita anterior, novas questões se colocavam no horizonte de nosso objeto de investigação, o que

se fez nas visitas seguintes, em 2009. Em 2010, as visitas centraram-se mais nas pendências e esclarecimentos de informações à medida que se escrevia. A pesquisa de campo foi organizada através de visitas intercaladas, onde, a cada uma, procediam-se entrevistas e diálogos em profundidade, catalogavam-se os dados para posterior confecção dos capítulos da tese.

Foram feitas visitas à coordenação do MST no núcleo regional na cidade de Itabuna, oportunidade em que se aplicou questionário e fez-se entrevista com o coordenador. Visitou-se a sede do INCRA em Itabuna, onde se conversou com o técnico responsável pelo acompanhamento do assentamento, momento em que foi disponibilizado um diagnóstico de desenvolvimento sustentável para o assentamento, elaborado em 2000.

Vivenciou-se o cotidiano dos assentados nos diversos momentos de suas vidas, mantendo-se diálogo, fazendo-se entrevistas com assentados e assentadas que serviram como suporte para a seleção. Observou-se o dia a dia dos assentados no trabalho, no lazer e os laços sociais de parentesco, de amizade e de vizinhança. A partir desse conjunto de ações, conheceram-se histórias de vida e trajetórias, e a percepção dos mesmos sobre a nova vida.

As informações indicaram, de certa forma, algumas semelhanças entre os assentados, quanto à organização do trabalho de base familiar, aos tipos de lavoura explorada (café, cacau, banana) e à forma de comercialização (intermediários). Quanto ao núcleo familiar, evidenciaram-se diferenças significativas, desde assentados que viviam sozinhos (2), até assentados com núcleo familiar vasto (com 9, 10 e 13 filhos). Uma das famílias, por exemplo, com 10 filhos, incluindo genros e noras, formava um núcleo com dezesseis pessoas. Nos núcleos familiares pequenos, os filhos e as filhas se estabeleceram no assentamento; as filhas estudavam e cuidavam do lar e os filhos estudavam e trabalhavam na roça (ANEXO, p. 213-225).

Tabela 1: Caracterização dos assentados

	NOME	NATALIDADE	ESTADO CIVIL	IDADE	INGRESSO	CONDIÇÃO ANTERIOR	Nº DE FILHOS
1	Adel Fco. de Oliveira	Itabuna	casado	69	1997	morad/assal	-----
2	Aloísio Ferreira Lima	Sergipe	casado	67	1993	morador	13
3	André Hermóg. Santos	Gandú	casado	70	1995	morad/assal	6
4	Antônia Vieira Lima	Ubaitaba	casada	60	1993	moradora	13
5	Áurea Brito Silva	Itabuna	casada	59	1997	moradora	-----
6	Edvaldo B. dos Santos	Belmonte	amigado	59	1995	morad/assal	10
7	Ivo Felipe Lucindo	Itacaré	amigado	45	2003	assalariado	-----
8	José Correia de Souza	Ilhéus	viúvo	75	1995	morad/assal	2
9	Lourival José Mendes	Pau-Brasil	solteiro	64	1993	morad/assal	3
10	Manoel O. dos Santos	Valença	casado	50	1994	assalariado	4
11	Odete Silva de Jesus	Itabuna	viúva	59	1993	assalariada	9
12	Pedro de Almeida	Sertão-BA	casado	57	1993	assalariado	3
13	Raimundo F. Santana	Camacan	casado	53	1995	assalariado	1
14	Teresa da Silva Santos	Itagibá	casada	48	1995	morad/assal	4
15	Valdir Santos Lima	Ilhéus	desquit.	33	1998	assalariado	3
16	Joelson F. de Oliveira		casado	49	1993	Coord.	4

Fonte: Pesquisa de campo, 2008-2010.

A segunda visita ocorreu em abril de 2008. Nessa etapa, aplicaram-se questionários e fizeram-se entrevistas com os assentados para compreensão de suas trajetórias de vida – as condições de trabalho e de vida como trabalhador cacauero, desde o trabalho nas fazendas de cacau, até o ingresso nos movimentos de luta pela terra; a trajetória de entrada no assentamento até o momento atual, investigando sobre o trabalho, as atividades produtivas, os laços sociais, no acampamento e no assentamento; a percepção que têm da reforma agrária e, particularmente, do assentamento, as perspectivas quanto ao futuro dos filhos e do assentamento.

Na terceira visita, que ocorreu em junho de 2008, investigou-se, através de conversas e aplicação de questionários, como eles avaliavam a autonomia e suas alternativas de reprodução através das atividades desenvolvidas. Procurou-se, também, investigar a percepção que os assentados tinham das condições de trabalho no assentamento, comparando-as com as condições de trabalho anteriores. Embora, nesta visita, o foco central tivesse sido a autonomia, ela esteve presente em todos os diálogos nas visitas anteriores.

A quarta visita, que ocorreu em fevereiro de 2009, centrou-se no diálogo que constantemente se fez entre a teoria e a realidade, o que se levou, primeiro, à melhor compreensão dos fatos e, segundo, na medida em que se transcreviam as entrevistas, a novos questionamentos. Também se resolveu ampliar o universo da pesquisa, entrevistando-se outros assentados, que não os antigos trabalhadores cacauzeiros, denominados pelos próprios assentados como *pioneiros*. Esses “novos” trabalhadores são aqueles arregimentados para os regimes de diária e empreitada após a modernização da atividade e o Estatuto do Trabalhador Rural, que não vivenciaram todo o processo da passagem de moradores a volantes. São trabalhadores na faixa etária entre 30 e 50 anos. Deparou-se com um público diversificado, assim como se pôde perceber melhor a teia de relações de parentesco e de amizade existentes.

Na quinta visita, em junho do mesmo ano, resgataram-se algumas informações que ficaram pendentes e foram percebidas à medida que se escrevia o texto. Das observações feitas pela orientadora e das reformulações que foram feitas nos capítulos referentes aos dados e informações das entrevistas, notou-se que estavam faltando dados empíricos e informações para as respostas a algumas questões-chave para conclusão dos capítulos referentes à pesquisa.

Na sexta visita, em novembro de 2009, tinha sido instalado no assentamento o Programa de Aquisição de Alimentos (P. A. A.) do Governo Federal, cuja finalidade era a compra dos produtos dos assentados a preço de mercado para distribuir em creche, hospitais, escolas etc. A comercialização até então era feita em feiras e/ou por atravessadores. Nas duas últimas visitas, procurou-se acompanhar o desempenho do programa junto aos assentados e observar a percepção deles sobre o programa com relação à produção e à renda.

As visitas feitas em 2010 – no total de três – voltaram-se para esclarecimentos de algumas informações, assim como levantamento de dados que faltavam para a elaboração de gráficos que ilustravam as informações contidas nos capítulos 4 e 5, sobre a organização da produção, a sociabilidade, o trabalho, a autonomia e as condições de vida em geral.

1.4.4 A observação

A observação foi um instrumento de pesquisa valioso na medida em que o pesquisador, ao mesmo tempo em que se debruçava sobre os demais instrumentos de pesquisa na visita ao campo, absorvia o cotidiano do trabalho e de vida dos assentados. Ela esteve presente em diversos momentos no assentamento: nos passeios, nas entrevistas, nas visitas aos lotes.

À medida que se investigava e se aprofundava no objeto a ser apreendido, a observação estava constantemente a auxiliar o pesquisador, registrando, através das imagens, o universo pesquisado, assim como o comportamento dos assentados em suas atividades. Ao tomar conhecimento e ter acesso às informações sobre o dia a dia dos assentados, procedia-se às análises. As observações que se faziam eram absorvidas pelo pesquisador como afirmação, negação ou questionamento frente ao que se ouvia nas entrevistas e diálogos.

1.5 Estrutura da tese

No primeiro capítulo, fez-se uma breve análise geral da evolução da economia cacaueteira desde o seu surgimento até o desenrolar da crise, nas décadas de 1980 e 1990, cujo desfecho resultou no desemprego de milhares de trabalhadores em condições de miséria, desembocando na ocupação das fazendas improdutivas e formação de assentamentos. Em seguida, expôs-se o problema, o objetivo e a hipótese da pesquisa. Seguiu-se com as categorias centrais e o método de investigação. Passou-se, em seguida, por uma apresentação da estrutura da tese, comentando-se o conteúdo dos capítulos que compõem o seu conjunto.

O segundo capítulo tratou do referencial teórico e da revisão de literatura. Discorreu-se sobre os significados atribuídos ao trabalho e à autonomia, utilizados para embasar o objeto de investigação. A análise sobre o trabalho centrou-se em algumas das principais obras de Marx (*O Capital*; *Manuscritos Econômicos-*

Filosóficos; A Ideologia Alemã), que trataram do trabalho e da relação deste para com o capital; em seguida, exploraram-se estudos contemporâneos, enfocando o questionamento da centralidade do trabalho no conjunto das transformações pelas quais tem passado a sociedade, visto que, para o estudo em questão, o trabalho é tomado como categoria central para os assentados na relação que mantêm com a autonomia. Nessa revisão de literatura sobre o mundo do trabalho nas sociedades urbano-industriais, destacaram-se Offe, Fracalanza e Raimundo, De La Garza, Antunes, Castells e Sorj. Em seguida, analisou-se o comportamento do trabalho – e a sua relação com a autonomia - nos estudos sobre o campesinato, através das obras de Wolf, Garcia Jr., Wanderley, Martins, Heredia, Prado Jr., Sigaud, entre outros. Sobre os assentamentos, alguns estudiosos foram fundamentais, como Leite, Medeiros, Heredia, Bergamasco, Martins, Wanderley, Romeiro, Guanziroli. As concepções de “acesso” e “autonomia” foram abordadas, contemporaneamente, na obra de Sen, *Desenvolvimento como Liberdade*.

O terceiro capítulo analisa a formação e o desenvolvimento das relações de trabalho que deram sustentação à economia cacaueteira. A investigação demonstra as relações de sujeição e exploração dos trabalhadores cacaueteiros nos regimes de moradia e assalariamento, assim como o processo de proletarização e suas consequências sobre as condições de vida desses trabalhadores. Por último, analisam-se as novas relações de trabalho nos anos 90, após o desfecho da crise.

O quarto capítulo versa sobre a trajetória dos assentados. Inicia com a dispensa dos trabalhadores das fazendas de cacauete, a organização e a mobilização na luta pela terra; analisa-se a intermediação dos movimentos sociais e partidos políticos na passagem de trabalhador a *sem-terra*. Daí segue uma nova trajetória de ocupação das terras e a formação dos acampamentos. Do acampamento para o assentamento, representa-se a “última” trajetória, onde o *sem-terra* assume agora a identidade de *assentado*.

O quinto capítulo faz uma análise inicial dos conceitos de região e território entre alguns autores, para dar embasamento à noção de região cacaueteira, a partir das transformações ocorridas. Em seguida, trata-se resumidamente do município no qual se insere o assentamento, para, posteriormente, debruçar-se sobre a formação e organização socioeconômica do assentamento.

O sexto capítulo faz uma análise do trabalho e da autonomia na percepção dos assentados e como estas categorias se refletem sobre suas condições de

reprodução e de vida, dando enfoque aos aspectos objetivos e subjetivos da autonomia.

As considerações finais reuniram as ideias centrais do estudo, respondendo-se ao problema, ao objetivo e à hipótese que orientou esta tese.

Por último, têm-se as referências e o anexo sobre a história e trajetória dos informantes da pesquisa.

2 TRABALHO E AUTONOMIA

Na investigação da nova forma de organização da vida no assentamento, o acesso à terra foi o instrumento que possibilitou ao sujeito da reforma agrária a autonomia no trabalho e nas atividades que passou a desenvolver. Ao se questionar sobre o significado dessa autonomia, os assentados ressaltaram o fato de não estarem sujeitos a ninguém, de trabalharem para si próprios e, em assim sendo, terem o domínio sobre o “seu” tempo e colherem para si o fruto de seu trabalho. Com base nos significados atribuídos à autonomia, observou-se uma relação muito próxima com o trabalho.

Estudiosos, na contemporaneidade, têm questionado o *trabalho* como categoria explicativa para as transformações no mercado do trabalho e seus impactos nos novos ordenamentos sociais, ressaltando outros elementos, como a identidade, a cultura, o gênero, a emergência da importância do setor dos serviços etc., deslocando o trabalho do papel central de explicação dos processos sociais na atualidade. Offe (1998) é um dos principais defensores da descentralização do trabalho na sociologia. Por outro lado, Antunes (1999), Castells (2000), Toledo (2000) reafirmam o papel central do trabalho, argumentando que, embora esses outros elementos (gênero, serviços etc.) tenham emergido, o trabalho continua a ser o meio através do qual a maioria das pessoas se mantém e atende a suas necessidades. Na sociedade capitalista contemporânea, o trabalho continua a ser o meio através do qual as pessoas sobrevivem e se reproduzem.

O capítulo estrutura-se na análise do trabalho (capital/trabalho) na teoria marxista e em alguns estudiosos contemporâneos. Em seguida, analisa-se a relação entre a terra e o trabalho e finaliza-se com a análise sobre o trabalho e a autonomia.

2.1 A categoria ‘trabalho’ na teoria marxista: a natureza da exploração

Este item se reporta à análise do trabalho entre os principais pensadores da sociologia clássica e entre alguns estudiosos do trabalho na contemporaneidade. Trata-se de investigar o significado e a importância assumida pelo trabalho - na

relação que mantém com o capital - no pensamento marxista na gênese do capitalismo e seu lugar no mundo atual, com a emergência de novos aspectos explicativos da ordem social e do desenvolvimento do setor de serviços, com o aporte de novas tecnologias no capitalismo globalizado.

A divisão do trabalho, para Marx, é um fenômeno que instaura o conflito social. Esse conflito apareceu na gênese do capitalismo, onde se defrontaram, no mercado, proprietários de meios de produção e proprietários da força de trabalho, isto é, capitalistas e trabalhadores, cujo desdobramento refletiu-se na desigualdade social entre as duas classes.

Em uma passagem de *O Capital*, o trabalho apresenta-se como “um processo entre o homem e a natureza” (MARX, 1983, p. 149) que, ao satisfazer as necessidades humanas por meio da produção de bens, é, assim, a “condição de existência do homem, independente de qual seja a forma de sociedade, eterna necessidade natural (...) da vida humana” (MARX, 1983, p. 50). Para Marx (1978, p. 9), “a sociedade é, pois, a plena unidade essencial do homem com a natureza”, visto que a apropriação privada da terra é, na teoria marxista, a base sob a qual se erige a sociedade e, com ela, o conflito de classes entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles em que a força de trabalho torna-se sua única propriedade, e cuja venda é a única condição para sua reprodução.

A propriedade privada da terra por uma classe nega à outra seu acesso, de maneira que subjugua o trabalho de uns em detrimento de outros, de tal forma que esta divisão cristaliza a existência de conflito entre possuidores e não possuidores. Como elemento intrínseco à natureza humana, o trabalho é uma “substância social” (1983, p. 47), à medida que os homens contraem relações sociais com o fim de produzirem e se reproduzirem, e, assim, satisfazerem suas necessidades. O trabalho como processo social, e, conseqüentemente, o homem como *ser social* colocou Marx como um dos grandes expoentes do pensamento sociológico.

A divisão do trabalho, diz Marx (1978, p. 24), “é a expressão econômica do caráter social do trabalho no interior da alienação”. A apropriação privada da terra, que se consubstancia na propriedade privada capitalista, é o instrumento através do qual se originam as desigualdades sociais no sistema capitalista. A alienação do trabalhador, segundo Marx, se dá no trabalho, através do produto do trabalho e, por consequência, sobre o próprio trabalhador. Assim, para Marx, o que se coloca no âmago da divisão do trabalho é a alienação, que tem como pressuposto a diferença

que existe entre trabalho e força de trabalho (MARX, 1983). A força de trabalho é a “individualidade viva” do trabalhador, criadora do valor, enquanto o trabalho é a substância inerente àquela; portanto são grandezas diferentes de valor, sendo o valor do trabalho maior que o valor da força de trabalho. A força de trabalho cria um valor que vai além do seu próprio valor, configurando-se na *mais-valia*. Para Marx, a importância da divisão do trabalho não está no papel de incrementar as relações sociais, aproximando os indivíduos, mas no fato dela já partir de um pressuposto que é a apropriação dos meios de produção, o que gera a apropriação dos frutos do trabalho e sua apropriação por uma classe, de forma tal que resulta nas desigualdades entre os indivíduos e não na solidariedade. Nesse sentido, a divisão do trabalho tem como pressuposto a divisão da sociedade entre proprietários de meios de produção e de força de trabalho, ao mesmo tempo em que representa e reforça a desigualdade social entre as classes.

Sobre a natureza da alienação, Marx (citado por ROSDOLSKY, 2001, p. 585) questiona:

Em que consiste a alienação do trabalho? Em primeiro lugar, no fato de que o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua essência. Portanto, o trabalhador não se realiza, mas se nega, em seu trabalho; não se sente bem nele, mas infeliz; não desenvolve livremente suas energias físicas e intelectuais, mas desgasta seu físico e arruína seu intelecto. Portanto, o trabalhador está fora do trabalho em si mesmo e fora de si no trabalho. Desta situação, dominante na sociedade capitalista, se origina a reversão de todos os valores humanos.

A alienação configura-se, de forma dissimulada e aparente, no salário como pagamento do trabalho, quando, na verdade, o capitalista paga o valor da força de trabalho. É nessa diferença que se situa um dos aspectos da alienação do trabalhador, pois o que, na aparência, ele percebe é que vende seu trabalho, quando, na realidade, vende a força de trabalho ao capitalista em troca do salário. A alienação está implícita na exploração e apropriação do trabalho.

Esse aspecto é importante na análise da relação entre trabalho e autonomia para o trabalhador assalariado, no caso em questão, o trabalhador cacauero, assim como para refletir sobre a situação presente do assentado, porque a autonomia,

dentro dos estreitos limites da análise, se contrapõe à exploração e à alienação⁶. A exploração da força de trabalho e, em decorrência, a apropriação da riqueza concentrada nas mãos da burguesia cacauera sinalizava, em contrapartida, a miséria material da classe trabalhadora, cujo reflexo estava nas precárias condições de vida e está atualmente na memória dos assentados, cujos relatos demonstraram essa situação. Se, na condição de assalariado, separava-se a força de trabalho do trabalho, na condição de assentado, estes dois elementos estão unidos. Força de trabalho e trabalho é uma única e só coisa.

Para Marx, a acumulação capitalista é resultado da diferença entre força de trabalho e trabalho, isto é, entre o valor que o trabalhador recebe pela força de trabalho e o valor que realmente produz, logo, na exploração do trabalhador. Este autor observa classes em conflito, cuja centralidade está no trabalho. Portanto, a concepção marxista do trabalho através da exploração do trabalhador é o suporte teórico para refletir e analisar a realidade do trabalhador assalariado do cacau, hoje assentado. Mas, quando a análise passa do trabalhador cacauero para o assentado, explicita-se o acesso à terra para realização de seu trabalho e do produto que ele gera para si próprio, ao mesmo tempo que nega e supera a exploração *direta* do trabalhador. Apenas sob este ponto de vista, no que se refere à alienação, o trabalho deixa de ser exterior ao trabalhador; nele, o trabalhador não se nega, mas, ao contrário, realiza-se.

A diversificação produtiva das economias e os novos aportes tecnológicos levaram, desde o final do século passado, à ampliação do setor de serviços e à necessidade de novas reflexões sobre o trabalho como categoria social, cuja flexibilização tem colocado em questionamento seu *status* de categoria central na sociologia. A análise dessa questão do trabalho na contemporaneidade é o que se fará no item seguinte.

⁶ Quando se fala “dentro dos estreitos limites da análise”, entende-se que a alienação pode estar não na apropriação direta do trabalho, mas, indiretamente, através das relações de compra e venda dos produtos comercializados pelos assentados.

2.2 A contemporaneidade do ‘trabalho’ como categoria sociológica central

Estudiosos questionam a centralidade do trabalho na compreensão dos processos sociais que permeiam o desenvolvimento da sociedade capitalista na atualidade, defendendo o fim da centralidade do trabalho. Por outro lado, há autores que defendem o trabalho como elemento central na compreensão desses processos na contemporaneidade. Nos estudos sobre a crítica à centralidade do trabalho, destacam-se, na presente pesquisa, Offe (1998), Fracalanza e Raimundo (2010), enquanto, entre os que sustentam sua importância, citam-se, entre outros, os trabalhos de Toledo (2000); Antunes (1999); Sorj (2000) e Castells (2000).

Offe (1998) afirma que “o fato social do trabalho assalariado, ou a dependência em relação ao salário, não constitui mais o foco da identidade coletiva e da divisão social e política” (p. 7). E aí questiona a centralidade do trabalho como explicação da ordem social, pois “a proporção de tempo dedicado ao trabalho vem declinando consideravelmente na vida das pessoas; o tempo livre também aumentou e parece que vai continuar aumentando” (ibidem, p. 12). E conclui que “o trabalho não foi só objetivamente deslocado de seu *status* de fato da vida, central e auto-evidente, como consequência desta evolução objetiva (...) o trabalho está sendo privado também de seu papel subjetivo como a força motivadora central na atividade dos trabalhadores” (p. 17).

Entende-se que o fato de haver mais tempo livre não necessariamente significa menos trabalho, pois isto pode estar associado ao aumento de sua intensidade, que produz, em menos tempo, a mesma riqueza ou maior. Não importa o nome que se atribua, mas os serviços não deixam de ser dispêndio de trabalho humano. Da mesma maneira, motivacional ou não, as atividades dos trabalhadores que produzem bens (ou serviços) não podem ser outra coisa senão trabalho. Pode-se constatar que os trabalhadores, na época da revolução industrial, não tinham estímulo motivacional ou vocacional, no sentido de Weber, mas simplesmente trabalhavam e assim tinham que o fazer para poder sobreviver. Não é a desmotivação que tira a importância do trabalho na sociedade capitalista.

Fracalanza e Raimundo (2010) apontam para três aspectos do desenvolvimento capitalista que levaram ao questionamento do lugar central do

trabalho: 1) o avanço científico e tecnológico e as formas organizacionais de gestão; 2) o trabalho humano como base de valorização; 3) a exclusão permanente de trabalhadores dos processos produtivos avançados. Para os autores, esses aspectos foram responsáveis pelo que chamam de “redundância do trabalho vivo”. Há um avanço no processo que tira do trabalho a expressão do valor e da formação da riqueza, quando, cada vez mais, há uma expansão da produção de bens imateriais, para cuja produção o trabalho, no sentido clássico, perdeu substância. Enfatizam, ainda, que:

[...] é fundamental observar que esses mesmos avanços tecnológicos criaram toda uma nova e diversificada gama de produtos e serviços cada vez mais *imateriais*, no sentido de que sua reprodutibilidade depende cada vez menos do uso do trabalho humano (grifo dos autores) (FRACALANZA e RAIMUNDO, 2010, p. 47-48).

O resultado dessas transformações nos processos de produção tem sido o impacto causado sobre o trabalho, de maneira que passa a dominar

A flagrante aceleração de uma das tendências centrais do modo de produção capitalista: a redundância do trabalho vivo. A novidade dos últimos vinte e cinco anos consiste na aceleração do fenômeno da criação de condições cada vez mais precárias não apenas de trabalho, mas principalmente de sobrevivência, uma vez que a renda oriunda do trabalho continua a ser a principal via de inserção na sociedade contemporânea (ibidem, p. 51).

Toledo (2000), ao discutir a questão contemporânea do trabalho como categoria sociológica central, embora reconheça a fragmentação do mundo do trabalho, afirma que:

[...] aunque no tuviese la centralidad que imaginaron los clásicos del marxismo sigue siendo suficientemente importante para la mayoría de los habitantes del mundo capitalista como para sostener que es

un espacio de experiencias que, junto a otros, contribuye a la rutinización o reconstitución de subjetividades e identidades (p. 17).

Nas suas palavras, a centralidade do trabalho, mesmo que não tivesse mais no lugar colocado pelos marxistas, não é menos importante se pensada à luz das subjetividades e identidades construídas através do trabalho.

Se para Toledo o papel do trabalho é, ainda, “suficientemente importante” no estudo da sociedade contemporânea, entende-se que, na agricultura familiar, o trabalho assume peso considerável, pois é na base do trabalho agrícola onde se dá a reprodução desses sujeitos. O assentado é uma categoria que sobrevive basicamente do trabalho. Mesmo no caso do trabalho assalariado, o salário não é o pagamento do serviço, mas do “trabalho” propriamente dito. Em outras palavras, a flexibilização do trabalho ainda é muito incipiente nos seus reflexos sobre o setor da agricultura que produz os bens de subsistência ou de pequeno valor comercial, no qual atuam os pequenos agricultores, camponeses, agricultores familiares ou assentados. Mas, afora este setor específico da produção, Toledo chama a atenção para outros setores de atividades, onde o trabalho (ou serviço) e sua correspondente remuneração são a sustentação da maioria dos habitantes do mundo capitalista.

Sorj (2000, p. 26) relativiza o trabalho como categoria central ao atentar para a importância das relações de gênero e os valores culturais, que “juntamente com o trabalho, são peças importantes na teoria sociológica contemporânea”. Porém, adverte a autora, “o trabalho, na pluralidade de formas que tem assumido, continua a ser um dos mais importantes determinantes das condições de vida das pessoas. Isto porque o sustento da maioria dos indivíduos continua a depender da venda do seu tempo e de suas habilidades de trabalho no mercado” (ibidem, p. 26).

Antunes (1999), tratando da questão do trabalho no setor urbano-industrial, analisa a questão da crítica da centralidade do trabalho na atualidade com o reconhecimento das mudanças no mundo do trabalho. O autor cunhou o termo *classe-que-vive-do-trabalho* para ressignificar o conjunto de trabalhadores que vivem da venda da força de trabalho, reportando-se aos trabalhadores urbanos. Porém, independentemente de que o emprego esteja mais ancorado nos serviços em geral e menos no trabalho propriamente dito⁷, para Antunes, a classe

⁷ Para Offe, no setor “terciário”, onde se encaixa o setor de serviços, o trabalho se tornou “reflexivo”, de maneira que as atividades ligadas a esse setor (transporte, logística, administração etc.) não se

trabalhadora, na atualidade, inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo *central* os trabalhadores *produtivos* e que, portanto, continua o autor, “isso não elide, repetimos, o papel da centralidade do trabalhador produtivo, do trabalho social coletivo, criador de valores de troca [...]” (ANTUNES, 1999, p. 102).

Para Antunes, os trabalhadores da indústria e do setor de serviço continuam sendo vendedores de suas forças de trabalho e dependem dessa venda para sobreviverem; e, tanto no passado como no presente, sob o estrito controle do capital. Essa questão, apesar de todas as transformações do mundo do trabalho, continua no âmago do capitalismo contemporâneo. Se Antunes assinala a continuidade da centralidade do trabalho nas atividades urbanas (indústria, serviços etc.), essa centralidade é ainda mais evidente no mundo rural, excepcionalmente nos espaços onde domina o campesinato.

Castells (2000, p. 292), analisando o processo histórico de passagem do modelo industrial para a sociedade informacional e para a economia global, mostra que “realmente há uma transformação do trabalho, dos trabalhadores e das organizações de nossas sociedades, mas esta não pode ser percebida nas categorias tradicionais de debates obsoletos sobre o ‘fim do trabalho’ ou sua ‘desespecialização’”. A desestruturação das relações de trabalho e a consequente flexibilidade do emprego não tiraram sua importância, visto em sentido amplo, na economia, pois, segundo Castells, “o trabalho nunca foi tão central para o processo de realização do valor” (p. 298). Por outro lado, a flexibilização do trabalho, resultante da era informacional tem sido responsável “pela deterioração generalizada das condições de trabalho e de vida para os trabalhadores” (p. 293).

Sennett (2002, p. 54) reforça a afirmação de Castells ao afirmar que a reestruturação do capital, que resultou na flexibilidade do emprego, produziu “novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam”. As estruturas de dominação e controle hierárquico sobre o trabalho se remodelaram, mas a base sobre a qual se reproduz a riqueza, independentemente da forma na qual se realiza sua distribuição, tem por base a economia real, cuja centralidade está no trabalho.

Observa-se que há consenso sobre as transformações no mundo do trabalho e que o ponto mais vulnerável dessas transformações é a sua flexibilização. Outra

fundamentam no trabalho no sentido clássico.

coisa é o seu questionamento como categoria central no entendimento da sociedade atual. No estudo de caso em questão, comparou-se a situação passada com a presente, onde o *trabalho* se coloca como centro da análise.

A análise até agora empreendida tratou do trabalho no setor urbano-industrial. A partir de agora, passa-se a reflexão para a agricultura, especificamente sobre os camponeses. No caso em questão, investiga-se a importância do trabalho para os assentados, procurando-se resgatar suas especificidades.

Ao usar as análises dos autores sobre a centralidade ou não do trabalho como fundamento para refletir sobre a construção da autonomia do assentado, entende-se e defende-se que o trabalho é central na organização socioeconômica.

O trabalho sobre o qual recai a investigação é o agrícola; o trabalho na lavoura cacaeira, cuja base situou-se na exploração do trabalhador, refletiu-se nas precárias condições de vida (moradia, higiene, educação, saúde etc), de maneira que manteve latente o conflito e o aprofundamento das desigualdades entre trabalhadores e produtores de cacau. Esta foi a realidade sobre a qual se fizeram as análises sobre o trabalhador cacaeiro. Por outro lado, a condição de assentado não se apoiou mais na exploração e alienação *direta* do trabalhador ao capital.

No imaginário dos assentados, a luta pela reforma agrária através da ocupação de terras representou, simbolicamente, a conquista da autonomia. A reflexão sobre a relação entre trabalho e autonomia, antes e agora, feita pelo assentado, teve como pressuposto o significado do acesso à terra. A análise da autonomia e da relação que se estabelece com o trabalho foi tratada nos itens seguintes através de dois recortes complementares: a relação entre terra e trabalho e deste para com a autonomia.

2.3 Terra e trabalho

Nos itens que seguem, apresenta-se, inicialmente, um breve apanhado da emergência da questão agrária no Brasil através da interpretação de alguns autores, para, em seguida, centrar a análise na relação da questão da terra com o trabalho e, posteriormente, remeter à análise do trabalho em relação à autonomia. Parte-se do pressuposto de que o acesso à terra representa apenas simbolicamente a autonomia, ao passo que o trabalho por si só não tem respaldo direto na autonomia dos assentados sem a mediação da terra. O que dá sentido à autonomia, em última instância, é o homem que experimenta e vivencia esse processo. A terra, neste caso, é o pressuposto do trabalho autônomo.

2.3.1 As condições históricas da questão agrária

O agrário só se tornou questão quando historicamente se apresentou como exigência social (PRADO Jr., 2000). E só se colocou como exigência social quando grande contingente de trabalhadores tornou-se despossuído do principal meio de produção no atendimento de suas necessidades e como condição de vida.

O regime de posse, no início da colonização brasileira, (durante, aproximadamente três séculos), era o meio pelo qual os trabalhadores tinham acesso à terra, através do seu uso produtivo – mediante o trabalho - para atender as necessidades básicas de reprodução. A instituição da Lei de Terras (1850), atendendo aos interesses dos grandes produtores ao tornar a terra objeto de compra e venda, obstruiu a única possibilidade que existia aos trabalhadores para ter direito a ela, através da posse. O regime de posse tinha por pré-requisito o uso produtivo da terra, que, passados alguns anos, era a garantia do título de propriedade.

A Lei de Terras significou, portanto, uma barreira ao acesso à terra por parte dos camponeses, na medida em que a promulgação desta representou, em contrapartida, o fim do regime de posse, fundamentado no uso produtivo ou no cumprimento da sua função social. Nesse sentido, promoveu a propriedade privada da terra mediante contrato de compra e venda. A época posterior à instituição da Lei

de Terras foi marcada pela concentração da terra nas mãos de uma elite oligárquica agroexportadora, enquanto uma massa crescente de trabalhadores foi excluída ao seu acesso, imprimindo-lhe caráter propriamente econômico.

Veiga (1981, p.12) afirma sobre o exposto que “é sobretudo a manutenção de terras inativas ou mal aproveitadas por esses latifundiários que veda o acesso dos trabalhadores rurais ao meio de que necessitam para sobreviver”. Para Prado Jr. (2000, p. 77), “as origens de sua miséria (do trabalhador) se confundem, em última instância, numa causa comum: a natureza da economia rural brasileira, dominada pela grande exploração agropecuária, e o tipo de estrutura agrária em que essa grande exploração assenta: a concentração da propriedade fundiária” (parêntese nosso).

Em outro momento de nossa história, a ampliação dos direitos aos trabalhadores do campo levou a um processo de expulsão de muitos que viviam na condição de moradores ou colonos nas grandes plantações. O regime de *morada* na lavoura cacaueteira teve, praticamente, seu fim, por volta da década de 1970, resultando na proletarização da massa de trabalhadores, cuja ocupação, a partir de então, só foi possível através de empregos informais, como volantes, através dos regimes de diária ou de empreitada. A proletarização estava associada às precárias condições de trabalho (uso intensivo da força de trabalho, aumento da jornada de trabalho, autoexploração) e de vida (moradia, educação, saúde, infraestrutura). Esse processo, associado à modernização tecnológica por meio do crédito estatal e dos investimentos privados, resultou numa massa crescente de trabalhadores rurais expulsos do campo e que migraram para as cidades.

Reportando-se à concepção da questão agrária analisada por Prado Jr. (2000, p. 18), esta vem a ser “a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do país, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária”.

Recentemente, Veiga (2003, p. 119), ao tratar da questão agrária, afirmou que “no início do novo milênio o essencial da estrutura agrária brasileira continua a ser o bimodalismo engendrado pelos ‘velhos padrões do passado colonial’”. Ou seja, a divisão da agricultura entre o tradicional setor exportador, atualmente chamado de agronegócio, e a agricultura familiar. E afirma, atualizando o nosso problema agrário, que “tanto os peões das grandes fazendas quanto três quartos dos agricultores

familiares permanecem nessa deplorável situação de miséria material e moral” (ibidem, p. 119).

Décadas passadas da edição da obra de Caio Prado, a situação da classe trabalhadora, apesar dos avanços no que se tem chamado de reforma agrária, continua a mesma, com a diferença de que parcela significativa daquela massa rural pauperizada transferiu-se para os centros urbanos, processo já iniciado nos anos 80, reforçando a questão agrária como um problema de natureza social.

O cruzamento do passado (década de 1960) com o presente (a partir da década de 1980), em nossa estrutura fundiária, aponta que houve um aprofundamento do debate e na política agrária em função da emergência e intensidade de sua natureza social. Mas, o que se evidenciou, é que as políticas agrárias não se concretizaram efetivamente na solução do problema agrário brasileiro.

Dos anos 60 para cá, os debates sobre a questão agrária avançaram, centrando-se nos fenômenos sociais emergentes resultantes da modernização (êxodo, saúde, miséria, nutrição, aumento do grau de exploração, aumento da população e favelização nas capitais). A questão agrária brasileira, na atualidade, aprofundou-se como problema social.

O fortalecimento dos movimentos sociais ligados à terra, seguido das ocupações e desapropriações nos anos 80 e 90 não causaram impactos significativos sobre a concentração da estrutura fundiária do país.

O acesso à terra é, e historicamente foi, a possibilidade de garantir a autonomia e a emancipação de trabalhadores que foram expulsos, na condição de moradores ou de pequenos agricultores. De acordo com Martins (2003, p. 9),

A reforma agrária transforma o excluído em cidadão, aquele que frui direitos e se integra na construção social de uma nova realidade social para os que estavam condenados ao limbo da exclusão e da falta de perspectivas.

Há de se questionar se a reforma agrária, nos termos em que tem sido tratada no país, como política de Estado e não como programa de desenvolvimento econômico e fundamentalmente social, tem proporcionado o aproveitamento pleno

do trabalho dos assentados em prol de sua autonomia e melhoria das condições materiais de vida. Se não, que significado tem assumido, até agora, o acesso à terra?

A modernização do setor agrícola, como resposta e contraponto à necessidade de se fazer a reforma agrária, “resolveu” o impasse econômico do nosso desenvolvimento nos anos 60, mas recolocou e aprofundou para as décadas seguintes e para a geração presente a questão agrária como questão política e social ainda mais grave que no passado; pois, ao lado da modernização que concentrou ainda mais terras, houve o efeito paralelo de expulsão de mais trabalhadores do campo. A miséria rural no novo milênio é tanta ou mais intensa que à época em que Caio Prado Jr. escreveu *A Questão Agrária*.

A conservação da estrutura fundiária concentrada no meio rural brasileiro reproduziu o poder das oligarquias agrárias, quando, por outro lado, como argumenta Garcia Jr. (1989):

[...] a propriedade da terra (...) permite manter parte da força de trabalho submetida pessoalmente aos grandes proprietários, de uma forma que nega precisamente a livre disposição do tempo de trabalho do grupo doméstico do trabalhador (p. 268).

O acesso à terra – e aos meios de produção – suprimiu, ao contrário, a submissão do trabalhador ao proprietário de terras, de maneira que afirma a livre disposição do tempo de trabalho em proveito do grupo familiar. Nas condições atuais, resulta do lento processo de reforma agrária por meio da mobilização dos trabalhadores organizados ou não pelos movimentos sociais ligados à luta pela terra. Esse processo de luta é historicamente longo, mas seus resultados mais efetivos são recentes, datando de meados dos anos 80. Quando se fala de resultados efetivos, está-se tratando das ocupações de terras improdutivas que resultaram na criação dos assentamentos de reforma agrária pelo Estado, como resultado da pressão dos trabalhadores e da mobilização e consciência política da luta através dos movimentos sociais, visto que os instrumentos que trataram da

questão, como a Constituição e o Estatuto da Terra, ao mesmo tempo em que avançavam na letra da lei, enfrentavam obstáculos jurídicos e políticos⁸.

Diante da situação anterior do trabalhador cacaueiro, assalariado, que tinha como único meio de sobrevivência a venda da força de trabalho, o acesso à terra - por parte daqueles trabalhadores que se engajaram na luta e tornaram-se assentados - significou alcançar uma forma de autonomia, cujo sentido é o que se vai investigar.

Entende-se o acesso à terra como caminho necessário para o trabalhador alcançar a autonomia, mas esta não tem sentido apenas com o acesso a ela. Quer dizer, a terra é o meio de produção mediante o qual, por seu acesso, o trabalho se realiza, mas é a realização do trabalho sobre ela que dá sentido à autonomia como bem analisa Musumeci (1988):

O camponês-posseiro não concebe a terra como um bem apropriável em si mesmo, nem a utiliza com a motivação de obter lucros. A terra é para ele apenas um meio de produção, um instrumento para a realização do trabalho familiar e para a apropriação dos frutos desse trabalho (...) (p. 32).

Wanderley (2003, p. 215) contribui com o debate ao assinalar que “para esses agricultores (assentados), o trabalho no mundo rural está associado à moradia, enquanto que, nas cidades, trabalhar e morar são percebidos de forma dissociada”. “Morar” e “trabalhar” são para a autora as duas motivações que resumem o conjunto das justificativas da luta pela terra. Sintetiza nos seguintes termos:

‘Morar e trabalhar’ é a forma social que assegura não só a produção dos meios de vida, mas também o próprio ritmo da vida cotidiana, cuja centralidade é dada pela atividade produtiva (aspas nossas) (ibidem, p. 245).

Martins (1998, p. 131) assinala que “ser proprietário da terra para ele (o posseiro) não tem o menor sentido. O que tem sentido para ele, isto sim, é ser dono do trabalho” (parêntese nosso). Relativiza-se a afirmação de Martins feita para uma

⁸ Sobre os entraves jurídicos na execução da reforma agrária, ver dissertação de mestrado de Panini (1990), *Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei*.

determinada época e para uma categoria particular, pois o assentado é aquela categoria que almeja a terra não apenas como instrumento de trabalho, mas também sua titularidade, ter a propriedade da terra na qual trabalha, como se verá nos relatos existentes no decorrer do texto. Acima de tudo, ele quer ter o domínio sobre seu trabalho, mas também a garantia desse domínio, que depende, fundamentalmente, de ser dono da terra também.

Garcia Jr. (1983, p. 210) afirma que “pelo *trabalho*, os homens substituem a mediação entre a terra e si mesmos, eliminando o mato e forçando a reprodução das plantas que servem à sua reprodução física e social” (grifo do autor). Garcia Jr. trabalha com a hipótese de que “o modelo de trabalho seja o de um ato de fecundação que os homens realizam sobre a terra” (ibidem, p. 210). Quando o autor se refere ao modelo de trabalho, está tratando do “cultivo e a apropriação do trabalho” pelo próprio trabalhador. É o trabalho particular daquele que trabalha a terra e se apropria dos frutos que dela brotam.

Esse modelo é diferente daquele no qual o trabalhador não se apropria efetivamente do resultado de seu trabalho. Neste caso, trata-se de *negócio* ou o que o próprio autor opunha como *terra de trabalho* e *terra de gado* no seu estudo. Aliás, como demonstrou, o pequeno agricultor considera trabalho apenas a atividade exercida sobre a terra que gera resultados. O emprego na atividade de criatório – assim como outras atividades similares – não são consideradas por eles como trabalho. O dispêndio de trabalho pelo camponês segue a lógica das necessidades de consumo da família, de modo que “a lei básica da existência camponesa pode ser resumida na expressão ‘balanço entre trabalho e consumo’” (ABRAMOVAY, 1992, p. 60). Assim, conclui:

O que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar (p. 62).

No mesmo caminho, segue Shanin, quando afirma que “o meio se torna (...) um projeto humano nos dois sentidos da palavra: projeção dos homens com as suas necessidades e planejamento em função destas” (2005, p. 28). O planejamento que os camponeses fazem acerca de suas atividades é guiado pelas suas necessidades

presentes, mas também futuras, e não propriamente em função do retorno econômico (o lucro).

Wolf (1976, p. 31) sinaliza para vários significados da terra nos seguintes termos: “um pedaço de terra, uma casa, não são meramente fatores de produção; eles também estão carregados de valores simbólicos”. Esses valores simbólicos podem ser, por exemplo, a autonomia, o descanso, o trabalho como lazer, um futuro para os filhos...

A terra assume para Garcia Jr. (1983), assim como para Heredia (1979), significado bem mais amplo, pois é através dela, como meio de produção e de atendimento das necessidades do grupo familiar, que se perpetua o patrimônio e se reproduz a família. Daí, Heredia (p. 150) cunhar a expressão “morada da vida”, quando se refere à perpetuação da terra como patrimônio familiar.

A terra para os assentados, segundo Pereira (2004, p. 213) “passa a ser o local de pertencimento da família e onde se construirá o patrimônio para as futuras gerações”. Como relata o autor (2004, p. 236) em sua pesquisa com assentados, tratando sobre a autonomia, “a aquisição do lote (...) significou, para os assentados, o controle sobre os próprios meios de produção e sobre a disponibilidade de seu tempo”.

O acesso à terra, mais que a incorporação do trabalho para atendimento das necessidades, representa “um projeto de vida”, que, particularmente no caso dos trabalhadores cacaueiros, se opõe à situação única de meio de sobrevivência. Daí acentua Marques (2004, p. 275) que “o retorno à terra representa a *possibilidade* de realização do ideal de autonomia” (grifo nosso).

Bignotto (2008), analisando a questão agrária e sua relação com a igualdade e a liberdade, afirma que:

Embora não possamos negar que a terra não tem mais a mesma importância de um século atrás na balança dos meios de produção, é necessário preservar a idéia de que sua distribuição é um fator de enraizamento da democracia nos costumes políticos e nas leis e, por isso, continua essencial, se quisermos construir uma nação verdadeiramente livre (p. 115-116).

Essa afirmação sinaliza um campo muito mais amplo dos reais significados da terra na vida dos povos, pois vai muito além da questão da produção e do

atendimento das necessidades, penetrando em um espaço ainda desconhecido ou mal conhecido, que envolve a igualdade, a liberdade e a democracia, de maneira que “apontar para a terra como o elemento mais permanente de nivelamento das condições de vida da população, longe de resolver de forma definitiva um problema, abre um campo de estudos” (ibidem, p. 116).

A concepção de Garcia Jr. sobre a terra, como instrumento de reprodução do patrimônio e da família, e a de Heredia, como “morada da vida”, encontram paralelo nas concepções mais atuais, tanto de Marques quanto de Bignotto, quando atribuem à terra o significado de “projeto de vida” e de “enraizamento da democracia”. Estas concepções, quando refletidas sobre os assentados, levam a pensar estes sujeitos não apenas sob a ótica da sobrevivência em função do seu trabalho, pois eles almejam mais que a sobrevivência, mas a um projeto de vida ou a um sentido de vida, muito além da condição de trabalhadores, que não deixaram de ser.

Entende-se que, na atualidade da realidade dos assentamentos rurais no Brasil, estamos bastante distantes desse nivelamento, justamente pelo fato de que a reforma agrária não se resume simplesmente a uma política de distribuição de terras; sim, a uma questão social e política, de maneira que “é preciso tornar claro o sentido que atribuímos à luta pela posse da terra e ao mesmo tempo reconhecer as limitações de uma reforma agrária, para favorecer o desenvolvimento de uma sociedade plenamente democrática” (BIGNOTTO, 2008, p. 124). Pensar numa sociedade “plenamente” democrática sob um sistema de relações sociais de exploração e subordinação, cujas bases históricas estão num passado colonial secular, acredita-se ser apropriadamente utópico.

Para o trabalhador assalariado das fazendas de cacau, sua autonomia estava centrada na livre disposição sobre sua força de trabalho, mas despossuído dos meios de produção. Afirma Martins (1998, p. 17) que “para o homem livre, despojado dos meios de produção (...), o seu trabalho passa a ser condição da liberdade”, enquanto comparativamente em relação ao escravo, afirma o autor, “a liberdade é o contrário do trabalho, é a negação do trabalho”. Mas a liberdade do trabalhador assalariado nas condições capitalistas de produção é bem específica: é a liberdade sobre a força de trabalho. Mas o autor assinala que a liberdade sobre o domínio da força de trabalho, livrando-se da coerção física, colocou-o numa outra forma de coerção, a ideológica, que é a “aceitação da legitimidade da exploração do trabalho pelo capital (...)” (ibidem, p. 18).

Comparativamente ao trabalho assalariado, afirma Chayanov (1986, p. 118, citado por ABRAMOVAY, 1992, p. 59) que o camponês é “(...) um sujeito criando sua própria existência”. Nesse sentido, o assentado é aquele novo sujeito que emergiu das lutas sociais pela reforma agrária e que, mediante a política estatal de criação dos assentamentos, passa a construir sua existência e sua vida com a família.

A condição de assentado representou, também, a possibilidade de superação da coerção ideológica direta do capital sobre o trabalho. Com o acesso à terra e a formação dos assentamentos, a questão que se coloca é se o trabalho, para os assentados, tem permitido realmente sua autonomia e, assim sendo, que sentido assume essa autonomia? O embasamento desta questão será trabalhado no item que segue.

2.4 Trabalho e autonomia

O trabalho é o instrumento mediador entre o homem e a terra ou a natureza. É uma categoria social que só faz sentido na relação que estabelece entre os homens. É, portanto, o processo social mediador da relação entre os homens por meio da atividade produtiva. A terra apenas potencial e simbolicamente dá significado à autonomia. Mas esta não depende apenas do trabalho que se realiza sobre a terra. O trabalho que se realiza sobre a mesma pode, também, não se desdobrar para outras formas de autonomia, como a renda, a ampliação e/ou melhoramento das condições de vida etc. Nesse sentido, como se observará, a autonomia assume um sentido específico para o assentado, de maneira que sua emergência, em alguns aspectos de suas vidas (trabalho, descanso, lazer etc.), teve como contrapartida sua relatividade em outros aspectos, a saber, nas relações que mantém com os novos agentes com os quais passou a se relacionar. Assim, a autonomia do assentado é relativa.

A relação entre o trabalho e a autonomia não faria sentido se o homem, em nossa sociedade, não se tornasse cativo pelo trabalho. A autonomia, no sentido específico que se está tratando aqui, é a negação do “cativeiro”, que ocorre pela relação de obrigação e sujeição no regime de moradia e pela relação de exploração e dependência do trabalhador em relação ao capitalista. A simples posse da terra

para a pessoa que a adquire não torna factível essa autonomia. Mas é a terra, como veículo para a autonomia, que, ao ser transformada em meio de produção mediante o trabalho, atende às necessidades do agricultor e de sua família. A terra é a fonte potencial da riqueza, mas é o trabalho que faz dessa fonte potencial realidade, mediante o resultado que brota dela.

Portanto, o trabalho está associado à pessoa que o executa, seja ela assalariado, arrendatário, posseiro ou assentado. Mas entre, por exemplo, o trabalho do assalariado e o trabalho do assentado o que muda é o sentido que a ele se dá e a apropriação de seu resultado. Quanto ao sentido, trata-se de trabalho para si ou, o que dá no mesmo, dispor para si o tempo de trabalho. Em síntese, é ter o domínio sobre o trabalho e o tempo, simbolizado por Garcia Jr. (1989) sobre a diferenciação entre *liberto* e *sujeito*. Afirma o autor que sua importância está na “interiorização do poder de decisão sobre suas próprias atividades” (p. 262). A intermediação do comerciante-atravesador entre o agricultor e o mercado torna relativo o domínio sobre o trabalho e o tempo. Mas a possibilidade de domínio sobre o trabalho e o tempo é mais significativa e expressiva quando se tem a terra, mesmo mantendo relações de dependência entre o produtor e o mercado; pois, a depender da organização da produção e da comercialização, os produtores podem eliminar ou minimizar a interferência do atravessador.

No assalariamento, assenta-se uma relação de exploração encoberta sob o contrato de trabalho como indivíduos livres que trocam mercadorias, enquanto, no *contrato de moradia*, encontra-se uma relação de sujeição, personalizada através do acesso à moradia e, mediante esta, uma obrigação através do trabalho, onde há o domínio do tempo de trabalho e de vida do morador e de sua família de forma clara, não dissimulada.

Gorender (2001, p. 74) caracteriza o trabalho assalariado quando comparado ao trabalho escravo nos seguintes termos:

O trabalhador assalariado, consubstancial ao capitalismo, representa o primeiro tipo de trabalhador explorado do qual desaparecem os últimos resíduos de apropriação pessoal por parte do explorador e que, por isso, integra o processo da produção como força puramente subjetiva.

Gorender ressalta a comparação entre o caráter objetivo do trabalho escravo, enquanto coisa, humanamente invisível, para o caráter subjetivo do trabalho assalariado, de tal maneira que é sob a subjetividade desse novo trabalhador que se assenta sua coerção ideológica. Como as relações de produção capitalistas não podem mais se assentar sobre a coerção física do sujeito enquanto coisa, sua humanização (subjetividade) torna-se o meio pelo qual o capitalismo forja sua coação ideológica à lógica do sistema: o trabalho como libertação.

Com o capitalismo, o trabalho passa a ser a afirmação da liberdade; mas o capitalismo criará os instrumentos ideológicos que colocarão o trabalhador livre numa outra forma de sujeição: a legitimação da alienação (MARTINS, 1998). O capital passa a ser a forma social determinante e dominante da relação que se estabelece entre o capitalista e o trabalhador.

Se, por um lado, a emergência do trabalho livre significou historicamente a liberdade pessoal do trabalhador de vender sua força de trabalho, por outro lado colocava-se uma dupla imposição ao trabalhador: a necessidade de vender sua força de trabalho para sobreviver, visto ser essa sua única mercadoria, dado que uma segunda situação era a impossibilidade de acesso a qualquer outra mercadoria (MARX, 1983).

A concepção de liberdade para Martins vai para além da simples liberdade de dispor da força de trabalho, quando da passagem do escravismo para o assalariamento, que implicou na aceitação e aprovação dessa forma de liberdade. Nas suas palavras:

As novas relações de trabalho, baseadas no trabalho livre, dependiam de novo mecanismo de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas condições não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas, apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade (op. cit., p. 18).

O caráter livre da força de trabalho no capitalismo é marcado, segundo Martins (1998, p. 17-18), pela coerção propriamente ideológica do trabalhador e na aceitabilidade dessa condição específica de liberdade, a qual, se por um lado, se dá pela livre vontade do trabalhador, por outro lado, a força de trabalho passa a se

contrapor ao capital. E a coerção ideológica sobre o trabalhador tem por consequência o caráter alienado do trabalho e de seus resultados.

Entende-se, também, que os mesmos mecanismos que promovem a alienação e a exploração do trabalhador, através do trabalho, criam, dialeticamente, os mecanismos mediante os quais os trabalhadores lutam pelos direitos e pela liberdade através da *práxis*, na medida em que internalizam em suas consciências a exploração a que são submetidos.

Marx (1998, p. 18) argumenta que “a produção das idéias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real”. E acrescenta: “A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real (...)” (ibidem, p. 25). Então, por mais que o indivíduo, no sistema capitalista, entre numa relação social cujo princípio é a liberdade (específica da venda da força de trabalho), a mesma é maquiada pelos instrumentos ideológicos da alienação, de maneira que a consciência, enquanto fruto da atividade material e como produto social, pode representar um contraponto a esse processo de alienação.

No caso do assentado, o acesso à terra é a oportunidade de materialização do trabalho. Esse metabolismo reflete-se sobre a consciência do sujeito. O trabalho deixa de ser exterior, ou seja, como uma coisa estranha ao trabalhador, e passa a ser algo intrínseco a ele. Se assim procede, o trabalhador sente-se realizado, pois, subjetivamente, o trabalho permite o seu encontro consigo mesmo. Objetivamente, o trabalho permite a reprodução de suas condições de existência: passada, presente e futura. Nesse sentido, expõe o autor:

A concepção de trabalho no núcleo familiar no assentamento nos fala de uma concepção de trabalho bem diversa da que ganhou sentido na sociedade capitalista: a complementaridade do trabalho nas diferentes gerações na constituição do patrimônio da família. (MARTINS, 2003, p. 20).

Para Wolf (1976, p. 22) “os esforços na vida de um camponês não são regulados exclusivamente por exigências relacionadas ao seu modo de vida. O campesinato sempre existe dentro de um sistema maior”. Diante dessa afirmação de Wolf, pensando no assentado, vislumbra-se que essas exigências em relação ao

“sistema maior” são mais fortes e presentes, quando se imagina que a existência e a perpetuação desse sujeito inserem-se, primeiro, na relação com o MST; segundo, por sua existência dever-se ao Estado e; terceiro, porque, na condição de agricultor, passou a relacionar-se com o mercado. O fato de estar inserido num “sistema maior”, nas três entidades acima mencionadas, sinaliza para a relatividade da autonomia conquistada.

Quanto ao assentado, a investigação passa pelo processo inverso, no qual o trabalhador toma de volta sua condição de trabalho, a terra. Portanto, embora o assentado faça continuamente alusão à liberdade, entende-se que o conceito de liberdade é abstrato e amplo, quando se coloca sob investigação na ótica da proposição em questão. Trabalha-se com o conceito de *autonomia* que está mais direta e intimamente ligado à análise da passagem de assalariado para assentado.

Os preceitos liberais que nasceram concomitantemente com a gênese do capitalismo trouxeram, sob o ponto de vista econômico e jurídico, direitos que colocam as pessoas, em suas mais diversas relações, como iguais. Mas, na realidade, a fonte da desigualdade humana vai depender da estrutura social e econômica na qual estão inseridos os indivíduos e sob as quais estes indivíduos entram em relações sociais determinadas, como exposto abaixo:

No essencial os indivíduos nas democracias burguesas se apresentam cada qual em face dos demais juridicamente iguais e livres de estenderem sua ação até onde se chocar com a livre ação dos outros (PRADO Jr., 1980, p. 10).

Essa igualdade dos indivíduos na liberdade de acordarem entre si é, contudo, uma igualdade jurídica, isto é, uma liberdade de direito e não de fato. Em outras palavras, o direito, a lei não intervém. A liberdade que o Direito burguês figura é na base de uma personalidade abstrata que caberia ao indivíduo em si e destacando das situações concretas em que se encontra ou pode se encontrar. Decorre daí que a liberdade de cada um variará muito, pois será função de desigualdade real existente à margem da esfera jurídica. A realidade, no entanto, é que os indivíduos (...) são muito desiguais, e, são particularmente naquilo que mais contribui na fixação dos limites e do alcance da sua ação. A saber, na sua posição dentro da estrutura econômica da sociedade. O que fundamentalmente determina e consagra, em regime burguês, a desigualdade entre os indivíduos, é a riqueza, o nível econômico, o que quer dizer a propriedade privada de cada um (ibidem, p. 13-14).

A autonomia, em tese, assumiu o sentido de negação em relação à condição anterior. Contrapõe-se à exploração da força de trabalho e às relações de sujeição e dependência, centradas na obediência às ordens do patrão, na apropriação do trabalho, no colocar-se à disposição do patrão, e no poder de dispor sobre o tempo do trabalhador que, em síntese, na prática, são as precárias condições de vida, objetivas e subjetivas. A alienação é, portanto, a negação do sujeito diante do seu trabalho. Nesse sentido:

A atividade produtiva é, então, *atividade alienada* quando se afasta de sua função apropriada de *mediar* humanamente a relação sujeito-objeto entre homem e natureza, e tende, em vez disso, a levar o indivíduo isolado e reificado a ser reabsorvido pela “natureza” (MÉSZÁROS, 2006, p. 81).

A autonomia é, portanto, a negação da exploração (e, conseqüentemente, da alienação), quando o assentado conquista o domínio sobre o *seu* trabalho. Mas, *relativa*, nas novas relações que passou a ter com o mercado, o MST e o Estado.

O trabalhador cacaueiro foi aquele sujeito submetido ao regime de moradia e de assalariamento, no qual a relação de trabalho foi marcada pela sujeição e pela exploração através do trabalho. O assentado é o sujeito que transcendeu a condição anterior de assalariado ao conquistar a terra. Seguindo este raciocínio, recorreu-se a Wolf (1976), quando afirma que:

Com seu controle da terra e a capacidade de cultivá-la, o camponês conserva tanto sua *autonomia* como sua *capacidade de sobreviver*, enquanto outros, mais sutilmente dependentes da sociedade, têm essa sobrevivência bastante dificultada (grifos nossos) (p. 33).

As condições precárias de trabalho e de vida, associadas à crise do cacau, transformaram a luta por melhores salários em luta pela conquista da terra. Essa mobilização foi empreendida entre trabalhadores e movimentos sociais ligados a essa questão.

As condições de trabalho sobre as quais são criadas e reproduzidas a exploração e a alienação do trabalhador cacaueiro, como morador e, posteriormente, como assalariado, nas fazendas de cacau, são tratadas no capítulo seguinte.

3 A ECONOMIA CACAUEIRA: RELAÇÕES DE TRABALHO E EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES

A lavoura cacaueteira desenvolveu-se sob as relações de produção capitalistas, cuja base social era formada por proprietários de terras, moradores e assalariados.

O regime de morada perdurou até meados dos anos 1960, nas fazendas de cacau e, posteriormente, esses trabalhadores foram dispensados, assalariando-se através dos regimes de diária e de empreitada, que implicavam na continuidade das relações de exploração e subordinação do trabalho ao capital.

As relações de trabalho dominantes na economia cacaueteira representaram diferentes formas de reprodução da força de trabalho, assim como formas diferenciadas de extração da mais-valia. Entendem-se, aqui, por reprodução da força de trabalho as relações de trabalho contraídas entre o trabalhador e o proprietário dos meios de produção como forma de garantir e perpetuar sua existência e de sua família. A compreensão das condições de trabalho, de reprodução e de vida do trabalhador cacaueteiro passa necessariamente pelo exame dos regimes de trabalho que existiram e se desenvolveram sob a relação de produção capitalista na economia cacaueteira, cuja análise será feita adiante.

3.1 A estruturação das relações sociais de produção

Confirmou-se, desde meados da década de 1960 até início da década de 1980, a eliminação gradual do sistema de morada e a substituição do assalariamento permanente pelos contratos temporários sob os regimes de diária e empreitada, com predomínio do último. Apresentam-se, a seguir, alguns elementos característicos da economia cacaueteira, cujas peculiaridades facilitam o entendimento das relações de produção que a caracterizaram.

Primeiro, a acumulação de capital deu-se sob o comando do capital comercial, arregimentando o trabalho assalariado dos migrantes que foram para a região à procura de trabalho e em busca do enriquecimento com o cacau (CEPLAC, 1975; BAIARDI, 1987; DIAS e CARRARA, 2007).

Segundo, a expansão da cacauicultura foi amparada na abundância de terras e na disponibilidade da força de trabalho migrante. À medida que se expandia a lavoura, novas terras eram incorporadas ao processo produtivo. Até o final do século XIX, eram terras públicas apropriadas mediante vários mecanismos, inclusive ilícitos, desde a burla jurídica à grilagem, forjados em cartórios com a anuência do poder estadual (CEPLAC, 1975).

Terceiro, o domínio do capital produtivo na economia cacauera esteve fortemente associado ao controle da propriedade privada monopolizada, ao mesmo tempo em que a burguesia comercial e financeira controlava parte significativa dos lucros oriundos da produção (BAIARDI, 1984; FREITAS, 1979).

Quarto, a região cacauera não teve uma matriz industrial para a conversão dos capitais oriundos da lavoura do cacau, de maneira que proporcionasse uma dinâmica regional própria. Esse fato repercutiu desfavoravelmente no impulso do setor urbano e no desenvolvimento da região.

Quinto, não houve, pelos menos aparentemente, um conflito de interesses entre o capital agrário e as demais formas de capital na economia cacauera. Daí não ter havido, tal como ocorreu na economia canavieira, por exemplo, a apropriação e concentração de terras pelo setor agroindustrial. Assim, não houve conflitos no núcleo da burguesia cacauera. Eles se situaram entre grandes e pequenos proprietários.

O período do surgimento e desenvolvimento da cacauicultura se deu com o fim do escravismo, ao tempo em que já começavam a ensaiar as formas assalariadas de produção; embora, no início, tenha existido a utilização de trabalho escravo (LYRA, 2007).

Até o surgimento da atividade cacauera, a estrutura social da região era formada por colonos aventureiros (lavradores e moradores), que exploravam produtos de subsistência e de troca em pequenas posses; desbravadores que, da posse de capital, começavam a explorar a terra recém-descoberta, contratando trabalhadores livres, escravos libertos e índios. Os escravos vieram, em maior número, de Salvador e do Recôncavo, após a decadência da atividade açucareira. A cacauicultura foi responsável pelo estabelecimento das relações de produção capitalista na região.

A lavoura cacauera teve início com alguns desbravadores capitalizados que vieram em busca de terra para explorar economicamente o cacau; e, também, com

colonos aventureiros e pequenos agricultores que já cultivavam lavouras de subsistência em pequenas roças, que serviram como força de trabalho para aqueles desbravadores. À medida que o cacau foi assumindo importância comercial, alguns desses pequenos produtores, que, inclusive, cultivavam a lavoura de forma extrativa, em pequenas áreas, foram transformando-se de camponeses em cacauicultores.

A expansão da cacauicultura, ao estimular a migração de trabalhadores de outras regiões do estado e de outros estados para a região em questão, possibilitou a disponibilidade de mão de obra barata para o desenvolvimento da atividade. Os pequenos produtores autônomos, anteriormente predominantes, foram perdendo, aos poucos, espaços para os desbravadores, à medida que estes aumentavam suas propriedades e expandiam a produção. As pequenas propriedades, conhecidas como *buraras*⁹, ainda eram predominantes, na região, até início do século XX.

A população trabalhadora migrante concentrou-se, a princípio, nos aglomerados “urbanos” dos municípios onde se expandia a lavoura. À época, essas cidades representavam simples conjuntos de moradias, dependendo e vivendo dos arredores agrários. Aos poucos, outras pequenas cidades foram servindo de moradia para os trabalhadores cacaueros, isto é, aqueles não residentes nas fazendas (CEPLAC, 1975).

Com a expansão da cacauicultura, o núcleo da sociedade regional foi-se delineando, composto de proprietários de terras, trabalhadores assalariados, comerciantes do cacau e exportadores, assim como os agricultores familiares, “espremidos” entre as médias e grandes propriedades. A vida econômica e social na região girava em torno da burguesia cacauera - proprietários de terras, comerciantes, exportadores - e dos trabalhadores assalariados.

A base da acumulação de capital na lavoura cacauera se assentava na relação de produção entre a burguesia cacauera - proprietários de terras e de capital - e os trabalhadores, assalariados e moradores. O caráter dessa relação de produção era a apropriação da *mais-valia* através da exploração e sujeição dos trabalhadores cacaueros.

Deu-se, assim, a gênese das relações de produção na atividade cacauera. Esta se assentava basicamente em dois pilares: nos proprietários de terras – que, na literatura regional, denominou-se de *desbravadores*, que dispunham de recursos, os

⁹ As *buraras* eram pequenas propriedades em geral exploradas por agricultores familiares, cuja extensão não ultrapassa 10 hectares.

quais se converteram em terra e trabalho; e os *aventureiros*, que foram antigos agricultores autônomos – burareiros - e migrantes, despossuídos, que se converteram em força de trabalho. Esses migrantes foram trabalhadores que vieram de outras regiões do estado e também de outros estados com dois objetivos: procurar trabalho e/ou obter uma pequena parcela de terra para produzir cacau (CEPLAC, 1975). À medida que crescia o valor comercial do cacau, avançava o processo de concentração fundiária. Na Tabela 2, faz-se uma caracterização das diversas categorias de trabalhadores existentes na lavoura cacauzeira, de sua gênese até o período pós-crise.

Tabela 2: Categorias de trabalhadores existentes na lavoura cacauzeira.

Categorias	Caracterização	Período
Moradia	Regime de trabalho no qual o trabalhador residia na fazenda, onde dispunha de moradia e – em alguns casos - de sítio para cultivo de subsistência.	Gênese e consolidação da lavoura (início do séc. XX até meados dos anos de 1960).
Assalariamento (permanente e temporário)	Regime de trabalho de caráter permanente ou temporário, cujo contrato de serviço tinha como remuneração o salário mensal.	Gênese e consolidação da lavoura (início do séc. XX até meados dos anos de 1960).
Empreitada	Regime de trabalho temporário, cujo contrato era acertado antecipadamente e que durava até a finalização de uma tarefa.	Modernização da lavoura e vigência do Estatuto do Trabalhador Rural (década de 1960 até meados dos anos de 1980).
Arismo	Regime de trabalho no qual um trabalhador assumia a responsabilidade sobre determinada área, entre 5 e 8 ha, (ou especificada pela quantidade de pés de cacau), a qual, anteriormente, era de responsabilidade de três ou mais trabalhadores.	Após a crise da economia cacauzeira (início da década de 1990).
Parceria	Regime de trabalho acertado entre o proprietário e o trabalhador, no qual o proprietário cedia a terra e os instrumentos de produção; e o trabalhador, seu trabalho; sendo, “em tese”, a produção dividida meio a meio.	Após a crise da economia cacauzeira (segunda metade década de 1990 em diante).
Contrato	Trabalhador contratado pelo proprietário das terras, geralmente por um período de três anos, responsabilizando-o pelos cuidados de determinada área de cacau, com direito à moradia.	Após a crise da economia cacauzeira (final da década de 1990, em substituição aos regimes arista e parceria).

Fonte: Elaboração do autor, 2011.

Enquanto Baiardi (1987) assinala a existência das relações capitalistas de produção já no início da lavoura cacaueteira, outros apontam o início dessas relações com o fim do sistema de moradia, quando se dá a transformação desses moradores em diaristas ou empreiteiros.

Ferreira (1981) assinala três modalidades de trabalho na lavoura cacaueteira: trabalho familiar (do morador), trabalho assalariado e empreitada. A predominância de uma ou de outra modalidade era decorrente das circunstâncias econômicas (crescimento da produção e oferta e demanda de mão de obra) e políticas (a institucionalização dos direitos aos trabalhadores rurais). No período de expansão do cacau, prevaleceu o regime de moradia ao lado do assalariamento. Com a modernização da cacauicultura e a instituição dos direitos trabalhistas nas atividades rurais, em meados da década de 60, caiu vertiginosamente o regime de moradia, expandindo-se os regimes de diária e empreitada. A análise que segue reporta-se aos regimes de *moradia* e *empreitada*.

3.2 As relações de trabalho: moradia, assalariamento e empreitada

O período de gênese e consolidação da lavoura cacaueteira foi marcado pela existência do regime de *moradia* e pelo assalariamento (permanente e temporário). O regime de *moradia* – lado a lado com o assalariamento permanente – prevaleceu até meados dos anos de 1960 e, posteriormente, ampliou-se o regime de *empreitada* (cuja emergência deu-se com a modernização da cacauicultura, como prática generalizada, após os anos de 1970). A moradia, o assalariamento e a empreitada foram formas de trabalho amplamente utilizadas na lavoura cacaueteira, cuja análise segue adiante.

3.2.1 O regime de *moradia*

A *moradia* é um regime de trabalho cuja relação é personalizada (não havendo contrato jurídico), onde o trabalhador almeja, em troca de seu trabalho e serviços em geral, casa para morar e um sítio para cultivar produtos de subsistência.

Como demonstram alguns estudiosos, antes da expansão do cacau, os trabalhadores livres, ex-colonos, como também escravos libertos, que vieram para a região Sul da Bahia, no início do século XIX, desenvolviam pequenas roças de alimentos e produziam cacau esporadicamente. A terra era um recurso abundante. Com o crescimento do mercado do cacau, o incremento da produção estimulou a concentração fundiária. Os colonos livres e dispersos na terra, que cultivavam produtos de subsistência e extrativos, foram, aos poucos, transformando-se em uma população trabalhadora despossuída dos meios de produção – expulsos das terras – à medida que a propriedade se concentrava e aumentava a demanda por trabalho. O regime de moradia foi instaurado como estratégia para manter os trabalhadores à disposição em todas as épocas da cadeia produtiva.

A lavoura cacaeira foi uma atividade econômica que demandou contingente expressivo de trabalhadores em função de suas peculiaridades: abundância de terras, terreno acidentado, áreas de matas, declives acentuados e baixo nível tecnológico. Esses fatores, por sua vez, restringiram, em parte, a incorporação de capital constante. Isso explica o fato de, mesmo com a modernização da atividade, ter crescido também a demanda por mão de obra.

Em geral, o contrato jurídico não se efetivava, pois o acordo de *moradia* era acertado pessoalmente entre as partes. Significava tanto o trabalhador como sua família estarem à disposição do proprietário para quaisquer serviços da fazenda, além do trabalho na agricultura, para os quais, em princípio, eram contratados pelo fazendeiro. Os trabalhadores recebiam, além da moradia, uma renda que, geralmente, era inferior ao salário mínimo e, em alguns casos, um sítio para plantio de subsistência do morador e sua família. O pagamento mensal e de diária se restringia às ocupações que exigiam maior especialização, como o “cabo de turma”, “barcaceiro”, administradores das fazendas, que, além de terem salário mais elevado, tinham direito à moradia e desfrutavam de melhor posição social e “reconhecimento” do proprietário, como pessoas da confiança do patrão (BAIARDI, 1984).

O sistema de moradia prevaleceu, na época de expansão da economia cacaeira, como forma de garantir a disponibilidade de mão de obra. Os trabalhadores, em função das condições precárias de trabalho e de moradia, buscavam trabalho com aqueles que oferecessem melhores salários e/ou melhores condições de trabalho.

Conforme atestou Sigaud (1979), o reconhecimento dos direitos aos trabalhadores do campo desestimulou o contrato de morada, levando à sua quase eliminação, o que acirrou o processo de proletarização do trabalhador. A decadência do sistema de morada na região cacauceira esteve associada ao fato de que:

Com a ampliação e melhoria do sistema rodoviário vicinal e o advento do Estatuto do Trabalhador Rural, os empregadores começaram a pressionar no sentido da redução do número de empregados residentes no estabelecimento, passando a residência a ser considerada um favor especial limitado aos trabalhadores com função de destaque no processo produtivo, como o “barcaceiro”, o “cabo de turma” etc (BAIARDI, 1984, p. 110).

Os depoimentos de alguns assentados apontam a sujeição e a exploração a que estavam submetidos nas fazendas de cacau sob o regime de morada:

Comecei a trabalhar com a idade de 12 anos pra os outros; **vinte e sete anos trabalhando em fazenda dos outros**. Eu não tinha tempo a perder; tudo pra mim era tempo. Eu tava fazendo um pedacinho de roça, mas se dissesse: tem uma cerca pra fazer, eu já ia. O patrão dizia: Pedrão, tem uma pedra pra quebrar, eu já ia; Pedrão, tem um cacau pra secar, eu já ia. Aí não tinha dificuldade, não tinha tempo pra mim. Então, quer dizer, um lado ajudava o outro (P. A., masculino, 57).

Na próxima fala, o assentado relata a extensão da jornada de trabalho, quando virava noite adentro na quebra do cacau e na secagem, para aumentar a renda:

A gente dava tudo que tinha (fazia o máximo esforço); é, eu fazia tudo: roçava pasto, eu colhia cacau, eu secava cacau, eu podava cacau; tomei muito conta de secador, **era a noite todinha**; a gente pegava o facão, aí: “rapaz, vamos ganhar dinheiro”?; e aí nós fazia um “candieirão” de litro e ia pra roça; **aí batia buduga** (quebrava cacau) **a noite todinha**; **ia 10 horas da noite e rolava o dia**; **chegava em casa 5 horas da tarde para poder ter produção** (L. J. M., masculino, 64) (parênteses do autor).

A condição de morada, para uma das assentadas, aponta para uma situação satisfatória, cujo elogio ao patrão segue no seu depoimento. Nesse caso, a sujeição e a exploração eram acobertadas pelos laços de proximidade que a família tinha com o patrão, quando afirmou a assentada que “às vezes, a gente sentava com o patrão na mesa”:

Trabalhamos numa fazenda 27 anos, onde meu pai já era morador. O patrão era muito bom: dava terra para o sítio; pagava o salário, assinava a carteira; às vezes, a gente sentava com o patrão na mesa para as refeições; era como se fosse da família. **Os dois trabalhavam** (ela e o esposo), **mas eu não ganhava, ajudava a parte dele, mas eu trabalhava direto, ajudava a plantar mandioca, milho...** Toda vida eu ajudei ele. Meus irmãos, quando foram crescendo, já estavam fichado na fazenda; já ganhava salário também (A. V. L., feminino, 60) (parêntese do autor).

Mas, mesmo sendo uma “privilegiada” como moradora, assinala a diferença em relação à situação atual como assentada. Os laços de proximidade com o patrão não amenizavam as condições de subserviência:

Hoje (no assentamento) **a gente se considera independente; naquele tempo que trabalhava pra fazendeiro era cativo.** Dia de domingo a pessoa ia cuidar de botar sua rocinha pra plantar. Ele só tinha o dia de domingo; trabalhava seis dias na semana; ou feriado, que dava na fazenda, era liberado (A. V. L., feminino, 60) (parêntese do autor).

Na condição de morador, a privação de liberdade tinha um caráter material e simbólico: material, no sentido de colocar-se às ordens do patrão e *ter* que trabalhar para ele, não apenas no trabalho da produção, mas para os demais serviços da fazenda para os quais o proprietário o chamasse a fazer; simbólico, pelo fato de o acesso à moradia (casa para morar) implicar subjetivamente uma relação consentida de sujeição, em todas as esferas da vida, no espaço ocupado. Por mais que a condição de morador implicasse uma condição de subordinação em sentido amplo, o fato de o trabalhador dispor de moradia e de um sítio para cultivo alimentar, amenizava significativamente suas necessidades materiais. A dispensa da fazenda, cujo significado estava na perda da casa para morar e do sítio para cultivar, foi o fator significativo que levou à precarização de suas condições de trabalho e de vida. O

relato da senhora abaixo aponta para uma situação satisfatória como moradora em uma fazenda de cacau, cuja realidade vivenciada por ela não era a regra na região, pois nem todos os moradores tinham direito ao sítio e, quando tinham, poucos eram os casos em que recebiam salário-mínimo:

O bom fazendeiro liberava terra pra plantar cereais. Todo mundo que queria botar sua rocinha, ele dava pra colocar capoeira; aí plantava mandioca, verdura e tinha o salário da fazenda, salário-mínimo, que todo mundo ganhava, pagava décimo, pagava férias. Ele como era um patrão muito bom, ele liberava aquelas capoeira pro povo plantar, criar seu porco, criar sua galinha (A. V. L., feminino, 60).

O fato de ter todo o tempo disponível para o patrão não lhe permitia o tempo para cultivar o sítio, tendo que comprar os alimentos no mercado ou no barracão, quando este existia na fazenda. O consumo no barracão era uma transferência da renda-salário de volta para o proprietário a preços elevados dos produtos, o que significava, em tese, a reconversão do valor da força de trabalho em lucro comercial ou uma indireta apropriação de *mais-valia*.

A submissão do trabalhador era significativamente ampliada pela *sujeição*. A privação das condições materiais de trabalho e o acesso à moradia eram os ingredientes necessários à sua sujeição, que, por sua vez, implicava em obrigação para com o patrão. A relação de moradia ia além da venda da força de trabalho. A contrapartida da cessão da casa para morar era uma questão moral de sujeição às determinações do patrão; pois, além de uma relação de favor, era uma forma de subordinação que tinha como moeda de troca a apropriação do tempo do trabalhador; esse tempo significando o trabalho da roça e os demais serviços que se fizessem necessários durante todo o ciclo de 24 horas diárias. Os demais favores que prestava o patrão ao trabalhador (por exemplo, em caso de doença) significavam, da parte deste, uma cumplicidade da relação favor-sujeição.

Na fazenda não tinha liberdade, pois passava a semana toda para o fazendeiro. Tinha que estar disponível a qualquer hora. Era 24 horas dedicado à fazenda. Trabalhava exclusivamente para a fazenda. Tem uma obrigação a fazer (o trabalho). Ficava preso até no final de semana. É sujeição mesmo (A. F. O., masculino, 69) (parêntese do autor).

Lá não dava roça pra plantar e **tinha, muitas vezes, que no descanso ele chamava pra trabalhar; às vezes de noite chamava**

pra apagar fogo; levanta de noite pra ajudar, fora do meu serviço, mas tinha que fazer. Pra recuperar a fazenda; a gente caía dentro (E. B. S., masculino, 58).

O regime de morada perdurou até meados dos anos 1960. A partir dessa época, caiu vertiginosamente o número de trabalhadores que moravam nas fazendas. A esse respeito, referindo-se à década de 1970, Baiardi (1984, p. 82-83) afirma que o “número de trabalhadores que residia nos estabelecimentos, cai de 77% (...) para 20% (...)”. Com o fim do regime de moradia, esses trabalhadores ficaram descobertos do direito à moradia e ao cultivo de subsistência. A única saída para esse contingente expressivo de trabalhadores foi submeter-se ao regime de empreitada, que será analisado em 3.2.3; logo após a explanação sobre o assalariamento.

3.2.2 O assalariamento

O assalariamento é um regime de trabalho utilizado nos primórdios da lavoura cacauera e que conviveu lado a lado com o de moradia. Consistia em um contrato de trabalho de uma jornada de oito horas, na qual o trabalhador exercia várias atividades ligadas à lavoura cacauera; e se apresentava sob duas formas: o assalariamento permanente e o temporário. Os trabalhadores permanentes eram contratados para dar suporte ao trabalho dos moradores nos serviços de limpeza, secagem, adubação, capina, entre outros; residindo nas periferias das cidades próximas. Os trabalhadores temporários eram contratados apenas na época da colheita do cacau, tarefa que exigia muita mão de obra. E, por conta da falta de mão de obra na época de colheita, o regime de trabalho se concentrava mais na moradia, em que era exigido intenso trabalho dos moradores, muito além da sua jornada de trabalho, e a disponibilidade para serviços variados, além dos referentes à lavoura do cacau.

Na relação entre a quantidade de trabalhadores permanentes e moradores, prevalecia este último, pois as tarefas cotidianas, assim como serviços extras, ligados direta ou indiretamente ao trabalho do cacau, eram de responsabilidade do morador,

o que diminuía a necessidade de maior emprego de trabalhadores permanentes, minimizando as despesas com o pagamento de salários e direitos trabalhistas.

Face ao grande número de fazendas de cacau, a concorrência era intensa por trabalhadores, de maneira que, acabava estimulando o regime de moradia, estratégia mediante a qual o proprietário da fazenda podia ter mão de obra disponível durante todo o tempo.

Na Tabela 4, observa-se que, no período de consolidação da lavoura cacauzeira, há um maior número de trabalhadores permanentes¹⁰ em relação aos volantes (temporários)¹¹. Entre 1940 e 1970, quando, nesta última década, vivenciava-se a modernização e o Estatuto do Trabalhador, a balança pende a favor dos trabalhadores volantes: o número de empregados volantes, que era de 22,5%, passou para 52,4%, ou seja, em números absolutos, de 17.641 trabalhadores volantes para 35.589. Em valores absolutos, caiu o número de trabalhadores permanentes para o mesmo período, de 78.441 para 67.976; sendo, em termos percentuais, a queda de 52,5% para 41,7%. Ou seja, se em 1940 a proporção era de 52,5% trabalhadores permanentes para 22,5% volantes; em 1975, essa proporção passou a ser de 41,7% permanentes para 52,4% volantes. Comparando-se o período de auge da lavoura – décadas de 1960 e 1970 – à década de 1990, quando entra em crise, a queda no número de empregos permanentes e temporários é significativa. Os dados do censo agropecuário não computam os trabalhadores rurais morando na periferia dos principais centros urbanos da região. Baiardi (1984) aponta queda de 77% para 20% no número de trabalhadores residindo nas fazendas de cacau.

Tabela 3: Variação do número de trabalhadores permanentes e temporários na lavoura cacauzeira da Bahia, 1940-1995.

Total de Trabalhadores					
Anos	Total Geral	Permanentes		Temporários	
		Número	%	Número	%
1940	149.294	78.441	52,5	17.641	22,5
1950	174.830	88.364	50,5	43.631	49,4
1960	180.884	82.757	45,8	43.958	53,1
1970	163.018	67.976	41,7	35.589	52,4
1995	51.642	39.620	76,7	12.022	23,3

Fonte: Tourinho et al., 1985; IBGE, 1995-96.

¹⁰ O estudo não aponta se os trabalhadores permanentes incluem os moradores; mas supõe-se que sim, pelo contingente de trabalhadores ocupados.

¹¹ A categoria trabalhador volante (ou temporário), desse período (1970), refere-se aos trabalhadores que passaram a viver de empreitada; portanto sem contrato de trabalho com remuneração mensal.

A queda no emprego permanente, entre 1960-70, atingiu particularmente os moradores. O número de trabalhadores volantes variou significativamente conforme o período anual; pois, de janeiro a abril – época da entressafra-, por exemplo, eles sobreviviam como biscateiros ou ambulantes. Observa-se ainda que, no ano de 1995, auge da crise, caem, em termos absolutos e relativos, os empregos temporários e permanentes.

3.2.3 A empreitada

A empreitada é um regime de trabalho, cuja relação entre patrão e empregado é feita através de um contrato temporário para execução de determinada tarefa numa dada área; e que, após o seu término, o trabalhador recebe o pagamento acertado, finalizando aí o contrato, não havendo mais nenhum compromisso entre as partes.

A empreitada, na lavoura cacaueteira, era um contrato de trabalho por meio do qual o proprietário extraía mais trabalho, ao mesmo tempo em que pagava menos por mais horas trabalhadas; ou, teoricamente, onde o tempo de trabalho excedente, apropriado pelo produtor, era maior que o tempo de trabalho necessário, daí a maior extração de *mais-valia*. Esta se dava quando, a partir do acordo, o trabalhador procurava aumentar sua renda, concluindo a tarefa em menor tempo, com o engajamento da família. Ele se comprometia com maior área para o trato (limpeza, colheita etc.) em menor tempo e poder ir à procura de novos contratos de empreitada em outras fazendas.

Para Garcia Jr. (1989, p. 55) a empreitada “supõe a delimitação de uma tarefa bem determinada, para a realização da qual se fixa um preço a ser pago em dinheiro, mas o ritmo das operações e a forma como são feitas ficam sob o controle do trabalhador”.

A maneira como se realizava a empreitada na lavoura cacaueteira, com base no exposto acima, tem-se que essa liberdade sobre a execução do trabalho era o que impelia o trabalhador à preferência pela empreitada. Se, por um lado, representava uma autoexploração do trabalhador e de sua família, por outro, permitia-lhe aumentar sua renda através de vários contratos.

A modernização da cacauicultura, associada à institucionalização dos direitos dos trabalhadores rurais, provocou sensível mudança nas relações de trabalho.

Antigos moradores se transformaram em trabalhadores temporários ou volantes, sobrevivendo através do regime de empreitada e diária. Assim expôs um estudioso sobre o assunto:

A alteração das formas de contrato de trabalho verificada nos últimos anos tem revelado um número bem maior de diaristas e de empreiteiros, vinculados à cultura do cacau ou a outras atividades agropecuárias. Estes, sem alternativas de casa na fazenda, passam a morar em aglomerados construídos “na linha de trabalho”, ou seja, próximos às grandes propriedades ou na periferia das cidades maiores (REIS, 1975, p. 17).

Com o contrato de empreitada o trabalhador não podia usufruir dos direitos instituídos pelo Estatuto do Trabalhador Rural. E, em decorrência da existência do Estatuto, passaram a dominar as relações de diária e de empreitada no campo. Um estudioso da questão analisa a mudança na relação de trabalho como satisfatória para ambos:

Proprietários e trabalhadores são compatíveis ao aceitar o regime de empreita como o mais vantajoso. Para os primeiros porque aproveita um maior número de empregados temporários e mantém um número reduzido de trabalhadores diretos, na maioria residentes na fazenda e por isso demandam um capital na forma de investimento-habitação, em detrimento de um maior volume de insumos a ser utilizado. Através desse regime ainda se obtém um “sobretalho”. Para o trabalhador há um ganho de tempo que lhe permite assumir outras empreitadas ainda naquele período de grande demanda (safra), de forma a obter um incremento nos ganhos que lhe possa garantir a sobrevivência imediata, uma vez que o “sobretalho” gerado foi às custas de um desgaste físico pela queima de suas reservas e carências de suas defesas, reduzindo assim a sua expectativa de vida (TOURINHO et al., 1985, p. 6).

Na fala dos autores, dada a condição imposta pela dispensa dos trabalhadores, não havia outra saída senão submeter-se ao regime de empreitada para sobreviver, trabalhando ora numa, ora noutra propriedade, como a única condição que restava ao trabalhador. Portanto, sob esse regime, a exploração do trabalho mudava apenas de forma. O fato de agora, sob o regime de empreitada, o trabalhador ter mais autonomia frente ao regime de moradia, não o livrava da condição de exploração do seu trabalho e da sua família. O que mudava era o

caráter da exploração. No contrato de empreitada, o trabalhador era quem “fazia seu tempo” de trabalho, que, em geral, ia além da jornada de trabalho.

O assentado abaixo assinala a passagem de morador para empreiteiro, tornando-se clandestino. Clandestino representava a saída da fazenda onde vivia como morador e onde era sujeito cativo. A rua era a conquista da liberdade no único sentido que negava a sujeição:

Quando a pessoa é morador é pior que quando o cara é clandestino; o morador só tem aquele limite (ganho); o clandestino, ele chega aqui, pega uma empreita, ganhou o dinheiro, já pegou outra na frente, já tornou a ganhar outro dinheiro maior e só vai contando. E, quando é morador, não. Morador é aquela mensalzinha (salário mensal), e só a vantagem é a carteira (carteira profissional); e sempre tem que tá disponível (P. A., masculino, 57) (parêntese do autor).

As consequências dessas mudanças nas relações de trabalho são apontadas por Baiardi (1984, p. 82); quando, ao referir-se ao empreiteiro, afirma que “as condições sócio-econômicas deste assalariado são acentuadamente graves (...)”, de maneira que:

A forma como os contratos são feitos, verbais e por tempo indeterminado, tem sido, provavelmente, ao lado da baixa remuneração, as causas principais para a situação que rigorosamente pode objetivar-se como de pobreza absoluta (BAIARDI, p. 83).

A fala deste outro assentado assinala a diferença entre morador e empreiteiro, quando, com o fim da morada, optou pela empreitada; forma associada à liberdade de trabalhar para quem quiser, pois o assentado assemelha a sujeição à escravidão:

Quando você trabalha na fazenda que tudo que o patrão manda você fazer, ele tava quase fazendo você escravo, e quando ele tava fazendo você escravo, você é cativo àquele patrão. E eu acreditei que é verdade. Tudo (toda a família) **tava à disposição.** Como assalariado continuei me sentindo cativo, não tem jeito. Como morador trabalhava só pra ele. Como assalariado trabalhava pra quem quiser, a diferença é essa. Essa idade que eu tenho de 16 anos aqui, o resto tudo trabalhei para os outros (16 anos de vida no assentamento) (P. A., masculino, 57) (parênteses do autor).

O contexto socioeconômico instalado de precariedade das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores tornava as migrações entre fazendas uma constante. Os trabalhadores sempre estavam à procura do “melhor patrão”, ou seja, aquele que proporcionasse melhores condições de trabalho. Quando se “cansava dali”, ele estava se referindo à exploração a que estava submetido.

De morador na terra do proprietário desde 71 que eu comecei a morar na fazenda e trabalhar. Quando **eu saía de uma, ia pra outra; trabalhava outro tempo, cansava dali, eu saía pra outra e aí, quando chegou em 90, 92, veio aquela crise do cacau. Aí ficou difícil; os fazendeiro despachou todo mundo**, e aí optaram pra gente trabalhar em meia; **aí eu não quis trabalhar de meia, aí vim pra rua** (L. J. M. masculino, 64).

Com a crise e a dispensa da fazenda, veio a proposta do fazendeiro para o trabalho de *meia* ou a *parceria*, condição que, segundo o assentado acima, era desvantajosa, optando em ir para a *rua*. A *rua* tornou-se o lugar onde esses trabalhadores passaram a enfrentar dificuldades, assim como o lugar onde novas oportunidades apareciam.

Essa exploração ia além do trabalho propriamente dito, refletindo-se sobre as condições de vida e nos salários. Considerando-se que parte significativa dos trabalhadores cacaeiros eram anteriormente proprietários de pequenas roças, o que eles desejavam era a posse da terra para produzir e sustentar a família. Os valores e a história de vida desses trabalhadores ligados à natureza, à terra, dá um sentido especial ao retorno para o campo para reconstrução de suas vidas.

Sauer et al. (1979, p. 3), tratando do problema da mão de obra na região cacaeira, chegam às seguintes conclusões:

A carência de mão-de-obra é relativa às condições de trabalho; há uma associação entre carência de mão-de-obra e isolamento; Geralmente, a carência de mão-de-obra (quando se apresenta) é mais acentuada para atividades que demandam maior especialização; O trabalhador rural aspira por melhores condições de vida. Isto se caracteriza: num desejo profundo em obter a posse dos meios de produção (...); na impossibilidade do primeiro item, um desejo de melhores condições salariais; paralelo a este, num desejo em obter amparo legal e proteção no trabalho.

As principais reclamações dos trabalhadores apontadas pelos autores são:

- a) pagamento de 13º salário;
- b) pagamento de férias;
- c) pagamento de aviso prévio;
- d) pagamento de salários e diferenças de salários;
- e) repouso remunerado;
- f) horas extraordinárias, anotações em carteira (SAUER et al., 1979, p. 11).

Afora os fatores acima, responsáveis pela insatisfação e rotatividade dos trabalhadores, os autores afirmam que:

O abandono do emprego e a conseqüente rotatividade fazenda-a-fazenda também é ocasionado pelo tipo de relacionamento pessoal entre patrão e empregado em que este último se sente humilhado e menosprezado tornando-se insatisfeito(p. 11).

A fala da assentada abaixo sobre suas condições de trabalho e de vida anteriormente respalda a afirmação de Sauer et al. (1979).

Meu esposo não ficava um bom tempo com um patrão só; ele pegava vários; porque, às vezes, topava um patrão bom, e, às vezes, topava um patrão ruim, e assim por diante; e aí ele, quando topava com um patrão bom, nós ficava ainda um bom tempo na fazenda, mas quando nós não topava... (T. S. S., feminino, 48).

Quando questionada sobre o que seria um patrão bom e um patrão ruim, ela falou:

Eles eram, assim, muito exigentes; e aí, de acordo com o dia-a-dia, a gente ia observando que não dava pra gente...**era muito trabalho e explorava muito.** Os bons adulavam nós (no sentido de tratar bem, cumprir com os direitos trabalhistas, ter roçado para plantar, dar descanso etc.) (T. S. S., feminino, 48) (parêntese do autor).

Tourinho et al. (1985) afirmam que, em meados dos anos 80, 75,95% dos trabalhadores tinham as condições de vida de deficientes a péssimas; 44,6% dos

trabalhadores manifestaram o desejo de migrar em busca de melhores condições de vida e salários melhores. Entende-se por melhores condições de vida, segundo o autor, “a disponibilidade de escola, moradia digna, assistência médico-odontológica, área para plantio de subsistência, seguro contra acidentes, armazém e recreação” (p. 13). Isto não significa estarem os restantes 55,4% satisfeitos, mas supõe-se que parte significativa dos trabalhadores neste percentual não desejava necessariamente migrar, apenas aspiravam condições dignas de vida no próprio lugar.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores eram explorados intensamente, os salários que percebiam não representavam nem o mínimo necessário à reposição de seu desgaste físico e mental diário. Conforme pesquisa do autor, realizada no início dos anos de 1980, 738 famílias pesquisadas recebiam abaixo do salário mínimo, o que, para os autores, “é a realidade desta região, caracterizada por crônica pobreza e alto nível de desemprego e sub-remuneração” (TOURINHO et al., 1985, p. 18). Esse período ao qual se referem é o da modernização, que, ao lado da geração de vultosos lucros, gerou uma massa de trabalhadores pauperizados, percebendo salários miseráveis diante da riqueza por eles gerada. Isso sintetiza, em termos gerais, a concentração da propriedade e da riqueza nas mãos da minoria em uma região marcada pela miséria de sua população.

Na Tabela 4, o percentual de trabalhadores individuais (solteiros) que recebiam remuneração abaixo do salário-mínimo é bastante representativo do grau de exploração. Enquanto os que recebiam entre um e dois salários mínimos representavam metade dos trabalhadores; os que recebiam até dois salários-mínimos representavam 87% da renda total. Quando se observam os trabalhadores com renda acima de dois salários mínimos, vê-se que era um grupo minoritário, reservando-se àqueles trabalhadores com funções que exigiam maior qualificação ou que trabalhavam na secagem do cacau, a qual, nos momentos de safra, tomava a noite inteira.

Tabela 4: Percentual dos rendimentos segundo os grupos de renda – 1980.

RENDA		
Grupos de renda	Nível familiar	Nível individual
Menos de 1 salário mínimo	37%	66%
1 a 2 salários mínimos	50%	31%
= > 2 salários mínimos	-	3%
2 a 3 salários mínimos	6%	-
3 a 4 salários mínimos	3%*	-
= > 4 salários mínimos	4%	-

Fonte: Tourinho et al., 1985.

* Fez-se uma correção nesse percentual, pois, no estudo dos autores, constam 37%. Após análise, constatou-se que o percentual é 3%.

A população da Microrregião Cacaueira era, em 1980, de 824.860 habitantes; aproximadamente 45% residiam no meio rural, ou seja, 370.160 habitantes. Do total, 44,6% eram analfabetos. Portanto, é de se considerar que, face ao tamanho da população rural, o número de analfabetos fosse bem maior pelas dificuldades de acesso à escola e pela jornada de trabalho diária e o árduo trabalho nas roças de cacau.

Segundo a pesquisa dos autores, quanto à moradia, para um total de 738 famílias, 90% moravam em casas cedidas pelo proprietário. Em 86% delas, a cobertura era de telha; mas, no caso dos trabalhadores solteiros, a maioria dormia sob as barcaças¹². Em 44,3% das casas, as paredes eram de taipa e adobe; e 24,2% tinham piso de cimento batido. As casas tinham de 1 a 4 cômodos. Quanto à energia, quase 80% das famílias não dispunham, fazendo uso do candeeiro; e 48,9% usavam água para beber e para demais usos de lagos, riachos e rios. Não havia tratamento de água, nem fossas sépticas, fato que demonstrava as péssimas condições de higiene.

Constataram os autores que “por mais pessimistas que possam parecer as características habitacionais da população rural na região cacaueira, pode-se ter certeza de que a realidade total é bem mais precária do que esta” (TOURINHO et al., 1985):

¹² A barcaça era o local onde se fazia a secagem e o armazenamento do cacau; tinha uma cobertura (telhado) móvel, geralmente de alumínio.

Certamente para a periferia urbana tem chegado contingentes de trabalhadores rurais devido à falta de habitações no meio rural ou mesmo a necessidade do trabalho temporário imposto pela presente legislação. Isto significa que o trabalho volante já começa a se tornar claro, tirando o lugar do trabalhador permanente. Desse modo, hoje um grande número de trabalhadores rurais residentes nos povoados e cidades, em verdadeiras favelas, de condições precaríssimas, deslocam-se a pé ou em caminhões até às fazendas, passando o dia trabalhando com péssima alimentação e à noite retornam à subhabitação” (p. 25)

3.3 Exploração, direitos e precarização das condições de vida

Na medida em que foi findando o regime de morada, os trabalhadores só podiam adquirir seus meios de subsistência por intermédio do mercado, onde, face aos salários aviltados e ao custo de vida alto, o salário estava muito aquém do desgaste de suas energias. A reprodução do trabalhador passou a ser duplamente sacrificada em função dos preços dos alimentos e dos baixos salários.

Ainda, sobre a região, estudos realizados no início dos anos 80, auge da modernização, constataram que 66% dos trabalhadores rurais tinham renda inferior a um salário mínimo e dispunham de uma dieta que correspondia a 68,6% do mesmo, equivalendo a 2.382 calorias diárias; quando, segundo a FAO/OMS, a quantidade de calorias diárias que precisa consumir um homem adulto com atividade moderada é de 3.000 calorias. No caso do trabalhador cacauero, pelas condições de trabalho existentes, ele necessitaria de 3.500 calorias diárias (TOURINHO et al., 1985). Percebe-se, portanto, o estado de desnutrição a que era submetido o trabalhador cacauero, juntamente com sua família. Concluem os autores que

A deterioração das condições de vida e trabalho tem resultado no aumento da fome e do desgaste físico, instalando-se ali, um campo fértil para a doença, velhice precoce e a morte antes do tempo. E pensar que são esses trabalhadores que, com suor, garantem a geração de divisas e de riquezas para o país, mas sem dela participar (p. 32).

Do exposto, conclui-se que a saúde da família trabalhadora rural nas áreas cacaeiras estava no patamar da precariedade, na mesma proporção de suas condições de moradia, higiene, alimentação e salários. Acrescente-se a esses aspectos, a inexistência de um “pedaço de terra” onde os trabalhadores pudessem cultivar suas roças de alimentos.

A carência nutricional foi responsável por variadas doenças e enfermidades conforme exposto na tabela 3. Os dados dessa pesquisa referem-se ao período de auge da cacauicultura, resultando nos vultosos lucros da burguesia cacaeira, proprietários de terra e de capital. A deterioração das condições de vida dos trabalhadores e suas famílias ocasionaram problemas de saúde e doenças. O levantamento desses problemas de saúde foi realizado em meados da década de 1970, período no qual se deterioraram as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores cacaeiros.

Tabela 5: Degenerações provocadas por carência nutricional em filhos de trabalhadores cacauzeiros até 10 anos de idade - 1980

Degenerações	Número de Crianças
Total de crianças observadas	1.241
Portadores de estados carenciais diversos	718
Perturbações na pele e nos olhos	43
Deficiência muscular, edemas, neurite periférica, abolição dos reflexos, retardamento locomotor	126
Estomatites, "boqueira", fissuras	64
Alterações na pele (dermatites, pelagra, anemia), nas mucosas (edema, rubor) e na mente (confusão, ausência, reflexos)	168
Manifestações hemorrágicas, edema, sangramento nasal	42
Encurvamento de membros, deformações ósseas e dentárias	34
Distrofia pluricarencial, dermatose, aumento do fígado	61
Cárie dentária	162
Fraturas	14
Anemia carencial agravada por verminoses	426
Problemas diversos (anorexia, aftas, adenopatia, dispepsia)	340

Fonte: FSESP/Uruçuca, (1980), citado por Tourinho et al., 1985.

Um aspecto importante foi que, ao contrário do que a literatura sobre a modernização dos sistemas produtivos demonstrava, com relação ao emprego da força de trabalho, a modernização da cacauicultura, relativamente, não gerou desemprego; pelo contrário, houve maior demanda por trabalhadores, em função das características topográficas e do caráter da modernização condizente ao setor: aplicação de insumos químicos e descoberta de plantas mais resistentes às pragas, mais produtivas e a expansão da área plantada. Não foi um modelo de modernização sustentado no aporte de maquinários que substituem a força de trabalho; teve o efeito contrário. Porém, a questão é que, com a modernização, os trabalhadores já existentes, assim como novos trabalhadores, entram em um novo regime de trabalho, alijados de seus direitos, ao mesmo tempo em que as condições de trabalho informais foram precarizadas. Esses direitos, conforme já comentado anteriormente, diziam respeito à casa para morar e ao sítio para cultivo. A passagem para a condição de empreiteiro significou a perda da casa e do sítio, de forma que sua reprodução passou a depender dos contratos que faziam para suprir suas

necessidades; naquela situação, maiores, pois passaram a pagar aluguel e comprar os bens de subsistência. Para isso era exigida uma autoexploração do seu trabalho e de sua família.

Nas falas dos assentados, misturam-se a insatisfação com o rendimento do trabalho, o não recebimento dos direitos e o trabalho árduo a que se submetiam. O relato do assentado abaixo se refere ao contrato de diária que se seguiu à morada, a partir da dispensa da fazenda, mediante o qual trabalhava dia e noite para poder obter maior rendimento, numa atividade intensa e prejudicial à visão e à coluna vertebral, que era a secagem das amêndoas de cacau.

Dificuldade que sempre a gente que faz, tudo que faz, mas não consegue nada; na roça do latifúndio ficou aí por semana 30 arrobas de cacau, mas quando é sexta-feira a gente tira aquela diarinha amarrada (salário insignificante no pagamento por diária). Quando tava na região de Ubaitaba, o meu trabalho era podar, aí fui pra secagem. Na hora de podar, tava podando, na hora de secar, tava secando; fazia de tudo. Recebia diária, recebia uma mensalidade que era da secagem. Se secasse na estufa um dia e uma noite, recebia um dia e duas noites, quer dizer, recebia três dias; aumentava mais o ganho, fora a diária. A vantagem que tinha era essa; **eu fazia pra render o dinheiro;** era 20/30 caixa (de amêndoas) pra o secador; quando terminava o secador ia pra poda pra render o dinheiro; **não parava não (...) era a noite toda (no secador); não pode parar não... Quando você mexe com o secador você não dorme, você não dorme não! Se você botar o cacau no secador, tem que ficar lá; você não dorme não.** Pra você dormir, é depois que secou ele e botou no resfriador; aí você pode dormir um pouco. Nunca tomei remédio nenhum pra não dormir; o que eu me fartava era o café; aí o café era direto (bebia durante toda noite) (P. A., masculino, 57) (parênteses do autor).

O relato do assentado abaixo reforça as precárias condições de trabalho e de vida, quando teve mais da metade da vida dedicada à lavoura do cacau, somando o tempo em que trabalhou para os patrões e o tempo de assentado. A penúria do trabalho, aliado às precárias condições de vida e o não recebimento dos direitos trabalhistas apontaram para uma situação degradante:

Eu trabalhei uma média para os fazendeiro, uma média de 30 e tantos anos. Naquele tempo, aquele tempo era difícil, pegava

empreitada, roça de cacau pra limpar, era uma vida dura. Às vezes, eu trabalhava de empreitada; nunca tive um salário; às vezes morava na fazenda; eu tive uma carteira assinada e perdi essa carteira; então, hoje, pra me aposentar, levei mais de não sei quantas viagens pelo INCRA; dei declaração, no fim não me aposentei pelo INCRA (A. H. S., masculino, 70).

A fala seguinte retrata a exploração do trabalho aliada ao não reconhecimento dos direitos trabalhistas. O “gostar de trabalhar” caracterizava a autoexploração, quando afirmava que o patrão “dava meu jeito de vida”, ou seja, a renda para sobreviver. Este assentado, com 75 anos de idade, e saúde frágil, expôs o sentimento de muitos assentados:

Mesmo trabalhando na fazenda dos outros, eu vivia bem, porque eu tinha uma garantia em mim que eu gostava de trabalhar e eu pensava em mim, que eu tinha precisão do trabalho pra eu sobreviver, entendeu? **Então aquilo ali eu trabalhava tanto que eu chegava em uma fazenda, eu pedia um emprego, o patrão me dava; com pouco tempo ele me dava meu jeito de vida, entendeu? Trabalhei tanto e não tive direito de minha aposentadoria (...)** Trabalhei muitos anos, mas muitos anos trabalhei como empreiteiro, sem assinar carteira. Agora minha primeira assinatura foi em 73, entendeu? Em 73, justamente, foi a primeira carteira minha, que eu trabalhei com carteira assinada; antes era trabalhador livre, de empreitada, entendeu? **Chegava em uma fazenda, pegava 100.000, 150.000 pés de cacau pra limpar; pegava cacau pra colher, vivia assim, trabalhando sem nenhum direito trabalhista. Só que eu assinava minhas folhas da fazenda pra receber o dinheiro, mas em carteira não tinha assinatura.** Na roça de cacau, eu só não fazia era o fruto do cacau, mas da cabruca, das terras ao plantio, a colheita, a secagem, isso tudo eu fazia. (J. C. S., masculino, 75)

Os assentados relatam as condições de trabalho a que se submetiam nas lavouras de cacau, ao mesmo tempo em que a baixa remuneração apenas dava para se manterem, cujo reflexo sentem atualmente sobre a saúde, conforme pode observar-se nas falas:

Hoje eu não estou mais trabalhando por motivo de doença; eu sou muito doente. Ontem quando você chegou aqui dava pra nós

conversar um pouco, mas eu tinha deitado um pouco, descansando, que minha pressão é muito alta, sou diabético, colesterol também muito alto, entendeu? Sou uma pessoa que vivo de medicamento; não posso mais ir à roça, mas mesmo assim eu vou teimando, pelo menos olhar. (J. C. S., masculino, 75)

Nesses anos que trabalhei para os outros foi só para se manter; e a saúde ficou muito abalada; meu trabalho com cacau era mais secar, secar, e hoje eu pago por isso: a vista (a visão), o sol e a quintura do fogo. **Eu tenho uma vista que não enxergo bem; que aquela quintura é demais.** Aí você toma aquela quintura e muitas vezes você, de manhã, quer sair, aí é obrigado lavar o rosto na água fria e aí só vai prejudicando, e **hoje pago por isso** (L. J. M., masculino, 64).

Olhe, na roça de cacau eu já me cortei duas vezes e tô pra ser operado de novo, com problema de quê? De peso. Era muito peso que eu pegava na fazenda dos outros, e aí o tempo vai juntando, a gente vai usando o tempo de novo, e quando chega a idade é que vai colhendo. Eu tive problema que não era brincadeira; tive problema de coluna, problema de hérnia, agora está dando pra me atacar o coração; **tudo isso é começado na fazenda dos outros; acordar cedo, debaixo da chuva, quebrando cacau, tomando poeira. Ah! O rio tá enchendo e não pode deixar o cacau ir embora! É pra quebrar o cacau e tem que ir na carreira; quebrava cacau muitas vezes com candieiro, na roça dos outros; isso tudo causa doença** (E. B. S., masculino, 58).

Não apenas trabalhadores assalariados eram requisitados para a lavoura do cacau, mas produtores autônomos, burareiros, passaram a ser funcionais ao setor cacaueiro nos moldes atuais de produção. Assim se expressaram Tourinho et al. (1985, p. 3):

O ideário modernizador baseado em tecnologias e instrumentos que se discriminaram a favor dos grandes e médios proprietários (30% das propriedades) tem possibilitado apenas a funcionalidade das pequenas propriedades rurais como “bolsões de contenção de crises sociais” e dos trabalhadores rurais como “exército de reserva”.

Baiardi (1984) afirma que, no auge da modernização, a passagem do regime de assalariamento permanente para empreitada saltou de 15% para 40%, entre 1973 e 1979, o que reflete, segundo o autor, “uma deterioração do poder de

barganha dos trabalhadores com maior apropriação do seu sobretrabalho” (p. 81) e que “a qualidade do padrão de vida dessa categoria deteriorou-se mais ainda nos últimos dezessete anos (...)”(p. 82), ou seja, de 1967 para cá (até o ano de 1984, quando o autor escreveu sua obra), como resultado da modernização do setor produtivo”. (grifo nosso)

Estendendo a análise para a relação entre o cacauicultor e a unidade familiar de produção, observou-se que o pequeno produtor - e sua família – vendia sua força de trabalho ao grande proprietário produtor de cacau, pois

como não pode, sob pena de passar à condição de assalariado, deixar de pagar suas dívidas e alimentar a si e à sua família, o burareiro converte-se em diarista, vendendo sua força de trabalho quando não está voltado para as atividades na sua parcela” (BAIARDI, 1987, p. 96).

No núcleo da relação entre proprietários, assalariados e unidades de produção familiares, Baiardi (1984) é taxativo:

A produção burareira é funcional à acumulação capitalista no mesmo setor porque produz bens de salário que são adquiridos, direta ou indiretamente, pela unidade de produção capitalista para garantir a reprodução da força de trabalho. Ao produzir a baixo custo a alimentação da força de trabalho da unidade de produção capitalista, a unidade de produção familiar está transferindo valor à unidade de produção capitalista, possibilitando a esta última continuar sub-remunerando o trabalhador assalariado” (p. 96).

As mudanças que levaram ao regime de empreitada foram determinantes no processo de proletarização do trabalhador cacauero. Na fala abaixo, a empreitada submetia-o à autoexploração, pois a necessidade de fazer uma renda maior, fechando vários contratos, obrigava o trabalhador e a sua família a uma jornada de trabalho intensa para aumentar a renda:

Antes a gente trabalhava na roça dos outros, era debaixo de rojão (trabalho pesado), era pra tá sete horas no trabalho, das 7 às 4

horas todos os dias e, quando era final de semana, era aquele totalzim (salário curto), a conta da feira; era salário mínimo, a conta da feira. **Na minha empreita (...) de sobrevivência não é muito bom; não dá liberdade; é um pouco complicado, porque a gente lá não podia perder tempo**; quem trabalha de quinzena eram os 15 dias mesmo, cumpria horário certo, não faltava o trabalho; se faltasse um dia de trabalho, a quinzena já foi (era perdida) (E. B. S., masculino, 58) (parêntese do autor).

Nos contratos de diária, o trabalhador prestava serviço de segunda a sexta. O contrato de diária em cinco dias de trabalho, segundo relatam os autores, era um artifício usado pelo fazendeiro para não pagar os direitos dos trabalhadores, pois o trabalho de sábado a sábado configurava, à época, o contrato de trabalho e pagamento dos direitos, compreendendo a semana de trabalho. Ao mesmo tempo, nesse regime de trabalho, os trabalhadores estavam sujeitos a quaisquer atividades, pois, como assinala Reis (1975, p. 38), os trabalhadores “não tinham suas tarefas definidas no momento da contratação, sendo designados pelo proprietário ou pelo administrador para as diferentes atividades da UP” (unidade de produção) (parêntese nosso).

O trabalhador cacauero era um *errante* no trabalho da lavoura cacauera comparativamente aos trabalhadores da cana no estado de São Paulo (MORAES e SILVA, 1999). O estigma de *errante* aqui utilizado é confirmado por Freitas (1979, p. 46-47) quando afirma que “o caráter nômade do trabalhador cacauero foi devido aos baixos salários, variações recorrentes do salário, precárias condições de trabalho e moradia e risco de dispensa em massa num pequeno sinal de instabilidade, assim como ausência de escolas e assistência médica”. O trabalho na lavoura cacauera era transitório e flutuante, porém contínuo.

Na época de safra, a demanda por mão de obra era elástica, daí a necessidade do trabalhador e sua família executarem a tarefa o mais rápido possível e partir para outras. Era um regime de exploração da força de trabalho “compensada por um maior ganho”, e que, do lado do proprietário, significava maiores lucros, pois, além de auferir uma *mais-valia extra*, estava isento das obrigações trabalhistas e dos compromissos com a cessão de moradia em suas terras. Ferreira (1981) observou que o contrato de trabalho por empreitada passou a representar a extração do sobretrabalho não só do trabalhador, mas do grupo familiar, na medida em que toda a família se engajava nas atividades do cacau para produzir uma renda que

lhes garantisse a sobrevivência, intensificando-se, assim, a autoexploração no trabalho.

A autora expõe o sentimento dos trabalhadores quanto ao trabalho:

Entre os vários depoimentos dos trabalhadores quanto à sua situação, há uma unanimidade com respeito à condição atual de vida, marcada pela insatisfação no trabalho (p. 35) (...) e sempre a esperança de que algum dia “possam adquirir um pedaço de terra, para garantir sua autonomia” (Ferreira, 1981, p. 57) (grifo nosso).

Havia um ganho real para os proprietários; pois, ao mesmo tempo em que se apropriavam de um lucro extra, estavam livres do cumprimento dos direitos trabalhistas, pois se desincumbiam de qualquer responsabilidade jurídica para com os trabalhadores. Para esses, com a dispensa das fazendas - embora se considerassem “livres” da morada, no sentido de que não ficavam presos a um único proprietário – abria-se a possibilidade de realização de diversas tarefas com este ou aquele fazendeiro, como forma de aumentar sua renda, que terminava por submetê-los a um regime de exploração, que se refletia sobre sua saúde e a da família, resultando em quadros de deficiência nutricional crônica.

Conclui Ferreira que o aumento das forças produtivas e a ampliação dos direitos aos trabalhadores rurais, ao alterar as relações de trabalho, mediante o fim do sistema de morada e a perpetuação do regime de empreitada, levaram à proletarização do trabalhador cacaueiro. Ou seja, o trabalhador cacaueiro passou a ser um trabalhador clandestino, tal qual ocorreu na zona canavieira de Pernambuco, no advento do Estatuto do Trabalhador Rural¹³.

A empreitada e a diária foram relações de trabalho que implicaram em dupla vantagem para o produtor de cacau: primeiro, livrava o patrão dos encargos trabalhistas, assim como sua propriedade dos vínculos de moradia e dos demais vínculos que àquela se acrescentavam. Segundo, o trabalhador que passou a ser *clandestino*, com o fim do contrato de morada, sem direitos, conforme atestado por Sigaud (1979), adquiria sua liberdade em sentido amplo, não estando, em tese, mais submetido à sujeição, nem à disponibilidade de seu tempo e de seu trabalho, conforme as exigências e as determinações do patrão. Acertava, mediante acordo, uma tarefa cujo tempo de trabalho dependia dele. Concluído um contrato de

¹³ Sobre a extensão dos direitos aos trabalhadores do campo, ver Sigaud (1979).

empreitada, nenhum serviço lhe caberia mais fazer, a não ser mediante novo acordo. Ou seja, não ficava disponível às determinações e anseios do proprietário. Ainda, conforme Sigaud (ibidem), a *rua* (contraposta à morada) implicava na “liberdade” do trabalhador enquanto negação da sujeição através da *morada*.

As condições sociais da classe trabalhadora cacauzeira eram muito precárias. Ela vivia em estado de miséria por duas razões: primeira, a exploração do trabalho; segunda, os baixos salários e as condições de moradia, saúde e alimentação.

Tinha casa pra morar; era do patrão; nunca paguei nada não; o salário recebia certinho; não tinha direito à roça; somente o salário; a gente não tinha água encanada também (L. J. M., masculino, 64).

A casa não tinha energia, lá não tinha energia; não tinha água encanada, mas o rio passava próximo, menos de 50 metros (P. A., masculino, 57).

Essa fazenda que eu trabalhei cinco anos **não tinha energia, não tinha água, só que era descontado**. Então isso é prejuízo pra gente. **Pagava tudo isso, era descontado**.

O depoimento abaixo do assentado é bastante sintomático, quando assinala que havia ocasiões em que trabalhava com fome, pois não tinha o que comer em casa, recorrendo, por vezes, aos vizinhos, ao mesmo tempo em que descreve as condições humilhantes do trabalho:

Às vezes na fazenda a gente levantava e não tinha nada, levantava de manhã, no final de quinzena e, rapaz, não tem nada pra comer, nem café pra gente tomar. E tinha que tomar nas casas dos vizinhos, aí era meio complicado a nossa vida. Graças a Deus, até o momento, não passei um dia sem o meu gole de café. Hoje, graças a Deus, eu cheguei aqui, tô me tratando melhor de minhas doenças, tranqüilo; tem como comprar remédio, um alimento pra gente. O que eu colhi das fazendas de cacau foi mais doença (E. B. S., masculino, 59).

Portanto, sob a ótica do trabalhador, o regime de empreitada implicava em mais liberdade, porém maior exploração, visto que ele, ao almejar uma renda maior, submetia-se à exploração indireta ou à autoexploração. Assim, ele se livrava apenas

da condição de subordinação pela sujeição, mantendo-se na subordinação indireta. Mas, para o proprietário, pouca diferença fazia que o trabalhador passasse de uma condição a outra, desde que estivesse disponível para transformar seu trabalho e o da família em maiores lucros, ampliando sua riqueza.

A volatilidade da força de trabalho, conforme as conveniências da exploração, é exposta por Mello (1978) nos termos abaixo:

O ritmo irregular com que sua força de trabalho é explorada nem sempre lhe permite continuar produzindo novos meios de subsistência, enquanto consome os recebidos em troca de seu trabalho. Isto lhe confere uma instabilidade econômica que se reflete nas condições de extrema miserabilidade em que vive (p. 88).

A precariedade das condições de vida do bóia-fria exige que ele se disponha a realizar o trabalho que encontra, numa tentativa de sobreviver. É nestes termos que ele se sujeita ao trabalho de diarista na lavoura (p. 94).

Esta mesma situação se reproduziu na lavoura cacaueteira. A exploração do trabalho não era apenas direta, mas também indireta face às condições precárias de moradia e de acesso aos serviços básicos, como saúde, educação, infraestrutura.

Passei uns oito meses trabalhando clandestino; mas, quando trabalhava na fazenda, tinha carteira assinada, mas recebia sempre a menos. **Nesses anos que trabalhei para os outros foi só para se manter.** Naquele tempo, era difícil, pegava empreitada, roça de cacau pra limpar, era uma vida dura. **Pagava consumo de água e energia como morador, mas não tinha!** (P. A., masculino, 57) (parêntese do autor).

A modernização da cacauicultura obedeceu à lógica que permeou a penetração do capital no campo, após a Segunda Guerra Mundial. A intervenção do Estado através do sistema de crédito foi implacável no estímulo ao aprimoramento das forças produtivas e às alterações nas relações de produção. A cacauicultura teve uma particularidade nesse processo, pois, face à sua natureza e às características do solo, a modernização estimulou a produção, ampliando a área de

cultivo, gerando novos empregos, porém, levou à precarização do trabalho e às condições de miséria dos trabalhadores.

Parte significativa da vida dos trabalhadores cacauzeiros esteve implicada no trabalho das fazendas de cacau, impelida, ora aqui, ora ali, às mais variadas mudanças em suas condições de trabalho e de vida em função da instabilidade a que continuamente esteve sujeito o negócio do cacau, pois

É em função dessas relações que, direta ou indiretamente, transcorre uma parte considerável da vida do indivíduo, que se realizam suas atividades e se organiza sua existência. Assim, é fácil, pela maneira e nas circunstâncias em que se estabelecem as relações de trabalho, aferir a soma de liberdade que o indivíduo usufrui (PRADO Jr., 1980, p. 22-23).

3.4 A crise e as mudanças nas relações de trabalho: a perpetuação das relações de exploração

A crise da cacauicultura levou ao desemprego e à alteração nas relações de trabalho, mantendo-se a mesma situação de exploração e precarização do trabalho, encoberta pelos regimes de *parceria* e pelo *arismo*.

A dispensa da fazenda colocou os trabalhadores e suas famílias em uma situação precária, de maneira que atingiam o limite mínimo de suas necessidades, sob a iminência de passar fome, de acordo com o relato que segue:

A partir do momento que eu tava na cidade, começando a passar dificuldade, dava o dia de sábado, **meu esposo sem ter um dinheiro pra fazer a feira, então minha família tinha que me ajudar** (T. S. S., feminino, 48).

Esta assentada referencia a situação de crise vivenciada na fazenda em que trabalhava, quando assinala a queda na produção. No momento posterior à dispensa, os trabalhadores não tinham outro rumo. Estavam numa condição que não

tinham como sobreviver, não conseguiam enxergar “um futuro pra você viver”, conforme expõe este outro assentado:

Naquela época você sabe como é (...) pra essa mesma fazenda que eu trabalhei doze anos, depois fui dispensado; e saí, saí, bati um pouco, porque na época já estava o cacau todo doente; eu saí dessa fazenda em 94 (auge da crise), a crise já tinha (...) e aí **eu saí trabalhando pra um, pra outro, não tinha negócio mais, um futuro pra você viver**. Fiquei em um canto e outro, porque a roça já tava tudo perdida, e o pessoal já tinha perdido a fé no cacau. **Porque o patrão pegava cento e tantos mil arrobas de cacau, foi caindo, caindo, caindo, inclusive essa fazenda que eu morei esses doze anos, essa foi uma fazenda que deu até 20.000 arrobas, entendeu? E ela voltou à crise, que o patrão dessa roça vivia com quatro trabalhador (só tinha quatro trabalhadores na fazenda depois da crise), porque ela não atingia nem mil (arrobas) mais, então acabou, propriamente acabou** (J. C. S, masculino, 75). (parênteses do autor).

Depoimentos de estudiosos e dos próprios trabalhadores sobre a situação da força de trabalho na lavoura cacaeira são ilustrativos da situação de exploração vivenciada. Deméter (1997, p. 8) aponta, em seu estudo, os primeiros sinais da crise sobre a classe trabalhadora:

Inicia-se, portanto, a partir de meados da década de 80, o que vem sendo denominado de “crise do cacau”, a qual persiste até hoje e tem nos trabalhadores rurais assalariados sua principal vítima, uma vez que o desemprego e a migração para as favelas urbanas passaram a fazer parte do dia-a-dia dessas pessoas.

Os produtores de cacau que continuaram na atividade tiveram que mesclar diferentes modalidades de regimes de trabalho, utilizando basicamente três: o arismo, a parceria e o contrato.

O arismo era um regime de trabalho onde um trabalhador (e sua família) – de confiança do fazendeiro – tornava-se responsável por todos os trabalhos e serviços em uma determinada área de cacau, geralmente de cinco a oito hectares. Se os resultados obtidos fossem favoráveis, os trabalhadores eram “recompensados”

através de “prêmios”, que eram sorteados: geralmente, eram bens de consumo doméstico ou eletrônicos (rádio).

Para Ferreira (1996, p. 3), o *arismo* “é um dos métodos de administração participada em que está mais presente a ênfase motivacional do trabalhador rural”. Caracteriza-se pela divisão da propriedade em glebas de 5 a 8 hectares sob responsabilidade de todos os serviços por um único trabalhador, o arista. Foi aplicado por volta da segunda metade dos anos 80, ampliando-se posteriormente, atingindo seu auge no final dos anos 90, quando começa a entrar em desuso, sendo substituído pela parceria.

Esta “nova” relação de trabalho, segundo a autora, trata de uma “inovação organizacional” ou situa-o no quadro das “novas alternativas gerenciais” ou como a “adoção de novas atitudes” por parte do fazendeiro do cacau frente à crise. Assinala que a vantagem é dupla, pois, ao mesmo tempo em que reduz os custos, há uma diminuição proporcional com o pagamento de salários, de maneira que “resultará certamente em elevação do nível de bem-estar de todos os participantes do processo e equilíbrio financeiro do produtor” (FERREIRA, 1996, p. 2).

Para o trabalhador, entretanto, pensando de forma diferente de Ferreira (1996), o arismo não era uma boa relação de trabalho; pois o mesmo passou a cuidar de uma área que, anteriormente, era de responsabilidade de três ou quatro, refletindo-se num alto grau de exploração. Esse regime, inclusive, caiu rapidamente em desuso, devido às denúncias feitas ao Ministério do Trabalho.

Para Ferreira e Trevizan (1995, p. 7), o *arismo* passou a ser utilizado principalmente “em propriedades de empresários cosmopolitas” que têm no cacau mais um investimento de capital. Os autores assim se reportam sobre o arismo: um setor para a valorização do capital, cuja administração organizacional não passa de um refúgio para formas arcaicas de exploração da força de trabalho.

Tudo que era antes realizado por trabalhadores comuns e por trabalhadores com um certo nível de treinamento, como operadores de máquinas para aplicação de defensivos, é agora desempenhado por um único trabalhador, o arista, um trabalhador selecionado por seu comportamento e por sua experiência no cultivo do cacau. As atividades que eram antes desempenhadas por trabalhadores em turma, são agora pelo arista individualmente (p. 10).

Fica claro na citação acima que as modalidades de trabalho utilizadas alternativamente para enfrentar a crise representaram a perpetuação das relações de exploração dos proprietários sobre os trabalhadores, tentando passar a ideia de que essas relações de trabalho beneficiavam a todos, proprietários e trabalhadores. É uma defesa de cunho utilitarista que ideologicamente esconde as reais diferenças e interesses envolvidos.

Historicamente conhecida, a *parceria* é uma relação de trabalho na qual, no caso da região cacaueteira, o trabalhador produz na terra do proprietário, utilizando seus instrumentos de trabalho, dividindo meio a meio o resultado da produção com o proprietário. Desenvolveu-se paralelamente com o *arismo*. Na realidade, não era uma divisão meio a meio do resultado da produção o que se verificou na lavoura cacaueteira, conforme atestado por Nascimento (2002). A forma de exploração e apropriação aberta do trabalhador e do resultado de seu trabalho no regime de parceria levou, num curto período, ao seu desuso.

Sobre o regime de parceria, Marx (1983) assinala que:

Todo o mais-trabalho dos trabalhadores que aqui se representa no mais-produto é extraído deles diretamente pelo proprietário de todos os instrumentos de produção, entre os quais se conta o solo e, na forma originária de escravidão, os próprios produtores imediatos. Os rendimentos do proprietário da terra, qualquer que seja o nome que se lhe queira dar, o mais-produto disponível apropriado por ele é, aqui, a forma normal e predominante, em que todo o mais-trabalho não pago é imediatamente apropriado, e a propriedade fundiária constitui a base dessa apropriação (p. 260).

O sistema de parceria foi introduzido na região cacaueteira em 1990 (NASCIMENTO, 2002). As razões da utilização da parceria na cacauicultura foram basicamente três: a) crise; b) não pagamento de salário; c) desincumbir-se dos encargos sociais trabalhistas.

Estudo realizado por Nascimento (2002) demonstra que a parceria, acordada entre proprietário e trabalhador, mesmo seguindo a legislação, beneficiava particularmente o proprietário. Segundo o estudo, o parceiro outorgado assume 86% dos custos de produção, enquanto o proprietário despense apenas 14%. Além de assumir 50% dos custos, correspondente ao contrato, o trabalhador tinha

descontado em sua parte a renda da terra, o uso das benfeitorias e equipamentos do proprietário. Por fim, concluiu o estudo que a parceria em nada contribuiu para a melhoria das condições de vida, nem tampouco para o aumento dos rendimentos do parceiro outorgado.

Na passagem de assalariado para parceiro mudou apenas a forma de apropriação do sobretrabalho. Para Prado Jr. (2000), o contrato de parceria é uma forma dissimulada de sujeição e dependência ao afirmar que:

O critério para uma tal definição do trabalhador formalmente parceiro mas de fato simples empregado, é a situação de dependência em que ele se encontra com respeito ao proprietário. Dependência essa que se verifica no fato de caber ao proprietário a responsabilidade total pela direção e condução da atividade produtiva. Em suma, quando o trabalhador é privado de autonomia, e se encontra sujeito a normas reguladoras que o proprietário dita, e que determina toda sua ação, como efetivamente ocorre nos casos de parceria que temos sob as vistas, ele deverá ser assimilado ao simples empregado, gozando de todos os direitos e prerrogativas daí decorrentes (p. 102).

A utilização da parceria, após a crise, foi, justamente, outro artifício usado pelo proprietário para livrar-se das obrigações trabalhistas, cabendo ao parceiro apenas a suposta participação no resultado da produção conforme, caso a caso, a forma como fosse acordada a parceria.

A economia cacaueteira reproduzia, naquele momento de crise, as velhas formas de relações de produção que, se, de um lado, procuravam reverter a falência dos produtores, por outro, representavam formas utilizadas pelo capital – independentemente de crises – para aumentar os lucros mediante maior expropriação dos trabalhadores e aumento da mais-valia. O que mudava na parceria é que a apropriação dos resultados do trabalho era direta, não dissimulada: mais da metade de seu trabalho era apropriada pelo parceiro-proprietário. A forma de pagamento do uso dos meios de produção do parceiro outorgante expressava-se no pagamento da renda em trabalho e/ou produto.

O *contrato*, também utilizado na região cacaueteira após a crise, coexistindo com o arismo e com a parceria, é um regime de trabalho acordado entre proprietário e trabalhador para um período de, geralmente, três anos, onde o trabalhador

assume a responsabilidade por uma determinada área para cultivo, em cuja vigência pode estar sujeito aos mais variados serviços da fazenda.

Para Trevizan (1996, p. 10) o “contrato” ou o “trabalhador por contrato”¹⁴ é uma relação de trabalho que “se destina a atender uma necessidade específica, sazonal, mas que, enquanto o contrato vigorar, o trabalhador estará sujeito a qualquer atividade que ocorra na fazenda”. Nesse sentido, enfatiza ainda o autor, que esta relação de trabalho

veio contribuir para apressar o processo de desestabilização da força de trabalho ao nível regional, juntando-se ao engodo da ‘modernização da economia’ em nível nacional, e tirando do trabalhador os benefícios das conquistas sociais que lhe proporcionava o trabalho estável (TREVIZAN, p. 10-11).

Reis (1975, p. 40) assinala que:

O próprio contratista, responsável pela formação de grande parte da lavoura cacaueteira e ainda perdurando em áreas de implantação, embora com menor frequência, é hoje nitidamente um trabalhador assalariado, desde que os vínculos que se estabelecem entre ele e o proprietário da terra não têm mais as características anteriores e o próprio Direito do Trabalho não o reconhece como trabalhador autônomo. Não é, conseqüentemente, um trabalhador independente, no sentido de tornar-se capaz de ser sujeito de uma relação de direito comum. Se, no contrato, promete ele o objeto-trabalho, concorrendo com a energia da sua atividade produtiva para a realização do objeto prometido, quando assim age o faz alienando-se completamente ao que lhe custará a subsistência, como dependente que é da organização.

Para parte significativa desses trabalhadores que permaneceram na região e não se engajaram nos regimes alternativos de trabalho e que, ao serem

¹⁴ O trabalhador por contrato é aquele regime de trabalho intermediário entre a moradia e a empreitada. Ou seja, acorda-se um contrato entre proprietário e trabalhador, sem vínculos nem direitos trabalhistas, em cuja vigência o trabalhador está sujeito aos mais variados serviços da fazenda.

dispensados das fazendas, encontravam-se sem perspectiva de trabalho, o destino foi a periferia dos municípios cacauzeiros, a partir de onde seguiram a trajetória de mobilização pela ocupação das propriedades desativadas, com o apoio de movimentos ligados à reforma agrária, partidos e sindicatos locais.

A dispensa das fazendas, o desemprego, a condição de miséria e a falta de perspectivas foram os ingredientes que arregimentaram esses trabalhadores na organização da luta pela terra, processo que marcou o início da trajetória desses trabalhadores na conquista da terra, que será analisado no próximo capítulo.

4 TRAJETÓRIAS E ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA: DE ASSALARIADOS A ASSENTADOS

As famílias assentadas no *Terra Vista* foram marcadas por diferentes trajetórias. Foram passagens pelo trabalho rural e urbano, ora morando no campo, ora morando nas pequenas cidades da região. Eram ‘moradores’ e assalariados rurais que, na década de 1970, transformaram-se em empreiteiros e diaristas, passando a morar nas periferias das pequenas cidades sob a influência da cacauicultura.

Os assentados são originários, em sua quase totalidade, dos vários municípios espalhados pela região cacauera, com forte evidência naqueles onde a atividade cacauera estava mais presente e que concentraram maior contingente de trabalhadores no auge da atividade, a exemplo de Camacan, Ilhéus, Arataca, Ubaitaba, Ibirapitanga, entre outros.

Eram filhos de pequenos agricultores que, em determinadas circunstâncias, venderam suas propriedades para médios e grandes fazendeiros, passando de autônomos a trabalhadores, ou foram para as cidades próximas, compraram ou alugaram imóvel e se ocuparam com pequeno comércio ou em serviços gerais. Em outros casos, os filhos mais velhos deixaram a roça da família para trabalharem nas fazendas de cacau, devido ao pequeno tamanho da propriedade não poder atender às necessidades do grupo familiar extenso, conforme assinala o assentado:

Antes morava com meu pai e a gente trabalhava a roça, mas era muito pouco pra viver da roça, só tinham dez hectares pra toda família (I. F. L., masculino, 47).

Os assentados relembram suas trajetórias de vida desde a época em que trabalhavam em terras próprias dos pais. A trajetória começa com a dispensa da fazenda e as peregrinações em busca de emprego no meio rural e nas cidades. Na generalidade dos casos, o crescimento da família, diante do limite da propriedade, levou-os a se assalariarem nas fazendas de cacau. Os tamanhos exíguos das pequenas propriedades, para acomodarem o núcleo familiar, estavam associados, diretamente, ao modo como se configurou a estrutura fundiária na região, onde as

grandes propriedades¹⁵ se formaram a expensas das pequenas - ou, ao que, na região, se chama de *burara*, que eram propriedades até 10 hectares -, comprimindo cada vez mais estas, quando não, absorvendo-as, transformando agricultores em assalariados. As falas dos assentados apontam trajetórias diferenciadas, mas o problema era comum a todos: a pequena área para desenvolver atividades com que pudessem sustentar a família à medida que aumentava o núcleo familiar. Outros passaram parte significativa da vida trabalhando para fazendeiros:

Eu comecei a trabalhar com meus avós a partir dos 13 anos até os 25; aí depois eu fui trabalhar por conta própria. Comecei a trabalhar de empregado de fazenda de cacau. Eu cheguei aqui (no assentamento) aos 57 anos; estou há onze anos (A. F. O., masculino, 57) (parêntese do autor).

Quando eu saí da área do pólo dos índios, meu pai foi para Minas, aí eu fiquei lá. Quando tava com 19 anos, retornei de Minas aqui para o Sul do cacau; deixei o pessoal lá e retornei para cá. Aí comecei a trabalhar para os outros; de 72 pra cá comecei a trabalhar em roça de cacau (L. J. M., masculino, 64).

Tinha roça própria na região de Paraíso; mas, às vezes, trabalhava para os outros. **Nós tínhamos terra própria; a dificuldade antes era a família que era grande e a roça pequena. O maior problema era esse.** Depois de passado um tempo, a gente foi crescendo, foi saindo... (R. F. S., masculino, 53).

Morava na roça com meus pais, mas a terra não dava para todos; eram dez hectares. Aí fui trabalhar de diária e empreitada. Com dispensa, fui trabalhar em Porto Seguro, onde passei uns 10 anos, trabalhando em vários serviços. De lá, vim para o assentamento (I. F. L., masculino, 45).

As trajetórias, para os limites do estudo em questão, demarcam um horizonte temporal, desde a dispensa do trabalho nas fazendas de cacau, quando ficaram desempregados, até a conquista do assentamento. São dois momentos opostos e complementares: a) o primeiro, a dispensa do trabalho nas fazendas, de dificuldades, desencontros e descontinuidades, que, aliás, têm marcado a vida dos trabalhadores cacaueiros desde que perderam a condição de moradores nas fazendas de cacau; b) o segundo, caracterizado pela organização e mobilização

¹⁵ Na região cacaueira, não se configurou propriamente a presença de grandes propriedades (acima de 500 hectares); na maioria dos casos eram médias propriedades (entre 100 e 500 hectares) nas mãos de um único proprietário.

(trabalho de base) – mediadas pelos movimentos sociais de luta pela terra – através da formação de acampamentos, com a finalidade de ocupação das fazendas desativadas.

O que marcou os dois momentos da vida dos trabalhadores foi que, no primeiro – na mudança da condição de morador para empregado -, eles continuaram na dependência dessa atividade; enquanto que, no segundo momento, deu-se a dispensa definitiva e o início das trajetórias de luta em prol da reforma agrária, com seu ingresso nos movimentos de ocupação de terras ociosas, cada vez mais frequentes na região, a partir da crise na década de 1990.

Nesse percurso, o trabalhador cacaueiro vivenciou três identidades: trabalhador, sem-terra e assentado. Estas identidades foram assimiladas em três etapas:

- a) Primeira etapa: a passagem da fazenda para a rua (de *trabalhador a sem-terra*). A identidade *sem-terra* assumiu um caráter sociopolítico nessa nova situação, quando começaram a se mobilizar - através do trabalho de base¹⁶ do MST, dos sindicatos e dos partidos;
- b) Segunda etapa: a passagem da rua para o acampamento, isto é, de *sem-terra a acampado*; quando passam a ocupar as fazendas desativadas, o enfrentamento com a polícia, a resistência, seguida dos despejos;
- c) Terceira etapa: a passagem do acampado para o assentado, quando começam a reconstrução de suas vidas.

Estas três etapas estão implicadas uma na outra, cujo significado se traduz na trajetória destes trabalhadores, que se passa em exame a seguir.

4.1 Da fazenda para a rua: *trabalhador* (desempregado)

¹⁶ O trabalho de base é “um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social” cuja finalidade é “a construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas” (FERNANDES, 2000, p. 283).

Os vários acontecimentos de ordem natural (clima), econômica (produtividade, concorrência etc.) e biológica (infestação do fungo) desembocaram no que se passou a chamar de “crise do cacau”. A crise se refletiu nas relações de trabalho, na posse e no uso da terra.

O fechamento das fazendas levou ao desemprego dos trabalhadores, tomando alguns a iniciativa de se organizarem e lutarem pela terra, enquanto outros migraram para as periferias dos municípios, onde se localizavam as fazendas em que trabalhavam, enquanto outros se dirigiram para os municípios maiores, que, aparentemente, ofereciam melhores perspectivas de trabalho, como Ilhéus, Porto Seguro e Itabuna; outros, ainda, foram para os grandes centros, a exemplo de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. Aqueles assentados que foram para os municípios locais se dedicaram às atividades comerciais e serviços, na qualidade de feirantes, ambulantes e funcionários públicos municipais. O longo tempo de vida no trabalho da lavoura, segundo seus depoimentos, não os fez perder a ligação com a terra, que ficou no seu imaginário.

O desemprego associado ao número crescente de fazendas ociosas foram os ingredientes necessários que levaram à mobilização desses trabalhadores para lutarem pela conquista dessas terras. Nesse contexto, o MST, que já atuava no Extremo-Sul do estado, estendeu sua ação até a região cacauzeira, mesmo antes do desfecho da crise, no final dos anos de 1980.

Foram trabalhadores que passaram a maior parte da vida trabalhando na lavoura do cacau, como mostram os relatos:

A gente então se criou na roça dos outros; me criei trabalhando; vivia como morador na roça dos outros; só em uma fazenda vivi doze anos, em Mascote (J. C. S., masculino, 75).

Meu pai trabalhou numa fazenda 27 anos, como morador, onde eu nasci, me casei e vivi parte da minha vida. De lá fui pra rua e, logo depois, pro assentamento (A. V. L, feminino, 60).

Na generalidade dos casos, esses trabalhadores seguiram para as cidades, onde tiveram contato com o MST. Suas histórias são marcadas pela passagem do trabalho na família e, a maior parte, nas fazendas de cacau. Antes do ingresso

desses trabalhadores na luta pela reforma agrária, eles se ocuparam dos mais diversos serviços. Os relatos abaixo apontam os destinos tomados pelos trabalhadores a partir do desemprego:

Tenho mais de vinte anos de roça; trabalhava o dia todo; trabalhava mais de empreitada; depois fui para Teixeira de Freitas (no extremo Sul do estado da Bahia); depois fui pra Porto Seguro, tomar conta de pousada; de Porto Seguro vim para a luta de ocupação no assentamento (M. O. S., masculino, 50). (parêntese do autor)

Então, aí foi como depois, eu já tava, como se diz, sem achar mais onde trabalhar. Foi justamente que eu procurei o movimento sem terra. **Porque lá não tinha como a gente viver; era aquele negócio pouquinho, meio limitado, e a gente então se criou, como eu me criei, na roça dos outros, me criei trabalhando;** vivia como morador na roça dos outros (J. C. S., masculino, 75).

Uma minoria continuou trabalhando em algumas fazendas que conseguiram se manter. A ida para a “rua” foi o momento onde tiveram contato com os movimentos sociais e engajaram-se nas mobilizações. A passagem de trabalhador a desempregado marcou a etapa na qual os trabalhadores começaram a se mobilizar, transformando-se de trabalhadores desempregados em trabalhadores *sem-terra*. Passaram a viver como trabalhadores “errantes”, fazendo “bicos” nas “pontas” de ruas ou como ambulantes.

Organizados politicamente, passaram a ocupar as terras ociosas - deixadas para trás com a lavoura do cacau estagnada - na tentativa de realizar o sonho de ter a terra para plantar e viver. Eram trabalhadores sem perspectiva de trabalho e de vida, que viram, na proposta do MST, a oportunidade e a possibilidade de terem a terra e reconstruírem suas vidas. O acesso à terra, à moradia e a retomada do trabalho era o sonho que, naquele momento, se colocou nos horizontes desses trabalhadores, que desejavam conquistar, além da terra e da moradia, sua dignidade e cidadania.

Esses trabalhadores e trabalhadoras procuraram urgentemente uma forma de ocupação para sustentar suas famílias. Houve casos em que, embora tenham se deslocado para os centros urbanos, continuaram trabalhando no campo, enquanto a companheira se dedicava a outras atividades. Noutra situação, estavam aqueles que, devido à “disciplina no trabalho” do cacau, aliada à confiança do patrão,

continuaram como moradores/administradores nas fazendas, mas foram dispensados no auge da crise e do colapso da produção.

Outros foram para Porto Seguro trabalhar em atividades, direta ou indiretamente, ligadas ao turismo, terminando por fixar residência por lá. Numa das entrevistas, uma senhora deu o seguinte depoimento quando questionada sobre a possibilidade de voltar a trabalhar nas roças de cacau:

Outro tempo fui lá em Itagibá, aí ele (o ex-patrão) falou: Oh Teresa, fala com André pra ele tomar conta da minha fazenda! Você fica socada por lá (no assentamento)! Aí eu falei: **não, onde eu estou, estou muito bem, estou muito melhor do que se eu tivesse lá na sua fazenda.** Aí ele ficou quieto. Eu falei na vista do filho dele, na vista da mulher. Aí eu disse: **naquele tempo vocês exploravam nós demais; vocês não soube cuidar da gente, valorizar, dar valor a nós** (T. S. S., feminino, 48) (parênteses do autor).

Abaixo se apresentam várias passagens das falas dos assentados, quando começaram a ter contato com o movimento, na cidade e na visita aos acampamentos, onde já havia outros companheiros:

Eu mesmo. nesse dia, eu nem tava lá. Chegou Marcelo (militante do MST); Marcelo que vive sempre mais Joelson (coordenador do MST no assentamento). Veio fazer uma reunião; aí eu tava na igreja, eu sou da igreja Universal; aí ele chegou; eu nem sabia que ele tinha chegado em casa (o esposo); e falou da reforma agrária: Aurinha, aí tem um negócio, não sei se você quer! **É a reforma agrária; eles dão a terra pra gente trabalhar; mas precisa a pessoa ir lá pra debaixo da lona. Aí eu falei: Ah, Deus. Sair da minha casa pra ir pra debaixo de plástico?** Aí ele disse: não menina, mas não precisa levar os trem, não! (as coisas de casa). Vai só de (...) vai demorar assim e volta. Aí eu disse: ah, eu não vou não. Aí ele disse: então se você não for, eu vou, eu vou sair do emprego e vou! Aí eu pensei, pensei: deixa eu dá a resposta de tarde? De tarde dei a resposta a ele: olhe, você vai trabalhar e eu fico lá. Quando ganhar a terra, você vem que você sabe que eu de roça não sou de nada. Ele disse: tá bom (A. B. S., feminino, 60) (parêntese do autor).

Então aí foi como depois, **eu já tava, como se diz, sem achar mais onde trabalhar, foi que encontrei o movimento sem-terra e me localizei.** Um dia de domingo, aí chegou um companheiro e disse: vamos lá no sem-terra? Eu digo: rapaz, eu não vou lá não. Ele disse: numhora lá nos sem-terra? Então eu disse: não vou lá não, eu não quero ver com aquele povo, nada. Eu não conhecia aquele grupo, não sabia..., aí eu disse: não vou lá não. Ele insistiu: nada rapaz, vamos lá, tem parente, conhecido? Aí eu disse: vamos, não é

bicho de sete cabeça não. Aí eu fui. **Quando cheguei lá... (eu fui criado na roça, entendeu?) vendo a lavoura, gostando daquilo ... quando eu cheguei lá vi tanta roça: milho, abóbora, feijão, alface, cebolinha, coentro, jiló... menino, só você vendo! Eu disse: oh, que beleza! Aí tiraram aquele monte e me deram: olhe aqui pra você comer e levar... tal e coisa. Eu olhei assim, e ali eu perguntei: vem cá, não posso me integrar a vocês aí nesse grupo não?** (J. C. S., masculino, 75)

Moramos dez anos em Ubaitaba (depois da dispensa da fazenda); **aí foi quando ele (o marido) conheceu algum povo desse movimento; aí foi uma época também que ele tava desempregado e ele sempre gostava de lutar com a roça, botar roça... aí chamaram que ia ser bom, ia ter direito a 20 hectares de terra; muita coisa! Que ia ter dinheiro... aí acabou iludindo e veio desde o início e aí estamos até hoje.** Aí eu cheguei aqui também com uma turma de menino, neto também; **investimos tudo aqui no trabalho, que não tinha nada mesmo! O cacau era tudo abandonado; e ele começou a botar roça e a gente planta uma coisa, planta outra e hoje nós estamos aqui, levando a vida graças a Deus** (A. V. L., feminino, 60) (parêntese do autor).

Encontraram, assim, no movimento dos sem-terra, a possibilidade de retornar à terra. Sem essa opção, o único meio de sobrevivência de que dispunham, naquele momento, era trabalhar de biscate, fazendo todo o tipo de serviço.

Eu cheguei no assentamento em 2004. Trabalhava para os outros de diária e empreitada nas fazendas. **Depois da crise, fui trabalhar em Porto Seguro, fazendo todo tipo de serviço, onde passei dez anos. Botei um bar, mas não dava, era muito perigoso. Então resolvi voltar pra terra** (I. F. L., masculino, 47).

Naquela época, esses trabalhadores não tinham noção do que era o movimento, nem a reforma agrária. Engajaram-se, simplesmente, pela promessa de ter acesso à terra e a recursos para produzir, como demonstra o relato:

Eu morei 11 anos em Itagibá, trabalhando para um fazendeiro. Saí depois desses 11 anos; morei um ano e tanto na rua, em Itagibá. **De Itagibá eu saí e me entrosei no movimento; acompanhei o movimento sem saber o que era. Vinham as pessoas fazer reunião na rua, aí eu fui assistir. Ia levar nós numas terras pra trabalhar... e isso eu fui sem saber o que era. Depois que eu tava lá na fazenda. é que eu fui saber o que era o movimento** (A. H. S., masculino, 70).

Há de se destacar o papel importante dos movimentos sociais na conquista da terra por esses trabalhadores. A militância do MST, realizada no início dos anos de 1990, se fazia, principalmente, com estes trabalhadores que foram morar nas cidades. É sobre o papel desses movimentos ao lado dos trabalhadores que trata o item seguinte.

4.1.1 Os movimentos de luta

Dispensados das fazendas, os trabalhadores, no campo e nas periferias das cidades cacauceiras, formaram e engajaram-se nos movimentos sociais ligados à questão da terra.

A ação do MST na região resultou da crise. A fazenda Bela Vista entrou em falência no final dos anos de 1980, paralisando suas atividades em 1990/91. Paralelamente ao processo de falência, milhares de trabalhadores foram dispensados, reorganizando-se através do MST, ocupando a fazenda. Em 1993, o INCRA decretou a improdutividade dessa fazenda e, em 1994, aconteceu a imissão de posse. O *Terra Vista*, cujo nome nasceu, segundo o coordenador, do grito de vitória da conquista, tornou-se referência na região pelos seguintes motivos:

- a) foi a primeira experiência de reforma agrária na região cacauceira a partir da crise;
- b) localizava-se próximo à BR-101 (dois quilômetros);
- c) com o aporte de recursos governamentais (1997), era um assentamento com uma razoável infraestrutura e com base produtiva diversificada instalada.

Com a ocupação da fazenda Bela Vista, como primeira conquista do MST na região, a ideia do movimento era fazer do *Terra Vista* um *assentamento-modelo*, cuja proposta seria pautada pela eficiência econômica e pela afirmação social dos assentados diante da crítica resultante do embate político-ideológico entre o MST e a UDR. Essa proposta foi exposta abaixo pelo coordenador, militante e assentado:

A história de *Terra Vista* é uma história muito bonita, porque ela não é por acaso. O ***Terra Vista* foi resultado de uma discussão nos**

anos 90: o grande enfrentamento que a gente (o MST) tava fazendo com a UDR. Naquela época, os latifundiários, dentro da UDR, colocavam na imprensa que a gente era preguiçoso, vagabundo e que nós não queria nada, que nós não queria a terra pra produzir; queria pra fazer guerrilha.

Em 90, nós entendemos que era preciso fazer enfrentamento, que tivesse próximo aos grandes centros, tivesse próximo às estradas, fosse de terra boa, pra gente produzir e levar nossa mercadoria à cidade, pra fazer o enfrentamento com o agronegócio. Então essa foi nossa meta: ocupar terra que tivesse próxima aos grandes centros, no coração do latifúndio, que tinha que atacar o coração do latifúndio. Aí surgiu o *Terra Vista*. Ele tá num contexto da primeira área de terra no coração do cacau. Isso em 92/93, você sabe qual foi o preconceito disso? E a reação do ódio do latifúndio. E eles já estavam falidos, a vassoura-de-bruxa já tinha entrado. **Quando nós conquistamos em 94, julho de 94, o Assentamento *Terra Vista*, os horizontes se abriu aqui das áreas de cacau; então, aí, com a nossa vitória, todo mundo entendeu que tinha possibilidade de ganhar terra do cacau** (J. F. O., masculino, 49).

O coordenador se refere ao avanço das lutas e ocupações de terras dos anos de 1980 em diante, a partir da criação do MST, em 1984. Os anos que se seguiram foram de conflitos ideológicos e de luta entre trabalhadores e MST com a UDR e os proprietários de terras. Desses conflitos, a crítica da UDR, segundo o coordenador, era que o MST era um grupo guerrilheiro de forte conteúdo político e menos econômico. A postura político-ideológica da UDR levou o MST a dar uma orientação estratégica em suas lutas, que era ocupar terras próximas aos grandes centros de consumo, produzir e abastecer esses mercados de alimentos como resposta às críticas. Daí que, no estado da Bahia, a conquista do *Terra Vista* e a proposta de transformá-lo em assentamento viável e modelo de eficiência econômica foram emblemáticas para as proposições do movimento, ao mesmo tempo que atingia, no âmago, os detentores da riqueza e do poder na região.

A respeito desse embate entre o MST e a UDR e da questão da produção, que se colocava em pauta para o MST àquela época, a citação abaixo é esclarecedora:

O MST experimentou, no entanto, uma relativa “crise”, nos anos finais desta segunda fase, diante de dois fatores principais: a presença ostensiva de forças contrárias, com a UDR (União Democrática Ruralista) e o crescimento rápido do número de

assentamentos, que passaram a impor uma pergunta premente: *como organizar a produção nessas novas áreas, viabilizando economicamente os assentados e apresentando-as como “áreas modelo”?* (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 1999, p. 29-30 citado por MEDEIROS; LEITE, 1999)

Sendo o primeiro assentamento da região, a ideia era planejar uma forma de organização econômica e social que, obtendo sucesso, servisse como modelo para os demais assentamentos do MST da região que fossem se formando, e exemplo para a sociedade, apresentando a reforma agrária como processo transformador da realidade social da região, marcada pela miséria.

Novas ocupações de terras foram estimuladas com a decadência das fazendas e após o sucesso do *Terra Vista*, visto pelos trabalhadores cacauzeiros como uma proposta de reforma agrária viável. Esses desempregados, em situação de miséria e sem perspectivas de trabalho, nas periferias dos municípios cacauzeiros, engrossaram os movimentos de luta pela terra na região. Nesse sentido, o surgimento dos assentamentos ligados ao MST e ao MLT, ambos de maior expressão no meio rural da região, contribuíram para modificar a paisagem e o território da região cacauzeira.

Os trabalhadores foram apoiados politicamente pelos sindicatos de trabalhadores rurais de Ilhéus e de Itabuna, pelo PC do B. Um estudo sobre o tema resume a mudança de perspectiva das reivindicações dos trabalhadores cacauzeiros, após a situação de desemprego e miséria:

Ao definirem a ocupação como nova bandeira de luta, mudou a identidade social e política do grupo, que passou a ser visto como “sem-terra”, o que provocou uma mudança na condução do Movimento. **Não lutavam mais por melhores condições de trabalho, mas por terra para morar e trabalhar. A luta pela terra passou a significar a possibilidade de retomarem a sua condição de trabalhadores rurais, numa nova perspectiva, não mais como assalariados e sim como pequenos proprietários,** concretizando o antigo sonho: ter um “pedaço de terra” (COSTA, 1996, p. 79) (aspas da autora).

Conforme entrevista com o Sr. Elias (2009), na época, Coordenador Regional do MST em Itabuna, o movimento coordenava oito assentamentos e treze

acampamentos de sem-terra na região cacauceira. Nos acampamentos, estavam aproximadamente 700 famílias (MST, 2009). Esses trabalhadores, assentados e acampados eram, em sua quase maioria, remanescentes das fazendas de cacau, que se deslocaram para as periferias dos municípios da região e ingressaram no MST através do trabalho de base feito pelo movimento nas periferias dos municípios cacauceiros - e também nos arredores rurais - onde se concentravam os trabalhadores desempregados.

Os militantes do MST faziam o contato com esses trabalhadores nas cidades, ao passo que estes iam fazendo contato com outros para as reuniões do movimento. O MST marcava as reuniões nas cidades onde se concentravam os trabalhadores; esses se incumbiam de chamar outros trabalhadores para participar das reuniões e, assim, ingressarem no movimento. Essas reuniões, segundo relata o MST, geralmente ocorriam na sede das igrejas. O trabalho de base, entre outras coisas, explicava o objetivo do movimento, que era, no geral, fazer a reforma agrária através das ocupações de terras, aproveitando um momento especial: o desemprego e a miséria dos trabalhadores, as terras ociosas e a fragilidade psicológico-financeira dos proprietários de terras; pressionando o governo a viabilizar e agilizar a fiscalização do INCRA e, assim, sancionar o ato desapropriatório das terras improdutivas.

Na prática, a proposta do MST era a promessa de terra para esses trabalhadores, levando-os de volta para o campo, não mais como empregados e subordinados, mas como donos do seu destino. Em outros termos, significava resgatar a cidadania desses trabalhadores. A esse respeito, Paulilo (1994) analisa as implicações das lutas pela conquista da terra para os trabalhadores:

Uma pessoa não entra numa luta de classes (luta pela terra/conflitos/resistência) e permanece igual ao que era antes. Os que lutaram adquiriram uma consciência de si mesmos enquanto grupo (...), mais que isso, adquiriram consciência de que é possível lutar e alcançar algumas vitórias (p. 196).

Nesse contexto, os militantes iniciaram o *trabalho de base* com os trabalhadores desempregados nos municípios, conforme relatou uma militante:

Com relação ao interesse do sem-terra querer a terra, o MST faz o trabalho de base com os trabalhadores para ingressarem na luta, conquista e resistência na terra ocupada. Primeiro era feito o trabalho nas igrejas; depois do trabalho de base, o trabalhador é levado para a terra (Mara, militante, feminino, 25).

Paralelamente a esse trabalho do MST com os desempregados, em meados de 1993/94, outros trabalhadores criaram o Movimento dos Desempregados do Sul da Bahia, com o apoio do PC do B regional, da Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra e dos sindicatos de trabalhadores rurais de Ilhéus e Itabuna. Esse movimento foi posteriormente transformado no Movimento de Luta pela Terra (MLT), o qual nasceu da crise cacaueteira. O MST e o MLT, como outros movimentos e ONGs (Organizações Não-Governamentais) de menor expressão, passaram a organizar e mobilizar os trabalhadores em torno da tomada de consciência política, da oportunidade histórica de fazer a reforma agrária com as próprias mãos, através das ocupações das fazendas.

Os relatos expressam as expectativas criadas pelos trabalhadores frente às promessas do movimento a partir da conquista da terra e os momentos de luta e resistência:

Quando saí da fazenda, fui pra Camacan, fazendo biscate; um empreiteiro arrumava um biscate, chamava para eu ir trabalhar uma semana, eu ia; outro me chamava pra dar dois dias, eu ia... **Aí tive contato com o MST; me convidaram; não tinha alternativa de emprego, aí eu vim pra'qui; que eu nem conhecia a organização; aí me chamando pra uma terra, que a terra já tava provavelmente liberada, aí viemos pra'qui.** Na semana que eu cheguei, foi logo tendo um despejo de um empresário, mas ele não tinha alternativa também! Aí eu fiquei pensando. Aí o pessoal falou: não, é assim mesmo, a terra, com certeza, tá garantida! (L. J. M., masculino, 64).

Eu vim pra terra; essa terra eu sei que a gente sofreu um bocado... Eu gostei da reforma agrária; inclusive, eu tava junto com minha irmã; foi minha irmã quem me incentivou. Minha irmã trabalhava no movimento, ela já fazia parte; ela é militante. Eu fiquei acampada, ficamos dois anos; só que esses dois anos não colocou pra se cadastrar, não contou não; esse tempo foi perdido (O. S. J., feminino, 59).

A assentada acima se refere ao fato de que os dois anos em que passou no acampamento não foram considerados pelo INCRA para efeito de aposentadoria.

Já esta outra abaixo sintetiza o desejo desses trabalhadores na forma mais simples, clara e objetiva: “ter a terra para produzir e viver tranqüilo”. Esse é o sonho desses trabalhadores e o que eles representavam como autonomia.

Dava o dia de sábado, meu esposo sem ter um dinheiro pra fazer a feira, então, às vezes, minha família tinha que me ajudar, e aí sempre eu pedindo a Deus que era pra surgir uma oportunidade que nós pudesse ter, assim, um pedaço de terra pra gente poder produzir e poder viver ali, tranqüilo; como surgiu essa aqui ... (T. S. S., feminino, 48)

No imaginário desses trabalhadores, olhando o passado de exploração, dependência, precariedade e miséria; olhando a situação presente de desemprego e sofrimento e, olhando para o futuro, acenando a possibilidade de tornarem-se “livres”, sendo donos de um “pedaço de terra” para produzir, sustentar suas famílias e reconstruir seus lares e a vida familiar, eles não hesitaram. Embora sem saber bem o que era a reforma agrária, conforme relataram, ingressaram na luta pela terra. A saída das cidades onde passaram a morar e o ingresso no movimento para ocuparem as terras ociosas e, por conseguinte, a passagem pelo acampamento sob a “lona preta” trouxe para esses trabalhadores uma nova identidade: *sem-terra*.

Essa transformação, as lutas e as formas de sobrevivência buscadas durante a vida no acampamento que empreenderam até chegar ao assentamento são analisadas a seguir.

4.2 Da rua para o acampamento: *sem-terra*

O trabalho de base feito pelo MST começou mesmo antes da “crise do cacau”, procurando aqueles trabalhadores que estavam desempregados ou vivendo em condições precárias, condições essas acentuadas pela crise. O ataque da vassoura-de-bruxa, neste segundo momento, por toda a lavoura da região, implicou na intensificação das lutas para ocupação de terras ociosas, com o colapso da produção e o desemprego em massa.

Depois de realizado o trabalho de convocação dos trabalhadores nas periferias das cidades e das reuniões, o movimento organizou os trabalhadores, que partiram para as ocupações. Primeiro, formava-se o acampamento, pois a decisão de ocupar a terra tinha como pré-requisito a formação do acampamento na área, objeto de desapropriação, ou seja, levantavam o acampamento dentro da fazenda. No caso do *Terra Vista*, segundo o coordenador do MST no assentamento, foram 360 famílias que ocuparam inicialmente a fazenda. O lema do MST à época era: “ocupar, resistir, produzir”.

Aqui foram cinco despejos, cinco reocupações; isso foi de 92 até 94; o acampamento foi pra ocupar a terra; não fazia acampamento fora não; fazia pra ocupar a terra; o acampamento era nos fundo da fazenda (J. F. O., coordenador, assentado, masculino, 49).

Na primeira ocupação, em março de 1992, houve graves conflitos com a polícia, quando, por ordem judicial, foi dada a reintegração de posse e os assentados foram despejados. Acerca das ocupações e conflitos gerados, apontam-se abaixo as experiências vivenciadas pelos assentados:

Eu participei em tudo; teve conflito; teve uns três conflitos perigosos ali. Eu enfrentei o conflito, aí... quando a gente tá fora, que, **quando a gente entra nesse movimento, parece que tem um ímã. Eu conheci outra pessoa que eu não era**; eu tava lutando; aí eu deixava esses dois meninos pequeno que eu tenho aqui, deixava na roça, lá em Una, pra num me ocupar; deixava; que quando não tinha conflito nenhum, aí eu trazia eles; ficava lá no barraco mais eu; um tinha 3 anos e outro tinha 2; é órfão de pai e mãe; **aí, quando a gente entra num movimento assim, a gente perde o medo de tudo**; quando é a primeira vez que nós enfrentamos o movimento, um rapaz aí, que se chama Ariel, que é meu sobrinho, ele correu. Eu encontrei ele que já ia de carreira pro barraco; Eu falei: pra onde tu vai com essa carreira? Ele falou: ó tia, num vai lá não, que lá tem cada uma arma perigosa apontando pra gente! Eu falei: que nada, eles não vão matar ninguém, nada! Vamos embora pra lá? Ele falou: não, tia, não vou, não. Eu falei: vamos, que nós vamos tomar conta dos barracos lá! Aí nós fomos. Teve uns três conflitos perigosos ali, aí depois eu dei para acompanhar a marcha; **depois nós andemos um mês pra Salvador; só que eu não andava, eu cozinhava, ia no caminhão; mas a marcha foi de Itabuna a Salvador, de pé**. Aí a gente foi acostumando, acostuma; fiz tudo que não presta, rapaz... (A. B. S., feminino, 60) (grifos do autor)

Dois momentos são importantes na fala desta assentada. O enfrentamento com a polícia demonstrou uma força interior que, ao mesmo tempo em que superou o medo, tornou-a mais forte e decidida na causa para a qual estava enfrentando. A falta de perspectiva depois da dispensa, e frente às necessidades que passou a enfrentar, alimentou o desejo e a decisão da luta, sonhando com perspectivas melhores no futuro. O outro momento foi achar que “estava fazendo tudo o que não presta”! O que não presta estava associado, na percepção da assentada, a estar fazendo coisa errada: “invadir” terra que não lhe pertence, enfrentar a polícia, situações as quais, até então, não faziam parte de seu mundo. Mas, “fazer o que não presta” tornou-se uma situação necessária face às circunstâncias momentâneas que passaram a viver: passar por necessidades sem nenhuma perspectiva de emprego.

Este outro assentado recorda o desconhecimento que tinha do que iria enfrentar nas ocupações e dos despejos sofridos e daí os laços de amizade que foram se criando com os colegas de luta.

Sem alternativa de emprego, aí vim pra'qui; e aqui nós ficamos. Sofremos cinco despejos. Com cinco despejos, a área foi liberada e **começamos a se equilibrar, que, durante esse tempo todo, a gente nunca se equilibrava, porque, na verdade, a gente não podia plantar um bem de raiz, não podia plantar nada.** A gente vivia de horta, fazendo esse negocinho assim, que não tinha certeza que a terra saía. Aí, quando liberou, a gente começou a trabalhar. **Rapaz! Esse momento de ocupação eu até nem sabia pra onde era que eu vinha;** eu vim por um convite. Quando eu vim de lá, eu até que convidei pra vir junto comigo, mas só veio oito pessoas. Aí, quando chegamos aqui, encontramos um grupo de um pessoal de Ubaitaba, e aí eu até me espantei: êta, que mundo de gente! Aí eu perguntei pra uma menina que tinha feito o convite: vem cá, esse pessoal vão tudo pra onde? Ela falou: nós vamos lá pra terra. Eu perguntei: e essa terra dá pra todo mundo? Ela falou: dá, a terra é grande. Eu disse: tá bom. Aí nós viemos. No outro dia, nós começamos: eu sou de tal lugar... eu sou de tal lugar... Aí começamos a trocar diálogo e fomos trocando conhecimento; dessas pessoas que veio mais eu. No primeiro despejo, foram embora tudo; só ficou eu e outro rapaz, que ele acabou falecendo aqui dentro, e o resto voltou logo, no primeiro despejo foram embora, dos que veio (L. J. M., masculino, 64) (grifos do autor).

Outra assentada expressou suas ideias sobre a formação da militância política do movimento, nas quais, ao mesmo tempo em que expunha as dificuldades,

demonstrava o sentimento daquelas pessoas que passavam por privações materiais, por ela também vivenciada:

Logo no início, quando eu encarei essa luta da reforma agrária, foi em 86; eu não tive medo. **A partir do momento que eu tava na cidade, começando a passar dificuldade... Quando eu subi em cima do caminhão, eu não deixei a desejar:** só pra meu marido pegar! Eu peguei junto com ele; então foi um trabalho; eu hoje aqui faço parte da coordenação, eu ajudo aqui nas atividades. **Então o trabalhador, qualquer um sem-terra, ele é um militante;** então isso é um papel da gente; tem que fazer o trabalho político; a gente tem também que ajudar o nosso próximo; **a gente não pode parar a luta, a luta sempre continua. Essa luta é uma transformação geral, a transformação pra nós sobreviver através da terra, da transformação da educação e uma transformação daquelas pessoas que até mesmo tá na cidade, aquelas pessoas que, às vezes, a gente acha que não serve mais, tá excluído da sociedade, não é?** Essas pessoas é que a gente tem que abraçar. Não é fácil amanhecer o dia e a pessoa não achar um conto no bolso, não achar alimentação, chegar em casa ver o filho chorando, chegar em casa ver a mulher provocando e sair desesperado na cidade; é uma mudança de vida (T. S. S., feminino, 48) (grifos do autor).

O relato da assentada representa uma análise profunda do significado da luta pela terra quando associa a luta a um processo de transformação geral na vida daquele sujeito que está envolvido. Retrata o que outra assentada afirmou, em páginas atrás, ao dizer que passou a conhecer em si uma outra pessoa através do enfrentamento e da luta. Também associa a luta empreendida a uma atitude política, através da militância, pois não se trata de uma luta qualquer, mas de uma luta que tem um conteúdo político-social, cuja ação se deu através do trabalho de base do MST.

Este outro assentado relata a disposição que tiveram na partida para a ocupação da terra:

Com três reuniões ou quatro, ele disse (o militante do movimento): bom, quem está preparado? Eu disse: estamos preparados. Quatro horas da manhã, chegamos no assentamento. **Aí não acampamos, aqui não, acampamos lá dentro.** Mas nós viemos com muita gente, eram 320 famílias¹⁷. **Dormimos dentro do cacau até amanhecer o dia. A maioria eram todos desempregados, todos desempregados;** uns não se encaixou na questão do projeto; aí deram outra terra (P. A., masculino, 57) (parêntese do autor).

¹⁷ Segundo o coordenador, foram 360 famílias.

Foram dois anos de acampamento, quando, oficialmente, foi oficialmente declarado o não cumprimento da função social e, assim, expedido o ato desapropriatório em 1993. A imissão de posse deu-se em julho de 1994, instalando-se as famílias. À época do processo de ocupação, apenas seis moradores estavam na fazenda, resguardando a propriedade, pois a fazenda já estava desativada.

Em torno de 360 famílias ocuparam a fazenda, sendo a grande maioria deslocada para outras ocupações e acampamentos, assentando-se, inicialmente, no *Terra Vista*, apenas 28 famílias, aumentando posteriormente para 48 famílias. Na primeira metade da década de 2000, este número aumentou para 100 famílias (não há confirmação desse número). Atualmente, moram em torno de 48 famílias.

À medida que se faziam novas ocupações e se montavam novos acampamentos, as famílias já assentadas participavam para fortalecer novas desapropriações. As que não se assentaram no *Terra Vista*, fizeram-no em outros assentamentos. A seleção das famílias a serem assentadas atendia fundamentalmente ao critério do período de ingresso na luta e passagem pelo acampamento e (lona preta)¹⁸. Os depoimentos relembram esses momentos:

Nós tava aí com 48 famílias, e as 48 famílias ficou em 48 lotes. Depois que a direção discutiu que ia botar mais; aí fizeram um projeto aqui que botassem 100 famílias (L. J. M., masculino, 64).

A maioria eram todos desempregados; uns não se encaixou na questão do projeto; aí deram outra terra (P. A., masculino, 57).

Os *sem-terra* montaram as lonas e aproveitaram as terras da fazenda para produzirem alimentos, mas dependiam, também, da ajuda de parentes. A situação inicial foi de extrema precariedade, ou seja, os assentados colocaram à prova o lema do movimento: ocupar, resistir, produzir. Com a repercussão social que teve o fato, o mesmo foi noticiado na mídia televisiva. As precárias condições em que viviam homens, mulheres e crianças chamaram a atenção do governo estadual que,

¹⁸ A lona preta tem um significado simbólico de luta e resistência, pois os assentados que passam a viver sob ela (em média 5 anos), são os candidatos aptos ao ingresso na área a ser desapropriada. Embora Sigaud e L'Estoile sinalizem, em pesquisa no estado de Pernambuco, que os acampamentos incorporam pessoas nas mais diversas condições de privações, que não sejam necessariamente *sem-terra*.

à época, enviou gêneros alimentícios. Vale salientar que, no governo FHC, não havia o programa de cestas básicas que assistia aos acampados e aos assentados na fase inicial de instalação. Quando se questionou os assentados sobre a situação das crianças, eles afirmaram que não havia diferença entre adulto e criança, ou seja, que as crianças se alimentavam com o que tinham.

Contando com o apoio do governo e de parentes, produzindo onde e como fosse possível, os *sem-terra* atravessaram esses dois anos vivendo sob a lona preta. O nível de precariedade em que viviam exigia, por parte de cada *sem-terra*, um espírito de resistência e luta redobrados. Foram poucos os que ficaram até o final. Apenas sete famílias atravessaram todo esse processo, do início da ocupação até a entrada no assentamento. Eram todos trabalhadores cacauzeiros. Nesse período do acampamento e logo após a entrada para o assentamento, outros *sem-terra* foram se incorporando. Dessas sete famílias que estiveram desde o início, seis figuram na pesquisa. Com o ingresso na fazenda, agora como assentadas, novas dificuldades surgiram: organizar a produção, as famílias, enfim, construir uma nova vida.

O ingresso na terra representou o fim de uma etapa, a passagem pelo acampamento, e o fim da identidade *sem-terra*. O assentamento foi o início de uma nova etapa na trajetória dos trabalhadores, ao tornarem-se *assentados*. A condição de *assentado*, mais que uma simples mudança de identidade, representou a busca de reconstrução da vida desses trabalhadores: novas necessidades e demandas. Mais que isso, o assentado passou a ter vínculo mais direto e acentuado com o Estado e a depender deste para organizar a produção.

4.3 Do acampamento para o assentamento: tornar-se *assentado*

A passagem da condição de *sem-terra* para *assentado*, na realidade, foi um processo que durou, no mínimo, dois anos. O início da vida no assentamento também foi marcado por muito sofrimento e dificuldades, conforme relataram alguns assentados:

No início a situação foi péssima. Nós viemos pra'qui, nós passamos muita humilhação, que a gente não podia ir nem na rua. Quando ia à rua, o povo chegava a dizer o que a gente

queria, chamava de ladrão, e a gente tem que baixar a cabeça, que a gente não sabia o que estava acontecendo! Então foi muito difícil. E o pior de tudo foi que a gente passou fome: a gente pra não morrer de fome a gente comia “olho de Jussara”; era essas coisas assim, jaca verde... Quando a gente chegou aqui, tava tudo em capoeira. Aí, quando nós roçou, nós roçou até numa forma coletiva; juntou todo mundo; nós tava aí com 48 famílias (L. J. M., masculino, 64).

Passamos dois anos. Todo esse período, acompanhei ele. **A vida da lona foi uma vida meio difícil, porque essa foi a primeira área; não foi muito fácil; mais sempre a gente vencemos,** foi meio difícil (M. P., 43, esposa de P. A.).

A condição de assentado, entre outras coisas, implicou na continuidade da trajetória desses trabalhadores rumo à (re)construção de suas vidas. É um novo momento, como afirma Leite et al. (2004, p. 260):

[...] a criação do assentamento, ao invés de ser um ponto final de um processo de luta que às vezes durou anos e anos, tornou-se um ponto de partida para novas demandas daqueles que tiveram acesso à terra e que procuram nela se viabilizar econômica e socialmente: escolas, atendimento à saúde, estradas, transporte, créditos, assistência técnica são apenas algumas das reivindicações que emergem e que obrigam os assentados a intensificar experiências a que, na sua situação de vida anterior, dificilmente teriam acesso.

O assentamento é visto pelos assentados não apenas como lugar de trabalho e de produção, mas lugar em que buscam sua emancipação, a melhoria de suas vidas diante do sofrimento por que passaram como empregados do cacau e na trajetória até chegar ao assentamento. Essa emancipação é sintetizada na frase seguinte: “... veio pra’qui numa esperança só: de, justamente trabalhar, pegar seu pedacinho de terra pra prosperar, pra viver“. O assentamento era, no imaginário desse assentado, sinônimo de prosperidade e de vida. Eles simbolizaram o assentamento como um lugar para viver, cuja contrapartida era a fazenda como local onde não se vivia.

Eu saí da Nova Ipiranga (outro assentamento) em Camacan e me trouxeram pra’qui. Aqui me deram essa casa, aqui me deram minha área para eu trabalhar, como eu trabalho até hoje, quer dizer, hoje eu não tô mais trabalhando por motivo de doença. **O assentamento, pra quem gosta de trabalhar, veio pra’qui só**

numa esperança; todo mundo que gostava de trabalhar veio pra'qui numa esperança só: de, justamente, trabalhar, pegar seu pedacinho de terra pra prosperar, pra viver, todo mundo veio pra o acampamento, que veio lutar pela terra (J. C. S., masculino, 75). (parêntese do autor).

A fala do assentado abaixo aponta a dificuldade que enfrentou no início da organização da vida:

Resultado que morei 5 anos no Mariana (assentamento); aí, depois que eu fui morar na Mariana, surgiu esse assentamento aqui; aí me trouxeram pra'qui. **Eu passei muito apertado aqui no início, mas, quando me aposentei, dei graças a Deus, que melhorou um pouco** (A. H. S., masculino, 70) (parêntese do autor).

Não bastassem os dois anos de sofrimento quanto à alimentação, higiene, moradia, educação, entre outras dificuldades por que passaram esses sujeitos no acampamento, o início da vida no assentamento também foi de muitas dificuldades. Os tratos dos cacauais herdados exigiram muito trabalho de todos, ao mesmo tempo em que as condições de alimentação eram precaríssimas, até começarem a produzir e dar resultados.

O início da vida no assentamento retratou, de certa forma, as dificuldades vivenciadas no acampamento. Com a diferença de que, na fazenda, eles dispunham das casas onde residiam os moradores da fazenda e os galpões e barcaças, onde eram processadas e armazenadas as amêndoas de cacau. As famílias se alojaram nesses “cômodos”, até que fossem liberados os recursos para construção das casas, quatro anos depois, em 1998.

A esperança e a ânsia frente ao sofrimento traduziram-se, na prática, em fortes laços de solidariedade para enfrentar as dificuldades. Uma assentada relembrou esse momento com muita emoção, conforme recordava nas entrevistas e nas conversas informais, comparando a época do acampamento e início do assentamento com a situação atual. Sofrimento e violência estavam lado a lado, mas a resistência desses trabalhadores se colocou acima das dificuldades:

Naquela época o povo tinha mais união do que hoje; hoje não tem essa união, que nem antigamente. Era bom demais, bom mesmo. A gente dormia, assim, nos barracos, de portas abertas,

só com um paninho. **Ninguém mexia com ninguém e era aquela amizade. Se coasse um litro de café, era pra todo mundo, se cozinhasse uma panela de feijão, quem tivesse sem comer, comia todo mundo, e era aquela amizade; só vendo o senhor como é que é. Até jaca verde a gente fazia comida; era banana verde, era tudo, mas morrer de fome a gente nunca morreu. Era plantando mandioca, era feijão, era horta... de tudo a gente trabalhava. E aí, quando pensava que tava bem, quando pensava que não, vinha os despejos; andando no sol quente pra Arataca, e era aquela luta danada, e era polícia; prendia uma... Teve um rapaz, o Jean, que apanhou muito. Eles bateram, depois prenderam; vários prenderam (quer dizer, foram presos). **Tinha muita caminhada pra Salvador. Até pra Brasília; o último foi em Canudos; até pra Canudos a gente foi!** (O. S. J., feminino, 59) (parêntese do autor).**

A conquista do assentamento assinalou também o fim dos conflitos, marcados pela insegurança e pelo medo, sentimentos esses que alimentaram a resistência da luta nas ocupações, pela esperança e pela ânsia da conquista da terra para produzir e reorganizar a vida; sonhando, assim, conquistar a autonomia após décadas de mandos e desmandos, exploração e dependência dos senhores proprietários.

De 1994 até o ano de 2000, foi a época de mobilização política, junto com o movimento em prol da estruturação do assentamento, para organizar as moradias, a produção, a instalação da infraestrutura.

Acima de tudo, o que estas pessoas mais desejavam era a reconstrução de suas vidas, que implicava, além do trabalho e da produção, na estruturação dos laços familiares, de amizade e de parentesco; a educação. Enfim, a reprodução de suas existências, que será analisada a seguir.

5 A CONSTRUÇÃO DA VIDA NO ASSENTAMENTO: TRABALHO, SOCIABILIDADE E PRODUÇÃO

Este capítulo trata da organização da vida no assentamento, embasada nos processos sociais, na constituição do novo espaço, na organização do trabalho e na produção.

Analisou-se o processo de constituição do assentamento no contexto das transformações que sofreu a região a partir da crise. Inicialmente foi feita a análise dos conceitos e significados de *região* e *território* em alguns autores, seguindo-se os debates sobre os conceitos atribuídos à região em estudo. Focalizou-se o município no qual está inserido o assentamento e, por último, a análise recaiu sobre a constituição do assentamento: a organização do espaço, a sociabilidade, a organização do trabalho e da produção.

5.1 (Re)significando o espaço: “região” e “território”

A base econômica da região até final dos anos de 1980 esteve atrelada à lavoura cacaeira, sustentáculo da sociedade, através das divisas das exportações de amêndoas de cacau. O despontar da crise nas décadas de 1980 e 1990 levou à queda abrupta da produção, gerando dois impactos sociais: o desemprego e o êxodo rural.

O reordenamento socioeconômico e espacial da região, nas últimas décadas, teve como novo componente a formação e expansão dos assentamentos rurais e a diversificação produtiva, com a introdução e ampliação de culturas de valor comercial, concorrendo com a lavoura cacaeira. Essas mudanças repercutiram numa nova organização do espaço regional. Os avanços e recuos da lavoura cacaeira historicamente, ora abrangendo novos municípios, ora influenciando outros não diretamente produtores de cacau, trouxeram novos arranjos espaciais, cuja organização social se deu historicamente sob a influência do comportamento desta atividade. Esses arranjos se traduziram nas várias denominações dadas à

região. A natureza dessas transformações resultou na alavancagem de processos que caracterizaram uma construção social. Sobre o exposto, tem-se que:

A análise regional é, cada vez mais, percebida na literatura especializada sob um prisma multidimensional e multidisciplinar: não se trata de privilegiar aspectos físicos, ambientais, econômicos, mas de resgatar as dimensões sociais, culturais e políticas na própria definição de região (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 21).

Salientam os mesmos autores que a região “é uma construção do pesquisador” em função de variáveis tomadas como relevantes e que configuram certas redes de relações. Sintetizam, afirmando que as regiões reordenadas a partir dos assentamentos são “áreas de influência e de constituição de uma determinada rede de relações econômicas, sociais e políticas” (p. 21). Apontam ainda para a noção de região como uma construção social a partir dos enfrentamentos históricos entre diversos atores sociais e diferentes projetos (ALENTEJANO, 1997, citado por MEDEIROS; LEITE, 2004). Os diversos movimentos de luta e ocupação que ocorreram na região, desde início dos anos de 1990, têm demarcado esse caráter social e político da região cacauzeira.

Abramovay (2003, p. 14) explora a noção de território como sendo “uma trama de relações, de significados, de conteúdos vividos pelos indivíduos que permite a construção de modelos mentais partilhados subjacentes ao sentimento de pertencer a um lugar comum”.

Veiga (2003, p. 38) resgata alguns desses aspectos e acrescenta outros ao enfatizar o termo “recomposição de territórios”, como saída para superar as tradicionais estruturas de poder local, de maneira que expressa “a necessidade de novas formas institucionais de concertação, coordenação, gestão ou simplesmente ‘governança’” das aglomerações e das microrregiões (grifo do autor). O autor procura também associar a noção de território à de patrimônio, sendo este não só a conjugação de “elementos físicos, como as paisagens, obras artísticas ou sítios arqueológicos. Ele também envolve bens imateriais, como as tradições locais, saberes artesanais e culinários, ou a própria imagem de território” (ibidem, p. 41).

Observa-se que, entre a noção de região e território, há, neste último, uma pluralidade de significados e símbolos que extrapola as concepções tradicionais que associam a noção de região ao caráter econômico e geográfico fundamentalmente.

Medeiros e Leite (2004) superam esta noção restrita de região, ao incorporar um espaço em construção a partir dos enfrentamentos entre diversos atores que concorrem em determinado espaço.

Cavalcanti (2004) chama a atenção para o atual contexto de globalização, onde a referência do local através de símbolos e imagens está incluída nas características dos produtos, de maneira que influenciam no consumo dos mesmos. Afirma que “os lugares da produção e as relações entre os diferentes atores passam também a ser valorizados pelos mercados. Os espaços rurais entram com força na competição que se instaura” (p. 26).

Por sua vez o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005), utiliza, para efeito de implementação de políticas públicas, voltadas para a agricultura familiar, o conceito de *território*: “a área geográfica de atuação de um projeto político-institucional, que se constrói a partir da articulação de instituições em torno de objetivos e métodos de desenvolvimento comuns”. A noção de *território* carrega um conteúdo técnico-operacional, visando à implementação de políticas públicas, o que a torna insuficiente, à medida que não são contemplados os critérios culturais, históricos, sociais e valorativos do lugar.

A noção de assentamento que se explora neste estudo corrobora a concepção de Medeiros, Leite e Alentejano, pois o assentamento, objeto de nossa investigação, é fruto do enfrentamento histórico e do embate sociopolítico de dois atores centrais: os trabalhadores cacauzeiros e os proprietários de terras, produtores de cacau. Daí que as transformações pelas quais vem passando a região reforçam a ideia de um processo de construção social em andamento.

5.1.1 Conceitos e significados atribuídos à “região cacauzeira”

A discussão preliminar das diversas abordagens do conceito de região cacauzeira encontra-se em Asmar (1983), demonstrando ser este conceito bastante ambíguo, pode-se dizer, ainda, sem uma definição precisa.

Para o autor, a denominação de região cacauzeira, amplamente conhecida e utilizada pelos habitantes da região, assim como pela academia, teve por referência 48 municípios produtores de cacau à época, isto é, após 1968. Segundo Asmar, o

conceito valorizava essencialmente o aspecto econômico. Posteriormente, foi ampliado, incluindo 89 municípios, abrangendo aqueles que “sofriam” a influência deste produto. O conceito de região cacauera “não se refere apenas aos municípios onde a cacauicultura predomina, mas engloba outros municípios circunvizinhos, que têm a vida econômica vinculada à área da cacauicultura, ainda que seu plantio não chegue a ocupar posição de destaque na vida da municipalidade” (FUNDAGRO, 1966, p. 51 citado por CEPLAC, 1975, p. 1). A criação das mesorregiões nos estados brasileiros pelo IBGE obedecia às características socioeconômicas similares. No caso da Mesorregião Sul Baiano (Mapa 1), este conceito contempla os aspectos socioeconômicos prevaletentes em dado espaço marcado pela influência da lavoura cacauera, cuja denominação mais utilizada é a de região cacauera, formada por 70 municípios, que se divide em três microrregiões: Ilhéus-Itabuna, Porto Seguro e Valença.

Mapa 1: Estado da Bahia e as divisões em Mesorregiões.



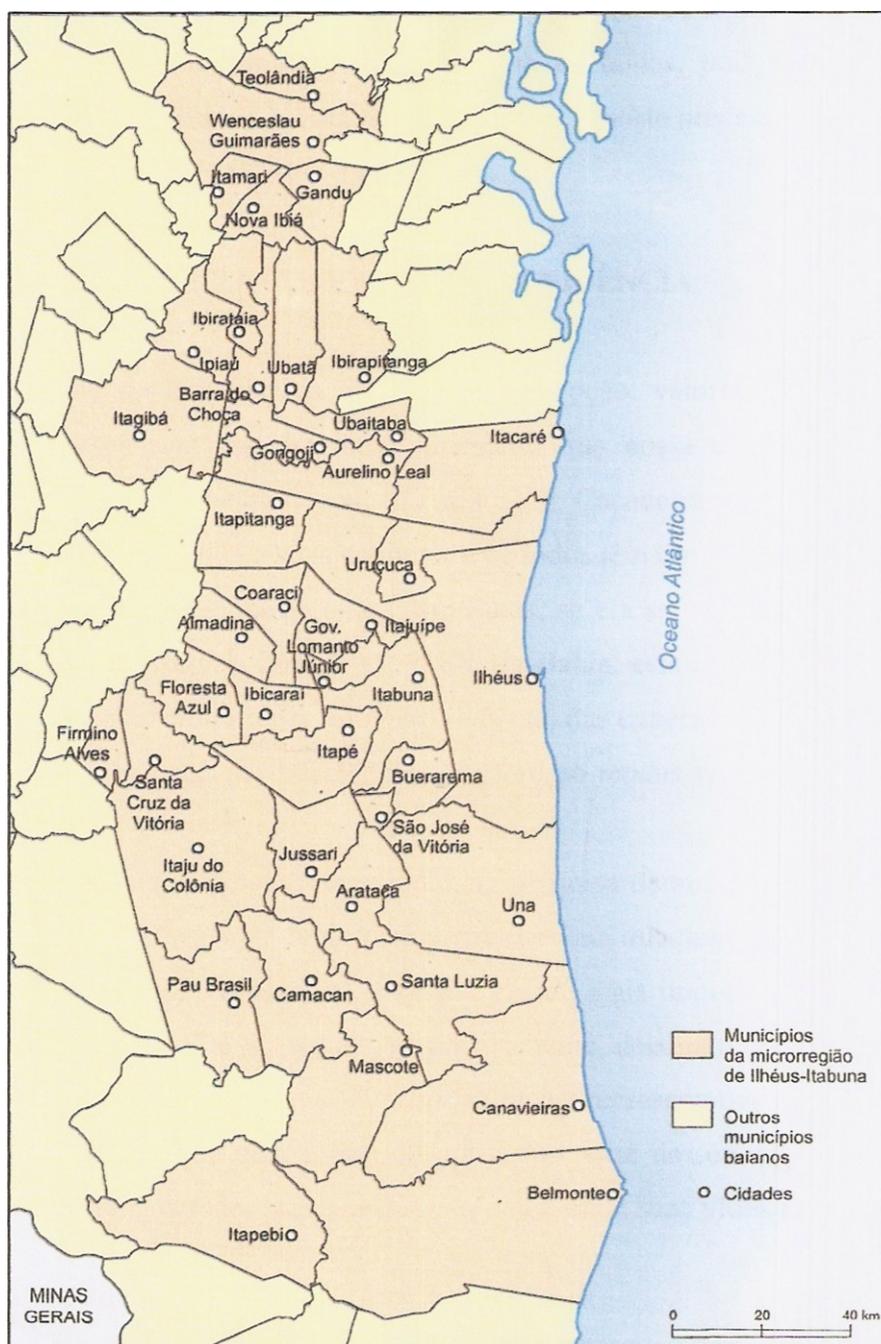
Fonte: Rocha, 2006.

O IBGE, em 1968, com base no conceito de espaço homogêneo, passou a denominar os espaços territoriais de microrregião homogênea, levando em conta os caracteres socioeconômicos comuns que comportam as regiões (CEPLAC, 1975). A denominação de microrregião homogênea é, por sua vez, substituída por microrregião cacauceira. Esta incorpora apenas 28 municípios, que têm por base econômica a cacauicultura.

Para Asmar (1983), o conceito de microrregião cacauera é o que mais se aproxima de uma caracterização real da região em questão, pois é o que mais abrange os traços homogêneos com relação à cultura, história, economia, sociedade e geografia.

Em 2008, o IBGE (2008) traz a denominação de microrregião Ilhéus-Itabuna (Mapa 2), em substituição ao conceito de microrregião cacauera. A atual denominação privilegia os dois mais importantes municípios da região, polos de atração econômica e populacional, em torno dos quais gira a economia regional. É composta por 41 municípios, com área de 21.308,944 Km² e população de 1.081.347 habitantes. O qualificativo “cacauera” perde sentido econômico a partir das transformações enfrentadas pela região após a crise, mas simbolicamente permanece.

Mapa 2: Microrregião Ilhéus-Itabuna.



Fonte: Rocha, 2006.

Embora ainda predomine a lavoura cacaeira, o significado econômico foi minimizado a partir da crise. Em conseqüência, houve a mudança do qualificativo da

microrregião cacauzeira para privilegiar os dois principais polos regionais. Manteve-se o rótulo de região cacauzeira, neste estudo, porque os valores sociais, culturais e históricos da região ainda têm por foco o patrimônio existente herdado da dominação dessa cultura e da classe social a ela ligada; embora, em termos econômicos, não encontre respaldo. A reorganização econômica da região em processo aponta, também, para a exploração de outras lavouras em detrimento do cacau.

Conforme demonstra o estudo de Medeiros e Leite (2004), a microrregião Ilhéus-Itabuna concentra um significativo número de assentamentos rurais, denominado na pesquisa como *manchas*, onde processos sociais, políticos, culturais têm se amalgamado em função da concentração desses assentamentos; não pela concentração em si, mas, sim, pelos processos sociais que estão em orquestração na região. A presença dos assentamentos trouxe uma nova paisagem até então dominada pelas fazendas de cacau. Os arranjos políticos presenciados responderam às demandas e pressões dos movimentos sociais ligados à terra. Enfim, a região vem, nessas duas últimas décadas, enfrentando um processo de construção social a partir da intervenção desses novos e antigos atores que são os movimentos sociais e os antigos trabalhadores cacauzeiros.

A desestruturação econômica desses municípios tem sido responsável por uma mudança social em decorrência do desemprego, êxodo rural e da deterioração da vida dos trabalhadores e dos demais segmentos sociais, abrindo oportunidade para reflexão e tomada de consciência da luta pela reforma agrária.

A tabela 4 apresenta o êxodo rural em importantes municípios da região cacauzeira. Os dados da população rural para o período de 1980 a 2000 apontam um forte êxodo em todos os municípios, com exceção de Ilhéus. Esse êxodo ocorreu no próprio município e, principalmente, entre municípios. Ilhéus, Porto Seguro e Itabuna apresentam casos especiais, pois tiveram aumento exorbitante na população urbana, respectivamente de 79,8%, 73,8% e 51% (IBGE, 2005). O aumento da população urbana, em Ilhéus e Porto Seguro, explica-se, presumivelmente, como decorrência da expansão do setor turístico; enquanto, em Itabuna, foi por este município representar o mais importante polo comercial da região.

Tabela 6: Variação da população rural e urbana nos municípios mais atingidos pela vassoura-de-bruxa

Municípios	1980			2000			Evasão/Aumento	
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
Arataca	11.552	4.237	15.789	5.740	5.451	11.191	- 5.812	+ 1.214
Aurel. Leal	8.030	8.582	16.612	3.200	13.778	16.978	- 4.830	+ 5.196
Buerarema	15.087	10.546	25.633	2.880	16.249	19.129	- 12.207	+ 5.703
Camacan	25.968	15.252	41.220	6.760	24.282	31.042	- 19.208	+ 9.030
Canavieiras	27.781	15.160	42.941	8.974	26.161	35.135	- 18.807	+ 11.001
Coaraci	11.142	16.633	27.775	4.582	23.804	28.386	- 6.560	+ 7.171
Ilhéus	51.247	82.112	133.359	59.985	161.898	221.883	+ 8.738	+ 79.786
Ipiáú	11.919	27.887	39.806	5.693	37.899	43.592	- 6.226	+ 10.012
Itabuna	15.984	140.089	156.073	5.568	190.888	196.456	- 10.416	+ 50.799
Itajuípe	12.375	13.024	25.399	6.397	16.113	22.510	- 5.978	+ 3.089
Mascote	18.104	1.284	19.388	4.243	11.929	16.182	- 13.861	+ 10.645
P. Seguro	40.995	5.834	46.829	16.108	79.557	95.665	- 24.887	+ 73.723
Ubaitaba	6.707	9.555	16.262	5.281	18.550	23.831	- 1.426	+ 8.995
Uruçuca	12.487	10.002	22.489	6.133	14.137	20.300	- 6.354	+ 10.298

Fonte: ROCHA, 2006; Elaboração e Adaptação do autor, 2008.

As mudanças, decorrentes da crise, se refletiram na estrutura fundiária¹⁹, no meio ambiente e no rearranjo da organização produtiva e social. Esse rearranjo ocorreu com a presença dos assentamentos rurais, com produtores de estados vizinhos explorando produtos de valor econômico como o café e/ou diversificando a produção agrícola associada ao processamento agroindustrial, assim como a diversificação produtiva por iniciativa de ex-produtores de cacau. A microrregião Ilhéus-Itabuna abrange os municípios tradicionalmente cacaucultores, no total 26 e, em torno, de 70 assentamentos rurais, constituídos no período pós-crise.

A partir da década de 1990, os assentamentos rurais passaram a compor a paisagem do meio rural da região. Em 2008, a região cacauzeira (Microrregião Ilhéus-Itabuna) apresentava, aproximadamente, um total de 86 assentamentos rurais ocupando uma área de 67.000 hectares, com 2.635 famílias assentadas (INCRA, 2008; LIMA, 2008). Até o início da década de 2000, houve expansão das desapropriações de terras e formação de assentamentos, mas caíram fortemente nos anos seguintes e as mesmas ocorreram em médias propriedades, preservando-se as grandes, acima de 500 hectares (Tabela 5).

Tabela 7: Número de assentamentos, área e número de famílias efetivamente

¹⁹ Com relação às mudanças na estrutura fundiária, consultar TREVIZAN (1996; 2002).

assentadas na região cacauzeira no período entre 1980 e 2002.

Período	Número de Assentamentos	Área (ha)	Famílias Assentadas
1980	12	16.017,78	324
1990	40	35.421,80	1.439
2000	34	15.728,88	872
Total	86	67.168,54	2.635

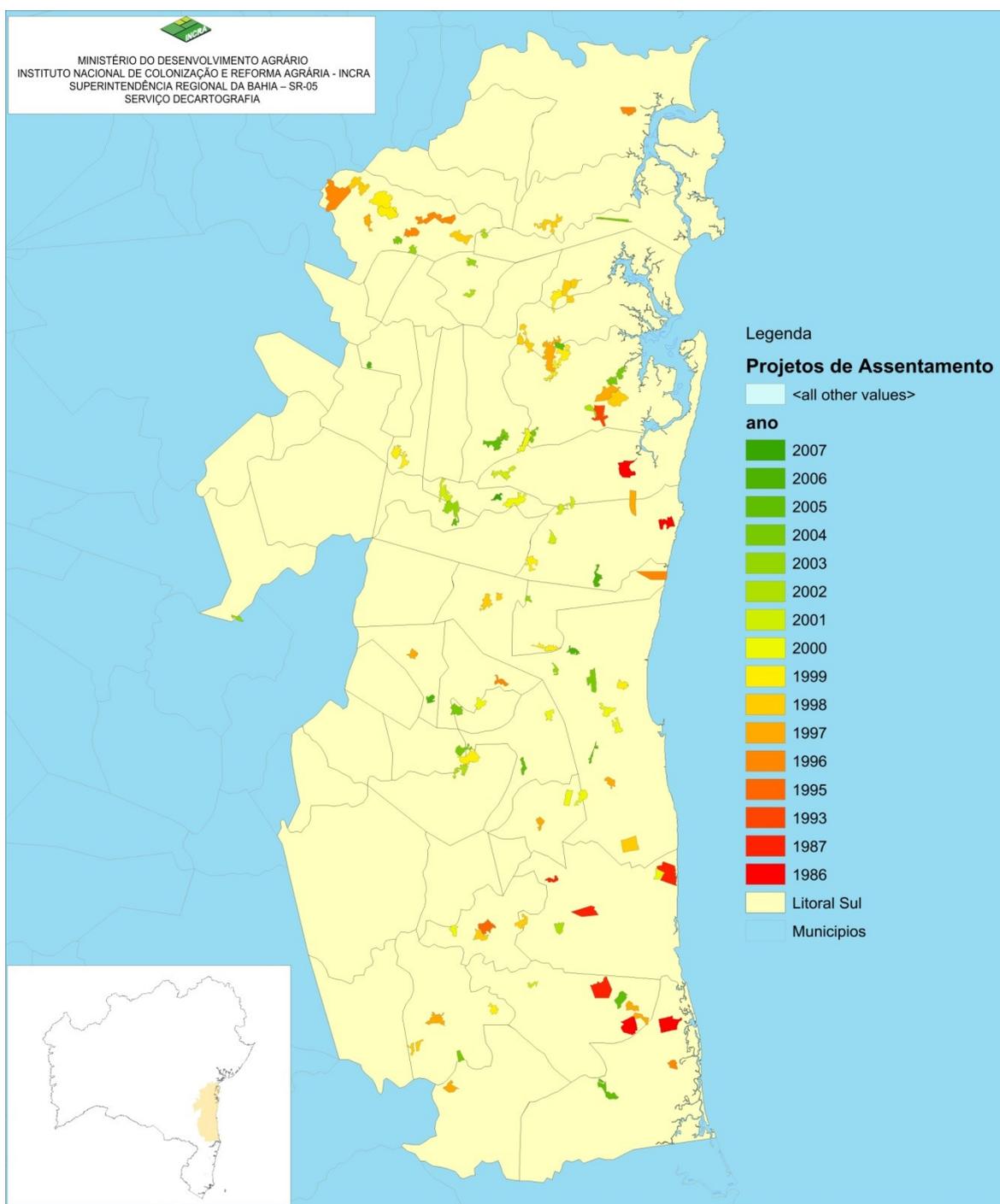
Fonte: INCRA, 2008; elaboração do autor, 2008.

O arrefecimento na formação de novas ocupações e assentamentos foi significativo para um período no qual o Governo Federal e seu partido, o PT, tinham proximidade com o MST.

O MST com Lula não fez uma pressão. Tratou de uma situação de paternalismo, de pai pra filho. Só que como tem muitos filhos, os filhos sem-terra ficou por último (J. F. O., militante, coordenador do assentamento, 49).

O Mapa 3 mostra a evolução dos assentamentos rurais na região cacauzeira, que ocorreu paralelamente à crise que vem se estendendo até o momento atual.

Mapa 3: Evolução dos Projetos de Assentamento.



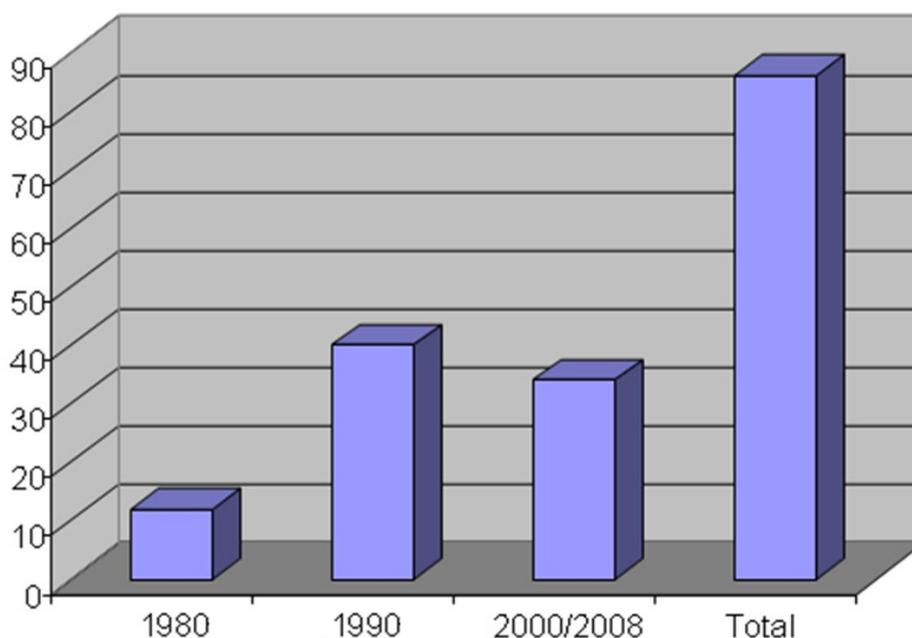
Fonte: MDA/INCRA, 2008.

Os tons vermelhos, à medida que vão clareando e passando para o tom amarelado, representam o momento de eclosão da crise, em 1994, quando, a partir daí, nota-se a evolução do número de assentamentos no mapa.

A Figura 1 mostra a evolução do número de projetos de assentamentos a partir da década de 1980. Os assentamentos criados na década de 1980 foram reflexos da crise econômica que se abateu sobre a região em meados dos anos de 1980, por fatores climáticos (períodos longos de estiagem) e econômicos (a concorrência de produtores da Ásia e da África). O crescimento das desapropriações, nas décadas de 1990 e de 2000 foi reflexo do aprofundamento da crise, a partir da infestação da vassoura-de-bruxa, no final dos anos de 1980, alastrando-se no início da década de 1990; atingindo o auge em 1994.

Considerando um período de 28 anos – a partir de 1985, quando iniciaram as desapropriações, até 2008 – tem-se, no total, a formação de 90 projetos de assentamentos de reforma agrária, numa região até então dominada pelos latifúndios cacagueiros.

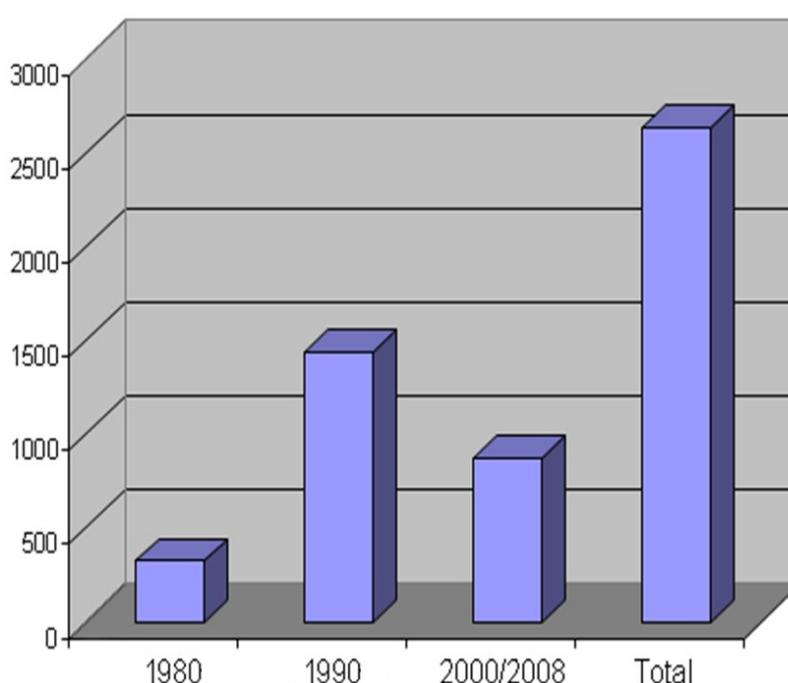
Figura 1: Evolução do número de assentamentos.



Fonte: Elaboração do autor, 2010.

Com relação ao número de famílias assentadas, a Figura 2 mostra número expressivo na década de 1990, pelas mesmas razões. Com base nos números da área e no número das famílias assentadas, para a década de 80, tem-se – dividindo a área desapropriada pelo número de famílias – em torno de 49 ha/família; para a década de 1990, 24,6 ha/família; e, para o período de 2000 a 2008, 18 ha/família. Esses dados mostram apenas o comportamento do processo desapropriatório em relação às famílias assentadas, pois parte significativa dessas áreas é de mata nativa.

Figura 2: Evolução do número de famílias assentadas.



Fonte: Elaboração do autor, 2010.

Sob o aspecto ambiental, a região tem sido centro de atenção por conservar ainda remanescentes da Mata Atlântica. Sendo o cacau uma lavoura que, relativamente, preservou a mata, sua decadência tem trazido para a região outras lavouras que promoveram o desmatamento, a exemplo do café, que, diferentemente do cacau, face às suas peculiaridades genéticas, depende da exposição ao Sol,

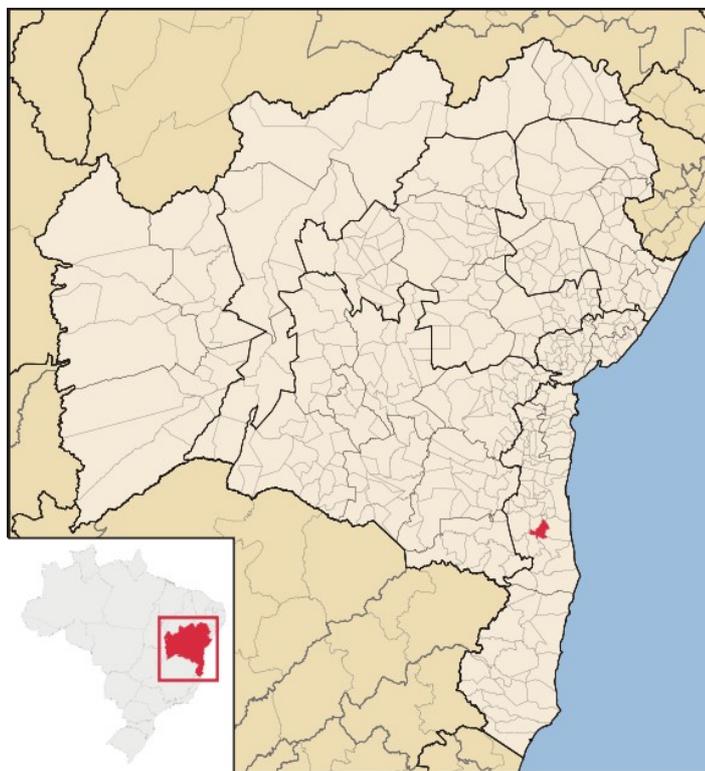
enquanto a sombra ajuda na reprodução do cacauzeiro. O comércio ilegal de madeira e de animais silvestres também tem aumentado após a crise. Desse processo em curso, o que chamou a atenção foi a expansão dos assentamentos rurais concomitantemente à decadência da economia. O enfrentamento dos trabalhadores cacauzeiros face ao desemprego e miséria foi intermediado pela atuação do MST através do trabalho de base e das lutas e resistências encabeçadas pelo movimento, cujo deslanchar foi o surgimento do assentamento *Terra Vista*.

5.2 O município de Arataca

O município de Arataca, onde se localiza o *Terra Vista*, pertence à Microrregião Ilhéus-Itabuna, que faz parte da Mesorregião Sul Baiano, no Sul do Estado da Bahia. É banhado pelo rio Aliança, que nasce na serra do mesmo nome. A economia do município é de base agrícola. Sua área territorial é de 397 Km² e limita-se, ao norte, com os municípios de Jussari e São José da Vitória; ao Sul, com o município de Santa Luzia; a oeste, com o município de Camacã e, a leste, com o município de Una. Possui uma população de 9.872 habitantes (IBGE, 2010), distribuída na Sede e nos distritos de Itatingüi e Anuri e povoado de Vila Jequié. Considerando que a população do município, em 1980, era de 15.789 habitantes, houve um decréscimo, em 30 anos, de 5.917, mais acentuado na década de 1990, quando estourou a crise.

Em 1980, a população rural era de 11.552 habitantes e a urbana 4.237 habitantes (IBGE, 2000). Na década de 2000, instalada a crise, o meio rural tinha 5.740 habitantes e o meio urbano 5.411 habitantes. Entre estes períodos, excepcionalmente, na década de 1990, houve um decréscimo absoluto na população rural de 5.812 habitantes. O grosso da população rural era formada por trabalhadores das fazendas de cacau.

Mapa 4: Localização do município de Arataca na Microrregião Ilhéus-Itabuna e no Estado da Bahia.



Fonte: SEI, 2010.

A economia do município foi, anteriormente, centrada na atividade cacaueteira. Com a decadência desta, passou-se a cultivar o café, a banana e outros produtos de menor expressão econômica. O café passou a se destacar nas grandes fazendas, enquanto a banana se concentrou nas pequenas propriedades e assentamentos, a exemplo do *Terra Vista* e do *Rio Aliança*. Ao se assentarem, os trabalhadores cuidaram da reorganização produtiva da área, que envolve a produção, o trabalho, a comercialização e a reorganização da vida como um todo. Esse processo de reorganização começou a ser pensado pelo MST e pelo INCRA.

5.3 O assentamento *Terra Vista*

O *Terra Vista* foi o primeiro assentamento criado na região cacaueira, a partir da luta e resistência dos trabalhadores organizados pelo MST, em decorrência da crise da lavoura cacaueira. Localiza-se no município de Arataca, onde antes era a Fazenda Bela Vista, na região Sul da Bahia, próximo à BR – 101, no Km 564, a 560 km de Salvador. Está a 54 km de Itabuna e a 85 km de Ilhéus, as duas principais cidades do Sul da Bahia.

Essa fazenda foi desativada após a infestação da vassoura-de-bruxa sobre os cacauais, no início da década de 1990, tornando-a improdutiva. A antiga Fazenda Bela Vista produzia unicamente cacau para o mercado internacional por intermédio das casas exportadoras localizadas em Ilhéus (CEPLAC, 1975). A ocupação da fazenda ocorreu em 1992; em 1993 foi desapropriada, saindo a imissão de posse em 1994. A área do assentamento é de 904 hectares, com 303 hectares de mata nativa, em tramitação no IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) para tornar-se Reserva Legal (MST, 2009).

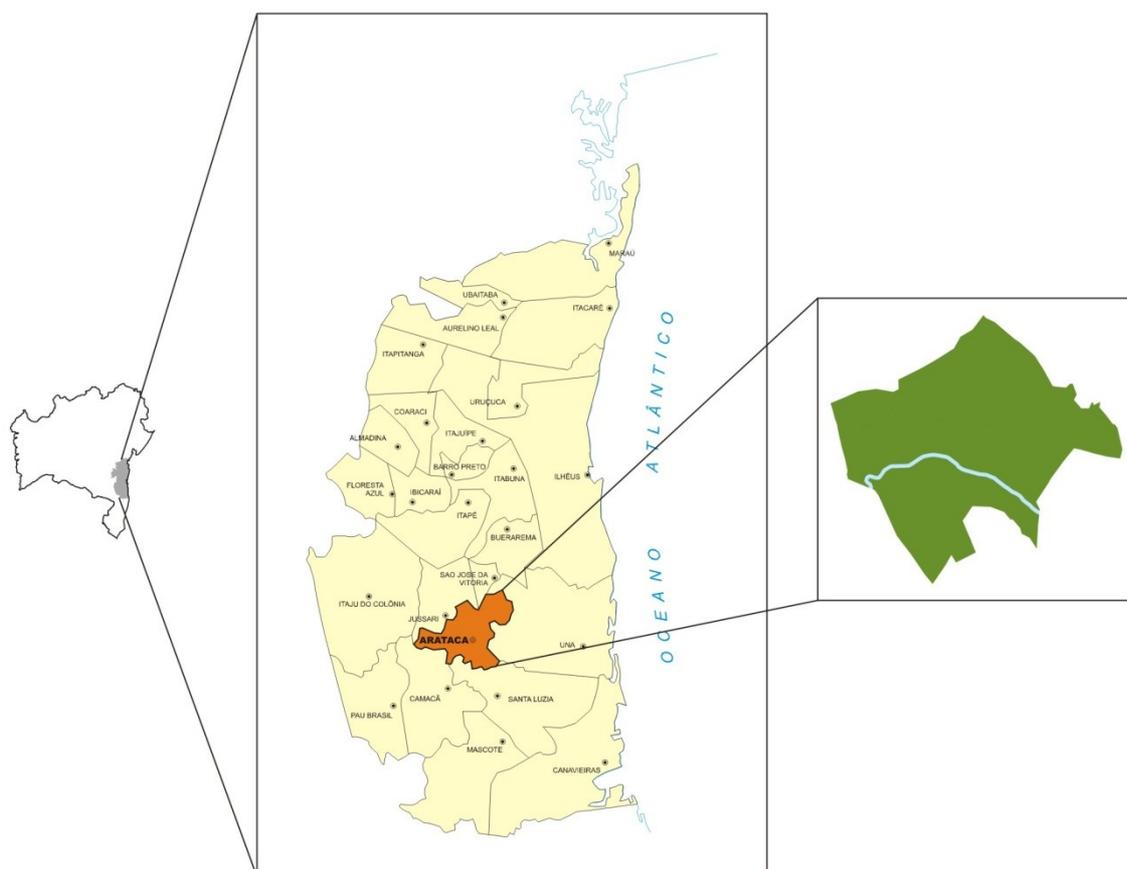
O Mapa 5 mostra em destaque o município de Arataca no Território Litoral Sul (MDA, 2005) e a área do Assentamento *Terra Vista* (verde), cuja linha divisória representa o Rio Aliança que banha o assentamento.

Figura 3: Vista central do Assentamento *Terra Vista*.

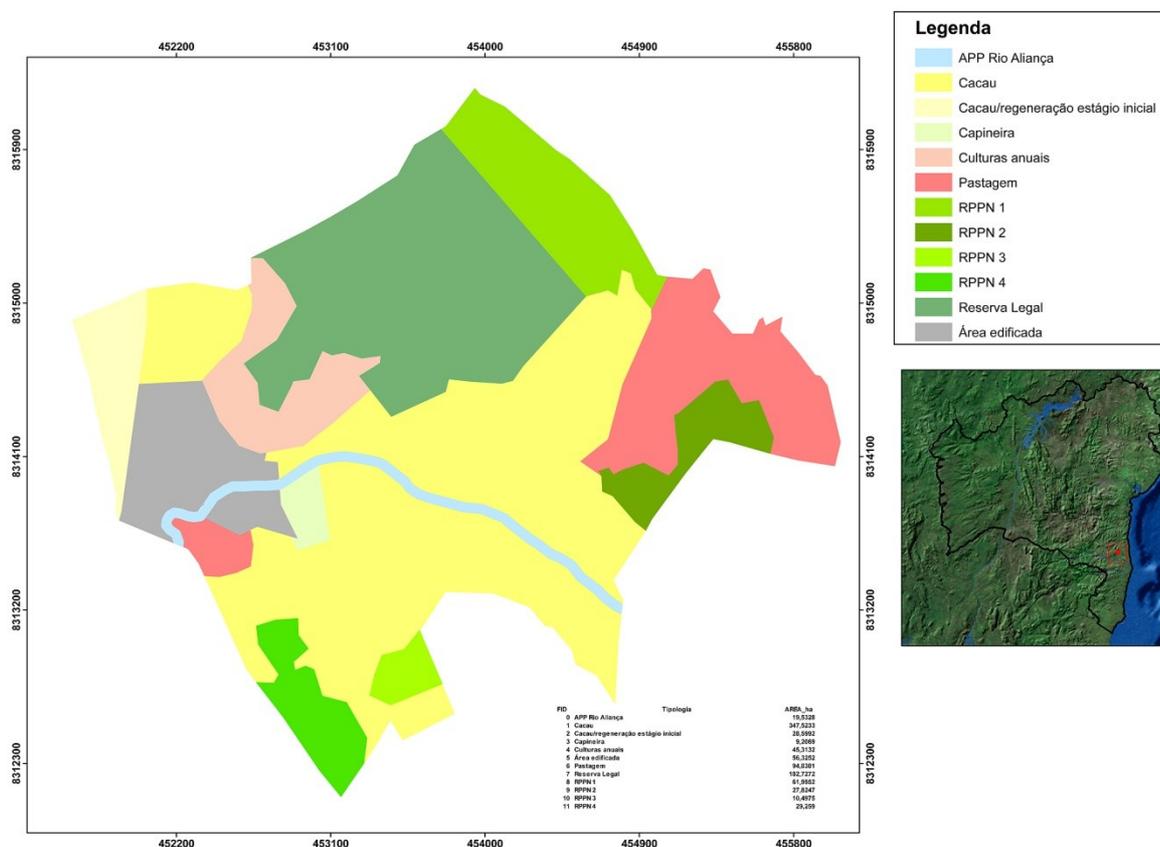


Fonte: Coordenação Regional do MST, 2009.

Mapa 5: Território Litoral Sul. Município de Arataca.
Território do Assentamento *Terra Vista* (Direita).



Fonte: CEPLAC, 1975; Instituto Cabruca, 2010; elaboração do autor, 2010.

Mapa 6: Uso do Solo no Assentamento *Terra Vista*, 2009.

Fonte: Instituto Cabruca, 2009.

Com o ingresso das famílias no assentamento, tratou-se de dar início à organização da vida com as disponibilidades que, naquele momento, apresentava a fazenda. O período de 1994 a 1998 foi o momento de organização do espaço de produção, acomodação e distribuição das famílias, que será visto no item que segue.

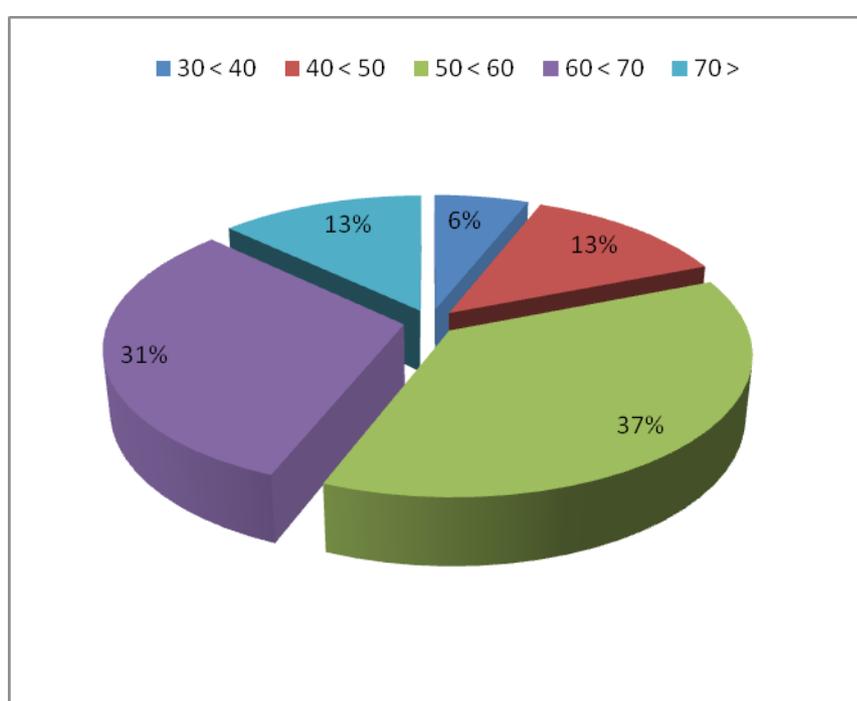
5.4 A organização do espaço

A imissão de posse dada pelo INCRA em 1994 representou um primeiro passo na trajetória de luta pela terra e realização do sonho de conquistar a terra e

construir um projeto de vida para as famílias. O passo seguinte foi organizar o espaço e estruturar a produção nessa nova trajetória que será investigada adiante.

No início da ocupação, as famílias se alojaram nas instalações existentes²⁰, nas casas de antigos moradores e na do proprietário e nos galpões de produção e armazenagem do cacau, até a saída do crédito para construção das casas e dos projetos de produção agrícola. Esses créditos foram liberados entre 1996 a 1998, quando, em 2000, a base produtiva já estava instalada.

Figura 4: Distribuição dos assentados por faixa etária.



Fonte: pesquisa realizada pelo autor, 2008.

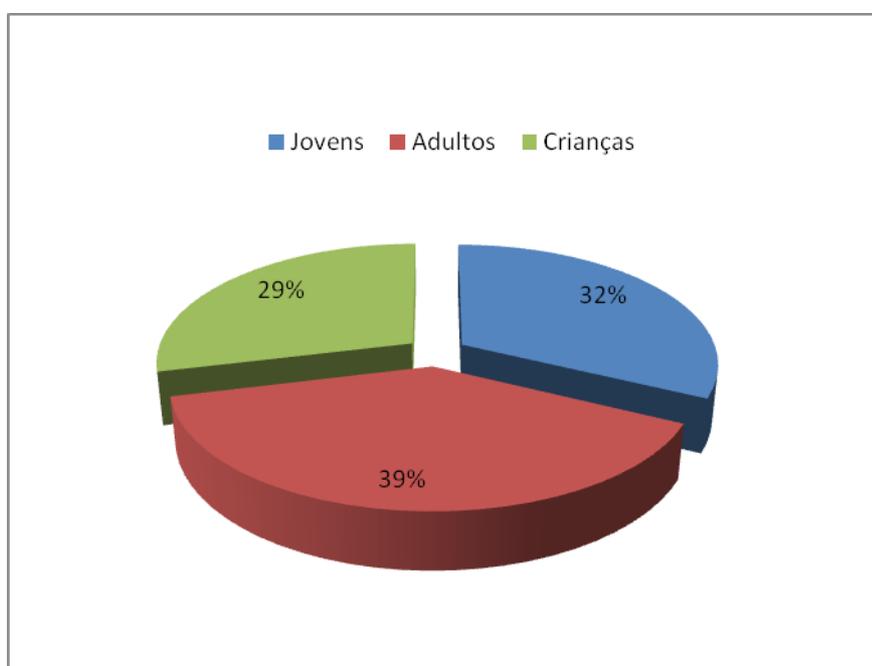
Quanto às famílias, depois de assentadas, como eram muitas (360), dispersaram-se para novas ocupações ou para outros acampamentos. Apenas 48 permaneceram na terra conquistada. Destas, 15 foram selecionadas para a pesquisa, privilegiando-se aquelas cuja trajetória esteve associada ao trabalho nas fazendas de cacau, com faixas etárias variadas, entre 33 e 75 anos. A maior concentração de assentados por idade situa-se na faixa entre 50 e 60 anos, representando 37% dos assentados da pesquisa, seguido da faixa entre 60 e 70 anos, com 31% do total da seleção (Figura 4). O predomínio de assentados nas

²⁰ As instalações dizem respeito às barcaças (onde era feita a secagem do cacau), galpões para armazenagem, casas de moradores e do proprietário.

faixas de idade mais elevada deveu-se ao fato de serem os que, antes da criação do assentamento, já tinham uma longa trajetória de trabalho nas fazendas de cacau, sendo representativos para a pesquisa.

Os dados da pesquisa apontam, na Figura 5, a predominância de adultos (entre 30 e 59 anos) nas famílias, enquanto que, do total de informantes, oito são idosos (com 60 anos ou mais). Embora o percentual de jovens seja elevado, em relação aos adultos, são poucos os que se dedicam à roça, trabalhando em outras atividades, a exemplo da saúde e da educação.

Figura 5: Percentual de jovens, adultos e crianças nas famílias.



Fonte: pesquisa realizada pelo autor, 2010.

Outros assentados foram se incorporando após 1994, à medida que surgiam vagas ou devido aos laços de proximidade e amizade com a coordenação do MST ou com assentados já residentes. A incorporação posterior de trabalhadores, assim como sua mobilidade entre assentamentos, na generalidade dos casos, resultou dos laços de parentesco e amizade criados na época do trabalho na cacauicultura, como também do trabalho de base e de mobilização nos acampamentos, cujo relato abaixo é ilustrativo:

Um dia de domingo, chegou uns companheiro e disse: vamos lá no sem-terra? Rapaz, eu não vou lá não. Ele insistiu: numbora lá nos sem-terra. Vamos lá, tem parente, conhecido. Aí eu disse: vamos! Aí eu fui. Quando cheguei lá, vendo a lavoura, gostando daquilo; eu vi tanta roça: milho, abóbora, feijão, alface, cebolinha, coentro, jiló ... Eu disse: Oh, que beleza. Aí tiraram aquele monte e me deram: ó aqui pra você comer e levar (J. C. S., masculino, 75).

O coordenador afirmou que não há mais interesse na ocupação anterior de 100 famílias no assentamento devido à restrição territorial do assentamento e à área de preservação existente, visto que o assentamento tem cerca de 300 hectares de mata nativa preservada.

No decorrer destes 17 anos de existência do assentamento, o número de famílias foi decrescendo, caindo de 100 para 48. A desistência esteve atrelada, fundamentalmente, a duas razões:

- a) a frustração das expectativas dos trabalhadores em relação ao que esperavam com a conquista da terra (criatório, titularidade da terra, condições de produção etc.);
- b) as transferências para outros assentamentos próximos dos locais de origem das famílias.

Uma senhora sintetiza as expectativas dos assentados em relação ao assentamento antes e depois da vivência, cujas palavras exprimem, de certa forma, as expectativas criadas diante das promessas feitas pelo MST na época do trabalho de base:

O assentamento eu via assim como um retrato, logo na entrada, que era o lugar melhor do que a cidade; assim, tinha união, tinha dinheiro, o que a gente precisasse, tinha tudo. Mas depois a gente vai acostumando, vai vendo os erros... Não é bem aquilo que a gente pensava, não! Aquilo que a gente via logo de retrato, de espelho. Não é isso tudo, não (A. B. S., feminino, 59).

Sobre a titularidade da terra, o coordenador afirma, categoricamente, que, no *Terra Vista*, não é passada formalmente a titularidade para o assentado, pois os assentados querem a titularidade para vender a terra, e que a terra de assentamento

não é objeto de compra e venda, mas de permanência das famílias assentadas, cujos filhos sucederão os chefes de família.

Aqui o INCRA não dá a titularidade da terra para os assentados, porque a terra é pública. Os assentados têm direito à terra o tempo todo de vida que tiverem no assentamento. Ninguém vai tomar. Mas também não vai dar titularidade para assentado vender a terra. As pessoas que entraram no assentamento são pessoas que têm seu passado ligado à terra e ao trabalho na cacauicultura. Se cada um começa a vender as terras, não sabemos a quem estão vendendo, se são pessoas que querem a terra mesmo para produzir e criar seus filhos (J. C. O., masculino, 49).

O posicionamento do coordenador deixa claro que, ao repassar a titularidade da terra para os assentados, eles irão vendê-la. Por outro lado, há a preocupação com a venda dessas terras no que diz respeito aos interesses dos futuros compradores, pois podem desvirtuar a proposta do MST para o assentamento, conforme aponta na fala. Quando indagados sobre a posição do movimento, um deles falou: “Nós achava ruim, mas hoje nós vê que foi bom, porque muitos já tinham vendido as terra e tava sem nada” (A. F. O., masculino, 69).

A agrovila foi a forma de organização das moradias dos assentados, nas proximidades do rio. No início, as famílias que se assentaram ocuparam os alojamentos existentes até a saída do crédito de habitação para a construção das moradias, que ocorreu em meados de 1998.

As casas são de alvenaria, dispendo de energia e água encanada; dois quartos; uma sala de estar e outra para refeições; cozinha; um banheiro com fossa séptica; quintal para serviços e criação de animais domésticos. Quando do início da pesquisa, as casas encontravam-se, todavia, bastante deterioradas, com as madeiras dos telhados comprometidas, portas e janelas danificadas, banheiros quebrados, rachões nas paredes²¹.

O assentamento dispõe de 200 hectares de cacau distribuídos nos lotes familiares e 2 hectares coletivos de cacau clonado para experimentação. Segundo

²¹ Em outubro de 2009, técnicos estavam fazendo avaliação de todas as casas e dos centros de educação e galpões existentes, para restauração. As reformas começaram em janeiro de 2010, mas, no momento que visitávamos (maio de 2010), as reformas foram paralisadas por problemas com a empresa responsável pela reforma, segundo o coordenador do assentamento. Quando de nossa última visita, em início de novembro de 2010, as obras continuavam paralisadas.

levantamento do MST e do INCRA, havia aproximadamente 1.160 pés de cacau por hectare, dos quais metade destes morreu devido ao ataque da vassoura-de-bruxa. A área dos cacauais foi dividida para a formação dos lotes produtivos que, inicialmente, correspondiam a quatro hectares. Quando os projetos de produção de café, banana, abacaxi e mandioca foram implantados, disponibilizaram-se novas áreas para os assentados.

As tarefas iniciais, quando do ingresso no assentamento, estiveram concentradas, primeiro, na limpeza dos cacauais, tomados pelo mato, e no controle da vassoura-de-bruxa. O controle inicial esteve voltado para a poda dos galhos com fungo, o que envolveu tempo e trabalho consideráveis na clonagem daquelas plantas mais suscetíveis, sendo feito o trabalho de enxertia, aumentando a resistência.

Quando a gente chegou aqui tava tudo em capoeira. Aí, quando nós roçou, nós roçou até numa forma coletiva; juntou todo mundo; nós tava aí com 48 famílias (L. J. M., masculino, 64).

Todo mundo foi fazendo roça; quando chega o tempo do cacau, tem um cacauzinho (O. S. J., feminino, 59).

A partir da distribuição dos lotes, que ocorreu em 1995, os assentados passaram a organizar o trabalho e a produção, centrando-se na unidade familiar. A divisão do trabalho passou a orientar-se a partir dessa forma de organização sob a qual foi estruturado o assentamento, analisada a seguir.

5.4.1 Um dia na vida do assentado

A organização da vida no assentamento foi permeada pela forma de organização da produção, a partir do momento em que os assentados obtiveram seus lotes e passaram a produzir com a família. O dia a dia na vida do (a) assentado (a) dividia-se entre as tarefas e serviços na roça, as tarefas do lar, incluindo a criação dos filhos, os momentos de lazer nos finais de semana e feriados e o dia dedicado à feira, onde vendiam e compravam produtos.

No início, os assentados ocuparam as casas dos moradores, as barcaças e os galpões de armazenamento. O trabalho era voltado para o trato dos cacauais e para a produção de subsistência; tarefas que envolveram, inicialmente, todos os assentados (homens, mulheres e jovens) até a obtenção dos créditos para produção, construção das casas e para a instalação da infraestrutura produtiva, quando passaram a organizar o trabalho e a produção no próprio lote. Com a obtenção dos lotes de moradia e de produção, houve a divisão inicial da área de cacau em quatro hectares, ampliando-se, posteriormente (1997), com a instalação dos projetos agrícolas, conforme a extensão do cultivo de cada assentado.

Obtidos os lotes, o assentado passou a tratar do cacau e do cultivo de subsistência com a esposa e os filhos (homens) adolescentes, quando era o caso. A filha adolescente cuidava do lar, da alimentação e, quando havia, dos filhos menores. Em geral, no início, como demandou muito trabalho, a esposa acompanhava o marido na roça, indo às cinco horas da manhã e retornando à noite, todos os dias da semana. O almoço era preparado na noite anterior; ou, antes da ida para a roça. Aconteceu de, muitas vezes, no início, o assentado passar dia e noite na roça, retornando pela manhã ou à tarde. As tarefas acumuladas e as necessidades da família assim o exigiam.

Marido e esposa tratavam do cacau: controle da vassoura-de-bruxa, limpeza, adubação, clonagem, entre outras atividades. Quando os assentados obtiveram a área, o plantio de cacau estava tomado pelo mato. A capina foi a primeira tarefa. Paralelamente, passaram a cultivar hortas para subsistência, que podiam ser no lote de produção ou no lote de residência. O trabalho era intenso.

Passou-se mais ou menos um ano para preparar a área de cacau e poder obter resultados. Até esse momento, as famílias estavam sobrevivendo precariamente - pois não tinham renda -, contando com a ajuda de familiares. Preparada a área de cacau, os assentados começaram a obter os primeiros resultados, com a venda do mesmo para os atacadistas em Arataca.

Com a construção das casas, na forma de agrovilas, os laços sociais se intensificaram. Passando o dia no lote, a noite era dedicada ao bate-papo entre assentados (maridos e esposas, compadres, comadres etc.). O sábado, à tarde, era de descanso ou de prosa com os vizinhos, parentes e amigos no assentamento, adentrando a noite. No domingo, pela manhã, algumas vezes, cuidavam da roça,

quando assim se fazia necessário, ou tinham como lazer o futebol e, depois, a comemoração no bar.

À medida que a produção dava resultados, o MST organizou, com o apoio da prefeitura de Arataca, uma feira para a venda dos seus produtos, entre 1998/99, mas que durou pouco tempo, pois não alcançou os resultados esperados de venda, por causa do excesso de oferta em relação à demanda e os baixos preços.

As mulheres cuidavam das tarefas da casa, o que incluía lavagem de roupa. As crianças iam tomar banho de rio, colher frutas, andar na mata etc. O domingo, pela manhã, quando era o caso, era reservado às assembleias, onde discutiam e decidiam sobre as questões pendentes no assentamento ou na implantação de novos projetos. A tarde e a noite eram para descanso e prosa.

Com a produção estruturada, o assentado passou a almoçar em casa com a esposa. De segunda a sexta-feira, ia para a roça às quatro ou cinco horas, retornando às 11:30 ou meio-dia. Voltava para a roça às 13:30 ou 14:00 horas, retornando às 18:00 ou 19:00 horas. As esposas passaram a se dedicar mais aos trabalhos domésticos, acompanhando o marido, na roça, apenas quando as tarefas se acumulavam ou que exigiam muito trabalho, como no período da colheita. Ficando mais em casa, passaram a cultivar a horta em seus quintais.

Os filhos estudavam pela manhã e, quando adolescentes, ajudavam os pais à tarde e nos finais de semana. As filhas estudavam também pela manhã ou à tarde e cuidavam dos afazeres domésticos e dos irmãos menores nos outros horários (ANEXO, p. 213-225).

5.4.2 A divisão do trabalho

A forma como se deu a organização do trabalho e da produção no assentamento interferiu sobremaneira nos novos processos sociais. Os novos laços passaram a se recompor, em parte, com base na estrutura familiar de produção. Sobre o exposto, afirma Wanderley (1999, p. 25): “[...] o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente”.

Ou seja, os laços que passaram a unir os assentados, quando obtiveram seus lotes, se recompuseram, em parte, através da formação das unidades familiares de produção, de maneira que as redes de sociabilidade formaram-se em decorrência de suas atividades e dos laços sociais anteriormente existentes.

Os assentados se voltaram para a organização do trabalho e da produção nos lotes familiares, para a realização do sonho de ter a terra e produzir com a família, visando a uma finalidade maior, que era a construção de um projeto de vida, sendo “um momento crucial entre o passado de exclusão e o futuro em construção” (WANDERLEY, 2003, p. 204).

A proposta inicial do MST era a divisão do trabalho entre lotes coletivos (produção coletiva) e lotes individuais, conforme expõe o coordenador:

Nós propomos aqui o trabalho misto: respeito à individualidade das pessoas; e tem as áreas que as pessoas trabalham coletiva: o gado é coletivo, a piscicultura é coletiva, a fábrica de doce, a fábrica de mel... (J. F. O., assentado, coordenador do assentamento, 49).

Na prática, prevaleceu a organização familiar do trabalho e da produção nos lotes. A coordenação estruturou a produção experimental em áreas coletivas, cuja proposta envolvia a disponibilidade de cada família para trabalhar dois dias. Não surtindo efeito, decidiu-se por um dia de trabalho coletivo para cada família, o que também não vigorou. Essas tarefas diziam respeito à produção, à organização e à manutenção do assentamento e demais atividades de natureza coletiva.

Com o aporte de recursos recebidos em 1997, projetos foram desenvolvidos no setor agrícola, no setor de beneficiamento e de criatório, de acordo com a natureza dessas atividades, pois havia aquelas que exigiam trabalho coletivo (piscicultura, casa de farinha, fábrica de doce). Os projetos agrícolas foram para produção familiar e coletiva em áreas experimentais, mas também para consumo e venda, a exemplo do criatório e do beneficiamento. Os projetos para produção familiar foram essencialmente agrícolas, distribuindo-se entre as lavouras de café, banana, cacau, mandioca e abacaxi. O cacau e a banana também foram organizados em lotes coletivos, enquanto a mandioca era cultivada em lotes familiares e beneficiada coletivamente.

A produção de café era familiar, enquanto a produção do cacau era coletiva e familiar, sendo a área coletiva para experimento, através da renovação e clonagem

das mudas²². O criatório, a pecuária e a piscicultura foram planejadas como atividades coletivas e para consumo coletivo, sendo o excedente comercializado e a renda das vendas administrada pela cooperativa.

Três razões são explicativas para a opção pelo lote familiar em detrimento do lote coletivo: primeiro, no imaginário desses trabalhadores, quando ingressaram no movimento, o objetivo era obter seus próprios lotes; a segunda razão era que os assentados receavam não terem o retorno proporcional ao trabalho que empregavam; por último, segundo os assentados, as vendas e a distribuição da renda atrasavam, não atendendo as suas carências imediatas.

As necessidades diárias eram, em grande parte, atendidas com a produção do lote individual: bastava colher, levar ao mercado, vender, e, com o dinheiro, preencher suas carências; enquanto, na produção coletiva, o retorno era demorado, gerando discordância e insatisfação. A organização coletiva da produção, entretanto, se contrapunha ao projeto familiar dos assentados, e, em contrapartida, a produção coletiva apresentava certos entraves:

Rapaz, o coletivo é muito bom, mas **o individual, ele tem um sentido mais positivo pra o assentado, porque o pobre... ele tem uma carência danada; o problema do pobre é esse, que muita vez, quando ele vai colher um cacau, já vai colher em um plano que já deve alguma coisa**; e o coletivo, não: vai ter que esperar quando o coletivo discutir que ele vai vender, pra ver o que sobra pra ele. E, **no individual, você vai colhendo e já vai vendendo e pegando o dinheiro pra uma precisão**. Não é porque o coletivo seja ruim; o coletivo é muito bom. A gente tem uma parceria boa, mas não dá o retorno que dava o individual (L. J. M., masculino, 64).

Nesse sentido, a área e o trabalho coletivos ficaram em segundo plano. O relato da chefe de família expressa a percepção que teve sobre o trabalho coletivo. Para ela, o problema do coletivo estava na credibilidade dos assentados e na disposição para trabalhar:

O lote coletivo seria bom, mas não dá certo porque a maioria dos componentes não bota fé, não trabalham por igual, procura mais o individual. Muitos companheiros não querem compartilhar o trabalho. Se concentrasse no coletivo, funcionava. **Os companheiros não acreditam, principalmente por causa da**

²² A renovação das mudas deveu-se ao fato de os plantios existentes serem muito velhos, entre 50 e 100 anos de existência. A clonagem foi feita com plantas resistentes aos fungos, através da enxertia nas plantas contaminadas.

divisão do resultado. Não tem coletivo. Antes era o cacau, a pecuária. O trabalho coletivo na pecuária nunca deu retorno. Eram mais de 200 cabeças, daí a incredulidade no coletivo. Abandonaram a pecuária, o coletivo (O. S. S., feminino, 59).

Observa-se nessa fala e no relato abaixo que os assentados alegavam trabalhar uns mais que outros e não serem recompensados na divisão dos resultados, gerando desconfiança e insegurança no coletivo:

A maioria dos companheiros não acredita, pois vai dizer assim: eu vou plantar, nós vamos dividir, o companheiro vai ficar com a maior parte ou então vai tirar antes de dividir. Então, ninguém quer saber disso; não tem retorno no coletivo. Trabalho e o retorno não volta (A. F. O., masculino, 69).

Atualmente, as tarefas coletivas se restringem à produção de cacau e banana – em área experimental – e à manutenção da sede do assentamento, onde funcionam os serviços ligados à educação.

O que se observou foi que as assentadas terminavam por reproduzir aquelas atividades tradicionais ligadas ao trabalho doméstico, com forte predisposição ainda presente no meio rural: tornavam-se mães ainda jovens, cuidavam da casa, trabalhavam na roça com os maridos, cuidavam dos filhos. Elas disseram - e seus maridos confirmaram - que faziam tudo o que o marido fazia, além do trabalho doméstico. Passado o período inicial difícil, que exigiu muito trabalho, as assentadas dedicaram mais tempo aos afazeres domésticos.

Na fala das assentadas abaixo, não existia divisão das tarefas entre os sexos, que a mulher não fizesse por ser “trabalho de homem”. A mulher fazia não só “o trabalho dos homens”, na roça, como fazia os trabalhos da casa, que os homens não faziam.

Naquele tempo não era como hoje; hoje é que a mulher recebe feito o homem. Naquele tempo, a mulher ganhava menos que o homem; **diz que a mulher não sabia fazer o que o homem sabia; tantas coisas que o homem não faz que a mulher faz!** (M. P., feminino, esposa de P. A.)

Eu cheguei com 40 anos no assentamento; hoje estou com 58; **a vida foi toda trabalhando em roça com o companheiro** (O. S. J., feminino, 59).

Quando se questionou um chefe de família sobre se ele fazia trabalhos domésticos, o mesmo afirmou:

Rapaz, o trabalho da roça eu faço com tranqüilidade, mas o de casa é meio complicado (P. A. , masculino, 57).

A divisão do trabalho familiar no assentamento reproduziu a divisão social do trabalho, da perspectiva de gênero, mas com a ressalva de que o trabalho das mulheres desdobrava-se no âmbito do lar e da roça.

As atividades desenvolvidas no final dos anos 90 voltadas para as mulheres, como a farinheira, a fábrica de doce e a casa de mel, foram desativadas. Com a paralisação dessas atividades, um grupo de mulheres começou, no início de 2000, a partir de iniciativa própria, a desenvolver atividades de artesanato e produção de sabão. Solicitaram apoio do MST, mas, segundo informou uma delas, “o MST assinou papéis, prometeu apoio, mas não saiu das boas intenções” (M. P., feminino, 42). Essas atividades terminaram sendo, também, abandonadas.

5.5 A sociabilidade

A época de acampamento, que durou dois anos – 1991/93 - foi marcada, segundo relato dos assentados, pelos fortes laços de união e divisão das tarefas, de tal maneira que a situação de carência material, de um lado, e, medo e insegurança, do outro, criou entre os acampados um forte sentimento de solidariedade. Foram momentos que, apesar dos sacrifícios, são lembrados com uma mistura de sentimentos de união e sofrimento. Os laços tornaram-lhes fortes e resistentes, vencendo o medo e a insegurança, pois como relatou a assentada:

No acampamento havia amizade, união, se dividia tudo; onde se plantava coletivamente e tudo era dividido entre os acampados. (A. F. O., masculino, 69).

O início da vida no assentamento foi um momento no qual a organização produtiva só se efetivaria com o engajamento de todos através do trabalho coletivo, dada a extensa área dos cacauais, abandonada e contaminada, e o preparo da terra para o cultivo de subsistência, pois não tinham do que se alimentar. Engajaram-se homens, mulheres e jovens nas tarefas. Naquele momento inicial, os laços de união da época do acampamento mantiveram-se, contribuindo para a agilização da organização produtiva.

As dificuldades enfrentadas no início (moradia, higiene, alimentação, recursos, limpeza do mato, erradicação do fungo, entre outros) foram, de certa forma, similares à época do acampamento. Os assentados passaram fome, mas as dificuldades iniciais alimentaram o mesmo espírito de solidariedade da época do acampamento.

Os frutos do trabalho coletivo já surgiram em 1995, após mais ou menos um ano de trabalho coletivo intenso na limpeza do mato e das plantas contaminadas. Passada essa fase, com a área de produção de certa forma organizada, os assentados passaram a reivindicar os lotes individuais. O anseio de obterem suas parcelas de terra, isto é, o lote familiar, fragilizou, em certo sentido, os laços anteriores da época do acampamento. A partir de 1996, com a introdução dos projetos agrícolas, os assentados passaram a concentrar o trabalho nos seus lotes.

A assentada compara os dois momentos vividos nessa trajetória do acampamento para o assentamento:

Hoje muitos assentados se fecharam no seu lote. Há falta de união no trabalho coletivo. **Cada um (assentado) só quer para si, só quer cuidar de si; eu acho que foi a ambição do dinheiro.** Depois que chegou os projetos, ficou assim, não teve aquela reunião, brincava todo mundo. **Não é mais, ninguém tem união mais; só pensa pra si, não ajuda os outros, nem nada** (O. S. J., feminino, 59) (parêntese do autor).

O posicionamento dos assentados em relação à preferência pelos seus lotes refletiu a concretização do sonho de estruturar o trabalho e a produção através da organização familiar, realidade acentuada por Leite et al. (2004, p. 124), quando afirmam que:

Uma vez assentada, torna-se possível para essa população centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento econômico no

próprio lote, associando às atividades aí desenvolvidas várias outras, muitas delas também relacionadas com a existência do assentamento.

Além do aspecto econômico, a relação dos assentados para seus lotes é permeado por outros fatores, como argumentam os mesmos autores abaixo:

[...] resolvida a questão mais imediata, do acesso a terra, atualiza-se um conjunto de valores, lealdades, conhecimentos etc., que tendem a fazer aflorar as diferenças entre o que, até então, parecera ser homogêneo (p. 20).

Martins (2003, p. 18) interpreta sob o prisma político-ideológico esse posicionamento:

[...] o sujeito da reforma agrária (...) é bem diferente (...) do sujeito supostamente coletivo que a categoria de sem-terra faz supor a partir da experiência dos acampamentos e da ideologia coletivista de alguns assentamentos controlados pelos MST.

Com a recomposição dos laços familiares, seguiram-se o fortalecimento dos laços de vizinhança e de amizade, favorecidos pela organização das casas na forma de agrovilas.

Os laços sociais se configuraram duplamente: 1) no interior da família: quando os assentados passaram a concentrar o trabalho em seus lotes, as relações familiares se fortaleceram e, posteriormente, o núcleo familiar inicial se expandiu com o casamento de filhos, ampliando a teia das relações de parentesco; 2) na comunidade, através da ampliação dos laços de parentesco que passaram a ser construídos e constituídos através da solidariedade, à medida que as famílias foram se instalando. Essas relações foram de três ordens: parentesco, amizade, vizinhança. A esse respeito é significativa a reflexão de Leite et al. (2004, p. 111) quando afirmam que:

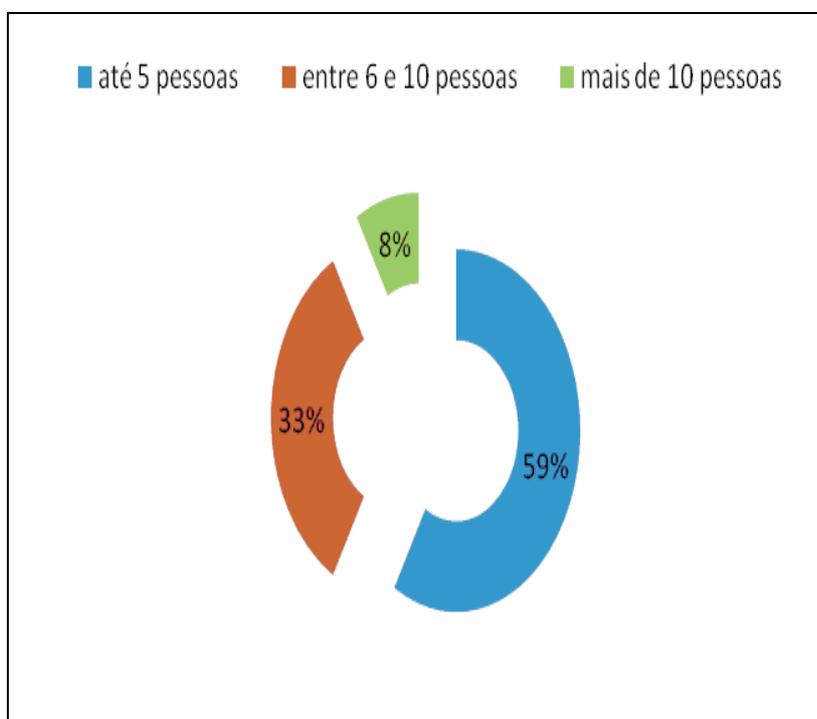
A partir da criação dos assentamentos, a vida dos assentados

assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstróem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica na relação “para fora” do assentamento, na interação com as cidades e com o poder público municipal, e uma nova inserção na dinâmica política local.

Os laços familiares também se expandiram com os casamentos entre filhos de assentados. O núcleo familiar se expandiu no sentido interfamiliar e intrafamiliar. Ou seja, alguns filhos que casaram continuaram morando com os pais, à espera do lote e da casa. Mas também há os filhos casados que já adquiriram casa e lote. Esses novos relacionamentos expandiram os núcleos familiares, através dos laços de parentesco, pela inclusão de genros e noras.

Os dados da pesquisa (Figura 6) apontam que o núcleo familiar é predominantemente pequeno, pois há os filhos que casaram e deixaram a casa dos pais, como há também aqueles que saíram do assentamento em busca de trabalho. Apenas uma das famílias é extensa; formada por 16 pessoas, entre chefe de família, esposa, filhos, netos, genros e noras. Observa-se que a maioria das famílias (59%) tem até cinco pessoas e, destas, contam-se, na maioria dos casos, adultos (esposo e esposa) e filhos de menor idade ou netos sob os cuidados das avós e dos avôs.

Figura 6: Percentual de pessoas por família.



Fonte: pesquisa realizada pelo autor, 2008.

Os laços familiares também se ampliaram com a entrada de parentes que se incorporaram ao núcleo familiar, através de casamentos de assentados com pessoas da localidade ou de outros assentamentos, a vinda de irmãos ou irmãs etc. Esses processos sociais têm um aspecto fundamental na sociabilidade do assentamento, exposto por Leite et al. (2004) nos seguintes termos:

Os assentamentos podem estar se tornando um mecanismo importante de recomposição de famílias (...) contribuindo para garantir a reprodução não apenas econômica, mas também fundamentalmente social desses grupos de trabalhadores (p. 123).

Os processos sociais em curso contribuíram para a construção e ampliação das teias de relações sociais de maneira que formam uma comunidade ou, como falou um assentado, simbolizando um núcleo familiar único: “Esses companheiro são tudo minha família; são tudo meus parentes” (A. F. O., masculino, 69). Em outros

termos: “Vivo bem com todo mundo; nunca tive discussão com ninguém; a convivência aqui é boa” (A. H. S., masculino, 70).

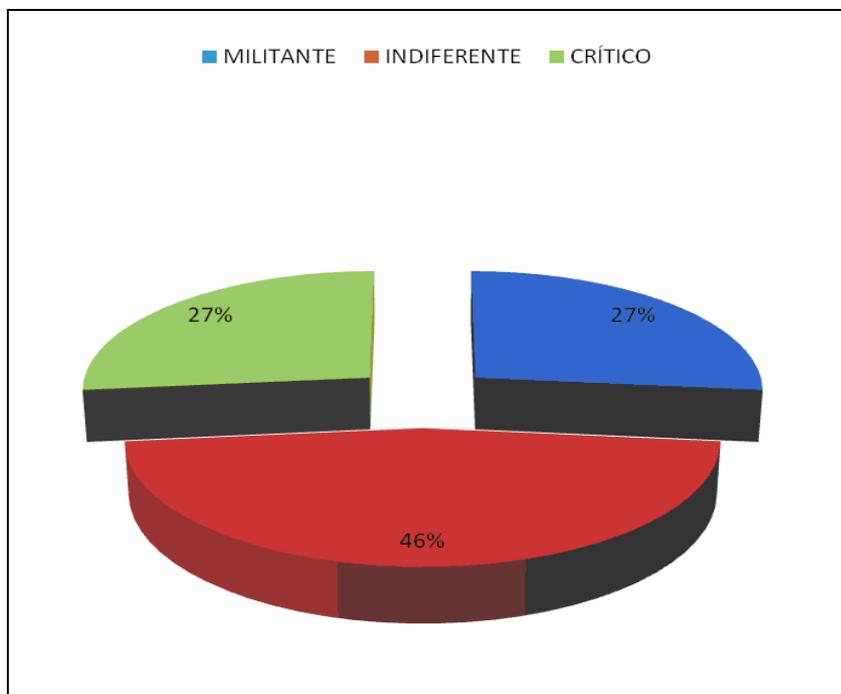
À medida que os assentados foram se organizando, foi-se delineando a divisão entre aqueles que almejavam apenas a terra para cuidar com a família e aqueles que, além do trabalho na terra, envolviam-se com a militância do movimento como resultado de suas trajetórias de vida, cujo passado esteve ligado à prática política.

Havia assentados afeitos à política e à ideologia do movimento, enquanto outros não, criando-se, assim, laços de proximidade, num caso, e distanciamento, no outro, entre os assentados e o movimento e entre os próprios assentados. A Figura 7 apresenta o posicionamento dos grupos com relação à militância. Um grupo – sete assentados da seleção – teve como único objetivo adquirir a terra para produzir e viver com a família, sem afinidade política com o movimento, portanto, sem interesse na militância²³. Neste grupo, há três assentados que, no início do assentamento, se engajaram na militância, mas, com o tempo, se desligaram e passaram a cuidar da produção. Havia assentados que defendiam a bandeira do MST, enquanto havia, também, aqueles indiferentes à ideologia do movimento, mas que não se posicionavam contra o movimento.

Há aqueles que participam da militância – quatro na seleção – e que fazem parte da direção do movimento, enquanto outros, que se colocam no outro extremo, – também quatro assentados – posicionando-se criticamente à política, ideologia e atuação do MST. Das três situações, prevalece o grupo indiferente à militância, cujas razões são explicitadas pelas suas trajetórias e/ou o não desejo de se envolverem com política.

²³ Entre estes se contam dois assentados que já estiveram ligados à militância, no início, mas atualmente estão afastados.

Figura 7: Posicionamento político dos assentados.



Fonte: pesquisa realizada pelo autor.

Houve certo estranhamento, marcado pela distância entre os assentados e o movimento, demonstrado, em alguns casos, pelo não comparecimento a reuniões para debater problemas, discutir propostas e projetos. Face às diferentes histórias e trajetórias desses assentados, essa é uma realidade que faz parte do processo de construção da sociabilidade. Esses sentimentos afloraram nos diálogos com esses assentados, conforme expõe um deles:

Os assentados não tinham acesso a bens que foram comprados com o dinheiro deles: carro, jerico. Não tinha acesso a nada no assentamento. Entra muita coisa boa, mas tem acesso quem bajula. **A gente quer crescer, quer desenvolver, mas enfrenta barreiras dentro do próprio assentamento** (A. F. O., masculino, 69)

O assentado se refere aos recursos que foram repassados pelo Governo Federal, destinados ao desenvolvimento da produção, afirmando que o acesso a esses recursos ou a outros bens do assentamento é facilitado às pessoas ligadas à

coordenação e à militância; e terminaram por criar uma fratura política e social entre os assentados e aqueles que não concordam com a política do MST. Esse relato reflete a relatividade da autonomia conquistada pelo assentado; pois, embora sejam autônomos nas decisões sobre o trabalho e a produção em seus lotes, os recursos e o planejamento do assentamento passam pela decisão do movimento.

O que transpareceu é que o MST tem encarado essas pendências e tomado as iniciativas à revelia dos assentados. A este respeito fazem sentido as críticas feitas por Navarro (2005) e Brenneisen (2004). Para Navarro (2005, p. 214) o “acesso aos fundos públicos tem sido o principal mecanismo de controle social dos assentados”. Aponta ainda o autor que o resultado final tem sido “a incapacidade de produzir sujeitos sociais com real autonomia organizativa (...)”. Para Brenneisen (2004, p. 41), “a vivência no acampamento ao invés de alavancar maior consciência, produz uma ‘pedagogia da resignação’, tornando-os passivos (...). Ao invés de proporcionar maior autonomia e liberdade, proporcionam conformismo, dominação”.

Com relação ao exposto por Navarro, os assentados reclamam que, à época dos projetos de produção de abacaxi, banana e café, os recursos não foram disponibilizados integralmente, o que, segundo eles, comprometeu a continuidade da produção. Com relação ao exposto por Brenneisen, houve, sim, a disciplina rígida do MST, no início, com relação à organização do assentamento e à exigência do trabalho no lote coletivo paralelo ao individual. Mas, com o decorrer dos tempos, os assentados foram abrindo espaço para sua autonomia sobre o trabalho e a produção.

Na fala a seguir, a assentada refere-se também à postura autoritária da coordenação nos momentos iniciais do assentamento, mas atribui a condição atual de atraso, apesar da terra e da autonomia conquistada, aos entraves criados pelo MST. A assentada se refere, principalmente, ao acesso aos recursos controlados pelo MST, facilitado àquelas famílias ligadas à militância do movimento.

O senhor sabe o que faz o assentamento crescer? É a produção. Mas o negócio daqui é que a dinheirada que entrou e os sofredores não tiveram direito; deu aquela bobagenzinha pra tapear. O coordenador mandava e desmandava e segurava os recursos das pessoas. Quem consegue são os assentados próximos ao coordenador. **Agora temos a terra, a autonomia, mas não**

evoluímos, pois tem entraves com a administração (A. V. L., feminino, 60).

A assentada questiona a autonomia conquistada: “agora temos a terra, a autonomia, mas não evoluímos”. É interessante a ordem dos termos colocados pela assentada: terra, autonomia e evolução, quando relaciona a evolução à autonomia e à terra conquistada. Há a percepção de que, com a terra, conquistou-se a autonomia, mas não se evoluiu. A fala da assentada coloca em evidência a relatividade da autonomia frente às relações que passou a ter com o MST.

Quanto a esta questão, sete assentados concordam e oito discordam, ou seja, a maioria sinalizou para a evolução. A “evolução”, na concepção dos assentados, assume duplo sentido: material e imaterial, com peso maior das condições materiais para os que discordam da evolução, e peso maior das condições imateriais para aqueles em que a evolução representa liberdade, tranquilidade, paz, sossego, descanso e trabalho livre; embora esses valores também sejam reconhecidos pelos primeiros.

Este outro assentado aponta para o mesmo problema, quando apresenta o encadeamento de vários fatores negativos, como o afastamento de assentados, o comprometimento da subsistência e a situação de carências decorrentes.

Nós queremos crescer, mas enfrentamos barreiras; muitos assentados saíram por causa disso. **Os assentados eram pra ter sua alimentação própria; agora muitos assentados estão passando por necessidade.** (A. F. L., masculino, 67) (parêntese do autor).

Com base nas informações obtidas e nas observações no campo de pesquisa, houve certo exagero por parte desse assentado, quando afirma “muitos estarem passando necessidade”. Quanto ao afastamento de assentados, o informante refere-se aos jovens que foram à procura de emprego nas cidades. Os assentados, chefes de família, consideram que a saída destes foi insignificante. Embora, durante a pesquisa, tenha-se constatado o afastamento de dois assentados pioneiros, eles mantiveram os familiares no assentamento. Considerando que, em 1996, havia 100 famílias (não há dados concretos sobre esse número) e atualmente existem apenas

48; a maior parte das famílias assentadas, segundo o coordenador e relatórios do INCRA, foi transferida para acampamentos ou outros assentamentos²⁴.

Houve também desentendimentos entre os assentados e a direção quanto às práticas de cultivo. Desde a primeira metade da década de 2000, a coordenação mudou a prática de cultivo: substituiu o uso de agrotóxicos pelo uso de adubo orgânico; a queimada pela capina; e o reflorestamento e a preservação da mata nativa passaram a ser a prática, em substituição à derrubada para venda de madeira.

A mudança de orientação para a preservação ocorreu, primeiramente, segundo o coordenador, a partir da paralisação de várias atividades no início de 2000; segundo, a coordenação se deu conta que o assentamento passou a fazer uso das mesmas práticas predatórias utilizadas pelos produtores de cacau e criadores de gado, que derrubaram muitas árvores para expandir os plantios e o uso intensivo de agrotóxicos²⁵, principalmente a partir da década de 1970; terceiro, a crescente divulgação pública das necessidades de preservação do meio ambiente, juntamente com a fiscalização do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), pois há, no assentamento, 300 hectares de mata nativa. O coordenador propôs uma inversão produtiva em relação às práticas até então utilizadas, fazendo da preservação e do reflorestamento o caminho para o desenvolvimento do assentamento, mas também o reconhecimento de “uma dívida que nós temos com a natureza, pois derrubamos muitas árvores. Agora nós queremos devolver à natureza o que derrubamos” (J. F. O., masculino, 49).

As queixas dos assentados frente a essas novas práticas se resumem nesses relatos:

Você não pode mexer com adubo nenhum. O adubo que mexe aqui é só orgânico; então fica difícil. Hoje nós não podemos queimar. Eu concordo com o orgânico; é que hoje a dificuldade é muito grande com o orgânico, porque não dá resultado e demora (P. A., masculino, 57).

Não é fácil fazer uma roça sem queimar que não maneire mais, porque aqui nada é mecanizado. Tudo é no braço. Então, roçar uma capoeira e botar ela no jeito pra você plantar, é muito difícil. Mas eu acho que a gente queimar também não compensa. Eu sou contra

²⁴ O número de 100 famílias é hipotético, pois não houve uma contagem que confirmasse esse dado.

²⁵ O uso de agrotóxicos, particularmente a partir dos anos 70, foi uma prática orientada pela CEPLAC, no contexto da modernização da agricultura brasileira.

pelo seguinte: por causa da consciência do pessoal. Às vezes, eu roço uma roça aqui, de uma tarefa, e aí meto fogo; queima 10, 20, 30 tarefas, ou até uma ponta de mata que beneficia nós. Se todo mundo tivesse aquele cuidado de fazer um pedaço lá e cuidar dele pra que o fogo não atingisse outro lugar, eu até era contra (não queimar). Mas eu sou contra per conta dessa situação, que, às vezes, você precisa de uma tarefa e queima dez. Aí tá dando prejuízo, né? Por isso eu concordo não queimar; mas que, às vezes, eu fico um pouco prejudicado, mas eu concordo (L. J. M., masculino, 64) (parêntese nosso)

A maior parte dos assentados foi desfavorável às práticas de produção preservacionistas. Essas práticas dizem respeito a uma reorientação na organização produtiva do assentamento, resumida em três aspectos:

a) derrubada de árvores. A coordenação implantou, em parceria com outros órgãos, viveiros de mudas de plantas nativas para reflorestamento e para venda, em atividade desde 2002;

b) insumos químicos. Essa prática foi utilizada, desde os anos de 1970, nas fazendas de cacau, reproduzida pelos assentados. A partir de 2002, ficou proibido o uso de agrotóxicos. O uso intensivo de agrotóxicos associado à idade avançada dos cacauzeiros - muitos deles acima de 50 anos – tornou-os suscetíveis ao ataque de pragas, inclusive da vassoura-de-bruxa (CEPLAC, 1975)²⁶;

c) queimadas. Largamente praticada na região, pois substitui a capina que, segundo os assentados, é muito trabalhosa e requer muito tempo.

A atitude do MST, com a imposição dessa nova proposta e diante da oposição de maioria dos assentados à mesma, sinaliza para uma nova barreira à autonomia dos assentados. O fato de a maioria dos assentados se posicionar contra a proposta preservacionista está relacionado ao trabalho e aos resultados da produção, pois acreditam que o uso de agrotóxicos aumenta a produtividade. Entretanto, todos os assentados foram sensíveis à importância do cultivo orgânico para o consumo ou, ao menos, reconheceram a importância e necessidade de preservar.

²⁶ Não há informações concretas que expliquem o ataque da vassoura-de-bruxa; estudiosos o atribuem - como um dos fortes fatores - a contaminação devido ao envelhecimento dos cacauzeiros, ao lado da “fraqueza” das plantas pelo uso intensivo de agrotóxicos.

Esses embates em torno de questões cotidianas na vida dos assentados são sintetizados por Martins (2003) como momentos da construção do assentamento:

No fundo, o assentamento nos fala de uma situação social de grandes discontinuidades e de demanda de enorme esforço de construir um mundo novo a partir de rupturas profundas de desconhecidos e desconhecimentos (p. 47).

Esse processo é marcado por continuidades e discontinuidades, cuja raiz está na multiplicidade de aspectos controversos como o que está se delineando no assentamento: a construção de um projeto de vida que envolve fatores históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais.

No contexto geral, observou-se que as redes de sociabilidade (familiar, parentesco, amizade e vizinhança) se fortaleceram no assentamento, seja em função da forma de organização da produção, seja em função da dinâmica das relações sociais que atravessam o cotidiano da vida desses assentados.

5.6 A organização da produção

5.6.1 Contexto geral

A segunda metade dos anos de 1990 foi um momento decisivo para a organização do assentamento, particularmente nos aspectos da produção. Em 1997, três anos depois do assentamento das famílias, foram liberados recursos para construção das moradias e para os projetos de produção. Os recursos foram da ordem de R\$ 800.000,00, sendo metade para a cooperativa, destinado à instalação da estrutura física e compra dos equipamentos para os criatórios e o beneficiamento, e a outra metade para os assentados, para a implantação dos projetos agrícolas. Essa forma de organização da produção, cujo viés era mercantil, abarcando projetos agrícolas, de criatório e beneficiamento, foi proposta e colocada em prática pelo MST.

Na agricultura, os projetos se voltaram para a reestruturação da lavoura cacaueira (controle de pragas, compra de insumos, renovação e clonagem das

plantas) e diversificação produtiva, com os plantios de café, banana, mandioca e abacaxi. No criatório, decidiu-se pela pecuária (leite) e a piscicultura, para consumo e venda. O beneficiamento foi planejado, visando à utilização da produção dos assentados em seus lotes: banana, mandioca. Nesse sentido, foi instalada a fábrica (com a produção de doce de banana, goiaba e jaca); a casa de farinha (com a mandioca produzida nos lotes familiares e no lote coletivo), para consumo e para venda; e a casa de mel, com o projeto de apicultura. Essas atividades foram instaladas no período entre 1995 e 1998.

Face ao patrimônio cacauero existente e a importância ainda presente do cacau no imaginário dos assentados, a organização do trabalho e da produção ocorreu, nos momentos iniciais, em torno dessa lavoura, cultura predominante nos assentamentos da região, de maneira que o cacau representou e representa uma poupança para os assentados; pois, nos momentos de carência, o cacau apresenta-se como produto que garante renda imediata.

Quando nós chegamos aqui, esse cacau já estava plantado; só que nós não ficamos só nele; nós plantamos outro tanto de cacau. E aí, desde este cacau, a gente investiu várias culturas. Nós temos abacate, coco, laranja, tudo tá tirando e vendendo; manga nós temos mais ou menos uns 50 pés (T. S. S., feminino, 48).

Os projetos agrícolas – decididos conjuntamente entre INCRA, MST e assentados - foram planejados para a produção nos lotes familiares, aliados às áreas de cacaueros divididas anteriormente. Paralelamente à instalação desses projetos, foi expandida a área de cada assentado que, no início, contava apenas com quatro hectares de cacaueros.

Com a introdução dessas lavouras, as famílias redobram seu trabalho para cuidar, além do cacau, da preparação da área e do plantio. Dedicaram-se chefes de família, esposas e filhos. Nessa época, as famílias trabalhavam o dia inteiro na roça, indo às 5 horas da manhã e retornando no início da noite, por volta das 18 ou 19 horas. Muitos deles chegaram a trabalhar noite adentro devido ao acúmulo de trabalho.

O conjunto dessas tarefas, em geral, resumia-se em:

- a) roçagem: esta foi a árdua tarefa, quando chegaram no assentamento, pois as plantações de cacau estavam tomadas pelo mato. Estendeu-se, também, às outras culturas e era feita, geralmente, duas vezes por ano;
- b) manejo: acompanhamento permanente no trato e cuidado com as plantas; feito uma vez por ano;
- c) limpeza: atividade contínua que contempla, especificamente no caso do cacau, a retirada dos galhos contaminados pelo fungo, assim como a limpeza da área em torno da planta;
- d) coroamento: preparação ao redor da planta para aplicação de insumos;
- e) renovação: trata especificamente da renovação dos cacauzeiros velhos;
- f) colheita;
- g) carregamento.

A horticultura para consumo foi uma atividade que seguiu paralela ao cultivo das demais lavouras. Cultivava-se, principalmente, o coentro, a alface, o jiló, a abóbora, o tomate, a couve, em pequenas áreas, nos lotes de moradia.

Não era uma lavoura explorada para venda, pois, segundo afirma um assentado, a decisão sobre o seu cultivo (que exige tempo e muitos cuidados) se fazia em comparação ao trabalho despendido e à rentabilidade em relação ao cacau. O assentado aponta os inconvenientes do cultivo comercial de horta comparativamente ao cacau:

Comecei a fazer uma horta, aí as mulheres iam vender na rua. Formamos um grupo. Produzia uma hortinha e nós vendíamos pra sobreviver. Aí não tem mais horta, não; não deu certo; foi saindo um, outro, (componentes do grupo). Se o cara lutar com horta, ele tem que ficar só naquilo mesmo. Porque, se você lutar com cacau e lutar com horta, um fica pra trás. A horta você tem que estar dentro, direto; e cacau, você vai lá, limpou, roçou, aí já vai partir pra outras coisas. E um cara sozinho, pra lutar com horta, ele não faz. Você lutar com horta, tem que ter encanação (irrigação), porque molhar

com regador não vai, não. É só mesmo uma hortinha pra consumo (I. F. L., masculino, 45) (parênteses do autor).

Os projetos de beneficiamento e criatório implicaram na construção do espaço físico (curral, tanques, galpão, casa de mel) e na compra dos equipamentos, exigindo a ampliação da infraestrutura adequada, principalmente de energia. Acrescente-se a esses projetos, a instalação da marcenaria, cuja finalidade era atender às necessidades dos assentados com a produção de seus móveis, como também para a venda, utilizando a madeira de árvores nativas. Para dar suporte a essas atividades, o assentamento adquiriu caminhão, caminhonete e trator.

As lavouras de cacau, do café, da banana e da mandioca permitiram uma ampliação dos rendimentos dos assentados (apesar da transferência de renda para os atravessadores), que até então dependiam apenas do cacau. Com relação ao abacaxi, houve perda total do plantio que, segundo os assentados, suspeitam da utilização do adubo químico por orientação de técnico da CEPLAC. Além dos rendimentos proporcionados, a banana e o café contribuíam também para o consumo das famílias, juntamente com o cultivo de horta (tomate, alface, coentro, jiló, abóbora, couve).

Os impactos da diversificação produtiva foram significativos para os assentados e para a comunidade local, como bem demonstram Leite et al. (2004):

No seu conjunto, todo estes produtos vão estar colaborando, seja para a obtenção de renda (através da comercialização), seja para a alimentação da família (...) Vale chamar a atenção desde já para o fato de que essa diversidade de produtos, por si só, traduz-se num impacto considerável ao nível local, sobretudo nas manchas caracterizadas por elevada concentração fundiária e pela predominância de especialidades produtivas, com é o caso da cana-de-açúcar na Zona da Mata nordestina e do cacau no Sul da Bahia (p. 147).

Com relação aos criatórios, o leite serviu como importante fonte de alimentação para as famílias, principalmente para as crianças. Diariamente este alimento era distribuído com as famílias pelos assentados responsáveis. Afora o seu uso para alimentação, utilizava-se o gado em momentos comemorativos (aniversário

do assentamento, festa junina, Natal e Ano Novo) e também em situações de necessidade (doenças), pois era uma fonte alternativa de renda, quando eles não dispunham de dinheiro para tratamento e/ou viagens.

O criatório de peixe foi usado também, como importante fonte de alimentação e para a venda, apesar do curto período de atividade, devido às despesas com água e energia, além de problemas técnicos, que inviabilizarem sua continuidade.

Os assentados responsáveis por estas atividades fizeram cursos em parceria com a CEPLAC, a Cooperativa Central do Estado da Bahia (CCABA) e a EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola). Essas atividades foram estimuladoras para a produção dos assentados e para o emprego nos lotes familiares e, diretamente, no beneficiamento, pois eram atividades coletivas, desenvolvidas principalmente por mulheres.

A continuidade dessas atividades enfrentou barreiras técnicas (quebra de peças, problemas de reposição e engenharia), de recursos (capital de giro) e de mercado (demanda, preço), sendo de curta duração; sendo que, a maioria, em 1999 já estava paralisada.

Quanto à rentabilidade dos projetos instalados, os assentados estão enfrentando novos desafios, face aos problemas apontados, por falta de experiência anterior; mas, principalmente, porque foram projetos pensados pelo movimento à revelia dos próprios assentados, sujeitos da reforma agrária. Esse fato representou uma barreira à construção do projeto de autonomia dos assentados.

Os projetos de criatório e beneficiamento envolviam despesas (custos) e exigiam retorno financeiro para que, no mínimo, pudessem cobri-las, ou, no máximo, tornarem-se economicamente viáveis. Exemplos são a fábrica de doce e a piscicultura, que incorreram em altos custos com energia e água.

A partir da década de 2000, não houve entrada de recursos para investimento porque, segundo o coordenador, houve a desativação da cooperativa devido ao endividamento contraído no período anterior. Aquelas atividades que, relativamente, dependiam mais do trabalho dos assentados (sem uma contrapartida econômico-financeira), embora não tenham sido economicamente rentáveis (no sentido de remunerar satisfatoriamente o trabalho), permitiram não só uma ampliação da renda – pois o assentado não dependia apenas da venda do cacau –, como representaram fontes alternativas de renda frente ao cacau, principalmente considerando a instabilidade nos períodos de entressafra. Assim, os assentados passaram a contar

com a renda da banana, do café e da farinha. O relatório da FAO sobre os impactos dos assentamentos sobre a produção e a renda constatou - endossando o exposto para o *Terra Vista* - que “os assentamentos, além de colaborar no aumento da produção de alimentos, foram eficientes em desenvolver um setor de agricultura comercial” (GUANZIROLI, 1994, p. 65).

O fato de esses sujeitos terem a terra já representava uma grande vantagem, não apenas econômica (maior renda e disponibilização do dinheiro em diferentes épocas), mas também para alimentação de suas famílias, pois, ao lado desses bens para venda, ele plantava feijão, mandioca, legumes, frutas etc., de maneira que tiveram a possibilidade de preencher suas necessidades nutricionais, independentemente da venda dos produtos. Se eles não conseguiam obter uma renda em dinheiro com a venda, podiam garantir minimamente sua alimentação com o que plantavam na roça.

Em síntese, os projetos instalados contribuíram, assim, de várias maneiras como:

- a) alternativa econômica ao cacau;
- b) diversificação da produção;
- c) ampliação da renda;
- d) estímulo ao trabalho e à produção;
- e) ampliação do consumo familiar.

Associe-se a esses fatores o reconhecimento social da reforma agrária; quando, através de doações, nas feiras ou através do P. A. A., os assentados tiveram a oportunidade de fornecer e apresentar à população local os resultados do seu trabalho. Do ponto de vista externo, o reconhecimento social do trabalho dos assentados é o ponto central; do ponto de vista interno, coloca-se a ampliação das alternativas de produção e do consumo e, por consequência, da sua reprodução. Sobre a importância do aspecto social da produção dos assentados, Leite et al. (2004) enfatizam: “a lógica econômica que fundamenta as estratégias de reprodução familiar não passa exclusivamente pela ótica produtiva” (p. 147).

Levando-se em conta a paralisação das atividades de criatório e beneficiamento, há de se convir que o assentamento já dispunha de uma estrutura e de equipamentos para retomá-las em momento oportuno. Quer dizer, quando se

compara com o início do assentamento, quando se dependia única e exclusivamente do cacau, com o mínimo de estrutura herdada, o avanço foi significativo: isso vale para a piscicultura, a apicultura, a fábrica de doce e a pecuária. Mas, quando se pensa na perspectiva da construção do projeto de autonomia dos assentados, a própria iniciativa do movimento na proposta dos projetos produtivos para os assentados e, na falha desses, uma nova proposta agroecológica, significaram barreiras à autonomia do assentado, tornando-a bastante relativizada.

Nos subitens seguintes, passam-se em revista as atividades produtivas desenvolvidas pelos assentados.

5.6.2 Os projetos agrícolas

A lavoura do cacau foi predominante nos assentamentos da região. Dois fatores explicam a persistência de seu cultivo entre os assentados: primeiro, a herança recebida pelos assentados de milhares de pés de cacau, embora contaminados, cuja tarefa exigiu disposição, tempo e trabalho para recuperá-los, assim como a necessidade permanente do controle da vassoura-de-bruxa; segundo, a dedicação ao trato dos cacauais garantiu renda imediata para os assentados, pois o cacau é, entre os produtos cultivados, o que tem melhor preço e demanda. Acrescenta-se a estrutura física (galpões, casas, estufa para secagem das amêndoas) existente. Este continuou sendo a garantia de renda, conforme testemunham as várias falas:

Hoje em dia, é a fama do cacau. **A fama da Bahia é o cacau; eu não penso em deixar o cacau**, mas também eu abrir uma área só pra cacau, eu também não faço mais, não. De qualquer maneira, é cacau mesmo. **Pode plantar café e criar gado, mas tem que ter o cacau também; o cacau é sempre a tradição da Bahia** (R. F. S., masculino, 53).

Na minha avaliação, no Brasil não existe outra cultura, por pouco que dê que compete com o cacau, pra mim não existe; gado não compete com cacau, nada compete com cacau, porque ali você tem pouquinho; mas, se você tem o cacau pouquinho, você vai ali à rua, você pode tomar um dinheiro rápido, se você precisar; se você levou, pronto! Você traz o dinheiro; não tem esse negócio de fiado, mesmo hoje, **é mesmo que tá com dinheiro na mão**; é um cheque. Mas também o cacau não tá essas coisas,

não; é que a bruxa ataca demais; a gente também não tinha condições de tá cuidando do cacau bem (L. J. M., masculino, 64). A questão do cacau é o mercado; **o cacau tem mercado em qualquer canto** (lugar). Mas não dá pra acreditar mais não no cacau. Pra acreditar no cacau, tem que fazer um plantio novo, todo clonado. O cacau que tem por aí é tudo cacau velho. A vassoura-de-bruxa a gente tira de uma parte, chega noutra (P. A., masculino, 57) (parêntese do autor).

Teve cacau na roça maduro, você pode chegar e tomar um empréstimo no armazém: eu quero tanto! O cacau tá aí. Se você tiver meio quilo, você leva e vende; se tiver um quilo, vende; se tiver um saco, vende; não tem esse negócio de não querer não (I. F. L., masculino, 46).

As falas dos assentados nessa pesquisa corroboram a mesma percepção sobre o cacau que tinham na segunda metade dos anos de 1990, pois, quando questionados sobre a atividade cacauzeira, afirmaram: “na hora do aperto, uma arroba de cacau faz uma feira” (Leite et al., 2004, p. 164).

As falas, nos dois momentos, apontam que, em caso de necessidade, o cacau representava venda imediata, pois bastava que fosse levado ao mercado para transformá-lo em dinheiro, enquanto as outras culturas requeriam tempo e tinham seus preços inferiores ao do cacau, apesar da contaminação, da queda do preço e do tempo e trabalho que envolveu para reestruturar as plantações. O cacau possibilita uma renda imediata com a qual podem contar em momentos de necessidade, representando uma poupança, na forma de produto, que os assentados disponibilizam em suas roças.

Os assentados – uns mais adiantados que outros – renovaram os cacauzeiros com novas variedades mais resistentes à vassoura-de-bruxa, obtidas da BIOFÁBRICA²⁷. Os assentados situam o problema da lavoura cacauzeira na produção; mas, quanto ao mercado, não há outro na região que, segundo eles, concorra em igualdade com o cacau.

Embora a dedicação ao controle do fungo tenha repercutido em melhorias na produção face à situação anterior, é impossível retornar à época áurea das décadas anteriores, pois o ataque da vassoura-de-bruxa é constante, alastrando-se rapidamente em períodos secos, o que requer o envolvimento de muitos

²⁷ A BIOFÁBRICA é um laboratório – extensão da CEPLAC - que desenvolve mudas de cacau mais resistentes à vassoura-de-bruxa. Foi criado na segunda metade da década de 90, com o alastramento da crise na região.

trabalhadores. Acrescenta-se a isto a concorrência de países africanos e asiáticos, em condições econômicas mais favoráveis.

Mesmo com as vantagens do cacau em termos de venda e valor, as quedas de safras, os intermediários e a contaminação foram fatores que obstruíram a expansão da produção e da renda, como demonstra o assentado:

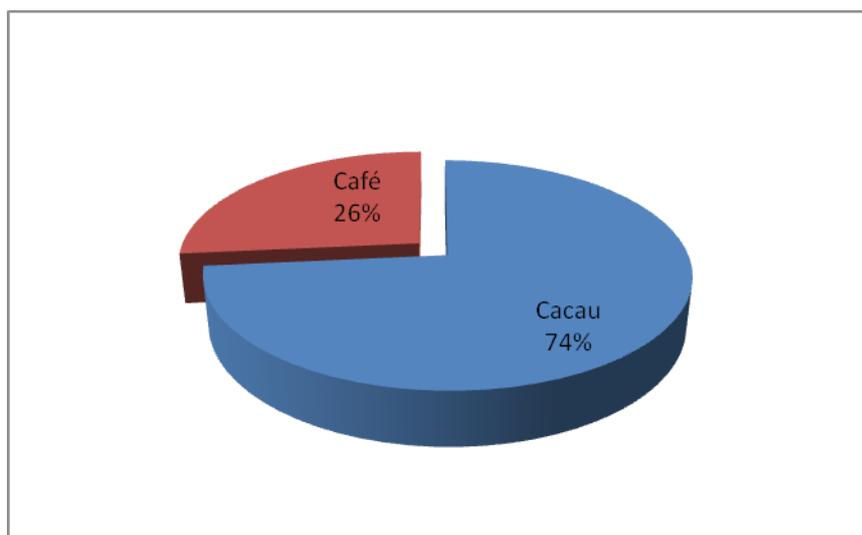
O que produz no lote, no fundo, no fundo, se reparar bem, não dá pra sustentar a família não, porque **a produção é pouca; 40 arrobas de cacau no correr do ano não vai dar pra nada**. Meu café é pouco também... (R. F. S., masculino, 53).

O café é, depois do cacau, o produto que propiciou maior renda e mais rápido retorno para os assentados. O projeto estipulou uma área de 2,5 hectares para cada assentado.

A iniciativa de plantar café foi influenciada pela busca de alternativa econômica rentável em relação ao cacau, em termos de renda e retorno rápido. Vários produtores capixabas que vieram para a região, depois da crise do cacau, compraram terras a baixos preços, substituíram o cacau por café, cultivando-o em grandes áreas²⁸. O mesmo passaram a fazer alguns cacauicultores.

²⁸ O tipo de café cultivado foi o conillon, um tipo inferior, que requer menos exigências no processo produtivo.

Figura 8: Percentual da área de cultivo de cacau e café.



Fonte: pesquisa realizada pelo autor, 2008-2009.

O estímulo para o cultivo do café deu-se no início da década de 2000. Enquanto a vassoura dizimava os cacauais e seus preços estavam em queda no mercado internacional, os preços do café estavam em alta.

Entretanto, o que se observou, em pesquisa realizada no início da década de 2000, foi que a instabilidade e queda dos preços desestimularam os ex-cacauicultores que se aventuraram na lavoura do café no município de Camacan²⁹, local da pesquisa (LIMA, 2001)³⁰. Os produtores ficaram divididos entre o cacau e o café.

Foi também essa alta temporária dos preços e os bons resultados obtidos pelos produtores que se instalaram na região, as razões que levaram o MST, o INCRA e os assentados ao seu cultivo, como renda alternativa ao cacau. O produto é vendido *in natura*, sendo beneficiado (moído) por outros produtores em Camacan, cujo pagamento e a venda a atravessadores explicam o comprometimento da renda. Atualmente, os assentados continuam produzindo, permanecendo sua importância na renda, assim como para o consumo.

²⁹ O município de Camacan era um tradicional e importante produtor de cacau, vizinho ao município de Arataca, onde a produção de café se expandiu.

³⁰ O tipo de café que passou a ser cultivado em substituição ao cacau era o conillon, de segunda qualidade, o qual não é consumido diretamente; mas, misturado com o café arábica, de melhor qualidade. Esse fato responde, em parte, pela instabilidade do preço do produto. Acrescenta-se a esse fato, o desconhecimento da lavoura e do mercado do produto.

O projeto de produção de banana foi o que mais se expandiu no assentamento. Cultivou-se a *banana prata*, em consórcio com o cacau, e a *banana da terra* nos lotes coletivos e familiares; nestes últimos, em área de um hectare. O cultivo coletivo, experimental, com adubo orgânico, foi feito numa área de, aproximadamente, dois hectares. A produção seria destinada para o consumo, para a venda e para o beneficiamento na fábrica de doce. Com a desativação da fábrica, restringiu-se ao consumo e à venda.

Segundo os assentados, a banana é o principal produto em termos de volume de produção e fica no terceiro lugar, em rendimento. A grande produção, os baixos preços e a interferência dos “atravessadores”, no entanto, comprometeram a renda. O relato de uma filha de assentada expressa o problema do cultivo da banana nos seguintes termos:

Se a roça desse um lucro! Mas, vamos dizer, planta 30 pés de banana, 40, 50, 100 pés de banana. Aí chega a hora de você colher. Você até 30, 40, 50, vende a troco de 100 reais, porque não tem quem compre. **Quer dizer, daquele suor danado, daquela luta, pra ter esse trabalho todo, pra dar a troco de nada. Eu digo pra mãe, tantos anos que ela tá aqui, não era pra passar dificuldade, não era!** O atravessador comprando cacho de banana aqui, bonito, por R\$1,50; um trabalho pra gente cortar da roça, botar no ponto, pra dar por R\$1,50, não dá, não é? Aí eu falei: **sabe de uma coisa, deixa logo para os passarinhos** (grifos do autor).

A gente ficava procurando gente pra dar banana, porque se perdia na roça. **É melhor dá, pelo menos a gente fazia amizade.** Isso pra mim foi muito bom. Eu nunca peguei uma fila no Banco do Brasil (L. J. M., masculino, 64).

O problema da gente era o prejuízo. **Lá pra feira o nego se batia: a metade a gente dava no meio da feira, pra não voltar com ele pra trás; o que vendia, vendia; o que não vendia a gente dava ao pessoal lá.** Então a gente nunca podia calcular uma renda (L. J. M., masculino, 64) (grifos do autor).

Nesses relatos, os assentados atestam o reconhecimento social do trabalho e da produção. Cada assentado vende seu produto individualmente, mas esta prática facilita ainda mais a transferência da renda para o “atravessador”. Falta uma organização para a venda coletiva da produção, como comenta a filha de uma assentada:

Se juntasse tudo pra vender num caminhão aí fora, fazer uma entrega em algum lugar, juntasse tudo de todo mundo, seria melhor, mas ninguém quer isso.

Sobre a transferência de renda, argumentam Leite et al. (2004): “a forte presença dos ‘atravessadores’ pode alertar para a inexistência de organizações dos assentados que viabilizem caminhos alternativos àquele dominado pelos intermediários” (p. 186).

Por outro lado, a presença desses “atravessadores” cumpre papel importante, pois sem a presença deles os assentados não conseguiriam vender o volume de produção de todos, e, assim, a comercialização ficaria comprometida, gerando grandes perdas. Os atravessadores possibilitaram ampliar a rede de produção-comercialização através da expansão do mercado para os produtos dos assentados, talvez em condições mais favoráveis, fato este destacado por Leite et al. (2004):

A presença dos “atravessadores” também permite alcançar mercados mais distantes, que não seriam atingidos pelas condições que dispõem os assentados, quer em função da saturação de mercados locais, quer em relação à obtenção de preços nominais mais atrativos (p. 186).

Acrescente-se ao acima exposto que a participação em outros mercados, não acessíveis aos assentados, permitiu-lhes ampliar geograficamente o reconhecimento econômico e social do trabalho.

A cooperativa, criada entre 1997-1998, poderia organizar e melhorar as vendas, garantindo satisfatoriamente a renda dos assentados, porém, no início da década de 2000, foi desativada. Quando se questionou o coordenador sobre sua desativação, o mesmo alegou irregularidades em sua documentação e a falta de recursos. Já os assentados tiveram outra opinião:

A produção coletiva aqui foi arrasante; **nossa cooperativa nunca teve uma resposta positiva**, entendeu? Trabalhamos até uma condição que tínhamos parado e mudamos o jeito do coletivo. Na parte coletiva foi muito falho (J. C. S., masculino, 75).

Já teve (cooperativa), mas ela tá com uma dívida, e congelou. Um débito danado sem pagar; ficou tudo aí sem cooperativa, sem nada. **Esse débito foi de um projeto que veio pra'qui, mas o pessoal**

não soube administrar. Gastaram o dinheiro todo, gastaram muito dinheiro (O. S. J., feminino, 59) (parêntese do autor).

Dado o volume de produção e a inexistência da cooperativa, aqueles assentados com maior produção optaram pela venda conjunta da produção ao atravessador; pois, apesar das perdas e do comprometimento da rentabilidade, eles não teriam despesas com frete e perdas decorrentes da deterioração dos produtos e sobras, que, no final, eram doadas à população. Eles procuravam se desfazer de toda produção, pois preferiam e precisavam converter o produto em dinheiro.

Sobre este ponto, Medeiros e Leite (2004), analisando o comportamento da comercialização para alguns assentamentos, em diversas regiões do Brasil, chegaram à seguinte conclusão:

Verificou-se que, reproduzindo as condições da agricultura familiar no Brasil, os assentados continuam presos a cadeias tradicionais de comercialização que retêm possivelmente ganhos significativos na venda, submetendo os produtores a preços desfavoráveis (p. 40-41).

A pesquisa apontou que a produção dos assentados seguiu este caminho, ou seja, foi direcionada para os canais de comercialização tradicionais da agricultura familiar. A abertura de um novo canal de comercialização através do Programa de Aquisição de Alimentos (P. A. A.) tem absorvido toda a produção dos assentados a preços favoráveis (de mercado), dando um salto significativo na renda.

Lamentavam-se os assentados que o preço da banana não repunha o dispêndio de trabalho - conforme expôs a assentada anteriormente; ressentiam-se porque a renda proveniente da venda dessa lavoura não compensava o trabalho despendido, embora fosse uma alternativa ao cacau. Afora essa vantagem, sob o ponto de vista da produção e do consumo, apresentam-se outras:

- a) maior aproveitamento da área, pois seu cultivo é consorciado com o cacau;
- b) os bananais servem de sombreiro para o cacau;
- c) importante fonte de alimentação.

A produção da mandioca comportava uma importante função produtiva, pois além de fonte de alimentação (para consumo *in natura*, farinha e preparação de

bolo), movimentava a cadeia produtiva, estimulando a produção nos lotes familiares (todas as famílias a produziam) e o emprego, familiar e coletivo, pois o beneficiamento da mandioca era feito coletivamente. A instalação da farinheira (fábrica) e a perspectiva de ganho para todos estimularam os assentados, de maneira que o cultivo da mandioca e a produção da farinha excederam sobremaneira a demanda local. Segundo consta no PDS (Plano de Desenvolvimento Sustentável), era “expressiva a sua contribuição para a vida econômica da comunidade” (COOPTEC/COPRASUL, 2000, p. 13).

A consequência desse aumento da produção foi que o baixo preço da farinha mal dava para pagar o serviço da raspadeira³¹ e a despesa com energia, não compensava o trabalho envolvido, de maneira que isso contribuiu para a estagnação da atividade; restringindo-se, em poucos casos, ao consumo da família, pois, frente ao trabalho exigido e dado o preço da farinha, afirmaram os assentados que era preferível comprar³². Um assentado expõe detalhadamente o problema:

A renda que a farinheira dava não dava pra pagar a energia, porque o povo não plantava mais (a mandioca). Perdeu o sentido por causa do caititu (porco do mato) e por não poder queimar. **Antes, toda semana, a gente fazia 150, 200 sacos de farinha. Às vezes, a gente vendia, às vezes, a gente dava a troco de nada. A gente tomou muito prejuízo. Quando a gente plantou aquelas 300 e tantas tarefas, a gente tomou um prejuízo terrível.** Pra fazer aquela passagem (obra do assentamento), a gente mandou passar o trator em cima do que não compensava... (colher). A gente ia fazer farinha, aí trazia a raspadeira pra vir raspar mandioca; aí a gente fazia a farinha e ficava aí sem poder pagar a raspadeira, porque não achava quem comprasse a farinha. Quando apareceu um comprador, um saco de farinha foi pra 7 conto (R\$7,00), aí o que a gente vendia só dava pra pagar a raspadeira. **Aí o trabalho da gente e a mandioca a gente perdia.** A gente notou que não compensava fazer farinha; e aí tirou o sentido do povo também, essa questão... que fazia e não tinha a quem vender (L. J. M., masculino, 64) (parágrafo e grifos do autor).

Essa situação inviabilizou em definitivo o beneficiamento no início de 2000, desocupando os assentados. Somam-se a estes, outros motivos como: a falta de capital de giro e quebra de peças dos equipamentos. Com base no relato acima, a

³¹ As *raspadeiras* eram mulheres contratadas para o serviço de raspagem da mandioca para a fase seguinte de trituração.

³² O coordenador ressaltou que, no final da década de 90, houve a invasão do mercado baiano pela farinha proveniente do Paraná, a baixo preço, o que desestimulou a produção e a comercialização, comprometendo a cadeia produtiva.

contribuição econômica do beneficiamento da farinha dava-se mais em termos de ocupação dos assentados e alimentação que em termos de viabilidade econômica.

Em termos gerais, observa-se que a agricultura estruturou-se mais na produção para o mercado, estimulada, além do cacau, pelos projetos agrícolas que sinalizavam para a melhoria da renda, e menos na produção de subsistência. Este direcionamento atendia as proposições do MST e não necessariamente a dos assentados.

A preferência pelas culturas comerciais é criticada – inclusive um assentado faz uma autocrítica -, julgando que estas se faziam em detrimento das lavouras de subsistência, como expôs o assentado:

Em virtude de você só ter cacau, você quer plantar mais café, mais uma coisa, se esquecendo de plantar mandioca, plantar o feijão, plantar um milho; se esquece! Querem plantar uma coisa para ganhar mais tarde; **se esquece do que comer na hora**; é isso que acontece com nós (A. F. O., masculino, 69).

A produção desse outro assentado organizava-se, além da mandioca, do cacau, do café e da banana, na produção de frutas:

Só que pra mim é diferente do povo aqui; é diferente porque **aqui eles só mexem com banana, mandioca e cacau. O forte deles é cacau, e eu não. Meu forte é trabalhar com fruticultura.** A pessoa, aqui dentro, tá trabalhando no caminho errado; tem que fazer uma coisa que dá dinheiro, e ele não tá sabendo disso, não é? Agora chegou esse P.A.A e ninguém tem a produção pra vender. Se eles têm roça, tem produção! (A. B. B., masculino, 70)

Enquanto este assentado vislumbrava, no plantio e na diversificação de fruteiras, a fonte de renda, os outros assentados ativeram-se ao cacau, ao café e à banana, embora cultivando frutas, apenas para consumo. Particularmente, este é o assentado que tem uma boa condição financeira.

No que tange às lavouras comerciais, destacaram-se o cacau, o café e a banana, que, embora não tenham proporcionado maior rentabilidade em função dos atravessadores e dos baixos preços de mercado, representaram, do ponto de vista econômico, uma alternativa e uma ampliação da renda, com as quais antes não contavam. Do ponto de vista social, houve a afirmação do trabalho, do resultado e do

reconhecimento deste para a sociedade, através da (ampliação) produção, referenciando socialmente o assentamento.

Observou-se que, no que tange a essas culturas, a produção dos assentados foi considerável, respondendo ao estímulo dos projetos, porém os entraves se deram no âmbito da comercialização, devido ao baixo preço e ao mercado restrito e/ou excessiva produção.

Desde outubro de 2009, houve mudança na orientação da produção, com a ampliação do cultivo da horticultura e de fruteiras e um maior aproveitamento das terras, com o estímulo provocado pelas compras garantidas (a preços de mercado) pelo Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal. O que antes não se aproveitava comercialmente - como abacate, goiaba, mamão, entre outras frutas, inclusive legumes e verduras -, passou a ser vendido para o programa, melhorando consideravelmente a renda do assentado.

5.6.3 O criatório e o beneficiamento

O criatório do gado (em torno de 300 cabeças, da raça holandesa) foi iniciado em meados de 1997, cuja proposta era a garantia nutricional das famílias, especialmente das crianças. Era uma atividade coletiva, sob os cuidados de dois assentados (chefes de família que se revezavam nas atividades), responsáveis também pela distribuição do leite.

Segundo o coordenador, a proposta acordada foi o criatório coletivo, sob responsabilidade da cooperativa, com a distribuição do leite para os assentados e o excedente vendido, cuja renda reverteria para a cooperativa. Os criatórios existentes no assentamento são de aves, principalmente de galinhas.

Houve queixas de cinco assentados que almejavam criá-los em seus lotes; pois, dessa maneira, entendiam que o criatório coletivo não os beneficiava:

No dizer deles, é nosso o gado; agora é assim: só de boca. O leite é vendido pra fora, pois dizem eles que o leite é só manutenção do gado. Tem um vaqueiro que toma conta do gado; ele mesmo tira o leite e vende pra ele (R. F. S., masculino, 53).

Em meados da década de 2000, foi vendida a maior parte do rebanho (em torno de 270 cabeças) para saldar parte do endividamento contraído pela

cooperativa, restando, aproximadamente, 30 cabeças de gado – que ficavam sob cuidados de um assentado, cuja renda tirava da venda do leite -, as quais foram vendidas recentemente, finalizando o criatório. Atualmente, recebem leite por intermédio do programa de distribuição do Governo Federal. Nos lotes de moradia, havia apenas o criatório de galinhas.

Outro assentado tem uma concepção diferente do coletivo do gado, quando aponta uma forma diferente de usufruto do criatório; pois não se tratava da divisão direta do mesmo para cada assentado, mas, sim, da utilização, quando necessário, ou em alguma comemoração. Mas, para o primeiro assentado, a finalidade do criatório do gado deveria ser para as necessidades diárias da família (leite para as crianças) e não para necessidades eventuais, o que difere em relação à concepção do segundo assentado.

Aí todo mundo foi beneficiado. Agora era uma forma assim coletiva que chegava o tempo de São João, um negócio assim, eles matavam uma vaca, aí a gente divide por partes iguais. Se tem uma viagem a bem do coletivo, a gente vendia uma, duas ou três cabeças pra poder pagar ônibus, pagar tudo pra fazer mobilização. Eles (os outros assentados) não leva isso em conta. Se tem alguém doente que não tem outro jeito, sentava aqui, discutia: o que é que nós tem aqui pra poder dar um recurso pra tratar dele, desse parceleiro? Não, tem lá dois bezerras, tem três, tem quatro, tem cinco. Como é que faz? A gente vende e cuida do companheiro; aí vendia e cuidava. É dessa maneira, são distribuídos dessa maneira (L. J. M., masculino, 64)

Conforme expôs esse assentado, o gado além de fornecer leite, serviu como fonte de renda e de poupança para, nos casos de doença, custear despesas, quando a pessoa era levada para outra cidade (Itabuna), ou nas viagens que fazia o coordenador a Salvador ou a Brasília para reivindicar recursos – ou outras demandas - para o assentamento.

O projeto da piscicultura, criado em 1998, foi voltado para consumo e venda; e foi ambicioso, pois contemplou a fabricação, em 1998, de oito tanques com grande capacidade para criatório, sendo quatro para reprodução e quatro para engorda. Os tanques entraram em atividade em 1998, paralisando em 1999, devido às despesas com água e energia, assim como por entraves administrativos. O problema estava de onde trazer a água por gravidade, pois o volume de água para os tanques era expressivamente alto.

Os tanques para reprodução de peixes foram abandonados, enquanto os de manejo e os de engorda, mais aparelhados, foram também paralisados, juntamente com todos os equipamentos que foram adquiridos à época. O assentamento hoje dispõe de um único açude para criatório e reprodução de tilápia, carpa e tambaqui. Segundo o coordenador, esses peixes são utilizados para reprodução, para a futura retomada desta atividade. Esse criatório teve papel fundamental, pelo menos inicialmente, na alimentação das famílias, no emprego – empregava cinco assentados - e, com menor relevância, na geração de renda. O seu curto tempo de operação inviabilizou a consolidação das vantagens que adviriam para os assentados.

A fábrica de doce, instalada em 1998, teve a estrutura montada, desde a construção do prédio à compra de equipamentos, com recursos do Estado. A produção fazia-se através do trabalho coletivo das assentadas – um homem e cinco mulheres - na produção de doce de banana, jaca e goiaba, produtos provenientes dos lotes familiares. Envolvia o trabalho de seis assentados nas várias etapas da produção, os quais fizeram cursos em parceria com o EBDA e a Cooperativa Central. Paralisaram-se as atividades após um ano de produção. Os entraves, segundo informou o coordenador, foram o alto volume de produção e o mercado restrito.

A apicultura, criada também em 1998, empregava quatro assentados (três homens e uma mulher), visava atender ao assentamento com o beneficiamento e venda de mel, sendo importante fonte alimentar. As atividades foram paralisadas após um ano. Os problemas, segundo o coordenador, foram a falta de recursos e a desqualificação da mão de obra.

A marcenaria, instalada em 1997, para a produção de móveis para os assentados e para a venda, utilizava madeira nativa do assentamento. Empregava dois marceneiros do município de Camacan, que fica próximo ao assentamento, e três assentados, como ajudantes e aprendizes, mas foi desativada em 2000 e os equipamentos vendidos para saldar dívidas. Com esses equipamentos foram vendidos dois automóveis utilitários (caminhão e caminhonete) e um trator.

De modo geral, o criatório e o beneficiamento da produção nas diversas atividades instaladas foram frustrados em razão de problemas organizacionais, técnicos e de mercado, frustrando também as expectativas de ocupação de jovens que acreditavam nestas atividades para aumentar a renda familiar, melhorar as

condições de vida e desenvolver o assentamento, esperança exposta pelos assentados abaixo:

Ficamos alegres com a piscicultura, a fábrica de doce; todos os jovens aqui, tudo com vontade de trabalhar; com uma questão de dois meses, parou, e até hoje... (O. S. J., 59).

Tinha promessa que tudo ia funcionar e que ia ter trabalho pra todo mundo, inclusive uma casa onde ia ser instalada uma FM (A. V. L., feminino, 60).

Segundo o coordenador, os principais fatores que levaram à paralisação dessas atividades foram:

- a) falta de qualificação da mão de obra;
- b) ausência de capital de giro;
- c) má administração;
- d) aventureirismo.

O coordenador resume esses entraves:

Primeiro, nós não tivemos mão de obra qualificada para levar adiante essas tarefas; os cursos feitos não foram suficientes; segundo, depois do recurso inicial de investimento, não entrou mais nenhum recurso para capital de giro; terceiro, não sabemos administrar tantas atividades; e quarto, os projetos que aqui implantamos foi mais fruto de aventura do que de planejamento (J. F. O., coordenador do assentamento, 49).

Dois pontos devem ser analisados: primeiro, foram atividades coletivas propostas pela coordenação do MST; segundo, foram atividades que estavam fora das experiências dos assentados, que passaram toda a vida dedicada à lavoura cacaueteira. Em contrapartida, os projetos agrícolas nos lotes familiares tiveram resultados positivos, não tanto em termos de renda, mas em termos de produção e abastecimento interno e local.

A crítica dos assentados ao modelo produtivo imposto, quando, em uma das falas, afirma-se que “foi abarcar muitas tarefas com duas mãos”, é bastante pertinente, pois foi uma proposta colocada em prática pelo movimento e que, até o momento, amarga as consequências, pois implicou no comprometimento do

desenvolvimento. O “aventureirismo” foi a proposta do MST quando da entrada dos recursos para instalação da infraestrutura e dos projetos produtivos.

5.6.4 A reorganização da produção e a construção de uma nova proposta

As atividades de criatório e beneficiamento eram organizadas coletivamente, de maneira que – coincidência ou não – a preferência dos assentados pelo trabalho e pela produção em seus lotes, de certa forma, manteve estreita relação com a paralisação, apesar dos problemas técnicos e da falta de recursos. Independentemente dos problemas enfrentados, a produção, a comercialização e, enfim, a inserção desses assentados no mercado assume uma importante função social. A lógica que permeia as atividades produtivas desses assentados é calcada não apenas no caráter econômico (renda), mas, acima de tudo, na inserção social desta categoria através do fornecimento de alimentos, independente de qual seja a modalidade (mercado, programas sociais etc.). Essa inserção social vivenciada na prática e nos relatos pelos assentados é resumida por Leite et al. (2004, p. 174) nos seguintes termos:

[...] para além do seu significado econômico, tem também a função de transformar a comercialização num momento de afirmação social e política da identidade de assentado e do sucesso da experiência dos assentamentos.

Independentemente do significado econômico da comercialização, a produção em si é um ato de afirmação social, como registrou a fala do assentado anteriormente, ao afirmar que “é melhor dá, pelo menos a gente faz amizade”. Mais que a amizade, tem não apenas o reconhecimento social da comunidade local, mais importante ainda, a reforma agrária passa a ser vista não como “invasão de terras”, mas como função social no emprego e na produção de alimentos para uma população miserável, inserida numa região onde apenas se produzia cacau. Esse mesmo assentado afirma: “Quando chegou o P. A. A., que viram nossa produção, passaram a respeitar a gente; mas, antes, a gente era pra eles um bando de preguiçoso” (L. J. M., masculino, 64).

A natureza das atividades econômicas que foram planejadas entre o MST, INCRA e assentados concentravam-se simultaneamente no atendimento estratégico do consumo e para venda, de maneira que, ao mesmo tempo em que procuravam garantir a alimentação, promoviam o emprego e a geração de renda. Acima de tudo, colocavam-se no contexto mais amplo de promover o desenvolvimento do assentamento e, assim, torná-lo modelo de eficiência, pensado e colocado em prática pelo MST.

Depreende-se, por outro lado, que se criaram várias atividades de natureza diferente - algumas das quais exigiam o trabalho coletivo e qualificação, a exemplo da fábrica de doce, a piscicultura, a apicultura e a produção de farinha, enquanto outras foram desenvolvidas nos lotes familiares, e que, de certa forma, por esta razão, causaram problemas administrativos e de operacionalização. Acrescente-se que esses sujeitos, até então, só lidavam com o cacau. Sobre o exposto, diz um assentado:

O problema é que foi abarcar muita tarefa com duas mãos só; o projeto de a gente plantar abacaxi, plantar banana da terra, plantar café, plantar mandioca e mexer com cacau. Aí não funciona! Nem uma coisa, nem outra. Aí atrapalhou (P. A., masculino, 57) (grifos do autor).

De certa forma, o relato desse assentado confirma as razões, apontadas pelo coordenador, responsáveis pelas paralisações.

No conjunto das atividades de criatório e beneficiamento – sem considerar a casa de farinha que empregava em torno de 15 assentados - empregaram-se 23 assentados, sendo quatorze homens e nove mulheres. Muitos desses assentados eram jovens, quando, com a paralisação, alguns deles saíram para trabalhar.

Visto que, no início do assentamento, a única atividade existente era o cacau, a proposta produtiva discutida com os assentados era justamente sair da dependência desta única atividade, diversificando a produção, ao tempo em que geraria emprego e criaria possibilidades alternativas de renda, afora o cacau, ampliando as condições de reprodução dos assentados. Estava implícita nesta proposta uma perspectiva de sustentabilidade econômica e social para o assentamento, embora não tenha obtido todos os resultados esperados. Mas, de qualquer forma, seria imprudente, diante de um processo de construção de vida que

envolve uma multiplicidade de aspectos, interpretar tal experiência como fracasso, pois esta é uma proposta que ainda está em construção (frente às adversidades naturais, econômicas, políticas e sociais existentes).

Em 2002, houve mudança na orientação da proposta, até então, de desenvolvimento para o assentamento, visando à implantação de um modelo econômico-social sustentável, cuja base de exploração das atividades econômicas existentes era agroecológica. Os cursos de Agronomia e Agroecologia, implantados em 2007 e 2009 visaram “educar” os assentados para uma proposta que é a relação harmônica e preservacionista entre homem e natureza. A abertura de novos cursos para 2011, os de Zootecnia, Meio Ambiente, Informática e Agroindústria, vem reforçar a nova proposta, assim como dar suporte teórico e técnico-operacional para a retomada das atividades paralisadas e para outras que surjam. Ao mesmo tempo, o MST tem insistido numa forma de organização da produção que preserve o meio ambiente em que vivem os assentados, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável:

Nós precisamos construir pra reforma agrária uma proposta agroecológica, que é a matriz agroecológica, que a gente possa aproveitar o que tem a partir da inserção do homem na terra e no meio ambiente que vive; que o homem possa sobreviver e construir um processo de vida que possa estar em harmonia com a natureza e buscando um conhecimento junto com a natureza que possa permitir uma sobrevivência dessas pessoas com dignidade na terra. E, nesse processo todo, um grande processo de educação pra reeducar o ser humano pra inserir nessa realidade. A partir do momento que você conhece os recursos naturais, você precisa ter uma base tecnológica que encaixe aí dentro, que não agrida a natureza e passe a ser uma convivência com o meio. **Então isso é uma nova tecnologia** (J. F. O., masculino, coordenador do assentamento, 49).

Algumas mudanças foram implementadas de acordo com a proposta ecológica, destacando-se: o não uso de agrotóxicos; a proibição da prática da “queimada” para o plantio; a criação do viveiro, inserida na proposta de reflorestamento do assentamento e também para a comercialização.

Na fala do coordenador, os assentados não avançaram para além da condição de subsistência em que se reproduziam, o que levou a coordenação a

repensar e reorientar para uma proposta alternativa de desenvolvimento para o assentamento.

Essa reorientação apontou para erros de planejamento do MST, identificando o coordenador do movimento que o maior impasse para o desenvolvimento estava no próprio assentado, por duas razões. Primeira, a liberdade dos assentados quanto à organização de sua produção levaram-nos à continuidade da lavoura do cacau, relegando as demais lavouras (hortifruticultura) a segundo plano; ou seja, reorientaram sua produção para o mercado, seja em função de satisfazer suas necessidades momentâneas e urgentes; visto que o cacau, na fala deles, é “dinheiro vivo”, seja em função da lavoura já existente que, simbolicamente, representou a “riqueza da região”. Segunda, o fato de que a condição de assentado implicava em uma mudança da condição de empregado para agricultor: sua autonomia exigia dele organizar e planejar a produção e a comercialização de seus produtos, exigência que, até então, estava fora do horizonte desses assentados, cujo passado foi de obedecer a ordens e executar tarefas, como relata a fala que segue:

O cacau foi e será um grande empecilho. O que a herança do cacau deixou na cabeça dos assentados aqui – por isso nós temos grandes dificuldades no processo produtivo – é que quando ele estava nas fazendas de cacau, **ele não tinha democracia, era um trabalho semi-escravo**, dirigido pra questão da limpeza, da colheita do cacau, da secagem do cacau, essas três funções que exercia aqui; e não permitia a pessoa plantar; **essa região aqui o pessoal foi excluído; por isso não teve nem pequeno produtor nessa região aqui. Então toda essa herança do cacau ficou regada na cabeça da população aqui; e quando ele passou a ter “sua terra” e passou a ter acesso a recurso, eles não se auto-dirigiam, não sabiam o que fazer;** por isso investiu em televisão velha, geladeira velha, em carro velho; isso foi a condição encontrada pelos assentados aqui. **Primeiro, eles não tinham nenhuma percepção de um projeto de produção, não tinham nenhuma concepção de poder que era os meios de produção, que é a terra. Essa criatura que tá hoje nos assentamentos não foi criado pra isso. Pra mim é a principal barreira;** é por isso que, a partir de 2000, eu entendi tudo isso; e começo a discutir a criação da escola; só que, qual é o problema da escola? **A escola está afastada do processo produtivo,** que aqui é outro problema gravíssimo na região. **Ninguém, nem o jovem, não quer relação com a terra;** pelo seu legado histórico, **trabalhar na terra é sinal de coisa ruim, sinônimo de sofrimento, sem resultado.** Mas isso não faz parte do ideário da juventude. **Ele (o assentado) continua escravo, a terra não libertou.** O mal agora não é o proprietário de terra; é a nossa cabeça de proprietário. Nós temos que assumir o erro nosso; também não dá pra ser ingênuo, pensar que a

agricultura se faz sem investimento do Estado (J. F. O, masculino, coordenador do assentamento, 49).

Além das razões anteriormente apontadas, o depoimento do coordenador toca em vários aspectos centrais sobre os impasses do assentamento. As trajetórias e histórias de trabalho e de vida de uma população que mantinha laços de exploração e dependência frente aos produtores de cacau adentraram-se na organização da vida no assentamento, de maneira que a conquista da terra e da autonomia sobre o trabalho e a produção se deparou com sujeitos sem perspectivas para organizar suas atividades, de maneira que o planejamento do MST para a produção também apontou, nos resultados, equívocos administrativos. Quando o coordenador fala do cacau como empecilho, supõe-se que esteja tratando das relações de trabalho sob as quais se desenvolveu a economia e a sociedade regional. Em função disto, adianta o coordenador, esses sujeitos ainda não se libertaram da condição anterior. Esse impasse é, para o coordenador, a principal barreira. Uma das saídas para superação dessa situação é uma educação voltada para a realidade e o cotidiano do assentado. Diante desse fato, o MST assumiu a orientação e a organização da produção, apoiado pelo aporte do Estado na disponibilização dos recursos. Ao assumir o controle e o planejamento da produção, coube ao MST assumir também os erros pelos equívocos.

O coordenador, ao colocar o impasse do desenvolvimento do assentamento no sujeito da reforma agrária – o trabalhador cacaueiro – comete um erro, pois os trabalhadores tinham e têm concepção do que é a terra e do que ela significa em suas vidas, mas é uma concepção e um significado que estão distantes do que pensou e pensa o MST, que é ter a terra para produzir e sustentar a família, como fonte de sua existência através do trabalho. Sob a ótica dos assentados, contrariando o que pensa o coordenador, o cacau não é um empecilho, mas concretamente uma fonte certa e segura de renda, com a qual eles podem contar em qualquer momento. As trajetórias desses sujeitos não iam ao encontro da proposta de desenvolvimento pensada pelo MST, que era de caráter político-ideológico. Esses trabalhadores almejavam nada mais que a terra para produzir, sustentar suas famílias e reproduzir o patrimônio para os filhos.

O coordenador aponta o erro do MST quando impôs um modelo que ele chama de utópico-idealista, não condizente com a realidade dos assentados e do assentamento. O problema exposto não está apenas no erro do MST quanto ao modelo pensado para o assentamento ou ainda no próprio assentado. Está, também, na própria região, em função da crise que nela se abateu, cuja economia precisava ser (re) construída sob outra base:

Na época, o movimento sem-terra era utópico-idealista, que era criar uma cooperativa pra organizar as forças produtivas; só que isso é no papel, isso tem uma distância, uma separação muito grande da realidade. Qual é a perspectiva de humanidade que nós queremos construir aqui dentro? Pra isso, qual é o desenvolvimento das forças produtivas que nós queremos? Qual é a produção? Pra que esse trabalho? Nós estamos num estágio primitivo; então tem que ter muita paciência histórica pra sair desse estágio primitivo. É preciso todo um trabalho pra criar uma base de subsistência e pra existência; e pra mim isso tem que tá casado com um processo de educação. Não há possibilidade de desenvolver esses estágios que tão aí se não tiver uma atenção pesada na questão da educação. Só que, qual é o problema disso? Isso depende de um conjunto de indivíduos. Só que chegou um estágio que ninguém produz via nada aqui: primeiro, que não tinha mercado pra levar; segundo, que a região entrou numa grave crise da cacauicultura, aí ficam as pessoas querendo que a gente fique responsável por essa crise! Essa é uma região da crise!

Este depoimento demonstra que existe simbolicamente (trabalho, vida, histórias etc.) uma “cultura do cacau”, herdada e arraigada secularmente no imaginário desses assentados, assim como uma crença e opção pelo cacau como fonte de renda. Daí os assentados dedicarem boa parte de seu tempo de trabalho a essa lavoura. O coordenador, que é natural da região e filho de trabalhador do cacau, enxerga o grande problema do atraso do assentamento na herança do cacau que, durante décadas, internalizou, na cabeça dos assentados, a sujeição, de maneira que, ao se tornar assentado, passou a reproduzir a condição anterior de trabalhador, entrando em choque com a condição de assentado, responsável pela sua atividade. Nesse sentido, a educação no assentamento, segundo o coordenador, deve ser direcionada para esta realidade, resgatando o trabalhador para a sua valorização, a partir da autonomia conquistada.

5.6.5 O Programa de Aquisição de Alimentos (P. A. A.)

A reprodução econômica e social passou a depender de políticas públicas que pudessem estimular a produção e a comercialização dos assentados. O que se observou é que houve, por um lado, um excesso de produção e, por outro, uma insuficiência de demanda com relação a certos produtos do assentamento, a exemplo da farinha e da banana, entre outros. Pelo lado da demanda, há uma demanda potencial sem poder de compra, ou seja, um grau significativo da população regional desempregada, sem renda e em estado de miséria. Outro fator é que, como se trata de produtos *in natura*, de subsistência, a concorrência é acentuada, fazendo cair os preços ao ponto em que não chega a compensar o trabalho e, em última instância, a renda obtida não dava para atender as necessidades das famílias (vestuário, as atividades de lazer, educação, atendimento à saúde em casos graves etc.).

Esses fatores têm sido desestimulantes para a produção no assentamento. A paralisação da cooperativa estancou a entrada de novos recursos no assentamento por toda a década de 2000. Inclusive foram vendidas mais de 200 cabeças de gado, para saldar a dívida da cooperativa. O fracasso desta foi um acontecimento decisivo para o descrédito dos assentados no trabalho coletivo e na comercialização coletiva da produção, que resultou numa série de tropeços e no comprometimento do desenvolvimento.

A instalação do P. A. A. (Programa de Aquisição de Alimentos), em outubro de 2009, tornou-se um importante programa de estímulo ao trabalho e à produção nos assentamentos. A produção, que até então não era escoada ou não vendida, ou vendida a preços baixos na feira ou para os atravessadores, ou mesmo que se perdia na roça (pois há várias frutas que, em época de safra, não eram aproveitadas), passou a ser adquirida pelo governo e repassada para creches, escolas, hospitais etc., garantindo melhoria da renda para os assentados, ao mesmo tempo em que tem servido para alimentar muitas pessoas na região em estado nutricional deficiente, ou seja, passando fome ou alimentando-se insuficientemente. Sobre o exposto, reporta-se a coordenadora do programa no município de Arataca:

A gente percebe uma mudança muito grande, tanto no incentivo à produção, porque um dos gargalos que existe na pequena agricultura e nas áreas de assentamento é a questão da comercialização. Não é dizer que esses agricultores não produzem ou não produzem suficiente, mas é que como a gente tem o histórico, a gente já cansou de ver várias produções se perdendo por causa de comercialização ou então caindo na mão de atravessadores, que de fato quem ganha os bônus são eles. Então, assim, a gente percebe visivelmente uma mudança em todos os aspectos: a auto-estima desses produtores, a gente vê, assim, uma mudança muito (...) muito positiva. As mulheres também estão se envolvendo mais, têm um estímulo maior para se envolver; os jovens também, até as crianças ficam ligadas no dia do P. A. A. (E., feminino, 42).

O reflexo do programa também se fez sentir em Arataca, por parte da população em geral e por parte daqueles que são contemplados com os produtos, cuja expressão é mais bem apresentada pela coordenadora do programa:

O que muito a gente escuta é que, mesmo antes do P. A. A. e durante o mesmo, a gente tem como elementos positivos pra poder estar argumentando: que os assentados não produzem nada, que o município de Arataca nunca viu um tempero verde (coentro) aqui do assentamento; e hoje a gente entra no município e a gente faz questão dos caminhões carregados de produção, a mais variada possível, desde a *in natura* até a processada, desde a banana até o doce de banana, o chocolate, o corante. E os caminhões entram carregados e passam pela cidade e as pessoas já estão vendo com outros olhos. E dentro do assentamento, em 5 meses de entrega do produto – que nem todos estavam com as declarações de aptidão – foram 150 toneladas de alimentos só aqui, de 3 assentamentos; depois a gente colocou mais um assentamento, que abasteceu as pessoas mais carentes, distribuídos nas escolas, creches e famílias. Para o município de Arataca, foram R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) que está circulando na mão dos produtores desses três assentamentos; conseqüentemente esse dinheiro, na lógica, circulando no município; é vantagem para todos. Então, hoje, as pessoas já olham com outro olhar (E., feminino, 42) (parêntese do autor).

De outubro de 2009 para cá, a situação se alterou substancialmente com o P. A. A.; pois, até a sua implantação os assentados percebiam uma renda que variava entre 1 e 2 salários mínimos, levando em conta a renda proveniente da produção, sem as demais rendas. A situação era de um orçamento apertado para as famílias

maiores, do ponto de vista da reprodução, comparando-a à condição anterior. Embora tenha havido melhoras, ficara muito aquém do esperado pelos assentados.

Apona Wanderley (1999) que os camponeses, em suas constantes migrações, têm por finalidade desenvolver suas atividades agrícolas de maneira que sejam rentáveis e estáveis. “É esse o objetivo que norteia suas estratégias econômicas e que se articulam em dois níveis complementares: a atividade mercantil e o autoconsumo” (p. 43). Portanto, a rentabilidade e a estabilidade não se compatibilizam. A rentabilidade foi comprometida relativamente, afora outros fatores, pelo caráter instável, próprio das atividades agrícolas. A natureza instável dessas atividades, em termos de oferta, demanda e preço, é o que alimenta a lógica que permeia o planejamento da produção dos assentados, privilegiando o cacau, que garante demanda e renda em qualquer época do ano.

A articulação entre esses dois níveis, apontados por Wanderley, é fundamental para a compreensão de um terceiro elemento, que deve estar na estratégia de reprodução dos assentados: a constituição de um patrimônio sociocultural. Portanto, as condições sob as quais os assentados se reproduzem indicam as possibilidades de reprodução desse patrimônio.

A partir da forma de organização da produção e comercialização, o item seguinte faz algumas considerações sobre as diversas formas de renda sob as quais os assentados buscam atender suas necessidades e reproduzirem suas existências.

5.6.6 A renda

O atendimento das necessidades dos assentados provém do que produz na roça, para consumo e para venda, e das rendas complementares (programas sociais do Governo Federal e aposentadoria). Os relatos que seguem afirmam o exposto.

A renda é a roça e a aposentadoria; tem mês que dá e tem mês que não dá; aperta um pouco (A. H. S., masculino, 70)

O que produz no lote, no fundo, no fundo, se reparar bem, não dá pra sustentar a família, não, porque a produção é pouca (R. F. S., masculino, 53).

Com relação às lavouras comerciais, o café e a banana permitiram maior equilíbrio no orçamento dos assentados, complementando a renda do cacau em períodos de seca, entressafra e maior ataque da vassoura-de-bruxa³³.

Por outro lado, a paralisação das atividades de criação e beneficiamento comprometeu o emprego e a renda. Acrescente-se que o fortalecimento dos laços de parentesco e/ou de amizade contribuiu para amenizar as dificuldades enfrentadas por alguns assentados em momentos difíceis.

Do total das famílias da pesquisa, seis têm filhos que foram trabalhar nos maiores centros da região ou do país. A maioria, em razão da falta de oportunidades de emprego no assentamento, principalmente depois da crise. Apenas em duas famílias, os filhos ajudam financeiramente, embora pouco, face às despesas que mantêm nos grandes centros, como em São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente referentes a aluguel. Então, essas famílias praticamente atendem suas necessidades com o que produzem. Oito famílias, do total de quinze, possuem filhos (um dos assentados tem sobrinhos) (homens e mulheres) trabalhando na roça, ajudando no provimento da alimentação da família ou na produção para venda.

Face à situação de paralisação de várias atividades, o emprego dos filhos fora do assentamento – se não consegue ajudar financeiramente a família – pelo menos minimiza a pressão sobre o núcleo familiar no atendimento das necessidades, que vai além da produção para o consumo, de maneira que as mesmas têm que ser supridas com a renda da venda dos produtos, não conseguindo atender a todas as necessidades do grupo familiar.

Embora recente, o P. A. A. tem favorecido a ampliação da renda familiar. Para algumas delas, a continuidade do programa exigirá a incorporação de membros da família ou o contrato de trabalhadores para incrementar a produção e atender ao programa. Nesse sentido, ele pode abrir a possibilidade de retorno de filhos para trabalhar com os pais na roça, de maneira a atender a meta orçamentária para cada família, que, no início do programa, era de R\$ 3.500,00 ano/família (MDS, 2009).

A aposentadoria é uma renda que complementa as necessidades das famílias nos períodos críticos. Dos quinze assentados da seleção, seis recebem aposentadoria, enquanto todos recebem uma renda extra dos programas sociais

³³ Os meses de fevereiro e março é o período de entressafra do cacau; de abril a agosto tem-se o temporão ou colheita temporã, que é um período de safra temporária (pequena safra); de setembro a janeiro tem-se a safra propriamente dita (NASCIMENTO, 1994)

(bolsa-escola e bolsa-família). Os assentados que recebem aposentadoria, quando somada às outras rendas, apresentam condições mais satisfatórias no consumo de bens duráveis.

Aos assentados apresentam-se duas alternativas: atender suas necessidades com o que produzem e, complementarmente, com as rendas provenientes da aposentadoria e programas do Governo Federal. Para aqueles que não dispõem das rendas complementares, restringem a renda e o consumo ao que produzem na roça, como bem esclarece Wolf (1976):

O eterno problema da vida do camponês consiste, portanto, em contrabalançar as exigências do mundo exterior, em relação às necessidades que ele encontra no atendimento às necessidades de seus familiares. E aí ele tem duas estratégias: incrementar a produção e reduzir o consumo (p. 31).

Apesar das dificuldades enfrentadas, os assentados não trabalham fora, assalariando-se, conforme levantamento feito em pesquisa de campo. A afirmação da fala "... se sair fica mais difícil...", refere-se a ter que voltar à condição anterior, comprometendo, de certa forma, a autonomia; mas, também, comprometendo o trabalho nas atividades que já realiza na terra, ou então teria que contar com a ajuda de outros membros da família; e, em não havendo, contratar o trabalho de outros assentados para ajudá-lo, ou através de mutirão. O fato de os assentados não trabalharem fora revela as vantagens e a valorização que passaram a ter para eles a terra e a autonomia conquistadas; pois a sua negativa remete à condição anterior, ao mesmo tempo em que reflete positivamente as atuais condições, apresentadas nos relatos:

Um rapaz veio aqui pra eu tomar conta de um gado dele e de uma fazendinha pra me pagar um salário e meio. Eu não quis. **Não, não vou nem por três salários. Eles prometem uma coisa; quando chega lá é outra** (V. S. L., masculino, 33).

Nunca trabalhei pra fora; se vira por aqui mesmo, porque pouco ou muito a gente tem que se virar por aqui mesmo, não é? Que, se sair, fica mais difícil (R. F. S., masculino, 53).

As falas dos dois assentados retratam, no primeiro caso, a lembrança das condições de trabalho nas quais viviam antes e, no segundo caso, enfatiza que, com

todas as dificuldades, o assentamento é o espaço ao qual têm que se dedicar e se reproduzir.

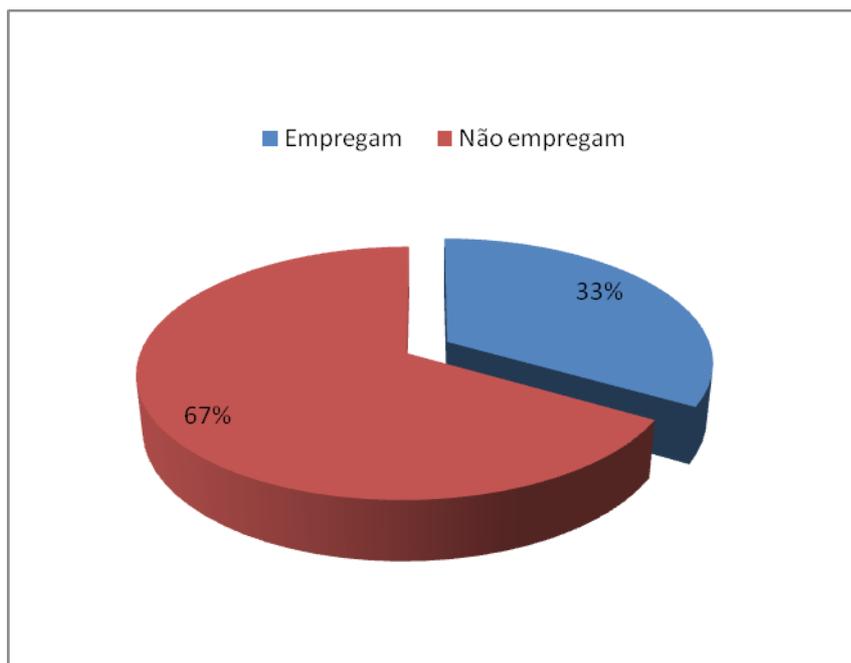
Dos assentados pesquisados, apenas seis contam com a ajuda de filhos, sobrinhos ou netos no trabalho da roça. Quanto aos outros, há famílias nas quais os filhos trabalham em outras atividades, dentro ou fora do assentamento; dois assentados moram sós. Em outro caso, os filhos foram para as cidades à procura de emprego depois da paralisação das atividades e do agravamento da situação local.

A pesquisa demonstrou que a diversificação da produção permitiu a todos os assentados a obtenção de rendimentos acima do salário-mínimo, com a maioria destacando-se na faixa entre um e dois salários-mínimos. Tendo por referência a pesquisa sobre a geração de renda do relatório da FAO, o comportamento da renda no *Terra Vista* corrobora com os resultados obtidos para a região Nordeste e para o Brasil, na safra 1990-1991, quando obtiveram-se 2,33 salários-mínimos por família para o Nordeste e 3,7 salários-mínimos por família nos assentamentos no Brasil (GUANZIROLI, 1994, p. 23). Mais importante que essa avaliação quantitativa, foi que esse rendimento a nível nacional foi “superior à média de renda passível de ser obtida por qualquer categoria de trabalhadores rurais no campo” (Ibidem, p. 65).

Considerando a região cacaueteira, marcada, após crise, pelo desemprego, miséria rural e os baixos salários no campo, um nível de renda entre um e dois salários-mínimos é bastante significativo - afora a produção de subsistência - para uma população sem perspectivas na década de 1990, vivendo em condições de miséria.

A Figura 9 mostra que a maioria não tem utilizado trabalho de terceiros. A razão se deve mais à impossibilidade de pagar diárias do que à necessidade do trabalho extra, apontada pela maioria deles. Os que contrataram, fizeram-no eventualmente e não como prática permanente. Dois assentados da pesquisa fazem os trabalhos da roça sozinhos, pois não têm família.

Figura 9: Percentual de assentados que empregam trabalho de terceiros.



Fonte: pesquisa realizada pelo autor, 2009.

Analisada a organização da vida no assentamento, o próximo capítulo focaliza os significados atribuídos pelos assentados à autonomia e seus reflexos sobre o trabalho e a reprodução das suas famílias.

6 AUTONOMIA, TRABALHO E REPRODUÇÃO DOS ASSENTADOS

Este capítulo retoma a análise da percepção dos assentados acerca da autonomia e do trabalho e como se refletem em suas condições de reprodução. A análise da reprodução levou em consideração a autonomia conquistada e como essa se refletiu, na prática, sobre o trabalho, na organização da atividade produtiva, e em suas condições de vida nos assentamentos.

A reprodução diz respeito, no estudo, ao processo de produção material e à reprodução da força de trabalho (do assentado) e dos meios de produção que atendam às necessidades humanas e assegurem a reprodução das relações sociais existentes em condições econômicas satisfatórias.

A passagem da condição de trabalhador assalariado para assentado implicou na reconstrução de suas vidas, através da conquista da terra, dando início a uma nova trajetória no assentamento. Alguns aspectos desse processo foram urgentes, como a necessidade de organizar o trabalho e a produção para o sustento das famílias, enquanto outros vão sendo construídos no cotidiano, a exemplo das relações sociais. A condição de assentado colocou esses sujeitos em uma nova alternativa de reprodução de suas existências: econômica, social, política etc. O assentamento passou a ser o espaço no qual as múltiplas faces desse novo projeto em construção se interagem, não só interna; mas, também, externamente, com a comunidade local, como assinala Leite et al (2004, p. 257):

A passagem para a condição de “assentado” dá um novo lugar social para essa população e coloca novos atores na cena econômica, social e política local, o que traz conseqüências não somente para suas vidas, mas para a região onde está inserida. (grifo dos autores)

Essa nova condição apresentou dois aspectos centrais que serão abordados nas páginas seguintes:

- a) o domínio sobre o trabalho e o tempo;
- b) a responsabilidade pela atividade produtiva.

6.1 A terra, o trabalho e a autonomia na percepção dos assentados

Entende-se que a autonomia do assentado é um processo em construção, marcado por continuidades e descontinuidades, cujo passo inicial foi dado com a conquista da terra. Este acesso permitiu a aproximação do trabalhador com o “seu” trabalho e, mais ainda, com sua realização interior, cujo reflexo é exposto pela assentada:

Então uma coisa eu lhe digo: **hoje, graças a Deus, a gente vive mais feliz, eu vivo feliz** (T. S. S., feminino, 48).

O trabalho que desenvolveu sobre a terra, a responsabilidade que passou a ter na organização de suas atividades (produção e venda) e o estreitamento das relações com o MST e com o Estado foram momentos dessa construção.

A conquista da terra é um anseio que permeou a evolução histórica da sociedade brasileira no meio rural, marcada por relações de subserviência, a qual é sintetizada na frase abaixo:

Toda história agrária pode ser analisada como uma luta dos camponeses pela posse total da terra, libertando-se dos direitos senhoriais e das servidões coletivas (MENDRAS, citado por WANDERLEY, 1999, p. 32).

A conquista da terra “libertou” o trabalhador cacauero, exigindo dele a responsabilidade pela organização da atividade produtiva e o acesso a ela trouxe múltiplos significados, dando-lhe a possibilidade de obter vantagens sob vários aspectos, às quais, até então, estavam impedidos, pela situação socioeconômica de exclusão, conforme esclarece os autores:

Com efeito, a criação do assentamento e a obtenção do *status* de *produtor rural assentado* permitiram o acesso, ainda que pontuado de dificuldades, desse segmento a benefícios dos quais anteriormente estavam completamente excluídos (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 36) (grifo dos autores).

A autonomia assume um significado especial quando se refere a “trabalhar para si mesmo”. É plantar e colher o produto que é seu, deixando de ser apropriado pelo

patrão. Nesse sentido, a autonomia é a negação do trabalho para os outros; é também decidir sobre seu tempo de trabalho, de descanso; é ir ao quintal e colher uma fruta, um legume, para comer. É, enfim, permitir-se uma vida digna.

Cada momento das falas desses assentados, nos relatos que seguem, reflete a expressão do sentimento vivido em seu cotidiano como contraponto à condição anterior. Daí que a conquista da autonomia no educar-se, no colher uma fruta e comer, no descansar e na hora de ir para roça ou não ir, pressupõe um significado especial como negação e superação da condição anterior de sujeição e exploração.

Aqui você tá no seu lugar (...) **trabalhando pra sobreviver**, sobreviver pela conta própria dele (...) **agora você trabalha pra você mesmo, tem liberdade** (V. S. L., masculino, 33)

Pra mim, eu tô numa glória. Há mais tempo eu tivesse vindo. O que é que tem de bom aqui (no assentamento) hoje? Pra mim tem tudo de bom; **a melhor coisa que a gente tem é a liberdade; a gente trabalha o dia que quer, a gente até fatura mais que o próprio assalariado** (L. J. M., masculino, 64).

Pra mim foi muito ótimo (o assentamento). **É melhor do que você ganhar até um pouco mais lá fora**; porque lá fora, quando você pensa que estava empregado, estava desempregado. E aqui, não! Aqui dentro, se eu quiser hoje, eu vou plantar um litro de milho ali; eu vou, entendeu? Se eu não quiser, não vou! E tenho minhas coisinhas aqui: tenho minha franguinha, meu negocinho aqui, planto uma plantinha; eu quero chupar uma laranjinha, eu não vou longe; aqui no meu quintal, vou no pé e apanho uma laranjinha e vou chupar... uma goiaba, uma siriguela, uma coisinha assim, vou lá no meu quintal e pego... um pé de lima que não pára de botar; isso pra mim é uma vantagem; então eu digo a você: eu vivo aqui super bem; você assentado, dependendo de você, você é o dono da terra, mesmo que o governo deu a terra mas não deu os documento. Nós não temos os documentos das terras da gente; nós temos a terra; **o que você botar em cima da terra, aquilo é seu, entendeu?** (J. C. S., masculino, 75) (parêntese do autor).

Sempre eu confiava em Deus, andava pedindo a Deus, pra Deus um dia mostrar um lugar de, assim... **pra gente ter uma liberdade, pra gente poder fazer, plantar e também ter o direito de comer, vender e comer** (T. S. S., feminino, 48).

As falas dos assentados acima reveladas – assim como em outros momentos - encontram respaldo na teoria marxista do trabalho; quando, ao se referirem a “não trabalho pra ninguém”, ou “a gente trabalha no dia que quer”, ou “sobreviver do

nosso suor”, “não ficar trabalhando pros outros”, representaram um sentimento que foi unanimidade na pesquisa, pois se contrapôs à exploração do trabalho resultante das relações existentes anteriormente, na lavoura cacaueteira. Aí estão embutidas as noções de sujeição e exploração enraizadas nessas relações, cuja consequência foi a apropriação durante décadas, abstrata e concretamente, do trabalho e dos resultados deste.

As falas dos assentados apontam ainda para a centralidade do trabalho em suas atividades e no atendimento de suas necessidades. São sujeitos que vivem, fundamentalmente, do trabalho que se materializa na terra. Portanto, a questão da exploração do trabalhador cacaueteiro é retomada na condição de assentado, quando o sentido da autonomia sobre o trabalho, por eles expressado, se contrapõe à condição anterior.

Os estreitos limites da autonomia estavam anteriormente em consonância com as relações de exploração, de dependência e de sujeição, quando afirma Martins (1998), com referência a Marx (1983), que a liberdade do trabalhador, conquistada na gênese do capitalismo, é específica, pois resume-se ao direito de vender a força de trabalho. O trabalhador cacaueteiro não tinha outra forma de sobreviver e reproduzir-se a não ser no âmbito dessa relação.

Aqui eu acho tudo melhor; **trabalho com minha vontade**, não tem nenhum me espiando, a minha liberdade. Amanhã, umas seis horas, vou pra roça, não vou mandado, mas porque quero ir. Chego meio dia, vou 1 hora, vou 2. Eu **trabalho pra mim, não tem quem esteja me vigiando, mandando; não trabalho pra ninguém** (A. H. S., masculino, 70).

Trabalhar para alguém e trabalhar para si mesmo são dois momentos nessa trajetória, cujo elemento intermediário foi a conquista da autonomia através da obtenção da terra. A autonomia, por ser o aspecto intermediário, nega e supera a condição anterior, e afirma, positivamente, a condição presente. O sentido que se extraiu do sentimento vivenciado pelos assentados sobre o que chamam de autonomia esteve relacionado ao trabalho, contrapondo-se à condição de cativo, à exploração do trabalho. Mas, para além do trabalho, a autonomia é relativizada frente às relações que passou a ter com o mercado, com o MST e com o Estado.

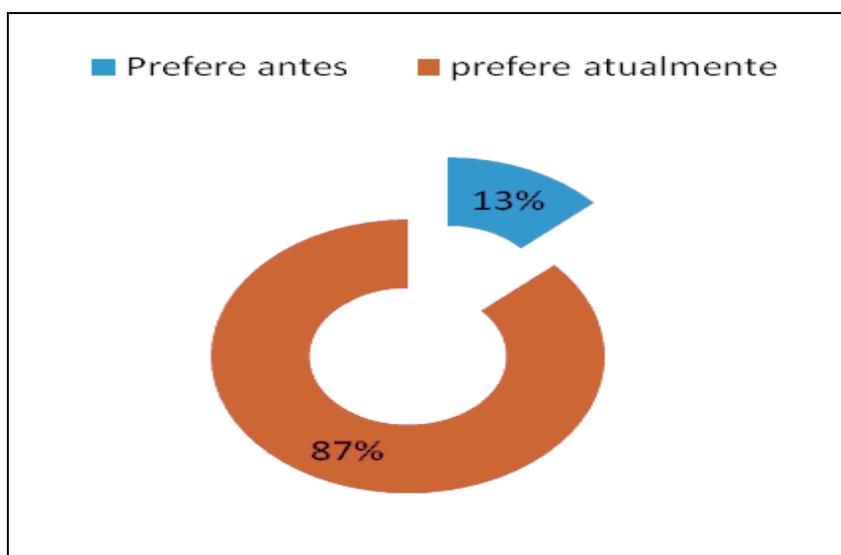
Quando questionado sobre a possibilidade e a necessidade de, em função das circunstâncias, voltar a trabalhar para o fazendeiro, a fim de complementar a renda, o mesmo retrucou:

Tô se virando, porque, se não trabalhar, o que é que vai fazer, o que é que vai acontecer? Porque **nós viemos pra'qui? Pra sobreviver do nosso suor; não ficar trabalhando para os outros. Pra que a gente sair lá da burguesia e chegar aqui e trabalhar pra burguesia novamente?** Aqui é **outro termo de vida** pra gente. Então, companheiro, vamos trabalhar, que **aqui é o lugar pra gente viver, a gente não trabalhar empurrado** (subordinado a ninguém) (A. H. S., masculino, 70) (parêntese do autor).

Na fala, transparece o fato de que ele agora é responsável pela atividade, cuja sobrevivência depende do planejamento do trabalho e da produção e os riscos que assume pelas escolhas feitas. Sua sobrevivência e reprodução não dependem mais do salário, mas do seu trabalho e, por conseguinte, da venda de seus produtos. Suas dificuldades são, em parte, resultado de sua nova condição. O planejamento e a organização da produção, assim como as demais esferas da vida, passam pela construção de sua identidade como assentado.

A Figura 10 mostra a percepção dos assentados com relação às condições de vida. O *trabalho livre das amarras do patrão* foi unanimidade na pesquisa, estando diretamente associada à autonomia sobre suas atividades. Apenas dois assentados da seleção afirmaram preferir a condição anterior de assalariado, contando com uma renda mensal e com os direitos trabalhistas em relação à condição de assentado. Mesmo esses dois assentados relativizaram seus posicionamentos, quando se tratou da liberdade.

Figura 10: Percepção dos assentados em relação às condições de vida.



Fonte: pesquisa realizada pelo autor, 2009.

A conquista da terra permitiu a abertura para novas oportunidades. A esse respeito expôs Sen (1999):

A eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos (p. 54).

Com base no exposto acima pelo autor, também se pode entrar em um novo conjunto de relações na nova condição, criando entraves à autonomia conquistada ou à ampliação da autonomia; no caso em estudo, quando os assentados passaram a produzir para o mercado e na relação de dependência (submissão) frente ao MST e ao Estado.

Por exemplo, o acesso à terra permitiu-lhe a possibilidade de trabalhar para si, de maneira que representou um ato de "vontade própria", que substituiu a vontade do patrão. Sua vontade própria foi decidir sobre seu tempo de trabalho, escolher a hora de ir para a roça e a hora de voltar, ou simplesmente não ir. Este ato de "vontade própria" está, de certa forma, em consonância com o enraizamento da

democracia, salientado por Bignotto (2008), quando analisa a relação entre questão agrária, igualdade e liberdade.

A ideia de liberdade em Sen (2000) está relacionada à concepção de acesso ou oportunidade como categorias fundamentais (substantivas) para o desenvolvimento, enquanto a renda, embora seja importante, é instrumental. Ou seja, para Sen, a renda é uma variável (instrumental) que depende das possibilidades e do acesso que se abrem para os indivíduos, no que respeita à saúde, à educação, à terra etc. Portanto, a renda é uma variável dependente das possibilidades que se podem abrir com o surgimento de oportunidades e, por meio destas, a canais até então desconhecidos.

A afirmação de Leite et al. (2004) ilustra a concepção de acesso de Sen, explicitada acima:

O acesso à terra permite às famílias dos assentados uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultam, de modo geral, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracteriza muitas dessas famílias anteriormente ao seu ingresso nos projetos de assentamento (p. 233).

A reprodução em condições mais favoráveis passaram a depender das oportunidades a partir do acesso à terra, abrindo a possibilidade para a ampliação da renda, podendo preencher as necessidades diárias e facilitar a melhoria das condições de vida.

Sendo a autonomia a negação da exploração e da sujeição, ela significa, ao mesmo tempo, alternativas de reprodução para além da necessária e obrigatória venda da força de trabalho, visto que o indivíduo não é apenas *trabalhador*, mas, também, o responsável pela atividade produtiva. É aquele sujeito que agora deve fazer escolhas e tomar decisões. Nesse sentido, a autonomia amplia as oportunidades de reprodução dos assentados, através do trabalho, em sentido amplo.

A fala da assentada abaixo sinaliza para esta responsabilidade, que vai além da disposição do tempo e do trabalho:

Hoje mudou a liberdade, é melhor. Eu acho que muda uma boa parte. Em primeiro lugar, antes, nenhum clandestino sabia colocar o nome dele; hoje, qualquer assentado faz o nome dele; outra (mudança) é todo acesso, tudo dá; **aqui vamos planejar e fazer; antes o patrão mandava** (M. P., 43, esposa de P. A., 57) (parêntese do autor).

O “planejar e o fazer” se relacionam às escolhas dos assentados na decisão de como organizar o trabalho, como organizar a produção, cabendo-lhes a melhor forma de se organizarem para não apenas atenderem às suas necessidades materiais, mas para que a autonomia seja um instrumento emancipador. Noutros termos, “planejar e fazer” carregam em si o sentido da autonomia.

O relato da assentada corrobora com a reflexão de Shanin ao analisar o conceito de camponês, quando afirma que “o meio se torna (...) um projeto humano nos dois sentidos da palavra: projeção dos homens com as suas necessidades e planejamento em função destas” (2005, p. 28). Isto é, o assentado é aquele sujeito que planeja e organiza o espaço que conquistou em função de suas necessidades, não apenas como projeto econômico, mas como projeto de vida.

A autonomia se relaciona também à não dependência extrema do dinheiro; pois, quando era assalariado, o único meio de satisfazer suas necessidades era através da venda da força de trabalho. Quando questionado sobre o preenchimento das carências no assentamento, a fala remeteu a essa dependência:

Hoje tem mais satisfação no trabalho, com certeza, tem mais satisfação. **Tudo hoje depende da roça; eu ou outro, se interessar, vai na roça e tem. Então já é uma grande satisfação. E, se ele tiver lá fora pra correr atrás, tem que ter dinheiro pra poder comprar ou não conseguia.** Então, a satisfação hoje é mais; mas com todo esse contrário de hoje (dificuldades), toda tarefa que interessa hoje ainda consegue (P. A., masculino, 57) (parêntese do autor).

A autonomia também adquire sentido que vai além da relação direta com o trabalho e além das alternativas de reprodução. A autonomia dá sentido à existência, à vida, ao reconhecimento como cidadão, o que implica no reconhecimento de direitos e de deveres pelo assentado. Reflete, diretamente, na visão do assentado, a possibilidade de superação da condição de simples

trabalhador para o patrão em favor de si mesmo, visando sua emancipação, ou seja, a melhoria de suas vidas.

Nesse sentido, o assentamento não é só lugar de trabalho, mas fundamentalmente o lugar da moradia (WANDERLEY, 2003), a morada da vida (HEREDIA, 1979), o lugar de reprodução da família e do patrimônio (GARCIA Jr., 1983), é o lugar, ainda, onde o assentado planeja construir um mundo novo (MARTINS, 2003).

Esses são os pilares sobre os quais se erguem o projeto de (re) construção de suas vidas, cujo contraponto faz-se em relação ao trabalho e à vida anteriores. É a liberdade de ter a terra e produzir. É o sentimento de satisfação e felicidade que emerge quando o assentado passa a preencher o vazio de necessidades elementares, face às carências por que passava:

Hoje pra mim tá melhor; até na saúde eu melhorei. Tem uns quatorze anos que eu passei num médico. Eu trabalho, mas descanso mais! **Quando eu trabalhava para os outros, eu não tinha descanso** (L. J. M., masculino, 64) (parêntese do autor).

Suas condições de vida atualmente estão bem superiores, comparadas às carências e à dependência (subordinação) diante dos antigos proprietários. A diferença que se coloca agora é que, antes, ele tinha uma renda mensal que preenchia precariamente suas necessidades, em relação à renda incerta do assentamento. No entanto, ele agora tem moradia, tem água encanada, tem energia, alimenta a família com o que produz na roça. Em contrapartida, embora o assentado disponha da terra e do trabalho, ele, como “produtor”, passou a depender do mercado para a venda de seus produtos. Sua renda passou a depender do que produz e vende.

Para Filho (1994, p. 112), a autonomia passa pela organização da produção, pois esta

É o ponto nodal, é o divisor de águas que separa toda a possibilidade do desenvolvimento de um processo organizativo que pode levar à *autonomia real*, à autogestão e à cidadania, contra aquele que, inevitavelmente conduz a novas formas de subordinação, de dependência, que *terá sempre o camponês como objeto, jamais como sujeito* (grifos nossos).

Entende-se que a autonomia passa pelo trabalho, mas também pela organização e planejamento de suas atividades, e, nesse sentido, diante das trajetórias desses trabalhadores, ela se torna relativa. No caso em particular do objeto de investigação, a autonomia afirma-se no trabalho, especificamente. Para além do trabalho, se reconhece que a autonomia afirma-se também em função da responsabilidade que passou a ter pela atividade produtiva. Independente da organização da produção não resultar em maiores avanços, a autonomia sobre o trabalho se efetivou.

O fato de o processo organizativo ter resultados favoráveis não implica minimizar a dependência, ou, contrapondo-se a Filho, pode não levar à autonomia real, entendendo esta em sentido pleno; ao contrário, pode ampliar a dependência frente ao Estado e/ou ao mercado. Da mesma forma, a inexistência de uma organização produtiva não requer obrigatoriamente novas formas de subordinação. A autonomia do assentado não passa apenas pela afirmação econômica, mas principalmente social, como a pesquisa demonstrou e estudiosos já afirmaram anteriormente.

O assentado, embora, em relação ao camponês, tenha fortes laços de dependência com o Estado, visto que o assentamento é uma criação do Estado, ele pode conservar sua autonomia assim como sua sobrevivência com o trabalho que realiza na terra, como fizeram e fazem os assentados do *Terra Vista*, quando, durante toda a década de 2000, produziram e se mantiveram sem recursos financeiros do Estado.

Marques (2004, p. 275) afirma que “o retorno à terra representa a *possibilidade* de realização do ideal de autonomia” (grifo nosso). A afirmação da autora vai de encontro à percepção aqui defendida de que o acesso à terra acena como oportunidade, mas não necessariamente como efetivação da autonomia, dependendo para isso da materialização do trabalho sobre ela, de maneira a preencher suas necessidades básicas, ao mesmo tempo que a conserva, conforme exposto antes por Wolf.

6.2 Os tempos vividos

A categoria “tempo” foi fundamental na passagem de assalariado a assentado nos relatos dos assentados. É o tempo integral no cotidiano de vida, que se expressa no tempo para o trabalho, tempo para o lazer, tempo para o descanso, tempo para os parentes e amigos, tempo para comercializar seus produtos. Nesse relato, o tempo de vida era compreendido por este assentado como tempo de trabalho, quando afirmou “estar disponível a qualquer hora”, ou que “eram 24 horas dedicadas à fazenda” no regime de moradia, quando, além de trabalhar, administrava.

Na fazenda, não tinha liberdade, pois passava a semana toda para o fazendeiro. Tinha que estar disponível a qualquer hora. Eram 24 horas dedicadas à fazenda. **Trabalhava exclusivamente para a fazenda.** Tem uma obrigação a fazer, ficava “preso” até no final de semana. É sujeição mesmo.

Nesse outro relato, a fala desse assentado faz um contraponto com a fala acima, quando menciona o descanso (descansar e dormir), não ser mandado por ninguém, pois o fato de ser mandado ou obedecer a ordens carrega um sentido de domínio sobre o trabalho, mas também sobre o tempo de alguém, uma vez que o ato do trabalho envolve disposição sobre o tempo.

Teve época d’eu passar condição de vida difícil na minha vida, d’eu nem saber como viver. **Mesmo sendo mandado pelo patrão, não podia nem plantar um pé de banana que não tinha direito. E aqui não; aqui hoje eu tenho a minha liberdade: eu planto, eu durmo, descanso o tanto que eu quero; ninguém me manda, nem nada; eu faço o que quero. O que eu produzo, eu vendo, dou pros outros,** faço tudo aqui e pronto (A. B. B., masculino, 70).

Para o assentado, tempo de trabalho e tempo livre são “tempos que lhe pertencem”, o que diferencia do tempo de trabalho que dedicava ao patrão. Na *moradia*, a sujeição do trabalhador era maior, pois todo o tempo era potencialmente tempo de trabalho ou de serviços extras, para os quais não existia jornada de trabalho definida. O morador estava a todo o momento, literalmente, à disposição do

proprietário. Todos os dias da semana eram iguais, isto é, desde que se faça necessário, o morador estava à disposição do proprietário. A moradia cedida pelo proprietário impunha essa condição de sujeição. O domínio sobre o tempo se distribuía sobre várias tarefas ordenadas pelo patrão, que terminavam por preencher o dia de trabalho, a ponto de afirmar que “não tinha tempo para mim”. O não ter tempo para si é dispor de seu tempo para alguém.

Eu não tinha tempo a perder; tudo pra mim era tempo. Eu tava fazendo um pedacinho de roça, mas se dissesse: tem uma cerca pra fazer, eu já ia. O patrão dizia: Pedrão, tem uma pedra pra quebrar, eu já ia; Pedrão, tem um cacau pra secar, eu já ía; não tinha dificuldade; **não tinha tempo pra mim** (P. A., masculino, 57) (grifo do autor).

Nos dois relatos abaixo, os assentados comparam o tempo de trabalho antes e agora; pois, embora como autônomo vá para a roça mais cedo que antes; como assalariado, esse tempo excedente de trabalho tem um significado especial, que une tempo e trabalho em suas tarefas, o que traz satisfação. Amanhecer o dia na roça trabalhando para o fazendeiro para poder aumentar a renda para sustentar a família tem um significado bem diferente que amanhecer o dia na roça cuidando de sua lavoura, cujo resultado é a satisfação do trabalho e do tempo que desprende, embora nas duas situações a finalidade seja o sustento da família.

Amanhã, umas seis horas, vou pra roça, não vou mandado, mas porque quero ir. Chego meio dia, vou uma hora, vou duas (A. H. S., masculino, 70).

Quando trabalhava pros outros, tinha hora marcada. Se era 7 horas o horário, você tinha que tá ali 7; era até meio-dia e retornava 1 hora (13:00), saía 4 (16:00). E aqui você pode ir até 8 horas, pode vir pra casa 11 (horas) (...) porque eu mesmo, meu horário de sair pra roça é cedo. **Eu, quando cheguei pra'qui, cansei de amanhecer o dia quase na roça** (I. F. L., masculino, 46) (parênteses do autor).

Nos depoimentos adiante, dispor do tempo implica uma relação de submissão, pois atrasar a hora de chegada ao trabalho ou sair antes da jornada dava ao patrão o direito de chamar a atenção, ou impor ordem no cumprimento da

jornada, porque o trabalhador, assim se supõe, era pago para trabalhar determinada carga horária. A livre disposição sobre o tempo é representativo da autonomia.

Agora, no assentamento, tem uma parte boa, porque você não é mandado por ninguém. Você pode ir pra roça de manhã, pode ir nove horas, chegar onze horas, chegar duas horas. Ninguém vai lhe dizer nada (R. F. S., masculino, 53).

Aqui acho muito melhor. Tem suas coisas; na sua roça você vai a hora que quer, volta a hora que quer (M. O. S, masculino, 50).

Na fala abaixo, o assentado, mesmo ao afirmar que o horário de descansar é pouco, sinaliza para a autonomia que tem sobre o tempo de trabalho e de descanso. O pouco tempo de descanso se dá em função das necessidades para sustentar a família, pois agora dependem de sua responsabilidade.

Antes eu só tinha aquele horário, cumprir aquele horário; e **hoje não, começo a trabalhar, não tem horário; só a opção de horário de descansar que é pouquinho** (P. A., masculino, 57).

A esse respeito, Chayanov (citado por ABRAMOVAY, 1992, p. 62) reconhece a autoexploração a que é submetido o camponês, não em função das outras classes da sociedade, mas em função dos esforços empreendidos para atender as necessidades do grupo familiar. E a esse respeito, conclui Abramovay (1992):

É estranho ao campesinato o julgamento a respeito de sua 'exploração' que não se tenha como ponto de partida o fato de que a decisão de produzir é determinada por fatores interiores à unidade de produção familiar (grifo do autor) (p. 62).

A assentada aponta, com base em suas experiências de vida, a diferença entre cativo e assentado. O sentido da autonomia contrapõe a obediência (dever, obrigação) às ordens do patrão:

Hoje a gente se considera independente. Naquele tempo que trabalhava pra fazendeiro, era cativo. Dia de domingo, a pessoa ia

cuidar de botar sua rocinha pra plantar. **Hoje ele trabalha por conta própria.** Se ele disser: não vou na roça! Ninguém vai cortar seu dia. **Aí tá a diferença** (A. V. L., feminino, 60).

O tempo livre no assentamento diz respeito, também, ao tempo dedicado à família, aos laços de amizade e parentesco que são criados e recriados no dia a dia no assentamento. O tempo de trabalho que busca atender as necessidades materiais é diferente do tempo de trabalho que despendia para obter o salário, embora também para atender às mesmas necessidades. No primeiro caso, há uma espontaneidade e satisfação, enquanto, no segundo caso, impõe-se disciplina, obrigação e sujeição, cuja forma de pagamento em salário encobria a exploração do trabalhador (MARX, 1983). O tempo de trabalho na condição anterior – seja necessário ou excedente – é tempo para o fazendeiro³⁴, quando afirma que “na fazenda não tinha liberdade, pois passava a semana toda para o fazendeiro”, ou seja, “trabalhava exclusivamente para a fazenda”³⁵, ou como fala a assentada, quando se refere ao trabalho na sua roça: “faço meu serviço na roça da maneira que quero, pois para o fazendeiro era a hora que ele queria”.

Ao lado da unanimidade sobre a conquista da liberdade, os relatos dos assentados apontaram também certas restrições ao ideal de liberdade conquistado, como será abordado no item que segue.

6.3 A autonomia em questão

Para Garcia Jr. (1989), a passagem da condição de sujeito para liberto pode implicar no próprio questionamento dessa liberdade.

O questionamento de Garcia Jr. (1989, p. 198) tornou-se significativo nesta investigação ao afirmar que:

[...] a condição de *liberto*, dadas as características dominantes nesse processo histórico particular, vem associada a muitas

³⁴ Fazendeiro, no texto, tem o significado daquele que era proprietário e produtor de cacau.

³⁵ Marx afirma em *O Capital* (1983) que o tempo de trabalho necessário, através do qual o trabalhador repõe seu desgaste físico e espiritual também se converte em tempo para o capitalista, pois ele repõe seu desgaste para produzir e reproduzir a mais-valia, da qual se apropria o capitalista.

trajetórias em declínio no espaço social, o que acarreta que a própria percepção do que seja *ser liberto* nem sempre seja valorizada positivamente.

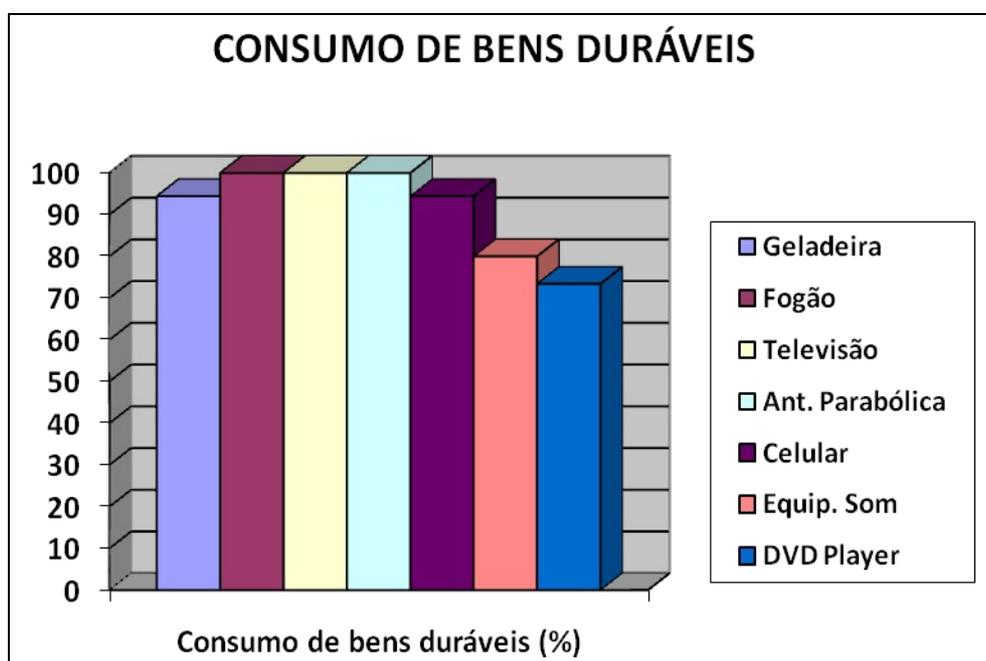
E questiona a liberdade: “quando a nova situação social pode assumir formas tão ou mais desfavoráveis que a antiga, a dúvida se instala: afinal, o que significa a liberdade?” (GARCIA Jr., 1989, p. 198). O questionamento do autor permeou o tema investigado sobre a melhoria das condições de vida dos assentados face à condição anterior. Obrigatoriamente, a afirmativa ou negativa à resposta dessa questão remete ao significado da autonomia.

Os relatos dos assentados deixaram claro que sua nova condição social superou substancialmente a condição anterior de miséria no trabalho e na vida, embora enfatizem o relativo comprometimento da produção, do emprego e da renda devido à paralisação de algumas atividades.

Objetivamente, a melhoria é observada quando se compara a aquisição de bens duráveis, e que antes não podiam comprar. Primeiramente, a maioria dos assentados, quando trabalhadores nas fazendas, não dispunha de energia elétrica, o que os colocava na impossibilidade de ter aparelhos domésticos como geladeira e televisão. O entretenimento se resumia ao “rádio de pilha”. As fazendas, geralmente, eram distantes dos centros urbanos e com relativa distância das rodovias, com estradas precárias, o que os colocava em isolamento nas fazendas. Para aqueles trabalhadores que dispunham de energia elétrica, a baixa renda era o que impedia de adquirir esses bens, pois, conforme exposto nos relatos, o que recebiam só dava para comer.

A Figura 11 mostra a evolução no consumo de bens duráveis durante a época do assentamento. O consumo de alguns bens duráveis (fogão, geladeira, televisão) acompanhou o de outros bens mais “modernos” para entretenimento e meio de comunicação (antena parabólica, celular, DVD). Com relação ao fogão, todos eles dispõem, à lenha e a gás. O consumo de fogão, televisão e antena parabólica foi predominante, em todos os lares.

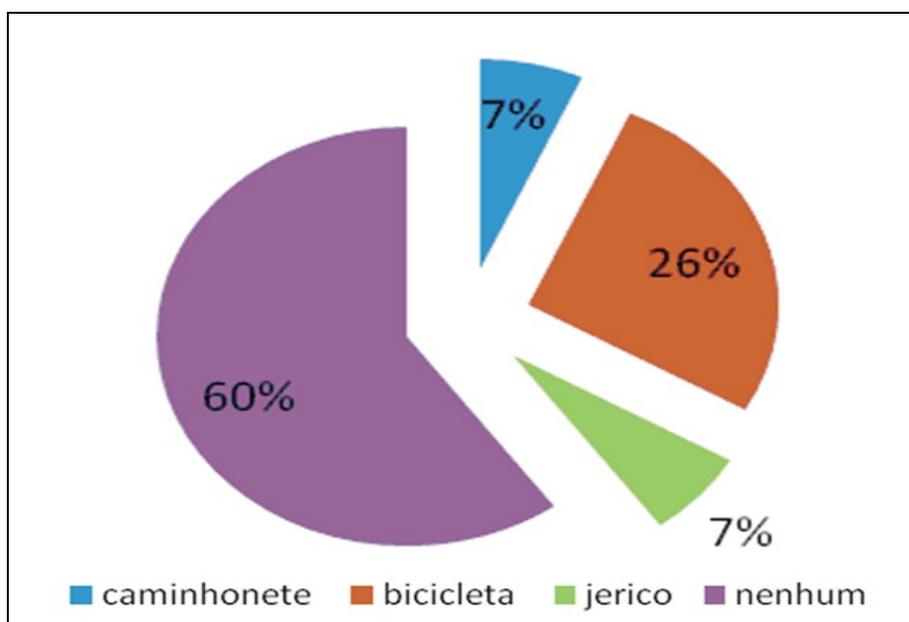
Figura 11: Consumo de bens duráveis.



Fonte: pesquisa realizada pelo autor, 2009.

O meio de transporte predominante é a bicicleta, utilizada para pequenos percursos, pois o assentamento fica distante 4 km do município de Aratoca e a 1,5 km da BR -101, de maneira que o ônibus é o principal meio de locomoção para as cidades maiores, próximas ao assentamento, como Camacan e Itabuna, onde costumam ir para resolver seus afazeres (Figura 12).

Figura 12: Meios de transporte dos assentados.



Fonte: pesquisa realizada pelo autor, 2010.

O relato do assentado abaixo mostra que, nas suas condições atuais, ele tem conseguido adquirir bens que, como assalariado, não pôde:

Eu estou bem, graças a Deus. **À vista do que eu era, estou bem. Coisa que eu nunca usei em fazenda, aqui estou usando: minha geladeira, minha televisão boa, tem meu som. E, na fazenda dos outro, eu pelejava pela televisão e não podia.** Pra comprar, meu amigo era complicado. **Não podia fazer um compromisso numa loja; só dava pra se alimentar.** Eu pensava fazer um compromisso numa loja, mas imaginava que não podia pagar; então não vou fazer não, deixe esse negócio pra lá. Os companheiros diziam: rapaz, compra um som, tem energia aí, tira um som? Eu dizia: rapaz, eu imagino sabe o que é? É que chegar no final do mês e não poder tirar o dinheiro! (E. B. S., masculino, 59).

O relato desse assentado ilustra a mesma situação para a maioria dos outros assentados pesquisados. O acesso a bens de uso doméstico ou de entretenimento era dificultado face à renda insatisfatória e às incertezas que permeavam seus empregos.

O sentimento de um assentado aponta o dilema vivenciado entre a conquista da autonomia frente à renda incerta. Esperava ele – assim como outros - que a conquista da terra e da autonomia se revertissem, “automaticamente”, no aumento da rentabilidade das atividades que passou a desenvolver:

Hoje o assentamento pra mim tá pior do que antes. Infelizmente hoje, como tá hoje, quem tava na fazenda tinha mais resultado, porque antes trabalhando pro fazendeiro. Certo que você tinha que cumprir os horários, não podia faltar, mas, **de qualquer maneira, você tinha toda semana o pagamento** e, quando você saísse, tinha o seu tempo de trabalho. E hoje você tá no assentamento, sem produção, sem poder entrar um recurso. **Aí você fica naquela, sem trabalho, não tem nenhum recurso, nem semanal, nem mensal, e não tem previsão nenhuma**; você passar 2, 3, 4 anos, não sabe quando é que vai pegar (o dinheiro). Eu, do meu ponto de vista, eu falo assim... Agora, no assentamento, tem uma parte boa, porque você não é mandado por ninguém, você pode ir pra roça de manhã, pode ir nove horas, chegar onze horas, chegar duas horas, ninguém vai lhe dizer nada (R. F. S., masculino, 53) (parêntese do autor).

Esse assentado foca a análise da percepção das condições atuais de vida em relação ao salário mínimo e aos direitos trabalhistas, de maneira que a própria condição de assentado (autônomo) é incompatível com essas garantias. Em contrapartida, reconhece a importância da autonomia conquistada e que, mesmo sem o salário, é um assentado que dispõe de televisão, geladeira, aparelho de DVD, celular, equipamento de som, moradia própria e um pequeno comércio (bar) no assentamento, como renda alternativa.

A associação que esta assentada faz entre *trabalho* e *resultado* coloca em questionamento os resultados alcançados: a dedicação ao trabalho, embora tenha se desdobrado em alternativas de reprodução em condições vantajosas e na melhoria de suas vidas, é relativamente comprometida em função das atividades paralisadas, que comprometeram o emprego e o desenvolvimento do assentamento.

A gente trabalha no cabo da enxada hoje, e aí **trabalha por trabalhar, mas não que dê muito resultado. Tem o trabalho, mas não consegue melhorar de vida**. Se não fosse por meus filhos que me ajudasse, já tinha morrido até de fome. A gente tudo morou aqui. A gente cresceu aqui, mas é por causa de trabalho, porque precisava de uma roupa, uma sandália, uma coisa, a gente não tinha (O. S. J., feminino, 59) (grifos do autor).

Esta assentada é chefe de família. Mora com a filha e netos. O trabalho da roça e o trabalho doméstico são divididos entre as duas, de maneira que o esforço e o desgaste no trabalho são intensos. O questionamento da assentada sobre o “melhorar de vida” situa-se no fato do trabalho e da produção não serem recompensados na renda que auferem das vendas para adquirir bens de consumo pessoal. Na fala da mesma assentada, abaixo, ela ameniza o exposto no relato acima; pois, embora haja o comprometimento do resultado do trabalho, o fato de ter a terra permite que vá à roça e colha os produtos para se alimentar quando necessitar. Isso tem um valor inestimável para os assentados e reflete a autonomia conquistada:

Hoje você vai pra roça, acha uma banana, acha um aipim, acha uma verdura. Já tem um feijãozinho pra mim catar, corto um cachim de banana (O. S. J., feminino, 59).

Quanto ao trabalho, acho muito árduo, mas, melhor assim que antes, como empregado, pois faço meu serviço na roça da maneira que quero, pois para o fazendeiro era a hora que ele queria. Eu acho muito gratificante o trabalho na roça. Porque eu acho assim, que quando eu tô em casa, que eu me acho um pouco nervosa, eu acho um pouco assim que não tenho uma liberdade de muito dentro de casa, eu venho pra minha roça. Eu vou fazendo uma coisa, faço outra, vejo um passarinho, um grilo cantar, aí eu acho que a coisa pra mim, me serve de um remédio, entendeu? Que eu me relaxo mais. Então, pra mim, é muito bom, isso aí, **porque apesar da gente não vê muitas coisas assim na frente que a gente tenha um resultado, mas eu acho uma coisa boa, porque antes eu não tinha esse privilégio de ter esse sossego, essa vontade, essa liberdade e hoje eu tenho, entendeu?** Antes era uma obrigação que eu tinha e hoje não, eu saio, levanto de manhã cedo, quero ver uma coisa assim que nem eu tô limpando aqui. Levanto de manhã cedinho, faço só um café e venho aqui **para eu ver uma coisa bonita que nem eu tô vendo aquele feijãozinho ali, que nem o senhor viu ali, que já foi feito pelas minhas mãos,** estas bananas... Então a coisa que eu gosto é uma coisa, uma liberdade que eu gosto mesmo. **Não é que eu tô vendo resultado, muito resultado, mas é bom demais.** (O. S. J., feminino, 59).

Há décadas de exploração e subordinação no trabalho das fazendas, a percepção da autonomia faz-se sempre em contraponto com a situação passada. As falas dos assentados indicam o contraponto entre a autonomia conquistada e as carências pelas quais passavam. Mas instala-se, nos assentados, a preocupação

com a situação presente do assentamento e as perspectivas futuras para filhos e netos. Essa percepção intertemporal das satisfações presentes e do planejamento futuro é expressa por Wanderley (1999, p. 29) no sentido de que, “para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro”.

No ano passado (2010), dois assentados (participantes da pesquisa) deixaram o assentamento. O relato de P. A. à época da entrevista (2009), demonstrava insatisfação com o tempo vivido no assentamento, período no qual as atividades, para as quais contribuiu com seu trabalho, não avançaram. As falas desses assentados refletem essa preocupação:

Aqui não é ruim, porque se fosse ruim eu não tava há dezesseis anos; mas tem que melhorar. O problema daqui é um problema mínimo: é recurso pra se trabalhar. Quando entrou o projeto, avançou a produção; agora, avançou a produção sem mercado; sem mercado só foi caindo. **A única coisa que falta aqui dentro é o mercado. Isso é o principal** (P. A., masculino, 58).

Hoje, olha prum canto, olha pra outro, e **não tem nada de perspectiva.** Eu hoje tenho 57 anos, vou passar mais 15 anos e vou ficar na mesma coisa (P. A., masculino, 58).

Aqui acho muito melhor. Tem suas coisas; na sua roça você vai a hora que quer, volta a hora que quer. **Mais o que nós estamos precisando hoje, aqui no assentamento, é um projeto pra nós desenvolver. Do jeito que tá não dá** (M. O. S., masculino, 50).

Na fala do primeiro assentado, apresenta-se o impasse: “o assentamento é bom, mas faltam recursos para se trabalhar; resolvido o problema da produção, apresenta-se o problema do mercado”. Observa-se que, embora as condições de vida atuais sejam mais favoráveis que as anteriores, eles esperavam o desenvolvimento das atividades que foram instaladas na década de 1990.

Com relação à crise que atravessa o assentamento, há o reconhecimento de erros por parte da coordenação do MST na direção apontada para a organização da produção, como relata o coordenador abaixo:

Eu sou do MST e **não tenho nenhum problema com isso de dizer: nós erramos! Nós cometemos esse erro; isso foi um erro histórico,** que não adianta ficar se lamentando, nem sofrendo por isso. Eu quero viver de agora pra frente. **Também tem uma coisa**

que o assentamento errou que é a falsa democracia. Nós estamos diante de uma falsa democracia, onde o assentado ganhou todos os direitos e não tem dever. A relação de assentado é uma relação de plena liberdade da terra: é ele que decide a hora que vai trabalhar, é ele quem decide quem trabalha... (J. F. O., militante do MST, coordenador do assentamento, 49).

O coordenador se refere à proposta de organização da produção pensada pelo movimento para o desenvolvimento do assentamento que, como declarou, foi voltada para a produção mercantil como forma de enfrentamento com o agronegócio. Quando se refere à falta de democracia, aponta que os assentados tiveram a liberdade de optarem por produzir em seus lotes, de maneira que não houve compromisso com o trabalho coletivo (deveres), privilegiando os lotes familiares. Como se pôde perceber, o acordo com os assentados para disponibilizar dois dias – depois alterado para um dia – para as atividades coletivas, foi descartado pelos assentados, de maneira que o trabalho e as atividades coletivas eram realizados por aqueles assentados que se dispunham espontaneamente a fazê-los.

Nas entrevistas, os assentados externaram o problema da não clareza das informações, o que pode ter gerado desentendimentos entre o que os assentados pensam e dizem ter sido prometido e não ter sido cumprido, gerando falsas expectativas. Assumir o erro significou reconhecer a atitude arbitrária proposta para a organização do trabalho e da produção para o assentamento, sustentada no enfrentamento com a grande agricultura comercial e política, e ideologicamente com a UDR, como salientou em outros momentos nos relatos.

A falta de recursos para desenvolver a produção foi salientada, pelo coordenador e pelos assentados, como um dos principais entraves:

Mas, pelo lado do trabalho, o assentamento não funciona; se trabalha, mas não se muda de vida (O. S. J., feminino, 59) (grifos do autor).

A dificuldade que eu vejo aqui hoje é você ter a roça pra você trabalhar e você **não ter um dinheiro pra você cuidar da roça**. Você tem a área, mas se você não tem o dinheiro pra investir na roça, você não vai pra lugar nenhum (V. S. L., masculino, 33) (grifos do autor).

Aqui nós não temos ajuda de nada (...) ajuda mesmo é nós, trabalhar, se virar, acordar cedo, plantar, porque quem trabalha Deus ajuda; quem planta, colhe (I. F. L., masculino, 46).

Os assentados ressentem-se da falta de recursos para desenvolver a produção e, assim, ampliar a melhoria das condições de vida:

Nós não temos uma ajuda pra **nós levantar mais**, pra nós sobreviver melhor, uma vida melhor (I. F. L., masculino, 46) (grifos do autor).

Nas falas desses assentados, percebe-se e retoma-se o reconhecimento da melhoria de suas condições de vida, através das expressões “nós avançar mais”, “nós levantar mais”.

O discurso entre autonomia e necessidade foi debatido em trecho de um grupo de discussão entre três assentados, quando questionados: entre a liberdade que você tem aqui e a liberdade que você tinha antes, o que você prefere?

R. F. S.: A liberdade, o cara passando necessidade, também não vai adiantar; mas antes você viver lá, mais abafado com sua barriga cheia do que você viver aqui, com uma folga danada, deitado numa rede, se balançando e a barriga gritando com fome. Não vai resolver o problema.

A. F. O.: Eu ficaria aqui.

J. C. S.: Eu ficaria aqui, também.

A. F. O.: Lá eu batia a vida toda, cheguei na idade de 67 anos e não consegui fazer nada.

J. C. S.: Na minha juventude. eu era fogoso, trabalhei muito sozinho. Ganhava dinheiro e vivia bem; mas meu esforço era de louco. Então eu não fiz nada. Hoje aqui também não estou fazendo nada, mas, pelo menos, estou com a paz na cabeça. Eu faço aqui o que quero.

R. F. S.: Mas eu vou lhe fazer uma pergunta a vocês dois que tá com uma versão diferente da minha: mas se hoje vocês nenhum tivesse recurso, nenhum fosse aposentado, no caso, e tivessem com essa folga toda, vocês iam viver de quê?

J. C. S.: Eu fico aqui, que lá ninguém ia me querer mais.

A. F. O.: Eu ficaria aqui, porque cheguei... Tinha roça de cacau, não é muita coisa, mas dá pra viver; tem galinha, planta um pé de aipim. Quando eu vivia com meus

pais, naquela época, também não tinha dinheiro. Fizemos roça, fizemos sem dinheiro, sem recurso, sem nada. Não tinha cacau, não tinha nada, e a gente foi vivendo. Hoje, sabe o que acontece, professor? É que a gente fica à espera do dinheiro do governo, então a gente não quer mais gastar a energia da gente. No tempo dos meus pais, a gente trabalhava sem projeto, sem nada.

Observa-se, nas falas de R. F. S., que a necessidade torna-se um contraponto à liberdade, quando questiona esta liberdade diante das “carências em que vive”. Para este assentado, a liberdade, face às carências que diz passar, apenas faz sentido com o preenchimento das necessidades.

Com o acesso à terra e garantia da alimentação, os assentados almejavam progredir em suas atividades e, de modo geral, desenvolver o assentamento. Isto é assinalado na fala que segue:

Você tem a área, mas, se você não tem o dinheiro pra investir na roça, você não vai pra lugar nenhum; **não vê resultado porque você trabalha só. Aquilo que você faz, só dá pra você comer; você não consegue avançar. Mas aqui compensa porque você não fica escravo; você tá devendo pra você mesmo** (V. S. L., masculino, 33) (grifos do autor).

Na fala desse assentado, eles tiveram a alimentação garantida, mas querem avançar. Quer dizer, chegaram a um ponto em que preencheram as carências anteriores, mas almejam mais, o que é natural. As forças produtivas (os meios de produção e a “força de trabalho”) disponíveis no assentamento são um alento para que almejem para além do que já alcançaram. Retoma-se aqui uma afirmativa bastante pertinente de Leite et al. (2004) de que o assentamento não é só ponto de chegada, mas, também, ponto de partida. Essa “partida” é o projeto em construção desses sujeitos; e, nesse projeto, estão seus anseios de sempre quererem melhorar.

Instalou-se, de certa forma, uma ilusão entre alguns assentados, de que a conquista do assentamento representaria pura e simplesmente a realização dos sonhos, ilusão essa alimentada pelo trabalho de base do MST. Esses sonhos tornaram-se desafios a partir da conquista desse espaço, marcados por continuidades e descontinuidades, tal qual tem sido a história desse assentamento.

Há situações em que o assentado extrapolava o tempo de uma jornada diária do contrato de trabalho assalariado, de maneira que trabalhava tanto ou mais que antes,

pois, às vezes, não tinha hora para voltar. Essa extensão da jornada de trabalho consentida dava-se em decorrência da satisfação de cultivar “sua” terra com “seu” trabalho. Havia também a disposição e satisfação do assentado no seu trabalho, quando vivenciou, mesmo aos domingos, desenvolver alguma atividade na roça. Os relatos comprovam:

Eu acho que hoje, pra mim, o serviço é mais; porque antes eu só tinha aquele horário, cumprir aquele horário; e **hoje não, começo a trabalhar, não tem horário, não tem dia de sábado, não tem dia de domingo; tudo é dia; só a opção de horário de descansar que é pouquinho** (P. A., masculino, 57).

Quando trabalhava pros outros tinha hora marcada. Se era 7 horas o horário, você tinha que tá ali 7; era até meio-dia e retornava 1 hora (13:00), saía 4 (16:00). E aqui você pode ir até 8 horas, pode vir pra casa 11 (horas) (...) porque eu mesmo, meu horário de sair pra roça é cedo. **Eu, quando cheguei pra'qui, cansei de amanhecer o dia quase na roça** (I. F. L., masculino, 46) (parênteses do autor).

Você assentado aqui com sua área também, eu acredito que é mais melhor porque aqui você não é mandado, e lá você tem que cumprir o horário certo; **mas aqui trabalha mais do que lá; aqui você trabalha o tanto que você quer; aqui eu costumo passar do horário, porque vale a pena e você consegue mais** (V. S. L., masculino, 33).

Os relatos acima apontam para a dedicação extremada ao trabalho que, de certa forma, é um limite à autonomia, se tomado o conceito de autonomia, também, como disposição de tempo livre, de maneira que a extensão do trabalho como necessidade se contrapõe ao tempo livre. Mas, como expressam os assentados, mesmo trabalhando além da jornada, trabalhava-se com satisfação.

O assentado, em tese, não apenas apropria-se do tempo de trabalho excedente (que alienava ao proprietário do capital), mas o tempo de trabalho necessário é qualitativamente diferente. Antes era um tempo que correspondia ao salário, configurava-se apenas na sua relação com o capital; existia apenas em função do capital; e para o assentado não: é tempo necessário para ele, que não implica relação com o capital³⁶. O tempo de trabalho é, também, para o assentado momento de prazer,

³⁶ A relação do assentado com o mercado pode implicar numa relação indireta de apropriação do tempo de trabalho do assentado pelo atravessador ou pelo capitalista, através dos produtos que vende.

de liberdade, mesmo trabalhando arduamente. Isso traz uma diferença significativa em seu novo projeto de vida.

Minha liberdade é minhas plantas. Eu me sentir feliz. Aquilo que eu fiz com minhas mãos, com orgulho, tenho maior prazer tá junto com meus filhos e minhas plantinhas. **Isso é minha liberdade. Eu ter produção para comer com minha família, pro meu sustento e da minha família. Isso pra mim é liberdade.** (A. F. O., masculino, 69).

D'Aquino (1997, p. 49), em sua pesquisa sobre assentamento, enfatiza “o sítio” como o “espaço de reprodução da família e da liberdade (...)”. Daí situar a autora o *trabalho, a família e a liberdade* como as categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro (grifos do autor). É ilustrativo quando afirma que: “plantar para comer, criar seus porcos e galinhas, sua vaquinha de leite são parte dos sonhos de muitos dos assentados, em sua busca de autonomia” (D'Aquino, 1997, p. 55).

A questão da autonomia para o sujeito em questão – o assentado - tem um significado específico quando relacionada com o trabalho anterior, sob relações de produção, nas quais se concretizavam sua exploração e dependência. Embora o sonho de muitos assentados seja plantar para comer, ter sua vaquinha, como expressão de sua autonomia, no caso em investigação, para o assentado, ex-trabalhador cacauero, cuja relação era de sujeição e exploração, a autonomia adquire, fundamentalmente, o sentido de negação e superação da condição anterior, sob a qual obedecia a ordens e era explorado.

Portanto, a autonomia aqui tratada, além da harmonia natural com a natureza e com os bichos de criação, tem um conteúdo fundamentalmente social, político e ideológico. Reafirmando, para o assentado do *Terra Vista*, a autonomia é, antes de qualquer coisa, a negação e superação da exploração e sujeição das relações de trabalho vividas anteriormente.

Os assentados se referem à autonomia como negação do trabalho condicionado às ordens de outrem, ao não reconhecimento para si de seu trabalho, apropriado pelo outro. Embora houvesse situações em que o assentado despendia o tempo de trabalho além daquele em que era assalariado, a grande diferença é que todo o tempo de trabalho lhe pertence. Era na apropriação do tempo de trabalho que se encaixava a exploração e sujeição do trabalhador cacauero.

6.4 Autonomia e reprodução da existência

A análise da reprodução da existência dos assentados passou pelo acesso à terra, pela autonomia no trabalho e pela responsabilidade sobre as atividades produtivas.

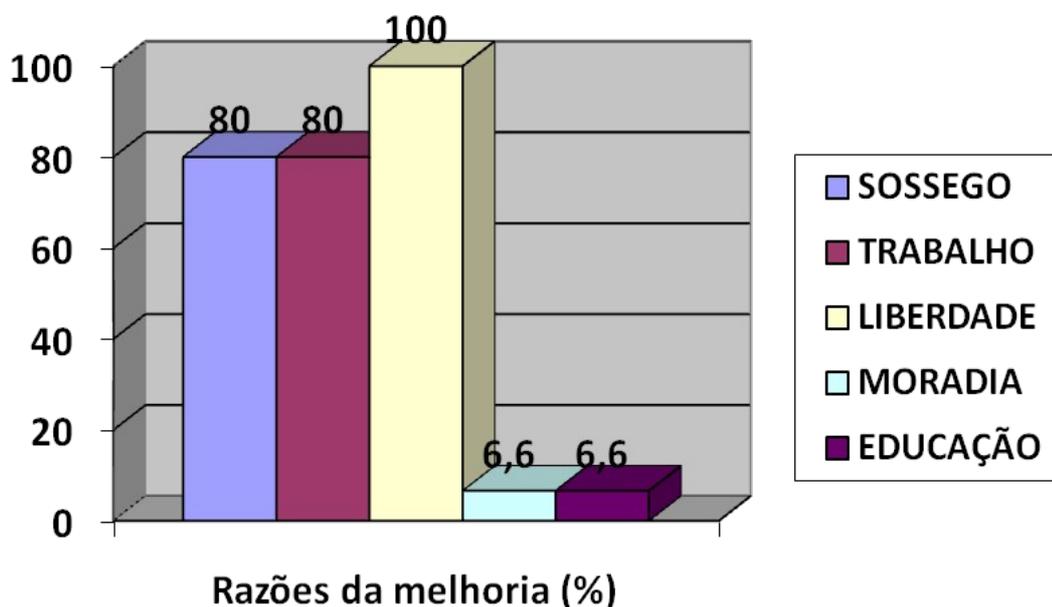
Embora continue trabalhador, o assentado está além desta condição: ele é trabalhador; mas, acima de tudo, é autônomo. As exigências que sobre ele pesam como assentado fazem parte do processo de construção dessa categoria. O trabalhador que precisava vender sua força de trabalho para sobreviver é diferente do trabalhador-assentado que trabalha, produz e organiza sua produção. Isso faz a diferença, pois não se trata mais da *reprodução da força de trabalho desse ser* – antes trabalhador cacauero – mas, como assentado, da *reprodução desse ser* e de sua família.

Em tese, esta diferença reside no fato de a reprodução daquele *ser*, enquanto força de trabalho, dizia respeito à sua sobrevivência, ou seja, trabalhava unicamente para sobreviver; agora, a reprodução diz respeito não só à sobrevivência, mas também e, principalmente, às outras esferas da vida. Essas outras esferas dizem respeito à organização do trabalho e da vida, o lazer, o descanso, a sociabilidade. Essas “outras esferas” tiveram peso significativo na avaliação dos assentados, quando questionados sobre as melhorias das condições de vida (Figura 13). A liberdade³⁷ foi unânime entre os assentados, com a ressalva de que ela, em todos os momentos, esteve relacionada aos outros aspectos de suas vidas.

Figura 13: Relevância dos aspectos subjetivos da melhoria das condições de vida.

³⁷ O uso do termo “liberdade” e não “autonomia” no texto foi devido ao fato de os assentados, nas entrevistas, sempre usarem o primeiro.

Razões da melhoria



Fonte: pesquisa realizada pelo autor, 2009.

A organização da produção e o desenvolvimento do assentamento ficaram na dependência das relações mais estreitas que o assentado passou a ter com o MST, o INCRA e o Estado. A liberação dos recursos na década de 1990 revelou a atuação e o papel fundamental do MST e do INCRA para, juntamente com os assentados, planejarem os investimentos e as atividades que seriam desenvolvidos naquele momento. Em outras palavras, a organização da produção, assim pensava a coordenação do MST, foi um passo essencial na orientação seguida para desenvolver o assentamento e buscar o modelo de eficiência, visto que, com base na história desses sujeitos, não havia possibilidade deles sozinhos se organizarem e planejarem a produção nos moldes pensados pelo MST.

O Estado foi o ponto de partida da retomada da organização das atividades através da liberação dos recursos para construção das moradias e infraestrutura, construção e compra de equipamentos.

As condições de reprodução dos assentados, por um lado, estiveram atreladas ao trabalho desenvolvido em seus lotes; por outro, passaram a depender de recursos técnico-financeiros, da capacidade de organização das atividades e da intermediação do MST. Comparadas às condições anteriores, houve avanços

consideráveis; porém, considerando o período de existência do assentamento – dezessete anos – houve avanços e recuos, marcados pela reparação dos erros passados através de nova orientação para a produção e o desenvolvimento.

Enfim, a reprodução socioeconômica dos assentados esteve atrelada à conquista da terra e da autonomia, refletindo-se sobre o trabalho em sentido amplo, permitindo a ampliação das alternativas de atendimento de suas necessidades e sonhos. Mas, quando se analisa a autonomia a partir da relação que os assentados passaram a ter com o MST, com o mercado e com o Estado, essa autonomia foi bastante relativizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou a relação entre o trabalho e a autonomia e seus reflexos sobre as condições de reprodução dos assentados no primeiro assentamento do MST na região cacauzeira, no Sul da Bahia, tomado como *assentamento-modelo*.

Os participantes da pesquisa foram trabalhadores cacauzeiros que, a partir da crise, ficaram desempregados e passaram a se mobilizar com o apoio de movimentos sociais e partidos políticos para ocupar as fazendas de cacau desativadas, objetivando conquistar a terra. O método de investigação foi o da abordagem qualitativa e comparativa, investigando a percepção dos assentados sobre as condições de trabalho e de vida antes, como trabalhadores assalariados, e depois, como assentados. A análise desses dois momentos foi realizada, tendo como pressuposto a relação entre a autonomia e o trabalho.

O referencial teórico teve suporte na teoria marxista sobre o trabalho, através da investigação da relação entre capital e trabalho. A exploração (da força de trabalho) foi a categoria central na análise, fazendo um contraponto com a análise da autonomia. Em seguida, analisaram-se os estudos sobre a questão do trabalho (urbano-industrial) na contemporaneidade através das obras de Offe (1999), Fracalanza e Raimundo (2010), Antunes (1999), Toledo (2000), Sorj (2000), Castells (2000), investigando-se a questão da centralidade do trabalho – e sua relação com a autonomia - no universo camponês, tendo suporte nas obras de Garcia Jr. (1983; 1989); Martins (1993; 1995; 1998; 2003), Heredia (1979), Wanderley (1999; 2003), Prado Jr. (1980; 2000), dentre outros. A revisão de literatura sobre os assentamentos se ateve fundamentalmente às obras de Romeiro, Guanziroli e Leite (1994), Martins et al. (2003) e Medeiros et al. (2004).

A investigação da relação entre o trabalho e a autonomia evidenciou que, a partir do acesso à terra, houve melhorias significativas nas condições de vida dos trabalhadores. Essas melhorias foram objetivas, através da ampliação do consumo de bens de primeira necessidade, preenchendo as carências anteriormente existentes, e de bens duráveis, os quais antes eram proibitivos para eles. Foram também subjetivas, pela percepção e valorização do que passaram a simbolizar e vivenciar no que chamavam de liberdade, associada ao trabalho (satisfação) e

demais esferas da vida. Face ao contexto de crise, trajetórias cruzadas por avanços e recuos, o processo de construção de um novo projeto de vida, seria impróprio aferir a situação do assentamento a partir de resultados econômicos imediatos e, daí, inferir-se que houve sucesso ou insucesso.

A análise de Marx sobre o trabalho (cujo núcleo teórico esteve embasado na exploração da força de trabalho) foi utilizada para compreender as nuances dessas mudanças e os significados e a percepção que os assentados passaram a ter sobre a autonomia conquistada como contraponto às condições precárias de trabalho e de vida anteriores. Esses significados sintetizam-se nos laços sociais (amizade, parentesco, afinidade, vizinhança), no tempo, na produção, na comercialização, no descanso, na satisfação e na educação.

A centralidade do trabalho defendida no estudo deveu-se ao fato de estas famílias terem suas vidas implicadas no trabalho sobre a terra durante décadas: antes, o trabalho assalariado que garantia a renda – o salário – com o qual se mantinham precariamente; agora, o trabalho autônomo, que garante, em condições satisfatórias, sua reprodução. Nesse sentido, é válida e afirmativa, para o caso em análise, a defesa da centralidade do trabalho, defendida por alguns autores, visto que, tanto antes como agora, o trabalho foi o meio através do qual os trabalhadores garantiram sua subsistência e a reprodução de suas vidas e as de suas famílias no meio rural da região cacaeira.

A análise qualitativa e comparativa sobre os dois momentos – nas fazendas de cacau e no assentamento -, vivenciados pelos assentados em suas trajetórias, confirmou a hipótese de que a autonomia conquistada significou a melhoria das condições de trabalho e de vida frente às condições anteriores. O assentado adquiriu a autonomia sobre “seu” tempo, sobre “seu” trabalho, assumindo as decisões e os riscos sobre as atividades que passou a desempenhar. Sob outro olhar, essa autonomia foi relativa, a partir das relações que passou a contrair com o MST, o Estado e o mercado. Fundamentalmente com o MST, com o qual teve uma relação cotidiana e mais direta, quando a proposta de desenvolvimento para o assentamento, através dos projetos produtivos implantados, foram pensados por essa organização, tendo em vista seus objetivos político-ideológicos, face ao embate, à época, com a UDR, colocando-se adiante dos anseios e dos projetos pensados pelos assentados.

Constatou-se que as melhorias obtidas no assentamento estiveram focadas no trabalho e na responsabilidade da produção nos lotes. Os resultados confirmaram um sentimento de liberdade, unanimemente relatado nos diálogos e nas entrevistas. Os entraves que enfrentaram estiveram relacionados à paralisação de algumas atividades que, de certa forma, comprometeram o emprego e a renda e, relativamente, o desenvolvimento do assentamento. Tais entraves deveram-se à proposta pensada e colocada em prática pelo MST.

O MST, como movimento que intermediou a relação entre assentados e INCRA e deste para com o Estado, teve papel fundamental nos ganhos e avanços ocorridos ao longo da existência do assentamento: a instalação da infraestrutura, os projetos agrícolas e de beneficiamento, a estruturação e organização da produção, embora esse processo ainda esteja em construção. Mais ainda, o MST orientou a organização da produção, buscando a diversificação, quando os assentados (pelo seu passado) estavam apegados, no seu imaginário, à lavoura do cacau.

A conquista da terra representou a conquista da autonomia do trabalhador frente ao produtor de cacau, no sentido de trabalhar para si e administrar seu próprio tempo e não estar mais submisso às ordens do patrão. A venda da força de trabalho não se colocou mais como uma opção-obrigação, como única alternativa. O trabalho expressou a materialização da autonomia através das atividades que passou a desenvolver, assumindo lugar central nesse processo. O trabalho, assim, refletiu-se sobre os sujeitos e as condições de sua reprodução. Em suma, a superação da exploração, da sujeição e das condições precárias herdadas da cacaucultura dependeu da conquista da terra, a autonomia sobre o trabalho e a responsabilidade pela atividade produtiva.

Ser *assentado* significou, portanto, ser autônomo num duplo sentido: sua sobrevivência não dependeu necessariamente e obrigatoriamente da venda da força de trabalho e ele deixou de ser um trabalhador que obedece e cumpre ordens, internalizando o poder de decisão sobre sua atividade. Com a ressalva de que esse poder de decisão é relativizado.

Como *assalariado*, embora pudesse optar em vender ou não a força de trabalho, a venda era uma opção-obrigação para poder sobreviver e reproduzir-se. Como *assentado* não. Ele se assemelha à condição anterior unicamente pelo fato de optar em vender ou não a força de trabalho, mas esta não se coloca mais como opção-obrigação. Esse é um dos aspectos centrais da sua autonomia.

O acesso à terra acenou para o *assentado* a possibilidade de manter-se e à sua família sem a venda da força de trabalho. Em suma, a condição de *assentado* lhe permitiu novas alternativas reprodutivas. Como qualquer pessoa responsável por uma atividade econômica, o assentado agora corre riscos a depender das escolhas que faz, de maneira que sua reprodução fica na iminência dos erros ou acertos de seu planejamento e das interferências do MST.

A pesquisa constatou que nenhum dos assentados - durante os dezessete anos de existência do assentamento - assalariou-se ou exerceu qualquer tipo de atividade remunerada fora do assentamento, realidade que recolocou a importância da autonomia conquistada.

Na investigação comparativa sobre as duas condições – assalariado e assentado – evidenciou-se, na análise dos relatos, que, entre os vários significados que carregava a autonomia conquistada, destacou-se permanentemente a referência à condição anterior. Nesse foco da análise, a autonomia se contrapunha à exploração (como negação), cuja superação se fez possível com o acesso aos meios de produção, fundamentalmente a terra. Portanto, a autonomia significou a negação e a superação da exploração e sujeição.

A autonomia é percebida e vivenciada no ato do trabalho como atividade concreta, refletida subjetivamente no imaginário do assentado, pelo fato de trabalhar *para si* e apropriar-se do fruto de seu trabalho, dispor de “seu” tempo, decidir que hora ir e que hora voltar da roça, permitir-se o descanso durante o tempo que desejar, como foi expresso nas falas. Essa relação entre o assentado e a terra representou a manifestação do desejo desses indivíduos, que era obter a terra, simbolizada no *afeto da terra* de que nos fala Brandão (1999), isto é, na harmonia entre o camponês e a natureza.

As condições de sua reprodução dependeram também das relações com o MST e com o Estado, de modo que suas alternativas reprodutivas se ampliaram. Essas relações se deram por intermédio do MST para reivindicar recursos para moradia, produção e investimento, assistência técnica, entre outros.

Independentemente dos entraves sobre a produção e a comercialização, destacou-se a afirmação e o reconhecimento social local no desempenho de suas atividades, através das vendas nas feiras, das doações e, mais recentemente, do Programa de Aquisição de Alimentos.

A afirmação social como cidadão permitiu aspirar a algo mais que a simples reprodução como trabalhador, encontrando sentido para sua existência, inserindo-se na sociedade. O acesso à terra abriu a possibilidade de realização pessoal. Ele reproduz não só sua existência e um “sentido de vida”, mas também o próprio ambiente que o rodeia e que faz parte de sua própria reprodução. Está-se falando da natureza, do trabalho, da família, da tranquilidade, das relações sociais que se criam no cotidiano, dentro e fora do assentamento. Quando questionados sobre a escolha entre a autonomia conquistada no assentamento e a condição anterior como assalariado, a conquista da liberdade se sobressaiu.

O que se observou também foi a persistência de uma “cultura do cacau”, herdada secularmente, como fonte e símbolo da riqueza; mas, principalmente, como uma poupança face às contingências, conforme ficou exposto nos relatos. O cacau é, ainda, a atividade que lhes garante retorno imediato – demanda e preço - face às necessidades urgentes que se colocam no dia a dia.

A nova proposta do MST, posta em prática a partir de 2002, através da organização da produção ambientalmente sustentável e da educação ambiental, (através dos cursos de Agronomia e Agroecologia), colocou-se numa nova perspectiva de desenvolvimento, como o reflorestamento e o fim de práticas de cultivo que contaminem o solo e promovam o desmatamento. A proposta de tornar o assentamento como referência na região, servindo de modelo eficiente – que vem desde o início - para ser reproduzido em outros assentamentos é um processo ainda em curso. Muitas conquistas já foram realizadas: a diversificação da produção; a proposta de sustentabilidade, em andamento, como vetor da organização da produção e do desenvolvimento; a educação de forma geral e, particularmente, os cursos implantados, voltados para a realidade dos assentados e do assentamento; e a inclusão social.

A proposta agroecológica significou, por um lado, a tomada de consciência dos rumos equivocados seguidos até então pelo MST, cuja iniciativa, embora importante, foi imposta pelo movimento. Por outro lado, representa uma estratégia – ainda em construção - que pode contribuir para incentivar a comercialização, ampliar os mercados e a renda e retomar o emprego. Esta pode tornar-se modelo de referência econômico-social e ambientalmente sustentável para os próprios assentados, para o assentamento e exemplo para a região.

A criação e implantação do P. A. A. trouxe alento considerável, estimulando a produção e o trabalho dos assentados, com a garantia de venda e de renda. Tem também estimulado a diversificação de culturas e permitido um salto significativo na renda e na autoestima dos assentados.

Concluiu-se que o acesso à terra permitiu aos assentados a conquista da autonomia mediante a materialização do trabalho sobre a terra e a responsabilidade sobre suas atividades, estendendo-se às outras esferas da vida. O desdobramento da autonomia e do trabalho sobre as condições materiais de vida teve um salto significativo e qualitativo, face às condições precárias de trabalho e de vida de quando eram trabalhadores assalariados, confirmando a hipótese que orientou a investigação.

Observou-se, acima de tudo, o significado da autonomia como negação e superação da condição de exploração e dependência em relação ao produtor de cacau. Constatou-se, porém, que essa autonomia foi relativa, pois o assentado do *Terra Vista* é um sujeito que ficou na dependência dos projetos políticos e ideológicos do movimento e menos nos de suas aspirações. Em sentido amplo, a autonomia significou a melhoria de suas vidas e de reprodução de sua existência em condições mais favoráveis que as anteriores.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC/UNICAMP, 1992. Série Estudos Rurais/ANPOCS.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- ASMAR, S. R. **Sociologia da microrregião cacaeira**. Itabuna: Ed. Itagrafe, 1983.
- BAIARDI, A. **Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia**. São Paulo: HUCITEC, 1984, v. 1.
- BERGAMASCO, S. M. P.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais: caminhos e desafios de pesquisa. IN: ROMEIRO et al. **Reforma agrária**: produção, emprego e renda – O relatório da FAO em debate. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- BIGNOTTO, N. Terra, igualdade e liberdade, p. 108-127. IN: STARLING, H. M. M., RODRIGUES, H. E. e TELLES, M. (Orgs.). **Utopias agrárias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**. Campinas: UNICAMP, 1999.
- BRENNEISEN, E. **Da luta pela terra à luta pela vida**: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro. São Paulo: Annablume, 2004.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, v. 1.
- CAVALCANTI, J. S. B. Globalização e ruralidade. IN: WANDERLEY, M. N. B. (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável**: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro. Campinas: Ed. Polis. CERES/UNICAMP, 2004.
- CEPLAC. **Diagnóstico sócio-econômico da região cacaeira**. Ilhéus, 1975.
- COOPTEC/COPRASUL. **Plano de desenvolvimento sustentável**: Assentamento Terra Vista. Ilhéus, 2000.
- COSTA, G. S. MLT: **O Movimento de Luta pela Terra, um movimento em movimento**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande: UFCG/DFCH, 1996.
- D'AQUINO, T. Assentamento como nova forma de vida rural: espaço e tempo no assentamento rural da Fazenda Reunidas – São Paulo. Campina Grande: **Revista Raízes**. Ano XVI, Nº 15, dez./1997. Campina Grande: UFCG, 1997.
- DEMÉTER, P. **Combatendo o desemprego na região cacaeira da Bahia**: o papel dos movimentos sociais populares. Itabuna: Cadernos de Pesquisa, 1997.

DIAS, M. H. e CARRARA, A. A (Orgs.). **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau.** Ilhéus: Ed. Editus, 2007.

FERNANDES. B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, J. L. R. F. **A mão-de-obra em fazendas de cacau, Ibirapitanga, Bahia – um reestudo.** Dissertação de mestrado em Sociologia. Viçosa: UFV, 1981.

FERREIRA, A. A. C. **Crise, vassoura-de-bruxa e o sistema arista na cacauicultura baiana – o caso da fazenda Oceania.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Ambiental. Ilhéus: UESC, 1996.

FERREIRA, J. L. & TREVIZAN, S. D. P. **Novas relações sociais na agricultura: o sistema arista.** Salvador: UFBA. Anais do 1º Congresso Estadual de Ciências Sociais, 1995.

FILHO, F. E. T. A organização da produção nos assentamentos: subordinação ou autogestão? IN: ROMEIRO, A; GUANZIROLI, LEITE, S. **Reforma agrária: produção, emprego e renda – O relatório da FAO em debate.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FRACALANZA, P. S. e RAIMUNDO, L. C. Gestão da riqueza e transformação do mundo do trabalho: a crise do trabalho no regime de acumulação liderado pela finança. Rio de Janeiro: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2010.

FREITAS, A. F. G. **Os donos dos frutos de ouro.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Salvador: UFBA, 1979.

GARCIA Jr., A. R. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** Brasília: Ed. Marco Zero/UNB/CNPq/MCT, 1989.

GORENDER, J. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 2001.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário, 1995-1996.**

_____. **Censo Demográfico, 2000.**

_____. **Censo Demográfico, 2005.**

_____. **Censo Demográfico, 2008.**

_____. **Censo Demográfico, 2010.**

INCRA. **Relatório dos projetos de assentamento**. Itabuna, 2008.

INSTITUTO CABRUCÁ. **Arquivos**. Ilhéus, 2009-2010.

LEITE, MEDEIROS et al. **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP/NEAD Estudos, 2004.

LIMA, S. R. R. **O café e a geração de emprego e renda**. Ilhéus: EDITUS. 1º Seminário sobre a cultura do café na região Sul da Bahia (palestras), 2001.

LIMA, S. R. R. **A Crise da economia cacauzeira e o sentido da mudança da posse da terra na região Sul da Bahia**: cenários e tendências. Campina Grande: UFCG/Rede de Estudos Rurais, 2008.

LYRA, H. J. B. A “crise” de mão-de-obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia: 1850-1889, p. 233-305. IN: DIAS, M. H. e CARRARA, A. A. (Orgs.). **Um lugar na história**: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. Ilhéus: Editus, 2007.

MARQUES, M. I. M. Terra e modernidade em assentamentos de reforma agrária, p. 255-286. IN: WOORTMANN, E. F. **Significados da terra**. (Org.). Brasília: UnB, 2004.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. (Coord.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. 5 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção *Os Pensadores*.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. 1, tomo 1. Coleção *Os Economistas*.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985, vol. 3, tomo 1. Coleção *Os Economistas*.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, livro 1, vol. 2.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MDA. **Desenvolvimento Territorial na Bahia**. Salvador, 2005.

MDA/INCRA. Escritório Regional, 2008.

MDS. Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília, 2009.

MEDEIROS, L. S. & ESTERCI, N. Introdução. IN: MEDEIROS, L. S. et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

_____. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: UFRGS/CPDA, 1999.

MELLO, M. C. D. **O «bóia-fria»: acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1978.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo ed., 2006.

MORAES e SILVA, M. A. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. IN: MARTINS, J. S. (Coord.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MST. **Coordenação Regional**, Itabuna, 2009.

MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Vértice, 1988.

NASCIMENTO, F. R. (Coord.) **A crise da lavoura cacaueteira: sua natureza e soluções**. Brasília: IPEA, 1994.

NASCIMENTO, V. A. **A parceria agrícola: uma contribuição para reestruturação das propriedades cacaueteiras**. Dissertação de Mestrado, Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas/UFBA. 2002.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. IN: SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OFFE, C. “Trabalho: a categoria-chave da Sociologia?”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 4, 10: 5-20. 1998. São Paulo, 1998.

PAULILO, M. I. S. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. IN: ROMEIRO, A, GUANZIROLI, C. e LEITE, S. (Orgs.). **Reforma Agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes. IBASE/FAO, 1994.

PEREIRA, J. R. Terras e reforma agrária, p. 209-253. IN: WOORTMANN, E. F. (Org.). **Significados da terra**. Brasília: UnB, 2004.

PIMENTA, A. C. M. A crise na região cacaueteira da Bahia. São Paulo: **Folha de São Paulo**, 2000.

PRADO Jr. C. **O que é liberdade**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **A questão agrária**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REHEM, R. A. Literatura do cacau I e II: literatura e outras linguagens em obras de Jorge Amado. Ilhéus: Editus, 2010.

REIS, A. M. B. dos. Mão-de-obra e elementos de relações de produção. Rio de Janeiro, 1977. IN: CEPLAC. **Diagnóstico socioeconômico da região cacaueira**. Ilhéus, 1975, v. 11.

ROCHA, L. B. **A região cacaueira da Bahia**: uma abordagem fenomenológica. Tese de Doutorado. Sergipe: UFS. 2006.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto/UERJ, 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA** – Ano 8, N. 7 – Julho/Dezembro, 2005.

SEI. **Cartografia**. Salvador, 2010.

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SIGAUD, FAJOLLES et al. Os acampamentos da reforma agrária: história de uma surpresa. IN: L'ESTOILE & SIGAUD, L. (Orgs.). **Ocupações de terra e transformações sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SORJ, B. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 15, 43: 25-34. São Paulo: 2000.

TOLEDO, E. de La G. **El papel del concepto de trabajo en la teoría social del siglo XX**. <http://docencia.izt.uam.mx/egt/publicaciones/articulos/papelconcepto.pdf>. 2000.

TOURINHO, M. M. et al. (Coord). **Anteprojeto de um programa de apoio social e político ao trabalhador rural**: PASP. Ilhéus, 1985.

TREVIZAN, S. D. P. **Mudanças na estrutura agrária no Sul da Bahia associadas à vassoura-de-bruxa do cacau**. Aracaju: XXXIV Congresso SOBER, 1996.

_____. Impactos socioeconômicos da crise do cacau: um estudo de comunidade-caso. Ilhéus: Centro de Pesquisa do Cacau **Revista AGROTRÓPICA**, 14 (3): 127-136, 2002.

VEIGA, E. J. da. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: UNICAMP/HUCITEC/EDUSP/Série Estudos Rurais: 1981.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). IN: MARTINS, J. S. (Coord.) **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ANEXO

História e Trajetória de Vida dos Informantes

A pesquisa constou de dados de 16 assentados, sendo 12 homens e quatro mulheres, selecionados entre aqueles trabalhadores cuja trajetória estivesse ligada ao trabalho na lavoura cacaujeira. Da seleção, 7 (cinco homens e duas mulheres) assentados foram pioneiros, quer dizer, estiveram desde o início da luta e resistência pela conquista da terra, através das ocupações, passagem pelo acampamento (dois anos) na fazenda da qual nasceu o *Terra Vista*, enfrentamentos com a polícia, despejos (no total de 5) e caminhadas a Salvador e Brasília. Dos 12 assentados-homens, um deles é militante e coordenador do assentamento, o qual organizou e participou da luta.

A faixa etária dos assentados variou entre 30 e 50 anos de idade (4 assentados); entre 51 e 60 anos (6 assentados); e acima de 61 anos (5 assentados). Os assentados acima dos 50 anos tiveram uma maior vivência com o trabalho na cacauicultura, que se tornou parte significativa de suas vidas.

Das assentadas, uma é chefe de família, responsável pela casa e pelo trabalho da roça; as demais participaram da pesquisa com seus maridos pela ligação com o trabalho na cacauicultura e/ou pela importância que tiveram nas lutas pela conquista da terra. Neste último caso, uma assentada que, embora não tendo trabalhado diretamente na cacauicultura, teve importante participação na luta e ocupação do assentamento. Segue adiante a história e trajetória de cada um deles.

1) Joelson Ferreira de Oliveira

Natural do município de Itamarajú, Extremo-Sul da Bahia; 49 anos; casado; pai de 6 filhos (cinco homens e uma mulher). Dois filhos adolescentes (homens) cursam Agroecologia e trabalham na roça enquanto a filha estuda fora; dois filhos menores (homens) estudam no assentamento (ensino fundamental) e ajudam o pai na roça.

Militante do MST e coordenador do assentamento *Terra Vista* há 10 anos, no início, esteve à frente do assentamento. Em 2000, ocupou a Coordenação Regional do MST, em Itabuna-BA, e retornou à coordenação do assentamento em 2005, na qual está há 5 anos. Mora com a esposa e dois filhos no assentamento. Pela ligação que tinha com as lutas sociais, recebeu o convite para organizar o MST em Guaratinga, município do Extremo Sul da Bahia, no final de 1987. Em março de 1988, organizou a ocupação da fazenda Bela Vista no município de Itamarajú, onde nasceu. Daí partiu para organizar – com outros militantes - a ocupação da, também, fazenda Bela Vista, no município de Arataca, cujo sucesso resultou na criação do assentamento *Terra Vista*. É um dos pioneiros do assentamento, juntamente com mais seis assentados. Participou, com outros militantes, da proposta de organização do assentamento, através dos projetos instalados na segunda metade da década de 1990. É responsável atualmente pela nova proposta de organização da produção agroecológica.

Seus avós e os seus pais eram pequenos produtores de cacau. Com a morte do avô, a avó entregou a terra por conta de “endividamento” com proprietários da região, passando o pai a trabalhar como contratista, já aos 12 anos. O pai, juntamente com os tios, comprou uma área de terra, voltando a trabalhar por conta própria. Quando adolescente, trabalhou com os pais na roça. A partir daí, em 1987 ingressou no movimento por convite da coordenação nacional. O ingresso no MST, e, fundamentalmente, a conquista do *Terra Vista*, segundo relatou, foi decorrente dos atos de crueldade, exploração e humilhação que passou a vivenciar por parte dos produtores de cacau. À frente da Coordenação Regional do MST, em Itabuna, à época da crise do assentamento (paralisação das atividades), saiu da coordenação com o objetivo de retomar o desenvolvimento do assentamento, assumindo a sua coordenação. Produz café, cacau, mandioca, banana, legumes e frutas. A esposa trabalha na direção da escola. Dois filhos adolescentes fazem o curso de Agroecologia.

2) Adel Francisco de Oliveira

Natural do município de Itabuna-BA; 71 anos; casado; aposentado; não teve filhos. Mora com a esposa e dois sobrinhos adolescentes. Os sobrinhos estudam, pela manhã, no município de Arataca e, à tarde, trabalham na roça, pois o avô, por

problemas de saúde, não pode mais fazê-lo. Um deles (de maior idade) casou recentemente, vivendo com a esposa na casa do tio.

Entrou no assentamento em 1997, aos 57 anos. Nasceu na roça e; dos 13 aos 25 anos começou a trabalhar nas roças de cacau no sítio dos avós, recebendo diária. O pai, à época, era morador em fazenda de cacau. Quando o pai comprou um pequeno sítio, foi trabalhar com ele. Com pouco tempo, voltou a trabalhar com os avós. Depois foi para o município de Una-BA, colocou um pequeno comércio, mas não deu certo. Voltou e foi trabalhar em fazendas de cacau, em diferentes municípios, na condição de trabalhador, morador e depois passou a ser administrador, onde fazia de tudo, da limpeza à colheita. Teve direito à moradia e ao sítio. Nessa fazenda³⁸, onde trabalhou cinco anos, era responsável pela roça enquanto a esposa cuidava do *barracão*. Dedicava-se, juntamente com a esposa, todos os dias da semana, à fazenda. Nessa fazenda não recebia salário, mas tudo o que precisava tirava da renda do barracão, sem prestar conta ao patrão. Depois dessa fazenda, após 5 anos, devido a problemas de saúde do patrão, voltou a trabalhar com o pai, que comprou um sítio no município de Arataca-BA, com o dinheiro da fazenda que vendeu ao patrão do filho. Depois começou a vender produtos de utilidade doméstica em Arataca, mas durou pouco tempo, voltando a trabalhar nas fazendas de cacau.

Com a crise, passou um período de tempo desempregado, indo morar em Una-BA e depois em Itabuna-BA, como autônomo, quando um fazendeiro o chamou para administrar sua fazenda em Ilhéus-BA, já em meados dos anos 90, enquanto a esposa ficou na cidade, vendendo produtos estéticos. A essa época, conheceu o MST, através do trabalho de base, simpatizando com a proposta de ter a terra; ele continuou na administração da fazenda e sua esposa foi participar dos movimentos de ocupação, até que conseguisse a terra e ele deixaria o emprego para ir para o assentamento, o que aconteceu em 1997, onde mora até hoje com a esposa e três sobrinhos. Atualmente não trabalha na roça, deixando-a aos cuidados dos sobrinhos. Cultiva banana, cacau, café, mandioca, frutas e legumes.

³⁸ Essa primeira fazenda na qual trabalhava pertenceu ao pai, de quem o patrão a comprou, juntamente com outras, e o chamou para trabalhar.

3) Áurea Brito Silva

Casada; natural do município de Itapé-BA; tem 61 anos. Morou no sítio dos avós, onde o pai cultivava roça de cacau. Entrou para o assentamento juntamente com o marido em 1997. Acompanhou-o nas fazendas de cacau, dedicando-se mais aos afazeres domésticos e à venda de utilidades domésticas para as famílias locais. Trabalhou juntamente com o marido nas atividades autônomas, quando foram para a cidade, em Una, Itabuna e Ilhéus. Depois da crise, quando foram morar em Itabuna e Ilhéus, e o marido voltou para administrar a fazenda. Ela continuou na cidade, cuidando do comércio de verduras e, posteriormente, de uma lanchonete. Depois do convite do MST, em 1997, para ingressar nas ocupações, substituiu o marido, enquanto este continuou na fazenda. Até então, nunca tinha tido contato com o MST, assim como desconhecia a proposta de reforma agrária. Passou de um ano e meio a dois anos no movimento de ocupação, por vezes sozinha e por vezes com os sobrinhos (que eram menores de idade), enfrentando vários despejos e os conflitos com a polícia. Com a entrada no assentamento em 1997, devido à quantidade de trabalho, ajudava o marido na roça e cuidava dos afazeres domésticos, dedicando-se posteriormente ao trabalho doméstico. A convite do MST, assumiu a presidência, onde passou oito meses. Saiu antes de cumprir o mandato (dois anos), devido a desentendimentos com o MST.

4) André Hermógenes Santos

Natural de Gandú-Ba, Sul da Bahia; casado; aposentado; teve seis filhos, dos quais dois (o filho solteiro e a filha casada) moram no assentamento. O filho trabalha no viveiro pela manhã e estuda Agroecologia, enquanto a filha cuida dos afazeres domésticos e do filho. Uma filha, que mora fora (em Juazeiro-BA), é militante do MST.

O senhor André tem 72 anos. Entrou para o assentamento em 1995, um ano depois da imissão de posse, sendo transferido de outro assentamento. Trabalhou em torno de 30 anos nas fazendas de cacau, desde adolescente, quando saiu da casa dos pais. Na primeira fazenda em que trabalhou, passou cinco anos. Depois trabalhou em outras fazendas; na última, passou 11 anos, localizada no município de Itagibá-BA, quando veio o desfecho da crise. Foi morador, com direito à moradia

e ao sítio, mas não tinha tempo para trabalhar no sítio; nos anos de 1970 foi despejado, passando a trabalhar de empreitada. Fazia todos os serviços (trato da roça, plantio, colheita e secagem do cacau). Quando saiu da fazenda, depois da crise, comprou uma casa em Itagibá; nesta passagem pela cidade, teve contato com o MST, que o convidou para ingressar no movimento. Vendeu a casa e, com o dinheiro, investiu no assentamento Mariana, no município de Camamu-BA, também coordenado pelo MST. Daí recebeu o convite para morar no assentamento *Terra Vista*. Trabalha com a esposa na roça, onde cultiva cacau, banana, café, mandioca, verduras e frutas.

5) Teresa da Silva Santos

Natural do município de Itagibá-BA; 50 anos; casada com o Sr. André; mãe de seis filhos. Foi transferida do assentamento Mariana, no município de Camamu-BA para o Terra Vista, em 1995. Atualmente é militante do MST e participa da coordenação do assentamento. Trabalhava com o marido em fazendas de cacau no município de Itagibá. Com a dispensa da fazenda, foi morar em um centro urbano, onde passou, mais ou menos, um ano, enfrentando muitas dificuldades, pois tinha filho pequeno. Nesse intervalo, incorporou-se ao movimento, ao lado do marido, em 1986; ocupando uma fazenda improdutiva de cacau no município de Camamu, em 1988. Passou dois anos no acampamento, sob a *lona preta*, indo para o assentamento em 1990, onde passou a cultivar cacau, abacate, coco, laranja, manga e, atualmente, horta.

No *Terra Vista*, continuou com o trabalho na roça ao lado do marido; além das atividades com a casa e com os filhos. Com o P. A. A., em outubro de 2009, adquiriu uma pequena parcela de terra onde cultiva horta para venda ao programa.

6) Aloísio Ferreira Lima

Natural do município de Itaporanga-SE; 67 anos; casado. Veio para o Sul da Bahia em 1958, trabalhar nas fazendas de cacau, radicando-se no município de Camamu-BA, onde passou a ser morador. Tinha moradia e sítio para cultivo de produtos de subsistência, disponibilizando os domingos para esta tarefa. Teve 13 filhos, dos quais apenas duas filhas moram no assentamento (uma desquitada e

outra solteira, estudante). Três filhos faleceram, enquanto sete filhos foram para São Paulo depois da crise do assentamento, e outro mora no município de Ubaitaba-BA, na região cacauzeira, onde tem uma oficina de carros.

Depois de Camamu, foi trabalhar numa fazenda em Ubaitaba-BA, onde passou vinte e sete anos e, na qual conheceu a esposa. Por iniciativa própria, pediu afastamento da fazenda e foi morar com a família no centro urbano de Ubaitaba, em 1986, onde comprou uma casa. Aí teve contato com os militantes do MST, ingressando no movimento, de onde partiu para a ocupação da fazenda Bela Vista, em 1992, no município de Arataca-BA, atual assentamento *Terra Vista*. Foi um dos pioneiros. Desde então passou a organizar a produção no lote ao lado da esposa.

7) Antonia Vieira Lima

Natural de Ubaitaba-BA, 61 anos; aposentada; nasceu na fazenda de cacau onde os pais trabalharam há muitos anos como moradores e onde se casou com o Sr. Aloísio, também morador nessa mesma fazenda, lá residindo em torno de cinquenta anos. Adolescente, cuidava dos afazeres da casa e também trabalhava na roça. Toda sua vida foi ligada à roça de cacau, desde a fazenda até o assentamento. Ao casar, adquiriu moradia e sítio para cultivar com o marido, mas só tinha o domingo de descanso para preparar cultivo próprio. Trabalhava com o marido na roça, mas não recebia salário, pois o trabalho era considerado “ajuda”, embora fizesse os mesmos serviços que o marido. Após a saída da fazenda, depois da crise, moraram em Ubaitaba, durante dez anos, ocupando-se de serviços avulsos. Nessa época, tiveram contato com o MST e partiram para as ocupações de terras. Ela é uma das assentadas pioneiras, que ingressou junto com o marido na conquista do *Terra Vista*, em 1992. As dificuldades no início do assentamento - pois estava tudo em capoeira – exigiram que acompanhasse o marido na roça, durante todo o dia, e lá mesmo almoçasse. Atualmente, dedica-se aos afazeres domésticos.

8) Edvaldo Bispo dos Santos

Natural de Belmonte, Sul da Bahia, tem 61 anos; vive com a companheira, com quem teve dez filhos. Dois filhos homens trabalham na roça e apenas um

estuda Agroecologia. As filhas, no total de quatro, moram com os pais, sendo uma delas casada. Os demais trabalham e moram no município de Itabuna.

Entrou para o assentamento em 1995. Começou a trabalhar aos 13 anos em fazendas de cacau. Trabalhava das sete às dezesseis horas diariamente, com carteira assinada, recebendo salário. Foi também morador, mas não teve sítio para plantar. Afirmou que, muitas vezes, na hora do descanso, à noite, sempre era chamado pelo patrão para serviços extras. Passou muitas dificuldades, a exemplo de faltar dinheiro para necessidades básicas, e para adquirir bens de consumo durável, como geladeira e fogão. O contato com o MST foi através da sogra, que morava na cidade. Aceitou o convite, mas continuou na fazenda até o momento de se engajar no movimento para ocupar as fazendas improdutivas. Apesar da crise, continuou trabalhando na fazenda, saindo desta para o assentamento, com a companheira e os filhos. Tem muito problema de saúde (hérnia, coração, visão) por conta do trabalho nas roças. Produz cacau, café, banana, mandioca, frutas e verduras para consumo e venda. Atualmente, trabalha com muita dificuldade devido ao agravamento dos problemas da saúde.

9) José Correia de Souza

Natural de Ilhéus-BA, trabalhou, durante décadas, na cacauicultura, em roças de família e nas fazendas. Era viúvo; morreu aos 75 anos, em 2010. Entrou para o assentamento em 1995. Teve dois filhos (casal), atualmente casados, que moram no assentamento: a filha trabalha na roça e o filho, na Secretaria de Saúde do município de Arataca, como agente de saúde, prestando serviço ao assentamento e ao município.

Começou trabalhando com o pai em roça própria. Quando o pai vendeu a terra e foi morar em Itabuna (devido a problemas de saúde), começou a “trabalhar para fora”, em uma fazenda, onde passou onze anos como morador, fazendo todos os serviços. Nos anos 70, passou a trabalhar de empreitada; pois, a esta época, o sistema de morada estava se esgotando; desvinculando-se totalmente dessa forma de trabalho, no final dos anos de 1980, com a crise. Daí foi trabalhar na roça de um compadre, mas esta era pequena para o sustento de duas famílias. Conseguiu um emprego na prefeitura de Camacan como vigilante, mas logo saiu. Através de colegas, que o convidaram, teve contato com o MST, quando foi visitar um

acampamento (apesar da resistência) e se encantou com a produção dos acampados e com o clima de companheirismo, pois lá encontrou vários colegas de trabalho. Pediu para se engajar no movimento, indo para este acampamento com os dois filhos, que eram da área da até então Fazenda Bela Vista. Daí, já morando no acampamento, passou um período de um ano e meio, quando ocuparam definitivamente a terra.

No assentamento, passou a organizar a vida com os dois filhos. A partir de 2005, os problemas de saúde se agravaram (coração, pressão alta etc.), de maneira que, desse momento em diante, foi deixando o trabalho da roça, que passou para os cuidados da filha.

10) Lourisval José Mendes

Natural de Pau-Brasil-BA, na região cacaeira, é mais um dos assentados pioneiros. Participou, desde 1992, das lutas pela efetivação do assentamento. Viúvo, 66 anos, aposentado, tem três filhos trabalhando em São Paulo. Mora sozinho no assentamento.

Seguiu o pai para morar em Minas Gerais, retornando aos 19 anos para trabalhar nas fazendas de cacau. Trabalhou em algumas fazendas, onde, em cada uma delas, passou longos períodos: oito, nove, cinco anos. Começou como morador na fazenda, desde 1971, fazendo todo o tipo de serviço (roçava pasto, podava e colhia cacau, secagem do cacau durante a noite), assim como acontecia com todo trabalhador cacaeiro que morava em fazenda. Teve direito à moradia, mas não teve sítio para plantar; não tinha água encanada, nem energia. A renda era abaixo do salário-mínimo. Em decorrência do intenso trabalho, anos a fio, principalmente na secagem do cacau, tem sérios problemas de visão. Com a crise do cacau, ficou desempregado; o patrão fez a proposta para “trabalhar de meia” (parceria); não concordou e veio “morar na rua”. Foi para Camacan-BA, onde passou a fazer biscate, empreitada, para poder se manter.

Na “rua”, em Camacan, conheceu o movimento que o chamou para a ocupação da fazenda. Sem alternativa de trabalho e sem perspectiva de vida – realidade de todos os trabalhadores do cacau àquela época –, partiu para a luta pela terra. Teve enfrentamentos com a polícia, vivenciando cinco despejos. Passou dois anos de acampamento, cultivando horta para garantir a alimentação. Não dava para

fazer plantação duradoura (bem de raiz), pois não tinha certeza de que a terra seria liberada, chegando a passar fome.

Hoje, no assentamento, se diz uma pessoa satisfeita pela liberdade e pela terra conquistada. Trabalha sozinho no lote, plantando cacau, café, banana, uma pequena horta e frutas.

11) Manoel Oliveira dos Santos

Natural de Valença-BA, no Sul da Bahia. Casado, 50 anos, teve quatro filhos, dos quais, duas filhas residem no assentamento e as outras, casadas, moram em São Paulo. Participou das lutas de conquista da terra desde as ocupações.

No início da década de 70, veio trabalhar na lavoura cacaueteira, ainda solteiro. Trabalhou de diária e empreitada até final dos anos de 1980, quando surgiu a crise. Trabalhou em torno de vinte anos em roças de cacau. Nesse intervalo, passou um curto período trabalhando (em roça de cacau) em Belém-PA, retornando para a região cacaueteira pouco tempo depois.

Depois da crise, foi trabalhar, no início da década de 90, em Teixeira de Freitas, no Extremo-Sul da Bahia e, em seguida, em pousadas, em Porto Seguro-BA, onde passou dois anos. Daí veio para a luta da terra em Arataca. Ele é mais um dos pioneiros do *Terra Vista*. No assentamento, dedicou-se ao trabalho na roça, dando continuidade ao cultivo de cacau e, posteriormente, de banana, café, mandioca e outras fruteiras. Cuidou do criatório do gado. Expressava insatisfação pela paralisação de muitas atividades, as quais ajudaram a implantar, de maneira que, no ano passado (2010), transferiu-se para outro assentamento do MST, deixando duas filhas no *Terra Vista*.

12) Ivo Felipe Lucindo

Natural de Itacaré-BA, Sul da Bahia, vive com a companheira e um afilhado que estuda em Arataca e trabalha na roça. Tem 45 anos, sendo um dos assentados mais novatos, cujo ingresso se deu em 2003. Começou trabalhando em roça dos pais, mas era uma área pequena (em torno de 10 hectares, que incluía área de mata) para abrigar o sustento de toda família (pai, mãe e onze filhos). Então, quando adolescente (aos 15 anos), partiu para trabalhar nas fazendas de diária e

empreitada até meados dos anos de 1990, quando eclodiu a crise. Das fazendas de cacau foi para Porto Seguro, aos trinta e um anos, tentar emprego no setor turístico. Trabalhou, inicialmente, na construção civil e em pousadas, como caseiro, por dois anos. Depois colocou um pequeno comércio (bar), tornando-se autônomo. Ao todo, passou dez anos trabalhando em Porto Seguro. Através de contatos com colegas, surgiu a possibilidade de ingressar no *Terra Vista*, pois estava insatisfeito com o trabalho na cidade, devido, principalmente, à violência. Quando foi chamado, alugou a casa em Porto Seguro (que mantém até hoje), na qual funcionava o bar.

No *Terra Vista*, voltou ao cultivo do cacau (a área de cacau está hoje quase totalmente renovada), incorporando a banana, o café, mandioca e horta. A horta, no início, foi cultivada para a venda, mas não deu certo, mantendo-a apenas para consumo. Diz-se bastante satisfeito pela terra conquistada e pelo trabalho, de maneira que, nos diálogos, salientava que os dez anos que passou em Porto Seguro, antes já estivesse no assentamento.

13) Pedro de Almeida

Natural de Valente, município situado no sertão do nordeste da Bahia. Tem 57 anos, e a maior parte foi vivida na região cacauzeira, no município de Ubaitaba, para onde veio para trabalhar na lavoura cacauzeira. Tem três filhas, duas das quais residem no assentamento: uma é estudante e a outra casada, mãe de três filhos. Esta não chegou a estudar. Cuida dos filhos e da casa.

Trabalhou vinte e sete anos nas fazendas de cacau, como morador e, depois, desvinculou-se, trabalhando sob os regimes de diária e empreitada. Numa das fazendas em que trabalhou por cinco anos, não tinha água encanada nem energia, embora, lamenta-se, fosse descontado no salário. O que conseguiu nos anos de trabalho nas fazendas foi apenas o suficiente para sobreviver; e, para piorar, teve a saúde muito abalada pelo trabalho árduo, principalmente o comprometimento da visão, devido ao trabalho de secagem do cacau, feito sob o sol forte, de dia, e sob forte luz, noite adentro, para poder aumentar o rendimento. Como todos os outros trabalhadores, foi dispensado a partir da crise, indo morar na periferia de Ubaitaba, onde localizava-se a fazenda em que trabalhou, passando oito meses como clandestino. Aí teve contato com o MST, participando de reuniões para planejar a

ocupação da fazenda Bela Vista³⁹, em Arataca, o que ocorreu em 1992, passando dois anos acampado. Ele faz parte do pequeno grupo de assentados pioneiros, contribuindo para as várias atividades que ali foram instaladas.

Nas entrevistas, ressentia-se do fato de as atividades instaladas não terem prosperado, o que frustrou as expectativas de pais e filhos. Transferiu-se para um acampamento do MST em Ubaitaba (município onde passou a infância e a adolescência), deixando a esposa e as filhas no *Terra Vista*.

14) Raimundo Figueredo Santana

Natural de Camacan-BA. Vive com a mãe. Tem 53 anos. Entrou no assentamento em 1995. Trabalhava em roça da família, cultivando cacau e produtos de subsistência. Como a área era pequena, costumava trabalhar para fazendeiros de empreitada e diária. Com a crise, a possibilidade de ganho extra nas fazendas de cacau se exauriu, dependendo apenas da roça da família, quando saiu – pois era o irmão mais velho – para trabalhar para terceiros. Ingressou no MST através do trabalho de base feito no município, em 1994, acampando na BR-101, em Itabuna, onde passou oito meses morando na *lona preta*, aguardando a desapropriação da fazenda Luanda, no município de Itajuípe, no Sul da Bahia. Daí foi transferido para o *Terra Vista*. É pai de um filho de três anos com uma assentada, filha do Sr. José Correia. Atualmente mora com a mãe.

Aí passou a desenvolver as atividades de reestruturação da lavoura cacauzeira, o cultivo de café, banana, mandioca e outros produtos para consumo. Valoriza a terra e a liberdade conquistadas, mas é um dos únicos assentados que preferia a condição anterior, porque tinha renda mensal e os direitos trabalhistas. Atualmente, mantém um bar, que abre nos finais de semana.

15) Valdir Santos Lima

Natural de Ilhéus-BA; 33 anos, desquitado, tem três filhos, que moram com a mãe. Começou a trabalhar aos 13 anos numa fazenda de cacau, onde o pai era morador, na qual passou cinco anos. Tinha moradia, mas não teve direito ao sítio

³⁹ Os sem-terra participavam de várias ocupações; à medida que se conquistava uma área, partia-se para outras ocupações. Essa era a estratégia do MST para formar contingente expressivo nas lutas.

para cultivo próprio. A partir daí, o pai começou a trabalhar de empreitada nos anos 70. Ele e dois irmãos ajudavam o pai, adiantando os serviços, permitindo, assim, fechar vários contratos de empreitada, aumentando a renda.

Com a venda da fazenda, em 1993 (época da crise), foi para Porto Seguro, onde trabalhou até 1998. Em Porto Seguro, manteve contato com o MST, que o convidou - com outros trabalhadores - para participar do movimento. No início, houve resistência, pois receavam ter que “invadir terra dos outros”, mas acabaram por aceitar, face à proposta do movimento de conquistar a terra e poder produzir. Fez a ocupação de uma fazenda no município do Leme-BA, onde passou, um ano e nove meses, acampado. Quando saiu a imissão de posse no *Terra Vista*, foi transferido para lá; onde, inicialmente, ficou morando no galpão de armazenamento do cacau, até conseguir a casa e o lote para produzir.

É mais um dos assentados que se diz muito satisfeito com o assentamento no que respeita à conquista da terra, à produção, ao trabalho e à liberdade.

16) Odete Silva de Jesus

Natural de Itabuna-BA. É viúva, tem 59 anos, mora com uma filha e três netos. Tem, ao todo, nove filhos, sendo oito mulheres e um homem. Uma das filhas mora em Ilhéus, enquanto os demais trabalham em São Paulo e Rio de Janeiro. É uma assentada pioneira que encarou a luta da terra com dois filhos, à época, menores de idade. Cuida da roça com a ajuda da única filha que mora com ela. O único filho trabalha em São Paulo, pois não tinha como se manter no assentamento, após duas tentativas de retorno.

Até os onze anos de idade, ajudava os tios na roça. A partir daí, passou a trabalhar em atividades de faxina e lavagem de roupa em Itabuna, quando foi morar com os pais. Sempre teve vontade de voltar para a roça. Depois de casada, continuou na cidade, quando, com a separação, se envolveu com a militância do MST, participando de passeatas (em Salvador e em Brasília), mobilizações e ocupações; pois, como relatou na entrevista, identificou-se com a reforma agrária. O incentivo partiu da irmã, que fazia parte da militância. Participou da conquista do *Terra Vista* desde o início, no acampamento, onde passou dois anos. Com a conquista, conseguiu, em 1997, a moradia e o lote.

Desde então tem se dedicado exclusivamente ao trabalho no lote, cuja tarefa é árdua para desenvolver sozinha, onde cultiva cacau, banana, feijão, legumes e algumas frutas.

Queixa-se do comprometimento da união da época do acampamento, pois, depois do assentamento, com a aquisição dos lotes, afirma ter os assentados se reservado, não havendo mais os laços de união que marcaram a época do acampamento.

